

Maria Isabel Barros Bellini, Fernanda Xavier Arena,
Jane Cruz Prates e Letícia Baptista
Organizadoras

CALEIDOSCÓPIO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS



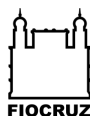
desafios e possibilidades

Organizadoras:
Maria Isabel Barros Bellini
Fernanda Xavier Arena
Jane Cruz Prates
Letícia Baptista

CALEIDOSCÓPIO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

desafios e possibilidades

A presente obra foi financiada pela



Realização:



Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Saúde e Intersetorialidade
Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PUCRS
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política/PUCRS

Apoio:



Organizadoras:
Maria Isabel Barros Bellini
Fernanda Xavier Arena
Jane Cruz Prates
Letícia Baptista

CALEIDOSCÓPIO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

desafios e possibilidades



Embu das Artes - SP
2025



COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Adailton da Silva (UFJ – Jataí/GO)

Vice-presidente

Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Membros

Alexandre Santos de Oliveira (IFS - Poço Redondo/SE)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Antonio Carlos Batista de Souza (IFAM CMC – Manaus/AM)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica – Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Gabriel Frechiani de Oliveira (SEDUC/PI – Floriano)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Guilherme Gitahy de Figueiredo (UEA - Tefê/AM)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP – São Paulo/SP)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFCAT – Catalão/GO)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marcial Cotes (UESC - Ilhéus/BA)
Maria Auxiliadora Coelho Pinto (UEA - Tabatinga/AM)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Rafaela Cássia Procknov (IFSP – Avaré/SP)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFJ – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Sidney Barata de Aguiar (SEDUC – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Humaitá/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

Comitê editorial da EDUA

Louis Marmoz - Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Alfredo Bosi - USP
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeida - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Geresa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto - UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Diretora da Edua

Heloísa Borges

Vice-Reitor

Geone Corrêa

Reitora

Tanara Lauschner

Em nome de todos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos no projeto “Investigação da Gestão do Risco de Desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência” o agradecimento é para a FAPERGS e para a Fiocruz. O apoio desses órgãos através do Edital FAPERGS/FIOCRUZ- 13/2022- Rede Saúde RS foi fundamental sendo que essa coletânea é apenas um de tantos outros produtos que resultaram da pesquisa.

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Karel Henricus Langermans

Editor

Karel Henricus Langermans

Capa

Klanger

Revisão Técnica

Maria Isabel Barros Bellini, Fernanda Xavier Arena, Jane Cruz Prates e

Leticia Baptist

Revisão da Língua Portuguesa

Os(as) autores(as)

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C148d Caledioscópico dos Desastres Socioambientais: desafios e possibilidades / Organizadoras Maria Isabel Barros Bellini, Fernanda Xavier Arena, Jane Cruz Prates e Leticia Baptista. Manaus/AM: EDUA - Embu das Artes/SP: Alexa Cultural, 2025.

240 p. : il. ; 14 x 21 cm.

ISBN - 978-85-5467-556-1 - E-book em PDF

1. Serviço social. 2. Políticas Públicas. 3.Desastres Socioambientais. I. Bellini, Maria Isabel Barros. II. Arena, Fernanda Xavier. III. Prates, Jane Cruz. IV. Baptista, Leticia. V. Título. VII. Bibliografia, VIII. Sumário.

CDD - 363.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social.
- 2.Políticas Públicas
3. Desastres Socioambientais

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização das organizadoras e/ou editora

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

PREFÁCIO

Diferentemente do acalentado desejo – especialmente, daqueles que vivem às margens na sociedade brasileira –, de que haja governança institucional efetiva sobre os riscos de desastres, reduzindo-os drasticamente, o país experiencia o seu inverso, qual seja, o pesadelo do incremento e espraiamento dessas ocorrências trágicas relacionadas a uma miríade de eventos críticos, desde precipitações pluviométricas cada vez mais volumosas às estiagens prolongadas e incêndios florestais mais extensos e constantes, cujos efeitos socioambientais são exasperantes. Tais circunstâncias suscitam questionamentos, tais como: *quais interpretações de mundo faltam à gestão pública para subsidiar políticas, programas, articulações e ações mais acertadas em prol da redução dos riscos de desastres?*

A presente obra emerge como um auxílio providencial na busca de respostas para a indagação acima. O coletivo produtor desta obra optou por articular casos e análises, cujo conjunto caracteriza uma abordagem interdisciplinar vigorosa, de cunho crítico, constatado tanto no enquadramento teórico-metodológico adotado em cada capítulo quanto na focalização sensível das especificidades de grupos sociais em situação de sobressaltada subcidadania no contexto dos desastres por eles vivenciados. Ao trazer à luz, simultaneamente, a problemática social de desastres ocorridos em enquadramentos socioespaciais e socioculturais assaz distintos, localizados em Unidades Federativas das regiões Norte e Sul do Brasil - a saber, nos estados do Rio Grande do Sul e do Amazonas -, a obra desvela, para o leitor, um lamentável leque de forças desumanizantes que operam no favorecimento e intensificação desse tipo de crise. Assim, o livro dá destaque à compreensão de desastres não apenas como situações pontuais de perturbação multidimensional dos territórios afetados, mas, sobretudo, como processos de corrosão da dignidade humana daqueles cujas condições prévias de autoproteção, frente a tais e quais ameaças do ambiente natural e/ou construído, são precárias. Ademais, as aflições e limitações operacionais de profissionais atuantes na crise vem à tona na discussão. Ambas servem não como uma queixa, mas para apontar os caminhos necessários na construção da resiliência social.

Há, ainda, a coragem coletiva da equipe de autores/as nesse esforço intelectual, a qual se revela por meio de suas valorosas contribuições à margem do *mainstream* dos estudos sobre desastres. A hegemonia interpretativa, que focaliza os *harzards* muito mais do que as pessoas que os confrontam, diminui sistematicamente o entendimento da complexidade do elemento humano implicado nesses dramas socioambientais e deixa escapar aquilo que de essencial há nas contradições, desigualdades, abandonos, indiferenças, invisibilidades, injustiças, racismos e conflitos sociais arraigados neste país, tensões essas que nutrem os desastres em quantidade de ocorrência e intensidade de danos provocados. Oportuno, então, se torna o conteúdo aqui encontrado, cuja contribuição é uma *pièce de résistance* da vertente interpretativa humanista sobre desastres. Enquanto proliferam estudos que escamoteiam a historicidade bem como a natureza e a dinâmicas econômicas e políticas locais perversas subjacentes à intensificação dos processos de reprodução social de sujeitos sujeitados, muitos dos quais se tornarão afetados nos desastres, o teor desta obra recupera essas dimensões. Utiliza, mas vai além, de meras estatísticas, a fim de nos contar sobre algo que escapa aos simples números.

Os campos disciplinares das Humanidades e das Ciências Sociais ganham muito, em massa crítica, com essa publicação, nomeadamente o campo do Serviço Social, cujos/as profissionais atuam na linha de frente tanto das políticas socioassistenciais de prevenção aos riscos de desastres quanto nas ações de resposta e nas medidas recuperativas. Todavia, não menos útil o teor da obra é para estudos acadêmicos, ofertando visões que recusam a subalternização do pensamento crítico no debate sobre desastres. Aprendamos, pois, com essa obra, a resistir.

Norma Valencio

PREFACE

Contrary to the cherished desire—especially of those living on the margins of Brazilian society—for effective institutional governance over disaster risks, drastically reducing them, the country is experiencing the opposite: the nightmare of increasing and spreading these tragic occurrences related to a myriad of critical events, from increasingly heavy rainfall to prolonged droughts and more widespread and frequent forest fires, whose socio-environmental effects are exasperating. These circumstances raise questions such as: *What worldviews are lacking in public administration to inform more appropriate policies, programs, coordination, and actions to reduce disaster risks?*

This work emerges as a providential aid in the search for answers to the above question. The collective producing this work chose to articulate cases and analyses, the whole of which characterises a vigorous, critical interdisciplinary approach, evident both in the theoretical and methodological framework adopted in each chapter and the sensitive focus on the specificities of social groups in situations of sub-citizenship in the context of the disasters they experience. By simultaneously illuminating the social problems of disasters occurring in quite distinct socio-spatial and sociocultural settings, located in Federative Units of the North and South regions of Brazil—namely, in the states of Rio Grande do Sul and Amazonas—the work reveals to the reader a regrettable array of dehumanizing forces that operate to foster and intensify this type of crisis. Thus, the book emphasises the understanding of disasters not only as isolated situations of multidimensional disruption to affected territories, but, above all, as processes of erosion of the human dignity of those whose pre-existing conditions for self-protection against various threats from the natural and/or built environment are precarious. Furthermore, the afflictions and operational limitations of professionals working in the crisis come to the forefront of the discussion. Both serve not as a complaint, but to point out the necessary paths in building social resilience.

There is also the collective courage of the team of authors in this intellectual endeavour, which is revealed through their valuable

contributions outside the mainstream of disaster studies. Interpretive hegemony, which focuses on hazards far more than the people who confront them, systematically diminishes understanding of the complexity of the human element involved in these socio-environmental dramas and overlooks the essential contradictions, inequalities, abandonment, indifference, invisibility, injustice, racism, and social conflicts rooted in this country—tensions that fuel disasters in terms of occurrence and intensity of damage. The content found here, therefore, is timely, as it represents a *pièce de résistance* of the humanist interpretative approach to disasters. While proliferating studies that conceal historicity, as well as the nature and perverse local economic and political dynamics underlying the intensification of social reproduction processes for subjected individuals, many of whom will be affected by disasters, this work recovers these dimensions. It uses, but goes beyond, mere statistics to tell us about something that escapes simple numbers.

The disciplinary fields of the Humanities and Social Sciences greatly benefit from this publication, particularly the field of Social Work, whose professionals work on the front lines of both social assistance policies for disaster risk prevention and response, as well as recovery measures. However, the work's content is no less valuable for academic studies, offering perspectives that reject the subordination of critical thinking in the debate on disasters. Let us, therefore, learn from this work to resist.

Norma Valencio

SUMARIO

PREFÁCIO

Norma Valencio

- 8 -

PREFACE

Norma Valencio

- 10 -

APRESENTAÇÃO

Maria Isabel Barros Bellini e Fernanda Xavier Arena

- 15 -

Capítulo 1

AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE DESASTRES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Juliana Varela Maia Costa e Marinez Gil Nogueira

- 21 -

Capítulo 2

A QUESTÃO DOS DESASTRES E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

*Hamida Assunção Pinheiro, Bárbara Cristina Lira da Silva e
Jalna Gordiano de Mendonça*

- 39 -

Capítulo 3

CONHECIMENTO E DISSEMINAÇÃO: traços da produção acadêmica sobre desastres naturais no Brasil

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni e Fernanda Xavier Arena

- 55 -

Capítulo 4

DESAFIOS EMERGENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: cuidado como trabalho não remunerado e a contribuição das mulheres na prevenção dos desastres

Bárbara Domingues Nunes e Maria Isabel Barros Bellini

- 87 -

Capítulo 5

DESASTRES E CALAMIDADE PÚBLICA NA VITRINE:
um estudo sobre os estados do Rio Grande do Sul e Amazonas

*Maria Isabel Barros Bellini, Leticia Batista da Silva,
Fernanda Xavier Arena, Nadianna Rosa Marques e
Jane Cruz Prates*

- 105 -

Capítulo 6

DESASTRES E RACISMO AMBIENTAL NO AMAZONAS:
a pobreza no olho do furacão

Lidiany de Lima Cavalcante e Ariadna Nunes Aguiar Batalha

- 118 -

Capítulo 7

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO AMAZONAS:
a destruição da natureza causada pelo modelo hegemônico de
produção

Carlos Raimundo Batista Mendonça e Marinez Gil Nogueira

- 131 -

Capítulo 8

ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS
PELOS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

*Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves, Adriana Aguiar Pérez,
Giselly Nogueira de Almeida, Gabrielle Rodrigues de Sá Alves,
Marnilda Pereira Sá*

- 147 -

Capítulo 9

NAS MARGENS DO GUAÍBA TRANSBORDAM VIOLAÇÕES
DE DIREITOS:

população em situação de rua e o desastre climático em Porto Alegre

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni e Gisele Selistre Ramon

- 165 -

Capítulo 10

POPULAÇÃO IDOSA E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS:
deslocamentos forçados e incremento de vulnerabilidades

*Carin Otilia Kaefer Lisbôa, Fernanda Xavier Arena Maria Isabel
Barros Bellini Andreia Volpini Rubbo*

- 187 -

Capítulo 11
NEOLIBERALISMO, COLAPSO AMBIENTAL E ATENÇÃO
BÁSICA DE SAÚDE NO BRASIL:
o impacto dos desastres ambientais na saúde
Anelise Perottoni
- 200 -

Capítulo 12
TRABALHO EM DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS:
sofrimento, adoecimento e estratégias de autocuidado
*Maria Isabel Barros Bellini, Fernanda Xavier Arena e Gisele
Selistre Ramon*
- 214 -

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)
- 231 -

APRESENTAÇÃO

As estratégias de resistência são movimentos de contranitência que têm como motivadores processos de violação que se metamorfoseiam conforme o momento histórico e mesmo que expressos individualmente tem no seu estofo lutas e processos coletivos (Bellini,2025).

Essa Coletânea é um dos produtos do projeto de pesquisa INVESTIGAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E AMAZONAS: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência aprovado e financiado pelo Edital FAPERGS/FIOCRUZ 13/2022 – Rede Saúde RS que investigou os processos de gestão do risco de desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas delimitando as políticas públicas que são comprovadamente as mais exigidas quando há ocorrência de alguma catástrofe climática quais sejam: política de saúde e de assistência social e com ênfase nos processos de resiliência, prevenção/mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Teve como amostra municípios dos estados brasileiros Amazonas/AM e Rio Grande do Sul/RS e a relevância desse estudo está sendo confirmada pelo aumento exponencial de desastres como: calamidades, pandemias, enchentes, secas, deslizamentos, incêndios, mudanças extremas de temperatura, emergências climáticas o que têm motivado preocupação mundial.

Aprovado no início de 2023 o projeto concretizou sua relevância na sequência de eventos que atingiu o Rio Grande do Sul. De junho a setembro de 2023 ocorreram 03 ciclones sendo que o primeiro ocorrido em junho deixou um saldo de 16 mortes e mais de 40 cidades atingidas. Em setembro a passagem do segundo ciclone no estado deixou 54 mortos em 10 cidades do estado. Naquele momento as mortes registradas no estado superavam a maior tragédia natural das últimas quatro décadas no estado. Em novembro de 2023 aproximadamente 28 mil pessoas abandonaram suas residências atingindo os territórios próximos ao Rio Taquari, a Serra e a Região Metropolitana de Porto Alegre. Em 2023 o Amazonas, em especial

Manaus foi “sufocado” em várias ocasiões por fumaças das queimadas provocando vários problemas como: fechamento do comércio, das escolas, problemas respiratórios e inúmeros outros riscos.

Em abril/maio de 2024 o Rio Grande do Sul foi atingido pela maior catástrofe climática de sua história em que o nível das águas subiu de forma dramática provocando inundações, deslizamentos, bloqueio de estradas, destruição de pontes, destruição de bairros inteiros em várias cidades, com 183 óbitos, 806 feridos, 27 pessoas desaparecidas, mais de 2 milhões de pessoas afetadas e 478 municípios afetados duramente (o Rio Grande do Sul tem 497 municípios).

O projeto está em consonância com o preconizado pelas Nações Unidas e pelo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 quanto a importância e urgência de implementar um gerenciamento integral e integrado entre políticas públicas com ênfase nos seguintes aspectos: resiliência a desastres, eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Afirma-se que a inserção e delimitação, neste projeto, às políticas de saúde e de assistência social se ampara nas prerrogativas do Marco de Sendai (2015-2030) que afirmam que, tanto a redução como a gestão do risco de desastres *“dependem de mecanismos de coordenação intra-e intersetoriais e com as partes interessadas em todos os níveis, exigindo também o empenho integral de todas as instituições públicas de natureza executiva e legislativa em nível nacional e local”* (Marco de Sendai, 2015, p.4).

Ao investigar os processos de gestão do risco de desastres o estudo incidiu nos riscos à proteção humana, animal e do meio ambiente, pois, um processo de gestão na perspectiva da prevenção e/ou mitigação do desastre participa na prevenção de inúmeras doenças que atingem humanos, animais e a natureza como um todo, visto que os desastres atingem a sociedade na sua totalidade. Na perspectiva de que as possibilidades de enfrentamento dos desastres e suas consequências impõe estratégias interdisciplinares e multissetoriais a fim de contemplar a proteção das vidas tanto das pessoas como dos animais e a proteção dos ambientes que essa Coletânea agrega pesquisadores de diferentes áreas de formação da PUCRS, UFAM e Fiocruz de diferentes regiões do país.

O projeto articulou diferentes atores da Rede de Saúde Única/RS quais sejam: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Secretaria da Saúde /SES/RS através da Escola de Saúde Pública/ESP/SES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio

Grande do Sul - FAPERGS, Universidade Federal de Santa Maria/ UFSM , Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e como coparticipante a Universidade Federal do Amazonas. Contou com pesquisadores de universidades internacionais como Università degli studi Internazionali di Roma /UNINT/ Itália, University of Southern Queensland/USQ/Australia e Zululand University/África do Sul localizadas em territórios frequentemente atingidos por desastres e que, nesse projeto participaram contribuindo com sua experiência profissional em eventos adversos somando aos esforços no aprofundamento e na internacionalização de um tema tão árduo quanto urgente.

Finalmente, essa Coletânea ao socializar as produções resultantes de um projeto de pesquisa em que participaram atores de diferentes formações profissionais e instituições diversas (ensino x políticas públicas; governamentais e não governamentais) garante uma diversidade de olhares e reflexões, desafios e possibilidades caracterizando um caleidoscópio dos desastres socioambientais.

Ao problematizar a evolução conceitual dos desastres no âmbito do Serviço Social o **Capítulo 1**, *“As perspectivas teóricas sobre desastres na produção de conhecimento da área de Serviço Social no Brasil”* aporta suas reflexões oriundas de uma dissertação de mestrado evidenciando a contribuição da área para a análise dos desastres como expressão da questão social, por meio de um levantamento sistemático da produção acadêmica da área 32 da Capes, entre 2002 e 2023. Ainda sobre a perspectiva do Serviço Social o **Capítulo 2** *“A questão dos desastres e a produção de conhecimento da área de Serviço Social”* apresenta uma revisão de literatura em que destaca o papel histórico dos assistentes sociais na atuação em contextos de calamidade. O texto enfatiza a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão para fortalecer a produção de conhecimento sobre desastres e aponta para o aprofundamento necessário na formação profissional frente à crescente complexidade dos eventos extremos. Ainda sobre a produção científica sobre desastres no Brasil, o **Capítulo 3**, *“Conhecimento e disseminação: traços da produção acadêmica sobre desastres naturais no Brasil”*, amplia o mapeamento revelando a concentração geográfica das pesquisas e a carência de estudos sobre territórios vulnerabilizados. Defende-se a democratização do acesso à informação e a valorização do conhecimento local como estratégias para aprimorar as políticas públicas e fortalecer a participação social.

No **Capítulo 4**, *“Desafios emergentes nas políticas públicas: cuidado como trabalho não remunerado e a contribuição das mulheres na prevenção dos desastres”*, as autoras denunciam a invisibilização do trabalho de cuidado realizado por mulheres. Ressaltam o papel fundamental dessas mulheres em ações preventivas, principalmente em territórios marcados pela desigualdade social e ambiental. As vulnerabilidades desencadeadas pelas mudanças climáticas atingem pontualmente as mulheres o que impõe mais estudos e investigações a fim de planejar ações consistentes de enfrentamento. Fundamental a discussão proposta no **Capítulo 5**, *“Desastres e calamidade pública na vitrine: um estudo sobre os estados do Rio Grande do Sul e Amazonas”*, sobre as vulnerabilidades e respostas institucionais em contextos de desastre nesses dois estados evidenciando desigualdades regionais, destacando a importância de políticas públicas específicas e sensíveis às realidades territoriais e sociais distintas.

A omissão institucional frente à vulnerabilidade de grupos populacionais e a necessidade de uma abordagem interseccional na gestão de riscos é a denúncia do **Capítulo 6**, *“Desastres e racismo ambiental no Amazonas: a pobreza no olho do furacão”*, que expõe a desigualdade de populações racializadas e empobrecidas atingidas dramaticamente pelos desastres socioambientais. O **Capítulo 7**, *“Desastres socioambientais no Amazonas: a destruição da natureza causada pelo modelo hegemônico de produção”*, critica a lógica predatória do desenvolvimento econômico baseada no extrativismo destacando os impactos irreversíveis do desmatamento e das queimadas sobre a biodiversidade e a vida humana, alertando para os limites da capacidade regenerativa da natureza. O **Capítulo 8**, *“Enfrentamento das emergências climáticas pelos povos tradicionais na Amazônia”*, aporta uma discussão fundamental sobre os saberes ancestrais e as práticas comunitárias dos povos tradicionais como formas legítimas e eficazes de enfrentamento das mudanças climáticas. Frente a histórica negligência do Estado o estudo propõe o fortalecimento das alianças entre academia, políticas públicas e comunidades locais. O **Capítulo 9**, *“Nas margens do Guaíba transbordam violações de direitos: população em situação de rua e o desastre climático em Porto Alegre”*, traz uma análise contundente sobre como os desastres agravam as condições de vida das pessoas em situação de rua. O texto revela a ausência de políticas

efetivas de proteção e o aumento da violência institucional em contextos de calamidade. O **Capítulo 10**, *“População idosa e desastres socioambientais: deslocamentos forçados e incremento de vulnerabilidades”*, aborda a vulnerabilidade da população idosa diante de desastres também nesse capítulo destaca-se a insuficiência de políticas públicas voltadas a esse grupo populacional alertando para o aumento de deslocamentos forçados e a precarização das condições de vida dessa parcela da população.

O **Capítulo 11**, *“Neoliberalismo, colapso ambiental e atenção básica de saúde no Brasil: o impacto dos desastres ambientais na saúde”*, analisa os efeitos da política neoliberal sobre o sistema de saúde pública, com foco na atenção básica. A autora argumenta que o desmonte do SUS compromete a resposta institucional frente aos desastres, ampliando desigualdades e barreiras de acesso à saúde.

Por fim, o **Capítulo 12**, *“Trabalho em desastres socioambientais: sofrimento, adoecimento e estratégias de autocuidado”*, discute os impactos emocionais e físicos sofridos pelos profissionais que atuam na linha de frente em contextos de desastre. O texto sugere a construção de estratégias de autocuidado e redes de apoio para preservar a saúde mental e fortalecer a atuação ética e comprometida com a população atendida.

Em conjunto, os doze capítulos compõem um panorama crítico e interdisciplinar sobre os desastres socioambientais no Brasil, com ênfase nos contextos de desigualdade social, racial, de gênero e territorial. A coletânea articula diferentes dimensões — teórica, empírica, política e ética — que se complementam na construção de uma abordagem contra hegemônica do risco e da gestão de desastres.

Ainda que o Serviço Social não esteja contemplado em todos artigos, reforça-se a centralidade do Serviço Social como campo de conhecimento e prática comprometido com os direitos humanos, a justiça socioambiental e a defesa de modos de vida sustentáveis e emancipatórios.

Fundamental destacar que a obra conta com o Prefácio da Prof. Dra. Norma Valêncio autora referência em vários capítulos e indubitavelmente uma autoridade na discussão dos desastres socioambientais. Desejamos que essa obra fomenta indagações, proposições e articulações para defesa e cuidado com a vida e com

a natureza, pois como afirmava Chico Mendes “Não há progresso verdadeiro se não houver respeito e cuidado com o meio ambiente”.

Maria Isabel Barros Bellini

Fernanda Xavier Arena

AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE DESASTRES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Juliana Varela Maia Costa

Marinez Gil Nogueira

Introdução

O Serviço Social, enquanto profissão que possui como objeto de trabalho as expressões da questão social, tem sido demandado para intervir direta e indiretamente na gestão de desastres no Brasil. Mas para além de sua intervenção, o Serviço Social, como área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, tem produzido conhecimento científico qualificado sobre as expressões da questão social, dentre elas as violações de direitos relacionadas aos processos de desastres. Assim, este capítulo visa apresentar a produção de conhecimento sobre desastres do Serviço Social, enquanto parte das Ciências Sociais Aplicadas, ressaltando as contribuições significativas para a identificação e a análise de novos elementos que possam colaborar com o entendimento dos desastres como expressão da questão social e, conseqüentemente, para a efetivação de uma gestão de desastres pública e mais democrática no Brasil.

O presente capítulo é produto de dissertação¹ de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a qual foi defendida em outubro de 2024. Destaca-se que a dissertação orientou-se pelo alcance do objetivo geral de analisar a produção de conhecimento sobre desastres da área de Serviço Social no Brasil para fomentar subsídios à qualificação da formação e trabalho

¹ Com o seguinte título: “A interface entre desastres e questão ambiental: Um olhar para as perspectivas teóricas sobre desastres na produção de conhecimento da área de Serviço Social no Brasil”

profissional do assistente social no campo da gestão de desastres. Ademais, ao propor como objeto de estudo as teses e dissertações que tratam sobre desastres no Brasil, produzidas nos 38 Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da área 32 (Serviço Social) da Capes, a pesquisa optou por realizar no levantamento de dados um recorte temporal de duas décadas (2002 a 2023) e ter como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético da perspectiva crítica marxiana. Além disso, esta pesquisa se constituiu como revisão sistemática do conteúdo das teses e dissertações da área de Serviço Social no Brasil, a partir de levantamentos bibliográfico e documental. Esse levantamento ocorreu entre julho e setembro de 2023 nas seguintes fontes de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Banco de Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social; e Banco de Dissertações e Teses das Instituições de Ensino dos Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social – utilizado apenas no caso de Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social que não possuem banco próprio.

Outrossim, ressalta-se que a pesquisa ora apresentada está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM) e aos dois projetos guarda-chuva² que se propõem a estudar os desastres no Brasil, e que contam com pesquisadores da UFAM vinculados ao GEDHS. Enfim, espera-se que este capítulo possa apresentar alguns dos resultados do referido estudo e que contribua para o fortalecimento do Serviço Social enquanto área de conhecimento que está contribuindo para a produção de pesquisas científicas sobre os desastres no Brasil.

O debate sobre desastres no campo das Ciências Sociais

A conceituação do termo “desastre” tem sido um desafio para a comunidade acadêmica de diversas áreas do conhecimento. Reconhece-se que, no campo das Ciências Sociais e Sociais aplicadas,

2 Título do Projeto 1: Identificação e difusão de inovações tecnológicas para enfrentamento de desastres desenvolvidas pelo serviço social no Brasil, Austrália, Itália e África do sul (Edital Universal nº. 18/2021 do CNPq).

Título do Projeto 2: Investigação da gestão do risco de desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência (Edital FAPERGS/FIOCRUZ nº. 13/2022). Ambos os projetos têm a coordenação geral da Dra. Maria Isabel Bellini (PUC/RS), com a minha participação e da minha orientadora nas equipes de pesquisa.

existem dois principais paradigmas científicos na discussão sobre desastres: o paradigma hegemônico composto pelas perspectivas das ameaças naturais, comportamental, da análise de risco e a da vulnerabilidade; e o paradigma contra-hegemônico composto pelas perspectivas da Sociologia dos Desastres e de outros estudos fundamentados na teoria social crítica de Marx (Marchezini, 2017; Sulaiman *et al.*, 2021; Dutra, 2017). Cabe ressaltar que não há um marco temporal que determina a existência isolada de cada um desses paradigmas, havendo coexistência temporal, convergências e divergências entre suas perspectivas.

No que diz respeito ao paradigma hegemônico, a perspectiva das ameaças naturais foca em análises acerca dos fatores externos que geram estresse e ameaças em comunidades humanas, focando em fatores de riscos causados por possíveis ataques militares e também por processos geofísicos, mas com a ausência da inserção dos elementos sociais e humanos nas discussões sobre desastres (Marchezini, 2017).

Concomitantemente, a perspectiva comportamental, apresentado por Gilbert White primeiramente em 1945, ao integrar os conceitos da geografia e da sociologia, introduziu à discussão os elementos referentes à intervenção e a adaptação humana nos territórios em que os desastres ocorrem (Sulaiman *et al.*, 2021). A perspectiva comportamental teve como principal base o modelo de análise behaviorista, e passou a considerar os fatores sociais como elementos importantes nos estudos sobre desastres. Contudo, a perspectiva comportamental tende a concentrar seus estudos no entendimento sobre o ajustamento e a adaptação humana às situações de risco, buscando compreender também as reações dos indivíduos antes, durante e depois da ocorrência dos desastres (Marchezini, 2017).

Cabe ressaltar que, conforme o autor referenciado anteriormente, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por uma série de desastres em diversos países, o que tornou também necessário aos pesquisadores norte-americanos um movimento de expansão de sua abrangência de conhecimento sobre os desastres e as pesquisas desenvolvidas nas demais regiões do mundo. Neste mesmo tempo histórico, pesquisadores da América Latina começaram a ter seus estudos e resultados de pesquisa publicados em revistas e coletâneas, enfatizando a necessidade de se mudar o ponto de vista dos estudos (concentrado nos territórios e pesquisadores do norte global), e in-

trouzer abordagens que consideram as construções sociais, históricas e políticas presentes na ocorrência os desastres (Marchezini, 2017).

Em meio a esse contexto de indagações e contradições sobre os desastres no campo acadêmico, na década de 1990, surgiram os autores que começaram a defender a perspectiva da análise de risco. Se por um lado esta perspectiva nega a existência de um estado de normalidade anterior à ocorrência de desastres, por outro lado ela considera que os riscos são produtos do processo de modernização da sociedade e traz ao debate o conceito de sociedade de risco. Assim, esta perspectiva analisa os riscos como socialmente constituídos pela modernidade. Mas, apesar de distinta da abordagem naturalista sobre o desastre, a perspectiva da análise do risco o apresenta como um fenômeno advindo do processo de modernização industrial que “foge do controle” das instituições, sendo necessário concentrar os esforços sobre o controle e a mitigação dos riscos (Marchezini, 2017).

Apesar do avanço da compreensão da relação entre desastres e desenvolvimento científico e tecnológico, esta perspectiva sofreu refutações pelo seu caráter objetivista (Dutra, 2017) e por focar suas proposições em aspectos quantitativos e técnicos de prevenção e mitigação, deixando em segundo plano a análise dos elementos estruturais de origem social, econômica e política presentes nas situações de risco e desastre (Marchezini, 2017). Mesmo havendo a presença de um entendimento por parte de alguns pesquisadores de que a perspectiva da análise de risco não se reduz em fenômenos naturais e físicos, os autores do paradigma contra-hegemônico têm tecido críticas à ótica objetivista da perspectiva da análise de risco que difunde “que o risco existe independentemente da visão dos sujeitos e que ele pode ser controlado e medido de forma precisa” (Dutra, 2017, p. 48).

Dessa maneira, por não buscar questionar e nem romper com a estrutura de desigualdade social, econômica e política em que se desenvolvem os desastres, é perceptível a influência da perspectiva de análise de riscos de viés objetivista nos estudos sobre desastres de órgãos governamentais, em orientações técnicas-institucionais adotadas por Estados-nações e por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Cabe ressaltar que a perspectiva da análise de risco, mesmo com suas ponderações e discussões acerca da relação entre desenvolvimento e desastre, não relaciona a ocorrência dos desastres ao modo de produção capitalista, não o questiona e não propõem a superação dessa sociabilidade.

A perspectiva da vulnerabilidade avança um pouco mais na compreensão dos elementos multidimensionais e da estrutura social em que ocorrem os desastres. Contudo, quando enviesada pela lógica objetivista e tecnicista, ainda mantém o foco na “falta de desenvolvimento das sociedades e sua suposta incapacidade de antever e de se prevenir contra eles” (Dutra, 2017, p. 36), permanecendo como parte do paradigma hegemônico.

De acordo com Sulaiman *et al.* (2021), a perspectiva da vulnerabilidade defende a necessidade de serem consideradas determinadas dimensões da vulnerabilidade como fundamentais para a prevenção e para a gestão de desastres. Contudo, os autores da perspectiva crítica do paradigma contra-hegemônico, ao analisarem as produções teóricas das perspectivas da análise de risco e da vulnerabilidade, indicam algumas lacunas recorrentes como a necessidade de se considerar os riscos originados pela submissão da humanidade à ordem sociometabólica do capital; de reconhecer e imputar ao Estado responsabilidade pela proteção e garantia de acesso dos sujeitos aos seus direitos; e, principalmente de superar o discurso de responsabilidade individual e a conotação moral ainda presente na discussão de alguns autores do paradigma hegemônico (Mota; Silva, 2009; Acsehrad, 2006 *apud* Dutra, 2017).

No que diz respeito ao paradigma contra-hegemônico, de acordo com Dutra (2017) é importante destacar que, desde a década de 1990, os pesquisadores latino-americanos da *Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina* (La Red), como Romero e Maskrey (1993), Lavell (1993) e Lavell e Franco (1996) têm ganhado destaque nas discussões sobre desastres por questionarem o domínio dos pesquisadores estadunidenses e europeus nas discussões sobre desastres, bem como por fundamentar suas publicações na realidade latino-americana a partir de uma perspectiva crítica da realidade.

Especificamente no Brasil, a Sociologia dos Desastres configura-se um campo de produção de estudos contra-hegemônicos do tema, buscando ir além da perspectiva do risco dos estudos sociológicos liderados por pesquisadores internacionais (Marchezini, 2017; Valêncio, 2009). Além disso, cabe destacar que os pesquisadores brasileiros têm se esforçado em trazer debates baseados na realidade e no cotidiano do país, discutir as dimensões sociais que envolvem as situações de vulnerabilidade ligadas aos processos de desastres.

Considerando desastres como fenômenos sociais e com origem na estrutura social, Dutra (2017) afirma que a Sociologia dos Desastres os conceitua como processos de origens sociais, econômicas, políticas e culturais.

Além disso, em suas produções teóricas, as perspectivas do paradigma contra-hegemônico deixam clara a indissociabilidade do modo de produção capitalista com a ocorrência de desastres. Dessa forma, evidencia-se que, além da necessidade de se considerar os processos de vulnerabilidade em que as populações atingidas pelos desastres estão inseridas, faz-se necessário avançar nos estudos sobre as ações, omissões e insuficiências das respostas do Estado brasileiro frente a ocorrência de desastres (Valêncio, 2009).

Ademais, a perspectiva sociológica dos desastres tem contribuído ao trazer à luz uma produção de conhecimento científico acerca da temática baseada em aspectos multidimensionais e nas relações sociais que ocorrem em territórios afetados por desastres. Por outro lado, ainda há no Brasil um insuficiente debruçamento nos estudos sobre desastres baseados em perspectivas críticas, sendo mais frequente e mais dominantes as conclusões realizadas por estudiosos de outras áreas e carregadas de “conotações preconceituosas e antidemocráticas” (Valêncio, 2009, p.5).

Dutra (2017) ressalta ainda que, apesar do avanço das contribuições do paradigma contra-hegemônico, ainda se faz muito presente a concepção de que elementos físicos e geológicos são a causa dos desastres, reforçando a utilização da terminologia “desastres naturais” para classificar os desastres. A autora salienta que essa concepção ainda é muito forte e presente em documentos governamentais brasileiros e estrangeiros.

Salienta-se que o uso de termos como “desastres naturais”, deslocados do sistema e do modo de produção vigente, reforça a concepção de desastres como um acontecimento isolado, como fatalidades inevitáveis e de difícil gestão (Dutra, 2017). Portanto, a propagação do discurso de “desastres naturais” oculta as estruturas sociais que produzem as desigualdades sociais, o racismo ambiental, os modelos de exploração da natureza e, conseqüentemente, a ocorrência de desastres. Dessa forma, os pesquisadores do paradigma contra-hegemônico têm refutado a concepção naturalista e instigam o debate acerca da indissociabilidade entre desastres e a questão social e, conseqüentemente, ao modo de produção capitalista. Cabe

destacar que a questão social, conforme Netto (2001), tem como fundamento justamente a exploração na relação antagonica e contraditória entre capital e trabalho.

Na perspectiva da teoria social de Marx, a questão social “(...) não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (Netto, 2001, p. 46). Dessa forma, sendo inerente ao modo de produção capitalista e necessária à sua manutenção, a questão social manifesta-se na classe trabalhadora por meio de múltiplas e diversas expressões, como os desastres.

Assim como os desastres, as respostas às expressões da questão social também sofrem ofensivas conservadoras que insistem em classificá-la como natural e inevitável, “sendo o tom predominante da suspeita de que a vítima é a culpada, e a pobreza, um estado de natureza” (Iamamoto, 2021, p. 140). Além dos aspectos conceituais, é possível observar a similaridade do enfrentamento à questão social e aos desastres dentro do paradigma hegemônico de conservação da ordem social capitalista. Assim, para Dutra (2017), os desastres são e agudizam expressões da questão social.

Diante da discussão exposta, compreende-se que o capitalismo é um sistema de destruição desigual que se perpetua, dentre outros mecanismos, por meio de uma ideologia que normaliza suas consequências, assim como os discursos de naturalização dos desastres. Conforme Brand e Wissen (2021), como um sistema de destruição desigual, o capitalismo também explora a natureza de forma desigual.

Os diferentes níveis de destruição e expropriação da natureza em países mais pobres (para a manutenção do modo de vida imperial nos países mais ricos) refletem diretamente nos níveis de resiliência e na emergência de respostas efetivas aos acontecimentos cataclísmicos relacionados à crise socioecológica (Brand; Wissen, 2021), nomeados como desastres pelo paradigma hegemônico.

A desigualdade de acesso ao desenvolvimento tecnológico, tanto para a prevenção quanto para a gestão dos desastres, também influencia na frequência em que determinados territórios passam por situações de desastres, mas não justificam por si só a ocorrência destes. Mesmo com o acesso às melhores tecnologias de prevenção,

mitigação e gestão de desastres existentes, os países considerados como grandes capitalistas não conseguem controlar por completo, tampouco evitar, a ocorrência dos desastres. A exploração da natureza tem seu limite, e os desastres se apresentam como parte constitutiva do sistema capitalista.

É preciso ter em mente que a emancipação humana, nos termos de Marx (2010), e o acesso ao meio ambiente saudável, limpo, sustentável e livre da ocorrência de desastres, que a Organização das Nações Unidas (ONU) categorizou recentemente como direito humano, não são possíveis dentro da sociabilidade burguesa. Contudo, Isso não significa que as ações de gestão de risco e de desastres não devem ser discutidas e implementadas, e que a luta pela cidadania e pela efetivação dos direitos sociais não devam ser aprofundados, pois eles garantem a emancipação política de sujeitos inseridos dentro dessa estrutura desigual do sistema capitalista.

Por fim, entende-se que discussões fundamentadas nas perspectivas do paradigma contra-hegemônico no âmbito científico acadêmico tem o potencial de fomentar análises e debates teóricos sobre essa estrutura social de desigualdade, de injustiça e de racismo ambiental, que é o solo e a base para a ocorrência de desastres. É preciso ultrapassar o âmbito do capitalismo verde, do discurso do “desenvolvimento sustentável” dentro do capitalismo e das falsas soluções que só contribuem para a perpetuação da ordem social vigente, e que não rompem com os processos de desigualdade social, não controlam e, muito menos, possuem potencial de cessar a ocorrência dos desastres.

As perspectivas teóricas do Serviço Social no debate sobre desastres no Brasil

Iamamoto (2021) afirma que o Serviço Social é uma profissão que, apesar de não ter surgido na divisão social do trabalho como Ciência, produz investigações inscritas na área das Ciências Sociais Aplicadas. Ao encontro da autora, Netto (2001) reitera o entendimento de que, mesmo o Serviço Social não sendo considerado uma Ciência, isso não impediu a categoria profissional de realizar estudos, investigações e pesquisas, que produzem conhecimento de natureza teórica incorporáveis às Ciências Sociais e Humanas.

Assim, apesar de consolidado como área de conhecimento e de produção científica no Brasil, o Serviço Social não é uma Ciência com teoria própria. Por essa razão, a discussão sobre desastres na área tem sido fundamenta nos aportes teóricos das Ciências Sociais e, portanto, perpassa pelas correntes teóricas dos paradigmas hegemônico e contra-hegemônico do campo dos desastres.

Antes de adentrar na apresentação das perspectivas teóricas presentes nas produções de conhecimento do Serviço Social sobre desastres, é importante elucidar que foram selecionadas e analisadas 64 pesquisas (41 dissertações e 23 teses) vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da área 32 da Capes. Essas pesquisas apresentaram dois tipos de abordagens na discussão sobre os desastres: diretas (com o objeto de estudo diretamente vinculado aos desastres) e indiretas (com os desastres aparecendo de forma transversal nas discussões).

Cabe ressaltar que essa análise das perspectivas teóricas não se refere a todo o conteúdo dos documentos, mas sim somente aos trechos em que se discute a questão dos desastres. Assim, por mais que alguns pesquisadores, quando abordaram o tema, não tenham utilizado a perspectiva crítica em suas análises, isso não significa que os trabalhos, de uma forma geral, não incorporem a perspectiva crítica. Essa elucidação é importante porque a ausência do paradigma contra-hegemônico foi observada em algumas pesquisas de abordagem indireta. Portanto, é preciso levar em consideração que a discussão sobre os desastres não era o foco desses trabalhos, o que, consequentemente, resultou em análises sobre o tema realizadas de maneira muito breve e sem o devido aprofundamento.

Assim, como achados da pesquisa verificou-se que as perspectivas do paradigma hegemônico se apresentaram em 93,7% das teses e dissertações analisadas, sendo que, de forma mais específica, a perspectiva da análise de risco foi identificada em 20 estudos, das ameaças naturais apareceu em 18 estudos, a da vulnerabilidade também foi sinalizada em 18 estudos e a comportamental em 4 estudos. Cabe ressaltar que essas perspectivas não se revelaram de forma isolada, aparecendo nos estudos de forma concomitante tanto com as perspectivas do mesmo paradigma, quanto com as perspectivas do paradigma contra-hegemônico, o que demonstra que ainda há na área do Serviço Social uma inconsistência teórica no debate sobre os desastres.

Conforme os dados apresentados, é possível identificar que as perspectivas do paradigma hegemônico aparecem de forma mais recorrente nas dissertações em comparação às teses. Essa diferença pode ser explicada em razão dos cursos de mestrados representarem o início da carreira acadêmica para os pesquisadores. Dessa forma, a escrita de uma dissertação inclui o desenvolvimento de um processo de maturidade intelectual e, em decorrência do curto período em que se desenvolvem, os mestrados podem ter um acesso menos amplo a debates críticos e de maior complexidade teórica em relação aos doutorandos.

Portanto, entende-se que, no início da trajetória acadêmica, as produções científicas possam apresentar termos e referências consolidados hegemonicamente no debate sobre os desastres, mas que acabam colidindo com a perspectiva crítica que orienta o projeto ético-político profissional do Serviço Social. Por outro lado, os discentes dos cursos de doutorado possuem mais tempo para a conclusão de suas teses, o que possibilita maior aprofundamento teórico e exploração de diferentes perspectivas e referências teóricas, o que os permite realizar questionamentos e problematizações do discurso hegemônico de forma mais estruturada, bem como de desenvolver análises críticas e proposições inovadoras no campo teórico.

Em relação a forma como as perspectivas estão presentes nos estudos, salienta-se que a comportamental teve a menor incidência e foi desenvolvida a partir de dois aspectos centrais: ao relacionar a ocorrência dos desastres com determinados tipos de comportamento presente nas ocupações humanas de territórios e ao procurar identificar as formas como os desastres “desorganizam” a vida das populações atingidas.

Diante da análise dessas pesquisas, observou-se que, por mais que apareça o reconhecimento de outros elementos na formação dos processos de desastres, o foco recai sobre os comportamentos individuais e na capacidade que as populações afetadas têm de se adaptar e de se recuperar após os momentos de crise, deixando em segundo plano uma análise mais crítica da conjuntura estrutural dos desastres. Além disso, por vezes, há uma sutil culpabilização dos comportamentos humanos pela exposição às situações de risco, principalmente no que diz respeito a ocupações de territórios e à construção de moradias.

No que concerne à perspectiva das ameaças naturais, observou-se que ela surge, principalmente, em trechos que reduzem os

processos de desastres aos fenômenos da natureza, como chuvas intensas, estiagem severa e deslizamentos de terra. Essa perspectiva também se fez muito presente nas escolhas terminológicas para se denominar os desastres. Salienta-se que, ao se fazer uso dessa perspectiva, o entendimento dos desastres como eventos pontuais é reforçado, da mesma forma que despolitiza os processos de desastres ao dissociá-los do modo como a racionalidade capitalista opera sob estruturas econômicas, sociais e políticas. Além disso, percebeu-se também que a perspectiva das ameaças naturais apareceu em combinação com outras perspectivas hegemônicas, como foi o caso da análise de risco e da vulnerabilidade.

É importante destacar que, levando em consideração todo o contexto da discussão, os pesquisadores não possuem a intenção de promover debates conservadores e acríticos, mas sim de incluir nos debates os fatores sociais e ambientais que implicam em processos de desastres. Entretanto, quando se escolhe determinados termos ou se discute certas causas da ocorrência de desastres de forma isolada, corre-se o risco de reproduzir discursos legitimados em perspectivas do paradigma hegemônico.

No que se refere à perspectiva da análise de risco, foi apreendido que ela tem aparecido nas teses e dissertações ao determinar desastres como “acidentes” ou como externalidades inesperadas ou incontroladas por grandes empreendimentos capitalistas e instituições públicas. Além disso, identificou-se que, dentro dessa perspectiva, os pesquisadores tendem a propor soluções nas estruturas públicas de fiscalização e controle. Consequentemente, apresenta-se um ponto de vista que foca na gestão do risco de desastres de forma enviesada, culpando a falta de fiscalização da atividade industrial e de medidas preventivas pela ocorrência dos desastres.

É importante elucidar que as ações de fiscalização e fortalecimento da prevenção nas políticas e serviços públicos são consideradas importantes quando se pensa na gestão do risco de desastres. Entretanto, é preciso ir além de soluções que não questionam o problema estrutural maior da formação dos processos de desastres, como o desenvolvimento a qualquer custo em busca de lucro, a exploração desenfreada dos recursos da natureza e a pauperização dos territórios e das populações locais.

A perspectiva focada no risco também apareceu combinada à perspectiva da vulnerabilidade, o que, contraditoriamente eviden-

ciou como as situações de risco e de vulnerabilidade são partes do processo e não o desastre em si. Cabe destacar que a perspectiva da vulnerabilidade, apesar de ainda aparecer com elementos do paradigma hegemônico, avança na direção de um debate mais crítico, pois compreende que os desastres não são eventos isolados e têm em sua formação a produção estrutural das desigualdades sociais. O debate dessa perspectiva nas Ciências Sociais já indicava esse avanço ao perceber que a precariedade das condições de vida e trabalho das populações mais vulneráveis aos desastres não é um fenômeno natural e isolado. Todavia, ainda persistem proposições dessa perspectiva focalizadas em soluções imediatistas voltadas para adaptações e ações de fortalecimento da resiliência das comunidades em situação de vulnerabilidade, sem discutir a relevância da sociabilidade capitalista para a formação dos desastres.

Diante dos debates teóricos com aporte nas perspectivas do paradigma hegemônico, entende-se que adotá-las de forma isolada na explicação sobre o que são os desastres é o caminho mais fácil. Contudo, ao utilizar combinações de elementos de perspectivas diferentes, os pesquisadores do Serviço Social demonstram ter compreendido o quão complexa é a formação dos processos de desastres, exigindo reflexões mais profundas, identificação de diversos elementos interligados e apropriação de referências teóricas de viés crítico ao modelo de produção hegemônico na atualidade.

No que diz respeito ao paradigma contra-hegemônico, entende-se que ele é, caracteristicamente, composto pelas perspectivas teóricas de viés crítico do campo de estudo dos desastres. Dessa forma, no Serviço Social, fazem parte do debate as contribuições da sociologia dos desastres do Brasil, do ecossocialismo, do pensamento decolonial, da teoria marxista da dependência, entre outras, tendo em comum, de uma forma geral, a perspectiva crítica marxista.

Diante disso, a partir das análises das teses e das dissertações, foi possível identificar que os pesquisadores da área do Serviço Social também fundamentam suas discussões na direção crítica, visto que o paradigma contra-hegemônico está presente em 59 estudos, sendo 38 dissertações e 21 teses, e em todas as pesquisas de abordagem direta sobre o tema. Em geral, percebeu-se que as discussões partem de uma temática mais geral, a crise ambiental e sua relação com o modo de produção capitalista, para as especificidades dos processos de desastres focos dos objetos de estudo.

Dentre as principais perspectivas teóricas presentes nesse paradigma, está a Sociologia dos Desastres, liderada no Brasil pela autora Norma Valêncio. A influência dessa autora foi de fundamental importância para a apresentação do conceito de desastres adotado por pesquisadores da área do Serviço Social. Assim, a Sociologia dos Desastres contribuiu para o entendimento dos desastres como processos sociopolíticos que não se resumem aos ápices de crise. Além disso, as teses e dissertações do Serviço Social também fizeram uso da Sociologia dos Desastres para explicar como a gestão de desastres enfrenta desafios no âmbito estatal, ressaltando os conflitos presentes nas relações entre afetados, gestores e instituições públicas.

Uma forte característica das contribuições dos pesquisadores do Serviço Social para o paradigma contra-hegemônico refere-se ao entendimento da imbricação dos desastres ao modo de produção capitalista. Principalmente ao discutir a questão da mineração e dos desastres envolvendo os grandes empreendimentos mineradores em Minas Gerais, os pesquisadores apontaram que o lucro e a produção das *commodities* para abastecer o mercado internacional estiveram acima da vida das pessoas afetadas pelo rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho.

Ademais, as pesquisas demonstraram, a partir da influência das discussões da teoria da dependência, que esse modelo de exploração capitalista tem suas especificidades na América Latina, especialmente no Brasil, fundamentadas em baixos custos de mão de obra, leis de proteção ambiental frágeis, oferta de exploração de recursos naturais em abundância e proteção de um Estado a serviço dos interesses burgueses. Ressalta-se que a teoria marxista da dependência fundamentou importantes contribuições para as pesquisas do Serviço Social sobre desastres. Ao alicerçar a concepção de que os desastres não são eventos isolados, essa perspectiva ressaltou de forma crítica o projeto societário de exploração do Sul global baseado em um desenvolvimento dependente e às custas do meio ambiente e das vidas humanas.

Outrossim, os debates realizados no paradigma contra-hegemônico enfatizaram a impossibilidade de se evitar por completo a ocorrência de desastres e o alcance de um desenvolvimento sustentável dentro da racionalidade produtiva capitalista. Os pesquisadores evidenciam que as propostas dentro do capitalismo verde são

ilusórias, não vão proteger as sociedades dos desastres e não alcançarão a sustentabilidade socioambiental. Além disso, as pesquisas da área assinalaram que os desastres são uma consequência direta desse modelo de desenvolvimento de economia predatória

Uma outra importante influência teórica presente nos debates fundamentados no paradigma contra-hegemônico, diz respeito a discussão sobre justiça ambiental realizada por Henry Acserald. Conduzidos pelas produções do referido autor, os pesquisadores do Serviço Social explicitaram as questões de gênero e de raça presentes entre a população mais afetada pelos desastres no Brasil. Portanto, foram pontuados o racismo ambiental vivido por pessoas pretas, povos originários e tradicionais, bem como explicitou-se como a população mais empobrecida e vulnerabilizada pelos grandes empreendimentos capitalistas é ignorada, tanto no atendimento às suas demandas, quanto no reconhecimento de seus direitos por parte do poder público.

Ademais, as pesquisas demonstraram que a discussão sobre risco não precisa, necessariamente, estar inserida na perspectiva objetivista da análise de risco do paradigma hegemônico. Assim, fundamentados em Acserald, os pesquisadores expuseram que a categoria risco, ao ser entendida como uma construção social baseada numa distribuição desigual, é também uma questão de classe dentro de um sistema produtor de injustiças ambientais.

Sob a perspectiva do pensamento decolonial, as pesquisas da área do Serviço Social também puderam contribuir com o debate sobre os desastres. A partir dessa perspectiva, foram evidenciadas as influências da formação social, política e histórica na produção de processos de desastres no Brasil, destacando a não normalidade nos momentos antecedentes aos ápices de crise dos processos de desastre, além de corroborar a discussão sobre como a racionalidade capitalista é determinante nesses processos e como eles atingem a população brasileira de formas diferentes a depender da raça, do gênero e da classe que pertencem.

Por fim, nas perspectivas presentes nas discussões do paradigma contra-hegemônico, também outros autores da vertente marxista estiveram presentes nos debates, como István Mészáros, François Chesnais, Claude Serfati, Paul Burkett, John Bellamy Foster, Brett Clark, Michel Löwy, além das próprias obras de Engels e Marx. Dentre essas vertentes, o ecossocialismo, defendido principalmente

por Löwy, destacou-se nas pesquisas ao alicerçar um debate aprofundado sobre a relação entre homem e natureza na sociabilidade capitalista e apontar a necessidade de ser realizada uma transição urgente para uma sociedade baseada na igualdade, na democracia, nos limites da natureza e em um sistema produtivo voltado para atender as reais necessidades humanas. Outrossim, os fundamentos do ecosocialismo foram apontados como relevantes para se pensar as ações de prevenção aos desastres, visto que no atual modelo de produção o foco está nas ações de resposta, pois, em sua racionalidade de exploração a qualquer custo, não se visa erradicar os desastres, visto que seria necessária uma transformação social e ambiental estrutural.

Considerações finais

O Serviço Social é uma área de conhecimento que se dedica aos estudos sobre desastres de forma mais recorrente há pouco tempo. Como ponto comparativo, enquanto as Ciências Sociais se dedicam à temática desde a primeira década do século XX, o Serviço Social passou a ter uma maior incidência de pesquisas sobre desastres a partir dos anos 2000. Portanto, é uma área que ainda está em fase de consolidação no campo dos desastres, com potencial de crescimento - por ser também uma profissão que responde aos desastres desde a década de 1940 -, mas também com muitos desafios teóricos enquanto área de produção de conhecimento.

Portanto, no que diz respeito às perspectivas teóricas que embasam a concepção de desastres na produção de conhecimento do Serviço Social, ressalta-se que tanto as perspectivas do paradigma hegemônico, quanto as do paradigma contra-hegemônico estão presentes nas teses e dissertações. Isso indica que ainda há na área do Serviço Social uma inconsistência teórica no debate sobre os desastres, que pode ser justificada pela área ainda estar no início de sua trajetória de consolidação no campo acadêmico dos desastres. Por outro lado, os pesquisadores da área agregaram ao debate crítico contribuições importantes da sociologia dos desastres do Brasil, do ecossocialismo, do pensamento decolonial, da teoria marxista da dependência, entre outras, tendo em comum, de uma forma geral, a perspectiva crítica marxista.

Em síntese, a orientação crítica está presente nas teses e dissertações da área do Serviço Social na discussão do tema. Mesmo

diante de uma hegemonia conservadora no campo de estudos sobre desastres, o Serviço Social tem contribuído com análises pautadas em uma pluralidade de perspectivas progressistas e críticas que conformam os desastres como processos complexos e multidimensionais. Além disso, os pesquisadores ratificam as causas políticas, econômicas, históricas e sociais que se configuram como estruturas sólidas de uma racionalidade e de um projeto societário que produz riqueza às custas da exploração desenfreada da natureza e da vida de milhares de pessoas.

Além disso, a partir das perspectivas do paradigma contra-hegemônico, os pesquisadores indicaram importantes caminhos para se pensar a prevenção, o trabalho e a gestão de desastres na atualidade. Outrossim, os estudos contribuem com uma produção de conhecimento qualificada para ser usada na formulação de serviços e políticas públicas de prevenção e resposta aos desastres baseada em dados científicos. Portanto, as vertentes críticas apresentadas se estabelecem como importantes pressupostos a serem apropriados pelos assistentes sociais no fomento de uma práxis comprometida com o alcance da unidade dialética composta por teoria e prática.

Ademais, também se identificou que a área ainda se insere no campo dos desastres de forma transversal, tendo em suas produções uma abordagem predominantemente indireta sobre o tema. Assim, é importante que o Serviço Social fortaleça essa discussão em seus currículos de formação profissional e acadêmica, aumente o número de linhas de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação voltadas para o debate da questão socioambiental e dos desastres na sociabilidade capitalista, além de incluir com mais destaque a temática em seus congressos, conferências, seminários e encontros da categoria.

Assim, reafirma-se a atualidade da discussão na área acerca dos princípios do projeto ético-político do Serviço Social na luta pelo fortalecimento dos movimentos populares democráticos, da justiça social e da luta em defesa da classe trabalhadora em tempos de desastres. Por fim, espera-se que as análises apresentadas neste capítulo suscitem novas indagações sobre o tema dos desastres na área do Serviço Social, visando fortalecer cada vez mais o alinhamento da profissão às demandas sociais mais emergentes na atualidade: a busca por uma transformação radical e a construção de uma nova ordem societária, livre da exploração capitalista da vida humana e da natureza.

Referências

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Tradução: Marcela Couto. São Paulo: Editora Elefante, 2021. E-book Kindle.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil**. 2017. 255 folhas. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2021. E-book Kindle.

LAVELL, Allan. *Ciencias sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso*. In: Maskrey, Andrew (Org). **Los desastres no son naturales**. Ciudad de Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red), 1993.

LAVELL, Allan; FRANCO, Eduardo (Editores). **Estado, sociedad y gestión de los desastres en América Latina: En busca del paradigma perdido**. Lima: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red); Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO); Intermediate Technology Development Group (ITDG), 1996.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. IN VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: EdRima, 2009.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul, 2001.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e**

saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141-160.

ROMERO, Gilberto; MASKREY, Andrew. *Como entender los Desastres Naturales*. In: Maskrey, Andrew (Org). **Los desastres no son naturales**. Ciudad de Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina (La Red), 1993.

SULAIMAN, Samia N.; NOGUEIRA, Fernando R.; CARVALHO, Celso S.; COUTINHO, Sonia M. V.; LEITE, Marília de A. B.; MOURA, Rodolfo B. Da teoria à prática: Como evoluíram as visões e as aplicações sobre a Gestão de Riscos e Desastres. In: Ministério do Desenvolvimento Regional. **GIRD+10 Caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres**. Brasília: Sedec, 2021.

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma et al. (Orgs). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

A QUESTÃO DOS DESASTRES E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Hamida Assunção Pinheiro
Bárbara Cristina Lira da Silva
Jalna Gordiano de Mendonça

Introdução

Este capítulo, fruto de revisão de literatura norteadada pelo materialismo histórico-dialético, tem como objetivo refletir sobre a temática de desast[re]s e suas aproximações com a produção do conhecimento que vem sendo realizada pela Área de Serviço Social. Esta relação de proximidade se deve ao fato de que, historicamente, os/as assistentes sociais têm sido chamados/as para intervir em situações emergenciais e/ou de calamidade pública decorrentes de desastres. Diante disso, a discussão dos desastres tem se tornado cada vez mais importante, necessária e até urgente, haja vista que vivemos tempos bem marcados por tantas situações disruptivas, tais como: secas, enchentes, deslizamentos de terras, altas temperaturas, aquecimentos das águas etc.

O capítulo está estruturado em dois tópicos além da introdução e das considerações finais. No primeiro tópico são feitas algumas reflexões sobre o conceito de desastres e sua vinculação intrínseca com o modo de produção capitalista. No segundo tópico são discutidas as principais nuances e características da produção de conhecimento que tem sido realizada pela Área de Serviço Social, a partir de Trabalhos de conclusão de curso (TCC), pesquisas de iniciação científica e também de dissertações que têm sido desenvolvidas pelos discentes e docentes da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Vale mencionar que estas pesquisas trazem resultados preliminares vinculados

aos Projetos guarda-chuvas, a saber: 1) “Investigação da Gestão do Risco de Desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência”, que é financiada pela parceria FAPERGS/FIOCRUZ, via edital no. 13/2022 Rede Saúde; 2) “Identificação e difusão de inovações tecnológicas para enfrentamento de desastres desenvolvidas pelo Serviço Social no Brasil, Austrália, Itália e África do sul”, o qual foi aprovado com financiamento pela Chamada Universal do CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021.

Subsidiando A Discussão De Desastres

A compreensão da relação entre homem e natureza é algo essencial na história da sociedade capitalista, assim como também é necessária para o entendimento dos seus antecedentes. Neste texto, o ponto de partida é perceber que a questão social¹ e a questão ambiental partem do mesmo embasamento, ou seja, da compreensão das dinâmicas contraditórias que sustentam o modo vigente.

Para Marx (2010) foi o trabalho nas fábricas, advindo com a emergência da economia capitalista, o responsável por propiciar um afastamento entre homem e natureza e, dessa forma, por trazer também prejuízos inclusive na dimensão espiritual: “a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (p. 84). Ou seja, homem e natureza são complementares e interdependentes.

Entretanto, foi o crescimento e a consolidação do modo de produção capitalista, ocorrido ao longo de pelo menos quatro séculos, que introjetou uma nova forma de organização social, a qual

1 A questão social, entendida como as expressões resultantes do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora (industrial e urbana) na sociedade capitalista, como bem nos ensinam Iamamoto e Carvalho (2001) na clássica e pioneira obra escrita na década de 1980, intitulada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”. Sobre a questão social na atualidade Ortiz, Pinheiro, Cantalice, Goin e Reidel (2021) afirmam que a discussão é essencial para a área de Serviço Social, tendo em vista que o assistente social é reconhecido como um dos profissionais especializados para atuar nas suas diversas manifestações. Todavia, não é uma discussão que suscita unanimidade, é assunto gerador de polêmicas e dissonâncias, mas que, no projeto ético-político vigente desde a década de 1990, se explicita de modo hegemônico e consensual à luz da perspectiva crítica marxista que norteia o referido projeto.

trouxe profundas mudanças para a relação homem e natureza, e que, por sua vez, gerou e continua gerando crise social e ambiental cada vez mais profunda.

A crise ambiental, explicitada nos dias de hoje principalmente pelas consequências climáticas (derivando de piora da qualidade do ar, de enchentes, de secas extremas, de tufões etc.), é resultante dos processos de industrialização e de urbanização avassaladores, que, por sua vez, foram e continuam sendo necessários para sociedade capitalista (Schons, 2012).

Nas sociedades pré-capitalistas, diz o Leff (2009), a natureza era empregada como fonte de subsistência, suporte da riqueza material e imaterial. Já com o avanço do sistema capitalista de produção e o consequente processo de globalização, a relação entre homem e natureza passa a ser orientada pela degradação ecológica, desintegração cultural e iniquidade social. Na sociedade capitalista em que vivemos, a organização da vida se dá sob outro ritmo de tempo. O tempo é cronológico e norteia a reprodução social que tem como objetivo a produção incessante de riqueza material. Nessa dinâmica, o trabalho deixa de ser uma função social voltada para o bem coletivo e passa ser um meio para aquisição de uma renda em dinheiro. Nesse tipo de sociedade, o consumo de mercadorias é altamente estimulado, muitas vezes de forma irracional, se consideramos a real necessidade dos indivíduos.

Leff (2009) afirma que, de certa maneira, o sistema capitalista fez romper a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. O processo de acumulação do capital, na ânsia de produzir cada vez mais lucro, toma os recursos naturais exacerbadamente como objeto para a produção de mercadoria. Essa dinâmica gera o que o autor denomina de irracionalidade produtiva. A irracionalidade produtiva ocasiona, a médio e longo prazo, a degradação do potencial produtivo do ambiente em nome da maximização dos ganhos privados.

A superexploração do ambiente², isso é, tanto dos recursos da natureza quanto da força de trabalho do homem, é ideia que sustenta o modo de produção capitalista desde os seus primórdios. Para a racionalidade do sistema capitalista de produção é vital que homem

² O ambiente, entendido à luz do pensamento de Reigota (2010), é um termo usado para indicar lugar determinado ou percebido no tempo, no qual elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e interativa. Dessa forma, envolve processos de criação cultural e tecnológica, além de históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

e natureza estejam empenhados em prol da acumulação progressiva de capital. Desse modo, é sob esta racionalidade que a natureza tem sido, a nosso ver, erroneamente, compreendida como fonte inesgotável de matéria-prima. Tudo em troca do dito crescimento econômico, o qual gera muitas desigualdades, injustiças e violações de direitos no mundo.

A lógica indiscriminada³ no uso dos recursos naturais, os quais têm sido, muitas vezes, entendidos como pertencentes à classe dominante, é o que propicia o que se tem denominado no âmbito acadêmico e na sociedade em geral de questão socioambiental.

Quando o meio ambiente passa a ser propriedade do homem para produzir lucro e quando surgem fenômenos sociais na relação homem e natureza é que nasce a questão socioambiental – problema esse imposto pelo capitalismo –, não relacionando o problema somente a questões geofísicas, e sim, gerando problemas sociais que precisam de resolutividade (Nascimento e Barbosa, 2020, p. 03).

O modo de produção capitalista é motor de desigualdades. Há quem o defenda e há quem o condene. No caso do Serviço Social, como profissão e como área de conhecimento, temos clareza de que a formação e o trabalho devem apontar para outra forma de socialidade, distante dessa lógica antagônica entre classes sociais que gera desigualdade social, opressão e violências de gênero, de raça, de geração etc.

Nessa linha de contraposição ao capitalismo, Sachs (1997) assinala que se faz necessário buscar alternativas que unam o desenvolvimento aos fatores sociais, de forma a estimular a distribuição de renda e não estimular o consumismo desenfreado, porém sem deixar de lado o crescimento. Para o autor, isso seria possível se os países adotassem uma postura baseada no respeito à natureza. Contudo, essa postura não é compatível com a avidez por lucro amplamente defendida e praticada pelos capitalistas. Essa mediação não é simples, na realidade, ela é bem complexa e até utópica.

³O mundo moderno é assombrado pela lógica perversa da acumulação incessante, onde cada vez mais recursos humanos e naturais são explorados para garantir o bem-estar de uma pequena parcela economicamente privilegiada. Obviamente que, no meio desse processo, grande quantidade de pessoas é levada ao consumo demasiado e outras tantas são impedidas, pela ausência de renda, de consumir mercadorias de primeira necessidade. Este encadeamento é o que na visão de Leff (2009) podemos denominar de racionalidade econômica.

Löwy (2010) avança trazendo críticas ferrenhas ao crescimento econômico, afirmando que já não temos mais tempo para discutir sobre o que fazer a respeito das gerações futuras, e sim sobre a nossa geração, nos situando acerca da necessidade de urgência das nossas ações. É necessário que haja mudanças nos meios de produção o quanto antes, através de reformas ecossociais, tendo em vista que estamos vivendo tempos nos quais as superpotências têm sugerido soluções que parecem milagrosas, mas que de fato não são e têm tido pouca adesão e resultados modestos, fazendo assim alastrar cada vez mais o cenário de destruição e de crise.

O fato é que o sofrimento pela crise climática afeta de forma mais profunda as pessoas em situação de pobreza. Em termos de impacto sobre o planeta, de acordo com Schons (2012), o estilo de vida de 1 norte americano equivale a dez africanos ou asiáticos, ficando nítido aqui os componentes de injustiça ambiental, fruto do imperialismo ambiental.

É evidente que o crescimento não se deu de forma igual no mundo e que as injustiças sociais e ambientais são muito mais graves nos países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil. No Brasil, a questão socioambiental, apesar de se ter um aparato jurídico até robusto, é permeada de grandes conflitos relacionados à posse da terra, à questão de moradia, à dimensão étnico-racial etc.

As primeiras legislações na área ambiental⁴ surgiram na era Vargas, em 1934, com o Código das Minas, o Código das Águas e com o Código Florestal. Entretanto, no período de Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a preocupação com o meio ambiente deu lugar ao avanço da política desenvolvimentista, na qual a preocupação com o meio ambiente não teve lugar de destaque. E, além disso, foi também nesse período que houve um grande incentivo para ocupação da Amazônia a qualquer custo, o qual, operou dizimando os povos indígenas sob a justificativa do desenvolvimento.

Conforme Dutra (2021), até a década de 1960, o termo desastre estava bastante vinculado às guerras, sendo levado em consideração apenas fatores externos às situações de normalidade no

4 Rodrigues (2010) reconhece que é a partir do final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, que os desastres passaram a ser considerados como preocupação de maior importância. Não obstante, é em 1989 que, em Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), foi instituída a década de 1990 como “Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais”. No Brasil, diversos dispositivos legais foram criados a partir da Constituição de 1988 com o intuito de responder aos danos causados por desastres, além disso, há o reconhecimento da responsabilidade estatal pelas situações de desastres.

funcionamento da sociedade capitalistas. A partir de 1970 iniciam os estudos sob a ótica das Ciências Sociais, os quais buscam análises mais abrangentes e evidenciam que a sociedade capitalista é geradora de desastres. Nessa mesma época, a autora afirma que Quarantelli desponta como principal expoente no assunto, fazendo críticas pela ausência de investimentos em determinados temas concernentes, como é o caso dos desastres.

À época, a Sociologia dos Desastres surge trazendo contribuições sobre o conceito de desastres a partir de uma visão contra hegemônica. Nesse espaço, Quarantelli (2015) afirma que desastres resultam de ações humanas e, em razão disto, não são eventos isolados. São produtos derivados de um sistema social no qual aparecem e é nesse contexto que se encontram explicações e respostas para o tratamento dos mesmos.

Para Dutra (2017), tomando como ponto de partida os estudos de Quarantelli, desastres são fenômenos sociais com origem na dinâmica da sociedade, são resultantes de processos socio-políticos e emergem provocados também pela situação de vulnerabilidade que a sociedade de classes alimenta em prol do crescimento constante do capital. Ou seja, desastres podem ocorrer inclusive sem o impacto de fatores físicos externos, visto que é no funcionamento ordinário da economia capitalista que as situações de desastres são produzidas.

Os estudos de Dutra (2017) negam a interpretação de desastres como evento e questionam as ações voltadas meramente para a reconstrução física/estrutural e realocação de pessoas no mesmo ou em outros territórios, salientando que, muitas vezes, tais procedimentos, que são amplamente adotados no país, se tornam cenário de novos desastres. Portanto, as situações de desastres podem se desdobrar em fatores como acidentes, desabrigoamento, emergência e/ou calamidade pública, que ocasionam a vulnerabilidade da população, motivo pelo qual os desastres contribuem para o aumento da desigualdade e sofrimento da classe trabalhadora que se encontra à mercê de um sistema que busca o lucro a qualquer preço.

A autora menciona que os fenômenos físicos ainda são muito usados como justificativa para os desastres, visando demonstrar uma certa ocasionalidade, por isso, ainda há, indevidamente, grande utilização do termo “desastres naturais”. A percepção dos desastres como “naturais” obscurece os amplos processos estruturais de desigualdade social e econômica inerente ao capitalismo, sendo, por-

tanto, produzida por uma perspectiva conservadora e defensora da economia capitalista como única forma de organização social.

Numa perspectiva restrita, conservadora, moralizadora e excludente, com a qual não dialogamos, a naturalização dos desastres e a culpabilização das pessoas afetadas só agudiza ainda mais as expressões da questão social. De acordo com Dutra (2021) entre 1960 a 2008 foram registrados 94 desastres no país, com 5.720 mortes e 15 milhões de afetados (desabrigados e desalojados). Só em 2008 cerca de 1,8 milhões de afetados por desastres (ditos naturais). E do período de 2000 a 2010 foram registradas cerca de 60 “catástrofes naturais”, com mais de 7,5 milhões de vítimas.

Dutra (2021) destaca que a maioria das vítimas dos desastres são pessoas pobres, não brancas e em condições precárias de moradia. São elas que têm seus parentes soterrados, seus meios de vida destruídos, seus alimentos contaminados, dentre outras violações de direitos que ultrapassam o desastre em si. Nesse sentido, é de grande relevância que a compreensão de desastres ocorra a partir de uma perspectiva crítica, buscando questionar a abordagem hegemônica que ainda é tão presente em documentos oficiais, nas mídias e na sociedade de modo geral. É com esse olhar que se pode superar a visão de culpabilização das vítimas dos desastres e também o fato de que é a própria engrenagem da sociedade de classes a maior causadora de desastres. Eis dois desafios que são inadiáveis no tempo presente.

Desastres e a produção de conhecimento na área de Serviço Social

No Brasil, os estudos sobre desastres, principalmente na perspectiva crítica, são relativamente recentes, o que explica certos dissensos e polêmicas que ainda estão em vias de discussão e amadurecimento. Sendo assim, é preciso registrar que a temática é complexa, multifacetada e que desafia a sociedade para produzir novos conhecimentos. É nessa seara que a Área de Serviço Social tem se inserido e contribuído com o debate, com as reflexões e com a difusão da temática.

Apesar de grande parte da produção de conhecimento sobre o tema ser bem recente, os/as assistentes sociais são chamados/as para intervenção em desastres há bastante tempo. Fato este que, por si só, deve gerar a necessidade de investigações sobre a temática, princi-

palmente porque o trabalho profissional no Serviço Social requer duas dimensões articuladas: a interventiva e a investigativa.

O trabalho de assistentes sociais junto às vítimas de desastres tem grande reconhecimento social, sobretudo no momento em que o desastre acontece e no momento posterior imediato. Tanto é que no próprio Código de Ética profissional, art. 3º., item d, consta que é dever profissional: “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades”.

Dutra (2017; 2021) salienta que o trabalho profissional neste campo geralmente se volta para os impactos pós-situação de calamidades e para os atendimentos delas decorrentes, o que suscita a necessidade de refletir criticamente a fim de pensar intervenções que superem o caráter imediatista e estejam presentes em todo processo de planejamento, elaboração e execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que foi instituída pela lei nº 12.608/2012.

Na visão da autora, com a qual concordamos, é imprescindível pensar o trabalho e a produção de conhecimento sobre desastres para além do atendimento que deve ser prestado às vítimas. É preciso discutir o trabalho profissional não apenas na ponta operacional da política, mas também no planejamento e na gestão, ou seja, nos momentos que podem contribuir para adiar ou evitar os desastres. É muito importante analisar e difundir a gestão do risco de desastre, nesse quesito a Área de Serviço Social também pode contribuir.

Diante da necessidade de aprimorar o trabalho de assistentes sociais em situações de desastres e calamidades é imperioso destacar a importância da produção do conhecimento científico tanto no âmbito da graduação como da Pós-graduação. Sobre a produção do conhecimento da área, Dutra (2017) acredita que:

A formação de caráter generalista e o acúmulo na produção de conhecimento sobre Estado, políticas sociais e temas afins que marcam a profissão, qualificam a categoria na composição de espaços de debate, contribuindo para o preenchimento de lacunas existentes (p. 21).

Diante disso, merecem destaques aqui alguns resultados, ainda preliminares, das pesquisas que têm sido realizadas por discentes

e docentes do Serviço Social da UFAM, tanto em nível de graduação como também de Pós-graduação, as quais se vinculam aos Projetos guarda-chuvas mencionados na introdução deste capítulo.

A primeira investigação é oriunda de iniciação científica cujo tema é “O é trabalho do/a assistente social em desastres: demandas, atribuições e competências em foco”, qual também gerou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o título: “O trabalho de assistentes sociais em desastres: antiga realidade, novas urgências”. Nesta, Pinheiro e Lins (2023) realizaram levantamento bibliográfico⁵ sobre a temática, selecionando o período de 2017 a 2023, e buscando identificar nos anais dos grandes eventos nacionais da área de Serviço Social, nos periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a produção de conhecimento da área sobre o tema.

Mais especificamente, as fontes selecionadas pelas autoras foram os anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado em 2018; os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 2019; as dissertações e teses vinculadas aos 38 programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Área de Serviço Social disponíveis no banco de dados da CAPES; e oito periódicos de grande circulação na área, a saber: 1) Serviço Social e Sociedade, 2) Cadernos de Saúde Pública, 3) Katálysis, 4) Argumentum, 5) Revista de Políticas Públicas da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), 6) Ser Social, 7) Textos e Contextos e 8) Temporalis.

A partir deste levantamento e das análises dele decorrente, as autoras afirmam que neste período não houve uma produção expressiva na área de Serviço Social em termos quantitativos, sendo identificadas apenas: 1 tese; 12 dissertações; 9 artigos em periódicos; e 3 artigos completos em anais de Eventos, totalizando 25 produções.

As autoras destacam que algumas das produções encontradas a partir de 2021 exploram o contexto da pandemia da Covid-19 e que a abordagem desse tema tem estimulado maior problematização em torno dos desastres. A pandemia foi um desastre, ainda que nem sempre tal fato seja abordado de forma clara pelos órgãos oficiais nacionais e internacionais. De forma indireta, a pandemia da Covid-19 também provocou e ainda tem provocado reflexões ainda mais profundas sobre o significado de desastres.

5 No relatório de pesquisa, as autoras informam que o levantamento foi realizado a partir dos seguintes descritores: Desastre; Calamidade; Emergência; Trabalho profissional; Pandemia; COVID-19; Deslizamento; Rompimento; Barragem; Incêndio; Inundação; e Alagamento.

Outra investigação que merece menção foi realizada por Pereira (2024), como TCC de Graduação, com o título “A produção de conhecimento sobre desastres na pós-graduação brasileira da área de serviço social”. Este TCC foi antecedido pela pesquisa de iniciação científica “Serviço Social e Desastres: A contribuição teórica da Pós-Graduação do Serviço Social sobre desastre no Brasil”. Nestes estudos, a autora identificou e analisou 29 trabalhos, dentre os quais 23 dissertações e 6 teses, referente ao período de duas décadas, de 2002 a 2022. Este levantamento, tal como o de Pinheiro e Lins (2023), comprovou que a temática ainda carece de mais investigações e adensamento, sobretudo para subsidiar o trabalho de assistentes sociais em desastres, o qual, na maioria das vezes, é desenvolvimento de forma não sistemática e apenas no momento de ocorrência dos desastres, como bem aponta também Dutra (2017; 2021).

Para Pereira (2024) as pesquisas produzidas sobre desastres são de grande relevância social e política, uma vez que abordam não apenas os desastres de forma teórica, conceitual, mas principalmente detalham as situações vivenciadas pela classe trabalhadora que tem não só sua rotina interrompida, costumes afetados, perda de terras e/ou de casas, mas também ficam com a saúde física e mental abalada no imediato e também por algum tempo após a ocorrência.

A autora organizou os trabalhos levantados nos 38 Programas de Pós-graduação da Área de Serviço Social e os analisou por região. Assim, conseguiu perceber que a região Norte é a que produziu menor quantidade de trabalhos (total de 4 trabalhos) e a Sudeste é que teve maior número (total de 16 trabalhos). Isso se deve também pelo fato de serem as regiões com o menor e com o maior número de Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social, respectivamente: 3 e 12. As regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste possuem respectivamente: 3, 8 e 12 Programas. Nas demais regiões foram encontrados: 7 trabalhos no Sul, 1 trabalho no Centro-Oeste e 1 no Nordeste.

Quanto aos destaques, Pereira (2024) registra que o crime ambiental provocado pela mineradora Samarco em Mariana/MG, em 2015, é foco de 9 trabalhos encontrados e também que há 3 trabalhos sobre a exploração de minério em Bacarena/PA. Chama atenção o fato da região Nordeste, que possui a mesma quantidade de Programa de Pós-Graduação que a região Sudeste, ter apenas 1 trabalho, até mesmo porque se trata de região que sofre com o desastre da seca ao longo de várias décadas.

Outro estudo, em nível de pós-graduação, que se debruça sobre teses e dissertações produzidas na Área de Serviço Social no período de 2002 a 2023 é o de Costa (2024), o qual encontrou 64 pesquisas, sendo 41 dissertações e 23 teses, que foram classificadas em dois tipos de abordagens, a primeira como diretas (nas quais o objeto de estudo são os desastres) e a segunda como indiretas (nas quais os desastres aparecem de forma transversal). O primeiro grupo teve um conjunto de 19 dissertações e 6 teses, revelando assim que a abordagem indireta é mais comum na Área de Serviço Social.

Nas suas análises para a construção da dissertação, a autora observou também que diferentes palavras têm sido empregadas para indicar o termo desastres. Ela catalogou um conjunto de 56 palavras diferentes para indicar desastres nas pesquisas analisadas, e explicou que, por isso, nem sempre a palavra desastre está presente nas investigações. Tal fato revela inconsistência conceitual assim como fragilidade no que se refere ao posicionamento ideológico para as investigações e para o enfrentamento no cotidiano de trabalho.

Outro achado muito relevante da investigação de Costa (2024) é o fato de que 30 dos 64 estudos analisados tratam de desastre propriamente dito, apenas 3 estudos são teóricos, 4 abordam o risco de desastre e 27 discutem o risco concomitante ao acontecimento de desastre. Esta classificação permite demonstrar que o fato de assistentes sociais serem chamados a atuar durante o desastre propriamente dito e no imediato do pós-desastre, isso repercute na escolha e delimitação do tema de pesquisa. Ou seja, os estudos tratam majoritariamente do desastre instalado e do tratamento dado no imediato posterior ao acontecimento: “análise das teses e dissertações aborda essa questão, identificando que a posição mais ocupada pela categoria na gestão de desastres ainda é a de execução das ações de cunho imediato e emergencial” (p. 89).

Outra evidência deste fato se dá quando a autora elenca os enfoques encontrados nas pesquisas em 6 grupos não excludentes, ou seja, várias pesquisas têm mais de 1 enfoque, são eles: 1) o trabalho (aparece em 22); 2) a questão socioambiental (aparece em 25); 3) as normas jurídicas (aparece em 20); 4) o impacto em vítimas (aparece em 50); 5) o impacto ambiental (aparece em 36); e 6) gestão/intervenção pública em desastres (aparece em 35). É importante perceber que os impactos nas vítimas é o enfoque que mais aparece nas pesquisas, foi abordado em 35 dissertações e 15 teses, ou seja, em 85,9% dos trabalhos analisados.

Costa (2024), a partir de suas apreciações, reitera a importância do entendimento dos desastres como uma forma de expressão da questão social e, conseqüentemente, afirma ainda que tal entendimento colabora para a efetivação de uma gestão de desastres pública e mais democrática no Brasil. Contudo enfatiza que apenas 13 estudos (7 dissertações e 6 teses) indicaram explicitamente que desastres agudizam ou são parte das expressões da questão social. Fato este muito preocupante, tendo em vista que a discussão da questão social se configura como central na formação e no trabalho de assistentes sociais.

Não podemos deixar de salientar que a questão social é objeto de trabalho dos/as assistentes sociais e, sendo assim, é de extrema relevância que suas expressões sejam compreendidas a partir de uma visão de totalidade, capaz de captar a dinamicidade e as contradições intrínsecas à realidade.

Considerações finais

Historicamente, a humanidade extrai da natureza os recursos necessários para a manutenção da vida, contudo, é a partir do fortalecimento da sociedade capitalista que essa relação se torna predatória. Na contemporaneidade, tem se tornado cada vez mais evidente que a interação destrutiva do homem sobre a natureza produz uma série de danos sobre os recursos e também sobre o próprio homem. O cotidiano na sociedade de classes está cheio de exemplos, que vão desde a violência urbana, o desemprego a até mesmo o agravamento da questão climática.

Assim, considerando a finitude de vários recursos naturais e a superexploração da força de trabalho, é urgente refletir e produzir conhecimento que possam subsidiar uma mudança de rota. Desse modo, acreditamos firmemente que a racionalidade econômica deve ser questionada, pois caso isso não ocorra as consequências já estão sendo terríveis e tendem ao agravamento.

Diante do exposto, esta realidade, ou seja, a relação homem/natureza estabelecida no tempo presente se constitui como um campo de discussão frutífero, fundamental e muito polêmico para diversas áreas, dentre elas o Serviço Social. Merece destaque a afirmação, à luz das ideias de Dutra (2017), que o profissional do Serviço Social

tem condições, adquiridas no processo formativo, para realizar intervenções qualificadas tanto na execução das ações de atendimento às populações que sofrem com a ocorrência dos desastres como na gestão do risco de desastres, sendo seu trabalho decisivo para a efetivação dos direitos dos sujeitos afetados.

Perante a isso, é possível afirmar que já passa da hora dos profissionais de Serviço Social, quando chamados a intervir no momento do desastre, desenvolverem um trabalho sistemático, voltado para viabilização de direitos no seu sentido mais amplo e que não se encerre na assistência imediata, o que é respaldado tanto pela Lei de Regulamentação, bem como pelo Código de Ética Profissional.

Como podemos observar a partir das pesquisas realizadas, ainda é muito comum que a assistência prestada nessa área esteja restrita ao fornecimento de bens e materiais de primeira necessidade e que não seja oferecido um atendimento que ultrapasse o momento imediato do desastre.

É preciso tornar o trabalho nessa área cada vez menos improvisado, com maior previsibilidade e planejamento possível, sendo inclusive capaz de intervir positivamente na gestão do risco e que não seja pautado em ações meramente assistencialistas. Todavia, para que isso ocorra, sabemos que existe um grande desafio para além do compromisso que deve ser assumido pelos profissionais que trabalham na área, o qual extrapola a decisão/autonomia profissional. É preciso que o Estado assuma uma proteção social ampla e continuada, ofertando os serviços após o acontecimento de desastre e que reconheça a importância de agir antes que o desastre se instale, ou seja, na prevenção do risco e na promoção da saúde.

Como se vê, são vários os desafios nesse campo de atuação e a produção de conhecimento da Área de Serviço Social tem potencial para contribuir para uma intervenção profissional alinhada com as demandas da população brasileira e para o entendimento dos desastres dentro de uma perspectiva crítica, compreendendo as contradições da organização social capitalista presentes no campo teórico e prático dos desastres. Ao longo das pesquisas realizadas e sistematizadas nestas páginas foi possível observar que, embora nas últimas duas décadas a área tenha crescido de forma significativa e hoje tenha 38 Programas de Pós-Graduação em funcionamento, sendo 16 deles de cursos de mestrado e doutorado, o número de produção teórica no campo dos desastres ainda é pequeno e há lacu-

nas que precisam ser preenchidas. Sendo assim, é muito importante que as pesquisas que enfatizam essa temática sejam continuadas e ampliadas.

Referências

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2025.

COSTA, Juliana Varela Maia. **A interface entre desastres e questão ambiental**: Um olhar para as perspectivas teóricas sobre desastres na produção de conhecimento da área de Serviço Social no Brasil. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2024.

BRASIL. **Lei 8.662/93 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm. Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em 20 jan. 2024.

CUNHA, Marinez Gil Nogueira; Serviço Social e Desastres: **A contribuição teórica da Pós-Graduação do Serviço Social sobre desastre no Brasil**. Relatório do projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Amazonas, 2024.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de desastres e Serviço Social**: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Tese, 255 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de Desastres: O trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e Defe-**

sa Civil.Appris Editora. Curitiba, 2021.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14 ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001.

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos. In: **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LINS, Julia Cavalcanti Acioli. **O trabalho de assistentes sociais em desastres: antiga realidade, novas urgências**. TCC de Graduação (Serviço social) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2024.

LOWY, Michael. **Cenários do pior e alternativa ecossocialista**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 681-694, out./dez. 2010

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Rainiere. São Paulo: Boitempo, 2010.

NASCIMENTO, Luciana Lima; BARBOSA, Nathie Ribeiro. Reflexão da questão socioambiental sob a ótica do Serviço Social. **O Social em Questão**, vol. 23, núm. 48, pp. 97-118, 2020. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ORTIZ, Fátima G.; PINHEIRO, Hamida Assunção; CANTALICE, Luciana; GOIN, Mariléia; REIDEL, Tatiana. **A centralidade da questão social para o Serviço Social Brasileiro**. Revista Temporalis, v. 21, n. 42, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37225>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PEREIRA, Vaniele Costa. **A produção de conhecimento sobre desastres na pós-graduação brasileira da área de serviço social**. TCC de Graduação (Serviço social) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2024.

PINHEIRO, Hamida Assunção; LINS, Julia Cavalcanti Acioli Lins. **O trabalho do/a assistente social em desastres: demandas, atribuições e competências em foco**. Relatório do projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Amazonas, 2023.

QUARANTELLI, Enrico L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, 1, p. 25-56, 2015.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Teresa. A Estratégia Internacional de Redução de Desastres. **Revista Territorium**, Coimbra, n. 17, p. 223 - 227, março, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHONS, Selma Maria. **A questão ambiental e a condição da pobreza**. R. Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 70-78, jan./jun. 2012.

CONHECIMENTO E DISSEMINAÇÃO: traços da produção acadêmica sobre desastres naturais no Brasil

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni

Fernanda Xavier Arena

Introdução

De acordo com o Atlas da Organização Meteorológica Mundial (OMM) (2021) sobre mortalidade e perdas econômicas devido a fenômenos meteorológicos, climáticos e hidrológicos extremos (1970–2019), entre os anos de 1970 e 2019 os perigos meteorológicos, climáticos e hidrológicos representaram 50% de todos os desastres, totalizando mais de 2,06 milhões de mortes e 3,6 bilhões de dólares em perdas econômicas. Na média, nos últimos cinquenta anos, cada dia ocorreu um desastre relacionado com o tempo, o clima ou a água.

Além do mais, o Atlas da OMM (2021, p. 71) destaca que, “os fenômenos perigosos, como as emergências e os desastres, provocam graves danos na vida e na saúde das pessoas e no desenvolvimento social, na economia e no meio ambiente das comunidades”, além de muitas outras consequências ocasionadas por vias indiretas como a interrupção de serviços de atenção à saúde, a disseminação de doenças e os danos às infraestruturas vitais.

Este mesmo documento refere que na América do Sul se pode perceber um aumento geral no número de desastres, bem como o crescimento das perdas econômicas. Segundo dados do Informe de avaliação regional sobre o risco de desastres na América Latina e no Caribe (2021, p. 41), “entre 1998 e 2017, os desastres relacionados com eventos climáticos e geológicos cobraram a vida de 312 mil pessoas e afetaram direta e indiretamente mais de 277 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe”.

Tendo em conta que o Brasil apresenta expressivo aumento destes fenômenos, e dos reflexos a eles atrelados, percebe-se a ne-

cessidade de adensamento bibliográfico sobre a temática, de modo a subsidiar informações e conhecimentos para a melhor adequação e implementação de ações de enfrentamento a este cenário. Sendo este o foco do presente trabalho.

Assim, o presente artigo é um dos produtos que integram o projeto **“INVESTIGAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E AMAZONAS: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência”** - aprovado no Programa Inova Fiocruz – Programa de pesquisa em Saúde Única - Edital FAPERGS/FIOCRUZ 13/2022 - REDE SAÚDE-RS. Cujo a finalidade é a investigação dos processos de gestão do risco de desastres realizados em dois Estados brasileiros (Amazonas e Rio Grande do Sul), na perspectivas de fomentar a cooperação entre diferentes espaços de gestão, para contribuir na tomada de decisão para fortalecimento da resiliência, prevenção e/ou mitigação destes eventos e seus reflexos.

Metodologia

Para adensar a discussão entorno desta temática, o presente artigo e trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de tipo descritivo, com busca realizada nas bases de dados *Scopus* e *Scielo*. Para tal, utilizou-se os descritores “natural disasters”, “resilience” e “mitigation, acompanhadas dos operadores booleano “AND” e “OR”. A palavra-chave “Brazil” e “Brasil” foram utilizadas como critério operacional a ser encontrado na literatura analisada, através das palavras-chave anteriores.

Para efeitos desta análise, como critérios de inclusão/exclusão, não foi aplicada nenhuma delimitação referente ao idioma, limitando apenas o período de publicação dos trabalhos (2013-2023). Foram excluídos da seleção: a) documentos produzidos a nível internacional, nacional, regional, provincial, local que não tenham natureza de publicação científica; b) documentos produzidos por organizações internacionais e nacionais públicas e privadas (*working papers*, relatórios, reportagens etc.) que não tenham natureza de publicação científica; c) trabalhos de conclusão de curso de graduação, mestrado, doutorado, materiais didáticos para uso universitário etc.

Referida coleta nas bases de dados indicadas resultou em 4.597 referências, as quais foram importadas para o aplicativo web Rayyan, ferramenta gratuita disponível para o auxílio na realização de revisões sistemáticas. Através desta ferramenta, foi realizada a eliminação de trabalhos duplicados (54 artigos) e a utilização das palavras-chave operacionais “Brasil” e “*Brazil*”, o que resultou na identificação de 70 estudos que tratassem sobre a temática em território brasileiro. Após a leitura de títulos e resumos destes, foram selecionados 59 trabalhos que foram considerados relevantes para a presente revisão. Vale destacar, ainda, que este processo ocorreu no formato “duplo cego” passando pela revisão individualizada de cada um dos autores deste artigo.

Os cinquenta e nove trabalhos selecionados foram submetidos à leitura integral de ambos os autores e originaram dois tópicos de análise que serão discutidas na continuidade deste trabalho, nas seções três e quatro, sendo elas respectivamente: **Cenário da produção científica sobre desastres no país**, onde foi realizado panorama quantitativo das características destas produções e; **Estudos sobre desastres naturais no Brasil: principais aspectos abordados**, onde realizou-se análise qualitativa, buscando identificar suas principais linhas de contribuição e resultados atingidos.

Ao final, breves considerações finais foram elaboradas, buscando condensar as informações relevantes encontradas ao longo do estudo e sugerindo pontos específicos para desenvolvimento de futuras pesquisas.

Cenário da produção científica sobre desastres naturais no brasil

Na presente seção, realizou-se análise qualitativa sobre as principais características relacionadas ao período de produção, à região e estado dos departamentos e/ou instituições dos pesquisadores, nacionalidade dos autores e idioma da publicação.

Quanto ao período de produção, destaca-se que, a maior parte se encontra entre os anos de 2013 e 2018, como pode ser verificado na tabela 1. Estes números, surpreendentemente seguem em sentido contrário ao aumento e intensificação dos desastres naturais em território brasileiro.

Como é possível perceber no gráfico 1, a partir do ano de 2020 houve grande aumento nos decretos de emergência e calamidade pú-

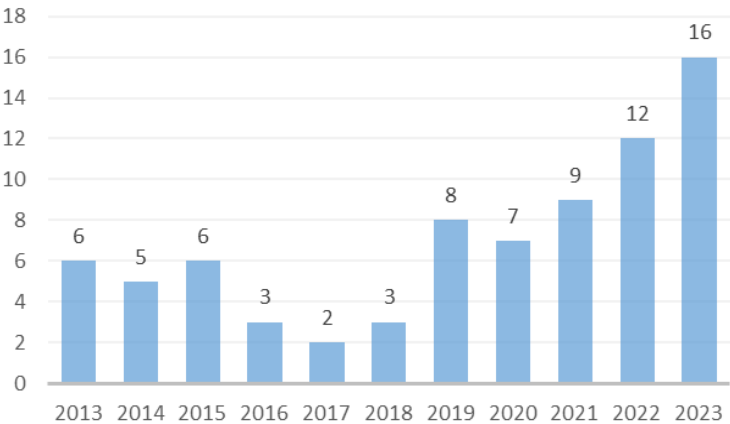
blica, os quais anteriormente mantinham-se relativamente estáveis desde o ano de 2013. A tendência também se mostra contrária ao aumento no número de desastres naturais nos últimos anos, conforme dados disponibilizados pelo Centro para Pesquisa de Epidemiologia em Desastres (CRED) da Universidade de Louvain, Bélgica, conhecido como *Emergency Events Database* (EM-DAT) (2025), todos os anos de 2019 à 2023 apresentaram maior registro no número de desastres naturais ocorridos no Brasil em relação ao período anterior (2013-2018), como pode ser observado no gráfico 2.

Tabela 1 - Produção científica sobre desastres naturais por períodos (2013-2023)

Período					
2013 - 2018		2019 - 2024		Total	
n	ẽ	n	ẽ	n	ẽ
34	57,6%	25	42,4%	59	100,0%

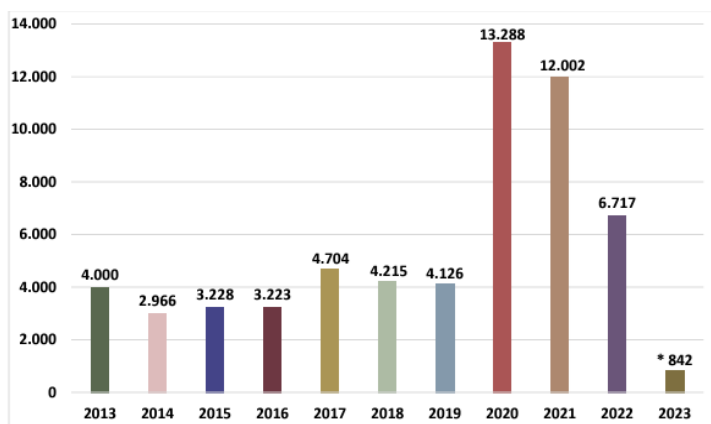
Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 1 - Número de desastres naturais registrados por ano no Brasil (2013-2023)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pelo EM-DAT (2025)

Gráfico 2 - Quantidade - Decretos de Emergência / Estado de Calamidade Pública (2013 a 2023).



Fonte: (S2ID/MIDR) Coordenadorias Estaduais e Municipais – Elaboração Técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Em compensação, o maior número de trabalhos realizados coincide com a promulgação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, através da Lei nº 12.608, no ano de 2012. Esta lei possui entre suas diretrizes a execução de planejamento baseado em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres em território nacional, bem como tem entre seus objetivos desenvolver a consciência nacional acerca dos riscos de desastres, abrangendo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil (Brasil, 2012), algo que parece ter alavancado a produção científica voltada ao tema.

Também a partir dos 59 estudos delimitados, foi possível identificar uma maior concentração de estudos publicados por pesquisadores de instituições e/ou departamentos das regiões Sudeste (30) e Sul (17) do país, com maior número de publicações nos estados do Rio de Janeiro (14), São Paulo (14) e Santa Catarina (09), conforme dados apresentados nas tabelas 2 e 3. Destaca-se que a menor produção se deu na região Norte, no estado do Amazonas, com apenas um trabalho produzido por departamentos e/ou instituições desta localidade.

Tabela 2 - Número de publicações por Estado

Estado	Período					
	2013 - 2018		2019 - 2024		Total	
	n	ẽ	n	ẽ	n	ẽ
Amazonas		0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Ceará		0,0ẽ	2	3,4ẽ	2	3,4ẽ
Distrito Federal	4	6,8ẽ	2	3,4ẽ	6	10,3ẽ
Minas Gerais	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ	2	3,4ẽ
Paraná	3	5,1ẽ	2	3,4ẽ	5	8,6ẽ
Piauí		0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Rio de Janeiro	9	15,3ẽ	5	8,5ẽ	14	24,1ẽ
Rio Grande do Norte		0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Rio Grande do Sul	1	1,7ẽ	2	3,4ẽ	3	5,2ẽ
Santa Catarina	7	11,9ẽ	2	3,4ẽ	9	15,5ẽ
São Paulo	9	15,3ẽ	5	8,5ẽ	14	24,1ẽ
Internacional	-	0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Total Geral	34	57,6%	25	42,4%	59	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 3 - Número de publicações por região conforme período.

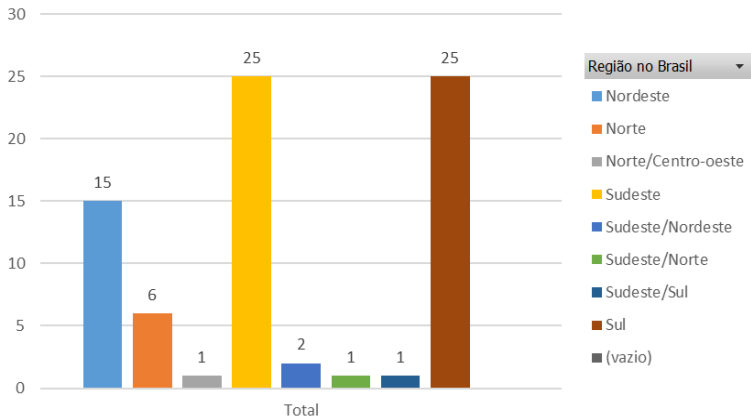
Região	Período					
	2013 - 2018		2019 - 2024		Total	
	n	ẽ	n	ẽ	n	ẽ
Centro-Oeste	4	6,8ẽ	2	3,4ẽ	6	10,2ẽ
Internacional	-	0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Nordeste	-	0,0ẽ	4	6,8ẽ	4	6,8ẽ
Norte	-	0,0ẽ	1	1,7ẽ	1	1,7ẽ
Sudeste	19	32,2ẽ	11	18,6ẽ	30	50,8ẽ
Sul	11	18,6ẽ	6	10,2ẽ	17	28,8ẽ
Total Geral	34	57,6%	25	42,4%	59	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo dados disponibilizados pelo EM-DAT (2025) as regiões sul e sudeste foram as duas regiões com maior incidência de desastres naturais no período de 2013 a 2023, o que pode explicar em partes o maior número de publicações vinculadas à instituições e/ou departamentos destas regiões (Gráfico 3). Outro dado que auxilia no entendimento desta expressiva diferença de produção por região é disponibilizado pela Plataforma Sucupira em seu “Observatório da pós-graduação”. Conforme estes dados, o Brasil possui atualmente

4780 Programas de Pós-Graduação, destes 2998 estão localizados entre as regiões Sul e Sudeste (62,72%), estando apenas 349 (7,3%) localizado na região Norte (CAPES, 2025), como ilustra o gráfico 1.

Gráfico 3 - Número de desastres naturais registrados por região (2013-2023).



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados disponibilizados pelo EM-DAT (2025)

Figura 1 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação por região brasileira.



Fonte: Plataforma Sucupira, “Observatório da pós-graduação”.
Disponível em: https://sucupira-v2.capes.gov.br/#busca_observatorio

Vale destacar ainda, que a maior recorrência de pesquisas ocorridas nas regiões Sul e Sudeste, podem justificar-se pelos grandes impactos decorridos dos eventos que se sucederam neste período, sendo seus maiores exemplos os desastres de Mariana, Bruma-

dinho Petrópolis e Santa Catarina.

O desastre de Mariana, ocorrido em novembro de 2015 no distrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana. Trata-se do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração S.A., gerida pela Vale e pela BHP. Este evento acarretou a morte de 24 pessoas e afetou diretamente cerca de 1,2 milhão de pessoas (EM-DAT, 2025).

O desastre de Brumadinho, por sua vez, ocorreu em janeiro de 2019, no município de Brumadinho (MG). Trata-se do rompimento do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, operada pela Mineradora Vale S.A. Este evento acarretou a morte de 334 pessoas e causou impacto direto a mais de um milhão de pessoas (EM-DAT, 2025).

Ainda conforme dados do EM-DAT (2025), entre os anos de 2021 e 2022 foram registrados 21 desastres naturais no Brasil, sendo, sendo 19 inundações. Estes registros totalizaram 590 mortos e mais de 1,8 milhão de afetados. Os eventos com maior notoriedade neste período são as enchentes e deslizamentos em Petrópolis/RJ e as chuvas intensas em Santa Catarina.

Se de fato a ocorrência de desastres localizados é um dos fatores que influenciam no aumento da produção científica de cada região, torna-se provável que se observe um aumento de produção na região Norte, visto que os anos de 2023 e 2024 foram marcados pelos maiores períodos de estiagem já registrados na região, impactando diretamente a vida de mais de 608 mil pessoas e acarretando danos estimados em mais de nove bilhões de dólares (EM-DAT, 2025).

Seguindo os pontos destacados inicialmente acerca dos trabalhos analisados, ainda chama atenção a constatação que dos trabalhos analisados, apesar de, em sua ampla maioria, terem sido elaborados exclusivamente por autores Brasileiros (89,8%), apenas sua pequena maioria está disponível em língua portuguesa (54,2%), como se pode observar abaixo nas tabelas 4 e 5.

Em sentido contrário ao identificado anteriormente, dados recentes apontam que o cenário, no que diz respeito à proficiência em inglês no Brasil, especialmente considerando as exigências do mercado de trabalho e da produção científica aponta para um quadro preocupante. Segundo o Censo de Proficiência 2024, conduzido pela *edtech Lingopass*, apenas 6,4% dos profissionais brasileiros avaliados demonstram domínio avançado do idioma, enquanto a maio-

ria se encontra nos níveis iniciantes ou intermediário (Lingopass, 2024). De modo complementar, o Índice de Proficiência em Inglês 2024, elaborado pela *Education First*, posiciona o Brasil na 81ª colocação entre 116 países, indicando uma queda de 21 posições em relação ao ano anterior e sendo considerado um país de baixa proficiência em inglês (Education First, 2024). Tais dados refletem uma limitação estrutural que compromete a inserção do país em redes acadêmicas e profissionais internacionais, ao mesmo tempo em que restringe o acesso equitativo à informação, visto que, ainda que o inglês esteja presente como requisito formal em programas de pós-graduação, o domínio funcional e fluente do idioma segue sendo uma barreira para muitos estudantes, reforçando desigualdades no acesso à produção e circulação do conhecimento, tanto em escala local quanto global.

Tabela 4 - Idioma disponibilizado pelas publicações analisadas

Período ▼						
		2013 - 2018		2019 - 2024		Total n Total %
Idioma de Publicação ▼		n	%	n	%	
Inglês		11	18,6ẽ	16	27,1ẽ	27 45,8ẽ
Português		14	23,7ẽ	7	11,9ẽ	21 35,6ẽ
Português/Inglês		8	13,6ẽ	2	3,4ẽ	10 16,9ẽ
Português/Ingles/Espanhol		1	1,7ẽ		0,0ẽ	1 1,7ẽ
Total Geral		34	57,6%	25	42,4%	59 100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 5 - Nacionalidade dos/as autores/as na produção analisada

Período ▼						
		2013 - 2018		2019 - 2024		Total n Total %
Nacionalidade dos Autores ▼		n	%	n	%	
Brasileira		30	50,8ẽ	23	39,0ẽ	53 89,8ẽ
Mista		4	6,8ẽ	2	3,4ẽ	6 10,2ẽ
Total Geral		34	57,6%	25	42,4%	59 100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Estudos sobre desastres naturais no Brasil: os impactos e consequências

No que se refere à análise qualitativa realizada para este artigo, primeiramente realizou-se a identificação das áreas das revistas

criou-se categorias específicas, sendo elas: comunicação; consequências; gerenciamento de resíduos; gestão de riscos de desastres; gerenciamento de respostas a desastres; impactos na fauna; impactos na saúde; implicações do/no contexto social e/ou familiar; infraestrutura de apoio; mudanças climáticas; percepção de risco de desastres; e, potencialidades em situações de desastres. Estas categorias foram separadas em duas outras Categorias Amplas, sendo: “gestão no/em desastres” e “impactos e/ou consequências”. A categorização completa, bem como os trabalhos integrantes de cada uma destas categorias pode ser visualizado no quadro 1, sendo estas as categorias que nortearão a discussão no decorrer deste trabalho.

Quadro 1 - Trabalhos analisados distribuídos em categorias e subcategorias

Tópicos	Categorias	Autores-Ano
Gestão no/em desastres	Gestão do risco de desastres	Almeida, Trovarelli e Massi - 2023 ; Bantaglim e Alem - 2014 ; Bragagnolo, da Silva e Grzybowski - 2020 ; Brito Junior <i>et al.</i> - 2014 ; Buffon e Mendonça - 2021 ; Catanho <i>et al.</i> - 2020 ; Chen, Cataldi e Francisco - 2023 ; da Silva <i>et al.</i> - 2020 ; Dias <i>et al.</i> - 2020 ; Dolif <i>et al.</i> - 2013 ; Guimarães <i>et al.</i> - 2014 ; Horta e Neves - 2019 ; Kuwajima <i>et al.</i> - 2019 ; Londe <i>et al.</i> - 2014 ; Nunes <i>et al.</i> - 2020 ; Ribeiro <i>et al.</i> - 2022 ; Rodrigues <i>et al.</i> - 2020 ; Rodrigues <i>et al.</i> - 2021 ; Rosa, Sobreira e Barella - 2021 ; Sardinha <i>et al.</i> - 2016 ; Silva <i>et al.</i> - 2013 ; Ueyama <i>et al.</i> - 2017 ; Valverde, Araújo e Campos Velho - 2014 ; Vieira, Schmidt e Moura - 2019 .
	Comunicação	Melo <i>et al.</i> - 2017 ; Reis, Zucco e Darolt - 2013 .
	Gerenciamento de resíduos	Scatolini e Bandeira - 2020 .
	Gerenciamento de respostas	Avanzi <i>et al.</i> - 2017 ; Ueyama <i>et al.</i> - 2014 .
	Infraestrutura de apoio	Costa <i>et al.</i> - 2017 ; Pereira <i>et al.</i> - 2013 .
	Percepção do risco	Alves <i>et al.</i> - 2020 ; Bitencourt e Rocha - 2014 ; Melo <i>et al.</i> - 2017 .
Impactos e consequências	Impactos na saúde	Alpino, Sena e Freitas - 2016 ; Batista <i>et al.</i> - 2021 ; Fernandes, Bohes e Heidemann - 2013 ; Fonseca <i>et al.</i> - 2021 ; Freitas <i>et al.</i> - 2014 ; Freitas <i>et al.</i> - 2020 ; Freitas, Witt e Veiga - 2023 ; Grigoletto <i>et al.</i> - 2016 ; Guimarães <i>et al.</i> - 2014 ; Londe <i>et al.</i> - 2014 ; Londe <i>et al.</i> - 2016 ; Pereira <i>et al.</i> - 2013 ; Sena <i>et al.</i> - 2014 ; Silva <i>et al.</i> - 2021 ; Silva <i>et al.</i> - 2022 ; Xavier <i>et al.</i> - 2014 ; Xavier, Barcellos e de Freitas - 2014 .
	Impactos na fauna	Navarro e Quadros - 2017 .
	Consequências	Cabral <i>et al.</i> - 2023 ; Carmo e Anazawa - 2014 ; De Oliveira - 2019 ; Minervino e Duarte - 2016 .
	Potencialidades	Ultramari e Fukuda Hayakawa - 2015 .
	Mudanças climáticas	Mello, Zanetti e Papali - 2014 ; Nóbrega e Santiago - 2016 .
	Implicações do/no contexto social e/ou familiar	Alves <i>et al.</i> - 2021 ; Fernandes e Bohes - 2013 ; Fernandes, Bohes e Heidemann - 2013 ; Fernandes <i>et al.</i> - 2017 ; Fernandes <i>et al.</i> - 2017 .

Fonte: Elaborado pelos autores

Gestão no/em Desastres

A presente seção deste artigo visa aprofundar a análise da categoria “gestão no/em desastres, centrando foco em cada uma das subcategorias oriundas da leitura dos trabalhos acima referenciados, sendo elas: gestão do risco de desastres, comunicação, gerenciamento de resíduos, gerenciamento de respostas, infraestrutura de apoio e percepção do risco.

Em computo geral, as transformações climáticas, associadas ao crescimento urbano desordenado e à degradação ambiental, têm intensificado a frequência e a gravidade dos desastres no Brasil, exigindo avanços significativos nas respostas à estas áreas. A análise integrada de múltiplas experiências e estudos empíricos conduzidos no país evidencia tanto potencialidades quanto entraves na constituição de uma política eficaz de redução de riscos e enfrentamento a eventos extremos.

No que tange a gestão de risco de desastres no Brasil, foi possível observar ao longo da análise aqui realizada, que essa está marcada por diferentes estágios de maturidade. Iniciativas como a do município do Rio de Janeiro, que propôs uma escala de impactos para desastres meteorológicos com o intuito de qualificar a tomada de decisão e reduzir danos, evidenciam um esforço de institucionalização de práticas preventivas (Nunes *et al.*, 2020). Neste sentido, Melo *et al.* (2017) e Dolif *et al.* (2013), destaca, que apesar das ferramentas de modelagem e previsão hidrológica, como no caso do sistema Alerta Rio, terem demonstrado grande evolução tecnológica, estas ainda enfrentam limitações em sua aplicação comunitária, especialmente quando a percepção da população não acompanha o nível de sofisticação técnica dos modelos.

Em sua análise sobre a experiência da região serrana do Rio de Janeiro Bataglin e Alem (2014) identificam a relevância de incorporar variáveis sociais e de infraestrutura no planejamento da resposta, especialmente em contextos de localização-distribuição de recursos. Complementando o exposto anteriormente, Chen, Cataldi e Francisco (2023) buscam empregar uma modelagem hidrológica detalhada para compreender o desastre de 2011 na mesma região, demonstrando como a simulação de fluxos de água e escoamento superficial pode apoiar decisões mais precisas na mitigação de riscos.

Além disso, Rodrigues *et al.* (2020) destacam que as regiões do Nordeste brasileiro com maior intensidade de precipitação extrema tendem a coincidir com áreas que posteriormente sofreram desastres naturais, evidenciando a importância de integrar análises climáticas regionais no planejamento de políticas públicas preventivas

Especificamente sobre o gerenciamento de resposta em situações de desastre, os trabalhos analisados reforçam a importância da existência de estruturas operacionais integradas e ágeis. Dias Hernandez e Oliveira (2020) propõem um modelo de suscetibilidade a escorregamentos rasos aplicado ao município de Vitória-ES, destacando como essas ferramentas podem orientar políticas públicas mais eficazes na prevenção de riscos em áreas urbanas sujeitas a deslizamentos. Avanzi *et al.* (2017), por exemplo, ao discutirem a interoperabilidade entre instituições, identificam esta como sendo um dos pilares para a eficácia das ações em campo. Corroborando este ponto de vista, Buffon e Mendonça (2021) e Ueyama *et al.* (2017) destacam que o uso de tecnologias como redes de sensores e veículos aéreos não tripulados tem sido testado com sucesso no monitoramento e resposta a enchentes, sobretudo, os autores reforçam que, para um funcionamento efetivo e duradouro, é necessário que os sistemas transmitam confiabilidade e que passem periodicamente por manutenção, garantindo assim sucesso em longo prazo. Ueyama *et al.* (2014) complementam essas abordagens ao explorar o uso de veículos aéreos não tripulados como forma de prover resiliência às redes de sensores em zonas de risco, reforçando o potencial dos sistemas autônomos na mitigação e resposta a eventos hidrológicos extremos.

Contudo, ainda que a capacidade de resposta possa ser otimizada e qualificada através do monitoramento, infraestruturas de apoio são as responsáveis no pós-resgate por atender as pessoas diretamente afetadas. Assim, Costa *et al.* (2017) ao analisarem as experiências locais, como a de São José do Rio Preto, evidenciam a importância dos abrigos temporários, cujo funcionamento adequado depende não apenas da logística, mas da sensibilidade às necessidades sociais e sanitárias das populações afetadas.

Outro aspecto crucial é o gerenciamento de resíduos, não raro, a desorganização no manejo de resíduos compromete a resposta e agrava a vulnerabilidade da população, sobretudo em áreas densamente povoadas e com infraestrutura precária (Sardinha *et*

al., 2016). Como contraponto a esta evidência, Scatolini e Bandeira (2020) ao analisarem o caso das intensas chuvas ocorridas no ano de 2011 em Nova Friburgo/RJ, identificam que, apesar do cenário tenso e de urgência atribuído aos desastres, estes podem ser transformados em oportunidade para a implementação de políticas de gestão de resíduos.

Abrangendo também a comunicação em situações de risco, o que ao longo dos anos tem se demonstrado como elemento estratégico para a governança democrática e participativa em situações de risco e/ou de desastres, Reis, Zucco e Darolt (2013) logram revelar em seu estudo, a tensão entre o gabinete de crise e a mídia. Os autores identificam nesse aspecto que a forma como a informação é veiculada impacta diretamente na confiança social e na adesão às medidas emergenciais. Dessa forma, a abordagem comunitária, via ciência cidadã, pode ampliar a compreensão coletiva do risco e promover ações adaptativas, ainda que sua implementação dependa do reconhecimento da heterogeneidade sociocultural dos territórios (Alves *et al.*, 2020). Além disso, Da Silva *et al.* (2020) ressaltam que a eficácia dos sistemas de alerta precoce está intrinsecamente ligada à qualidade da comunicação entre as instituições responsáveis e a população, enfatizando a necessidade de estratégias que considerem as dinâmicas sociais e comportamentais das comunidades afetadas.

Percebe-se que a comunicação tem a capacidade de impactar diretamente sobre a percepção do risco, visto que esta é um componente subjetivo que tem a capacidade de influenciar diretamente as decisões de moradores expostos a múltiplas ameaças. Estudos realizados em Santa Catarina (Bitencourt; Rocha, 2014) e Natal (Rodrigues, Daniele Tôres *et al.*, 2021) indicam que essa percepção é modulada por fatores como memória de eventos passados, acesso à informação, infraestrutura local e confiança institucional.

Tal percepção também está conectada à forma como a ciência e a tecnologia são incorporadas no cotidiano das populações. Ao longo dos estudos analisados, ferramentas de mapeamento de suscetibilidade a deslizamentos, como o “*r.landslide*” (Bragagnolo; Da Silva; Grzybowski, 2020), o modelo de valor de informação (Rosa; Sobreira; Barella, 2021) e ferramentas como o modelo SHALSTAB têm fornecido subsídios importantes para políticas públicas locais na gestão de riscos de desastres (Silva, Eliane Lima e *et al.*, 2013), são exemplos de recursos que, se articulados a estratégias pedagógi-

cas, podem potencializar a autoproteção e o planejamento territorial, reforçando a importância da participação popular ativa nas mais diversas esferas de gestão no/em desastres.

Da mesma forma, é aspecto importante identificado ao longo da análise dos trabalhos selecionados, a inter-relação entre infraestrutura, clima e risco, bastante evidenciada em estudos como o de Kuwajima *et al.* (2019) e Horta e Neves (2019), que analisam as inundações na bacia do São Francisco, e os padrões meteorológicos relacionados aos desastres em São Luiz do Paraitinga respectivamente. Na mesma linha, Valverde, Araújo e Campos Velho (2014) Catanho *et al.* (2020) enfatizam que as mudanças climáticas estão diretamente associadas à intensificação de eventos extremos, exigindo uma reestruturação dos sistemas de previsão e adaptação urbana. Da mesma forma, têm ampliado os riscos à saúde no Brasil, exigindo a reformulação de políticas públicas e estratégias preventivas para lidar com os efeitos diretos e indiretos dos desastres naturais sobre diferentes grupos sociais (Sena *et al.*, 2014).

Relacionando o abordado até o momento com a visão mais institucional, alguns dos trabalhos enfatizam a importância que a avaliação da resiliência dos sistemas locais possui na compreensão da capacidade de resposta e de reorganização de uma determinada comunidade após um evento crítico. A experiência de Blumenau, por exemplo, evidencia que a gestão de risco deve estar articulada à política urbana, com base em processos participativos e intersetoriais (Vieira; Schmidt; Moura, 2019). Paralelamente, experiências com dados georreferenciados, como os apresentados por Sardinha *et al.* (2016), revelam a importância de sistemas informacionais para o planejamento urbano e a gestão territorial.

De modo menos abrangente, diversos artigos focam no entrelaçamento da gestão no/em desastre à aspectos específicos, como o caso de saúde pública (Guimarães; Cruz; *et al.*, 2014), desigualdades (Ribeiro *et al.*, 2022), a formação profissional (Brito Junior *et al.*, 2014) e a necessidade de pagamento por serviços ambientais (Almeida; Trovarelli; Massi, 2023), abrindo caminho para abordagens preventivas e sustentáveis de gestão do risco, conectando conservação ambiental e segurança humana.

Buscando exercitar o poder de síntese, pode-se considerar que os estudos analisados apontam para a complexidade e a transversalidade da gestão de desastres, exigindo articulação entre tecnologia,

participação social, políticas públicas e infraestrutura. Esta crescente complexidade e a intensificação dos desastres em escala global e nacional demandam uma abordagem de gestão de riscos que transcenda as ações isoladas e adote uma perspectiva integrada e multidisciplinar. Neste sentido, a literatura científica brasileira parece ter se dedicado a explorar as diversas dimensões que compõem essa gestão, desde a compreensão da intrincada relação entre sociedade e risco até o desenvolvimento de tecnologias e estratégias para a resposta e a recuperação.

Impactos e/ou Consequências

Ao longo da presente seção, aprofunda-se a análise da categoria “Impactos e consequências”, adentrando brevemente nos achados de cada um dos trabalhos analisados que façam referência a cada uma das subcategorias emergidas de suas leituras, sendo elas: Impactos na saúde; impactos na fauna; consequências; potencialidades; mudanças climáticas e; implicações do/no contexto social e/ou familiar. Como será possível observar, seus efeitos são amplos e persistentes, ultrapassando os limites temporais dos eventos e exigindo abordagens integradas, sensíveis às especificidades territoriais, ambientais e humanas.

No Brasil, as mudanças no clima têm contribuído para o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, como enchentes e deslizamentos de terra (Nóbrega; Santiago, 2016). Além disso, os cenários futuros indicam que desastres hidrológicos podem se tornar ainda mais recorrentes e intensos (Xavier *et al.*, 2014; Xavier; Barcellos; Freitas, 2014), exigindo um planejamento urbano mais sensível e responsivo (Londe, Luciana de Resende *et al.*, 2014).

A saúde das populações expostas é diretamente impactada por esses eventos, com aumento de agravos como leptospirose, doenças respiratórias, problemas dermatológicos e transtornos mentais (Battista *et al.*, 2021; Freitas, Carlos Machado de *et al.*, 2014). Como forma de combate, Londe *et al.* (2016) destacam a importância de uma abordagem intersetorial entre os serviços de saúde e os centros de monitoramento de desastres, como estratégia eficaz para prevenir e responder a surtos de leptospirose em períodos de cheias.

Saliente-se ainda, que no contexto de desastres, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas compõem os grupos mais

vulneráveis (Freitas, Abner Willian Quintino de; Witt; Veiga, 2023; Freitas, Carlos Machado de *et al.*, 2020). Além das doenças infecciosas, há também agravamentos relacionados à desnutrição, exposição a substâncias tóxicas e desassistência médica (Silva, Ana Elisa Pereira *et al.*, 2022; Silva, Eliane Lima e *et al.*, 2021). Assim, a escassez de recursos humanos, logísticos e a ausência de articulação efetiva entre esferas administrativas comprometem a capacidade de resposta e planejamento das ações em saúde, reforçando a urgência de estratégias intersetoriais integradas para o enfrentamento de tais cenários (Grigoletto *et al.*, 2016).

Além disso, Fernandes e Boehs (2013) evidenciam que, no contexto de transição pós-desastre, a manutenção da atenção rotineira à saúde das famílias representa um desafio fundamental. Os autores apontam que a reorganização das rotinas de cuidado é essencial para preservar a saúde e o bem-estar dos grupos afetados, reforçando o papel dos serviços de atenção básica e da enfermagem na reconstrução do cotidiano familiar.

Ainda relacionado aos impactos na saúde, a revisão abrangente de Alpino, Sena e Freitas (2016) sobre os impactos relacionados à seca lança luz sobre a grande quantidade de efeitos danosos à saúde coletiva, além de destacar as graves consequências indiretas relacionadas a estes, como a desnutrição resultante da escassez de alimentos e o aumento da incidência de doenças infecciosas veiculadas pela água contaminada ou pela falta de higiene. Os autores ressaltam os impactos indiretos e de longo prazo na saúde mental, destacando que o estresse crônico decorrente da insegurança hídrica, a perda de meios de subsistência e o deslocamento populacional contribuem para o aumento da ansiedade, da depressão e de outros transtornos psicológicos nas comunidades afetadas.

Seguindo a mesma linha, Fonseca *et al.* (2021) destacam como um aspecto importante à qualidade da água, que se deteriora substancialmente em eventos de enchentes e inundações, aumentando a exposição a agentes patogênicos. Em estudo conduzido pelos autores, logram demonstrar que eventos hidrológicos extremos, como cheias e enchentes no sul do Brasil, alteraram significativamente os perfis microbiológicos da água, com elevação das concentrações de *Escherichia coli* e outras enterobactérias, além de maior diversidade bacteriana em períodos de inundação (Fonseca *et al.*, 2021). Esses achados reforçam a associação entre mudanças no ciclo hidrológico

e o risco aumentado de surtos de doenças transmitidas pela água, como a leptospirose.

As consequências socioeconômicas desses desastres são igualmente relevantes, afetando os modos de vida e as estratégias de subsistência das famílias atingidas. Muitas vezes, as populações afetadas já se encontram em situação de vulnerabilidade social e veem suas dificuldades ampliadas com a perda de moradias, bens e redes de apoio (Mello; Zanetti; Papali, 2014). Os danos se estendem também ao território e ao pertencimento comunitário, desestruturando vínculos afetivos e de solidariedade (Cabral *et al.*, 2023; Carmo; Anazawa, 2014). Em casos extremos, como nos desastres associados a rompimentos de barragens, observa-se a destruição do tecido social, o luto coletivo e o deslocamento compulsório (Minervino; Duarte, 2016; Pereira, *et al.*, 2013).

Relacionando as consequências de cunho socioeconômico e familiar, de De Oliveira (2019) refere que os impactos econômicos dos desastres naturais, sobretudo nas perdas materiais diretas, como a destruição de moradias, infraestrutura e bens produtivos, mas também sobre as perdas indiretas, resultantes da interrupção de atividades econômicas, da queda na produção e do aumento dos custos associados à reconstrução e à recuperação. Vale salientar que o autor ainda identifica que estas repercussões exercem uma forma de cascata nas famílias, levando à perda de empregos, à redução da renda e ao aumento da vulnerabilidade social. Para além das perdas materiais e econômicas, desastres naturais impõem desafios significativos à saúde mental das famílias afetadas. Fernandes *et al.* (2017) identificaram que famílias rurais enfrentam transições inesperadas após tais eventos, resultando em alterações nas rotinas diárias, perda de entes queridos e deslocamentos forçados.

As implicações familiares e subjetivas envolvem sofrimento psíquico, sensação de desamparo e descontinuidade do projeto de vida, especialmente entre mulheres e crianças, que frequentemente assumem papéis centrais no cuidado e na reconstrução do cotidiano. A família, como núcleo fundamental de proteção e reorganização da vida, é afetada em sua capacidade de prover segurança emocional, apoio material e estabilidade. Contudo, Fernandes *et al.* (2017) destacam que para compreender as experiências das famílias afetadas por desastres naturais, é necessária compreensão aprofundada das mudanças nas histórias de vida e das transições enfrentadas pelas famílias no contexto pós-desastre.

No que tange à fauna e ao meio ambiente, os impactos são igualmente graves. Eventos extremos alteram ecossistemas, causam mortalidade de animais e comprometem o equilíbrio ambiental. Um estudo realizado no Vale do Itajaí identificou que as inundações recorrentes provocam a morte de animais silvestres e domésticos, deslocamentos forçados e comprometimento das cadeias alimentares (Navarro; Quadros, 2017).

Apesar da gravidade dos efeitos, é possível identificar potencialidades nos processos de resposta e reconstrução pós-desastre. O fortalecimento das redes de proteção social, a valorização dos saberes locais e a ampliação do protagonismo comunitário têm se mostrado caminhos promissores (Alves *et al.*, 2020; Ultramari; Fukuda Hayakawa, 2015). A experiência acumulada em diferentes territórios revela que o enfrentamento aos desastres exige articulação intersetorial, planejamento participativo e monitoramento contínuo dos riscos (Grigoletto *et al.*, 2016; Guimarães; Mazoto; *et al.*, 2014). Neste sentido, o suporte social desempenha um papel crucial na fase de recuperação após desastres naturais. Fernandes, Bochs e Heidemmann (2013) destacam que a percepção de apoio por parte de familiares, amigos e da comunidade é fundamental para que as famílias enfrentem as mudanças impostas pelo desastre. A mobilização de recursos emocionais e materiais facilita a adaptação e reconstrução das rotinas familiares.

Considerações Finais

A análise da produção científica brasileira sobre desastres naturais, entre os anos de 2013 e 2023, revela avanços importantes, mas também lacunas significativas. A concentração geográfica dos estudos nas regiões Sul e Sudeste, embora relacionada à incidência de desastres e à densidade dos programas de pós-graduação, evidencia desigualdades estruturais que podem limitar a compreensão integral do fenômeno em todo o território nacional, especialmente em regiões como a Amazônia, altamente vulneráveis às mudanças climáticas e ainda sub-representadas na literatura científica.

Os estudos analisados demonstram que a gestão de riscos de desastres é um campo multidisciplinar, que exige articulação entre políticas públicas, ciência, tecnologia e participação social. As con-

tribuições da literatura vão desde análises técnicas de sistemas de alerta e infraestrutura até reflexões sobre os impactos psicossociais, sanitários e ambientais. A emergência climática tem intensificado tanto a frequência quanto a severidade dos desastres, demandando não apenas resposta imediata, mas também abordagens preventivas e integradas que considerem os determinantes sociais e ecológicos dos riscos.

Diante disso, é fundamental ampliar o escopo das investigações futuras, com ênfase em estudos empíricos realizados em territórios historicamente negligenciados e na produção de evidências que subsidiem políticas públicas mais justas e resilientes. O enfrentamento dos desastres no Brasil requer, portanto, não apenas mais conhecimento, mas também sua disseminação equitativa, valorizando saberes locais e promovendo uma cultura de prevenção que integre ciência, sociedade e Estado.

Agradecimentos

Esse capítulo compõe a produção do projeto guarda-chuva **“POBREZA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE”**, financiado através da Chamada CNPq Nº 69/2022 - BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO – PIBPG 2022.

Referências

ALMEIDA, T. S.; TROVARELLI, P.; MASSI, K. G. Relationship between Payment for Ecosystem Services Programs and Disasters in Southeast Atlantic Forest region, Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [s. l.], v. 95, n. 1, p. e20220256, 2023. DOI 10.1590/0001-3765202320220256. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0001-37652023000101006&tlng=en. Acesso em: 7 abr. 2025.

ALPINO, T. A.; SENA, A. R. M. de; FREITAS, C. M. de. Desastres relacionados à seca e saúde coletiva – uma revisão da literatura científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 21, p. 809–820, mar. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.21392015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/v4dHnVQMqG8V->

4nMwcBxD3JD/?lang=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

ALVES, P. B. R.; CORDÃO, M. J. D. S.; DJORDJEVIĆ, S.; JAVADI, A. A. Place-Based Citizen Science for Assessing Risk Perception and Coping Capacity of Households Affected by Multiple Hazards. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 302, 31 dez. 2020. DOI 10.3390/su13010302. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/1/302>. Acesso em: 7 abr. 2025.

AVANZI, D. D. S.; FOGGIATTO, A.; DOS SANTOS, V. A.; DESCHAMPS, F.; DE FREITAS ROCHA LOURES, E. A framework for interoperability assessment in crisis management. **Journal of Industrial Information Integration**, [s. l.], v. 5, p. 26–38, mar. 2017. DOI 10.1016/j.jii.2017.02.004. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2452414X16300929>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BATAGLIN, L. M. C.; ALEM, D. O problema de localização-distribuição no megadesastre da região Serrana no Rio de Janeiro. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 865–881, 2014. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X834-11>. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X834-11>. Acesso em: 1 fev. 2025.

BATISTA, F. E. dos S.; PINHEIRO, E. G.; FERENTZ, L. M. da S.; STRINGARI, D. Desastres biológicos e sua relação com a saúde coletiva: uma análise dos artigos publicados no estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 26, p. 1391–1399, 19 abr. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.14402019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qPnYFBjBfFdVL-8CmnKNRFkp/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BITENCOURT, N. de L. da R.; ROCHA, I. de O. Percepção das Populações Costeiras sobre os Efeitos dos Eventos Adversos no Extremo Sul de Santa Catarina - Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 15–25, mar. 2014. DOI 10.5894/rgci408. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1646-88722014000100002-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRAGAGNOLO, L.; DA SILVA, R. V.; GRZYBOWSKI, J. M. V. Landslide susceptibility mapping with r.landslide: A free open-source GIS-integrated tool based on Artificial Neural Networks. **Environmental Modelling & Software**, [s. l.], v. 123, p. 104565, jan.

2020. DOI 10.1016/j.envsoft.2019.104565. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1364815219300647>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. 10 abr. 2012.

BRITO JUNIOR, I. de; ROSIS, C. H. V. de; CARNEIRO, P. V.; LEIRAS, A.; YOSHIZAKI, H. T. Y. Proposta de um programa de treinamento de desastres naturais considerando o perfil das vítimas. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 17, p. 153–176, dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1092V1742014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ckxV54HmyTjJmCwpZ6v-QsmP/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BUFFON, E. A. M.; MENDONÇA, F. Application of RPAS to disaster risk reduction in Brazil: application in the analysis of urban floods. **Journal of Unmanned Vehicle Systems**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 205–218, 1 dez. 2021. DOI 10.1139/juvs-2020-0033. Disponível em: <https://cdnsiencepub.com/doi/10.1139/juvs-2020-0033>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CABRAL, V.; REIS, F.; VELOSO, V.; CORREA, C.; KUHN, C.; ZARFL, C. The consequences of debris flows in Brazil: a historical analysis based on recorded events in the last 100 years. **Landslides**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 511–529, mar. 2023. DOI 10.1007/s10346-022-01984-7. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s10346-022-01984-7>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CAPES. Plataforma Sucupira. 6 abr. 2025. **Observatório da pós-graduação**. [Institucional]. Disponível em: https://sucupira-v2.capes.gov.br/#busca_observatorio. Acesso em: 6 abr. 2025.

CARMO, R. L. do; ANAZAWA, T. M. Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, p. 3669–3681, set. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413->

81232014199.07432014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n9/3669-3681/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CATANHO, P. A. G.; SILVA, E. M. da; GOMES, D. T.; ALVES, J. M. B. Alterações Climáticas, Incremento dos Desastres e Necessidades Preventivas. **Revista Brasileira de Meteorologia**, [s. l.], v. 35, p. 517–528, 21 out. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-7786353012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/gZwYdjVkHzrgTcvZbZrR8J/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CHEN, M.; CATALDI, M.; FRANCISCO, C. N. Application of Hydrological Modeling Related to the 2011 Disaster in the Mountainous Region of Rio De Janeiro, Brazil. **Climate**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 55, 26 fev. 2023. DOI 10.3390/cli11030055. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2225-1154/11/3/55>. Acesso em: 7 abr. 2025.

COSTA, F. G. da; FLAUZINO, R. F.; NAVARRO, M. B. M. de A.; CARDOSO, T. A. de O. Abrigos temporários em desastres: a experiência de São José do Rio Preto, Brasil. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 41, p. 327–337, jun. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S227>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2017.v41nspe2/327-337/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DA SILVA, G. F. P.; PEGETTI, A. L.; PIACESI, M. T.; BELDERAIN, M. C. N.; BERGIANTE, N. C. R. Dynamic modeling of an early warning system for natural disasters. **Systems Research and Behavioral Science**, [s. l.], v. 37, n. 2, p. 292–314, mar. 2020. DOI 10.1002/sres.2628. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sres.2628>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DE OLIVEIRA, V. H. Natural disasters and economic growth in Northeast Brazil: evidence from municipal economies of the Ceará State. **Environment and Development Economics**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 271–293, jun. 2019. DOI 10.1017/S1355770X18000517. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S1355770X18000517/type/journal_article. Acesso em: 7 abr. 2025.

DIAS, G. C.; HERNANDEZ, C. T.; OLIVEIRA, U. R. de. Supply chain risk management and risk ranking in the automotive industry. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 27, p. e3800, 20 jan. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-530X3800-20>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/89L4nsXp7mqFnx5rbJKN8Vj/?lang=en>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DOLIF, G.; ENGELBRECHT, A.; JATOBÁ, A.; DA SILVA, A. J. D.; GOMES, J. O.; BORGES, M. R. S.; NOBRE, C. A.; DE CARVALHO, P. V. R. Resilience and brittleness in the ALERTA RIO system: a field study about the decision-making of forecasters. **Natural Hazards**, [s. l.], v. 65, n. 3, p. 1831–1847, fev. 2013. DOI 10.1007/s11069-012-0448-2. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11069-012-0448-2>. Acesso em: 7 abr. 2025.

EDUCATION FIRST. **EF English Proficiency Index**. Institucional. [S. l.]: Education First, 2024. Disponível em: <https://www.ef.com.br/epi/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

EM-DAT. Public EM-DAT platform. 2025. **Emergency Events Database**. [Institucional]. Disponível em: <https://public.emdat.be/data>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FERNANDES, G. C. M.; BOEHS, A. E.; DENHAM, S. A.; NITSCHKE, R. G.; MARTINI, J. G. Rural families' interpretations of experiencing unexpected transition in the wake of a natural disaster. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 33, p. e00161515, 13 fev. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161515>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/QtJ6n8dwvHzF4f5QXmS-qYSj/?lang=en>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FERNANDES, G. C. M.; BOEHS, A. E.; HEIDEMANN, I. T. S. B. O suporte social durante a transição familiar no pós-desastre natural. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 22, p. 1098–1105, dez. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000400028>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/HPNgs9nvX4DGh8Q-JYtJpYqx/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FERNANDES, G. C. M.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; COSTA, M. F. B. N. A. da; BECKER, R. M.; BOEHS, A. E. Fritz Schütze's autobiographical narrative analysis applied to nursing research. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 26, p. e04260015, 10 jul. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-07072017004260015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Vn5rJdvr33VbpnMq6jjqkZ-C/?lang=en>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FONSECA, T. G.; MOTTA, E. A.; MASS, A. P.; FONGARO, G.; RAMOS, F. M.; MACHADO, M. S.; BOCCHESI, D. C. F.; VIANCELLI, A.; MICHELON, W. Toxicity and Enterobacteriaceae Profile in Water in Different Hydrological Events: a Case from South

Brazil. **Water, Air, & Soil Pollution**, [s. l.], v. 232, n. 7, p. 278, jul. 2021. DOI 10.1007/s11270-021-05208-x. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s11270-021-05208-x>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FREITAS, A. W. Q. de; WITT, R. R.; VEIGA, A. B. G. da. The health burden of natural and technological disasters in Brazil from 2013 to 2021. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 39, p. e00154922, 17 abr. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN154922>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2023.v39n4/e00154922/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FREITAS, C. M. de; SILVA, D. R. X.; SENA, A. R. M. de; SILVA, E. L.; SALES, L. B. F.; CARVALHO, M. L. de; MAZOTO, M. L.; BARCELLOS, C.; COSTA, A. M.; OLIVEIRA, M. L. C.; CORVALÁN, C. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, p. 3645–3656, set. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.00732014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qXzXxxhczq66WnKnZfbtd-Mk/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FREITAS, C. M. de; SILVA, I. V. de M. e; XAVIER, D. R.; SILVA, E. L. e; BARCELLOS, C. Desastres naturais e seus custos nos estabelecimentos de saúde no Brasil no período de 2000 a 2015. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, p. e00133419, 17 jul. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0102-311X00133419>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n7/e00133419/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GRIGOLETTO, J. C.; CABRAL, A. R.; BONFIM, C. V.; ROHLFS, D. B.; SILVA, E. L. e; QUEIROZ, F. B. de; FRANCISCHETTI, J.; DANIEL, M. H. B.; RESENDE, R. M. de S.; ANDRADE, R. C. de; MAGALHÃES, T. de B. Gestão das ações do setor saúde em situações de seca e estiagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 21, p. 709–718, mar. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.26212015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fccPfYqLbmwTvzWszWbCkHj/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GUIMARÃES, R. M.; CRUZ, O. G.; PARREIRA, V. G.; MAZOTO, M. L.; VIEIRA, J. D.; ASMUS, C. I. R. F. Análise temporal da relação entre leptospirose e ocorrência de inundações por chuvas no

município do Rio de Janeiro, Brasil, 2007-2012. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, p. 3683–3692, set. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06432014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q9mtT7P5dCTcvtdhXhG66Qp/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

GUIMARÃES, R. M.; MAZOTO, M. L.; MARTINS, R. N.; CARMO, C. N. do; ASMUS, C. I. F. Construção e validação de um índice de vulnerabilidade socioambiental para a vigilância e gestão de desastres naturais no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, p. 4157–4165, out. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.08282014>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n10/4157-4165/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

HORTA, I. T. L. G.; NEVES, G. Z. D. F. Condições Climáticas e Meteorológicas Associadas aos Desastres Naturais em São Luiz do Paraitinga – SP: análise dos verões de 1982 a 2014. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 2008, 16 dez. 2019. DOI 10.26848/rbgf.v12.6.p2008-2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/240215>. Acesso em: 7 abr. 2025.

KUWAJIMA, J. I.; FAN, F. M.; SCHWANENBERG, D.; ASSIS DOS REIS, A.; NIEMANN, A.; MAUAD, F. F. Climate change, water-related disasters, flood control and rainfall forecasting: a case study of the São Francisco River, Brazil. **Geological Society, London, Special Publications**, [s. l.], v. 488, n. 1, p. 259–276, jan. 2019. DOI 10.1144/SP488-2018-128. Disponível em: <https://www.lyellcollection.org/doi/10.1144/SP488-2018-128>. Acesso em: 7 abr. 2025.

LINGOPASS. Censo de proficiência do Lingopass: Como dados reais mostram a importância do inglês para times com alta performance nas empresas? 30 out. 2024. **Notícias**. [Institucional]. Disponível em: <https://www.lingopass.com.br/blog/centso-de-proficiencia-ingles-do-lingopass>. Acesso em: 6 abr. 2025.

LONDE, L. D. R.; DA CONCEIÇÃO, R. S.; BERNARDES, T.; DIAS, M. C. D. A. Flood-related leptospirosis outbreaks in Brazil: perspectives for a joint monitoring by health services and disaster monitoring centers. **Natural Hazards**, [s. l.], v. 84, n. 2, p. 1419–

1435, nov. 2016. DOI 10.1007/s11069-016-2493-8. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11069-016-2493-8>. Acesso em: 7 abr. 2025.

LONDE, L. de R.; COUTINHO, M. P.; DI GREGÓRIO, L. T.; SANTOS, L. B. L.; SORIANO, É. Desastres relacionados à água no Brasil: perspectivas e recomendações. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 17, p. 133–152, dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1082V1742014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/D65yDDZ5kXt5vrpH6PX6QPw/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MELLO, L. F. de; ZANETTI, V.; PAPALI, M. A. Brasil, Éden desmoronado: desastres naturais no Brasil contemporâneo. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 17, p. 95–116, dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC984V1742014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/48Nr96ddQRVfRqZFcVHXYTx/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MELO, P. D. O.; DE BRITTO, R. M.; FONTAINHA, T. C.; LEIRAS, A.; BANDEIRA, R. A. D. M. Evaluation of community leaders' perception regarding Alerta Rio, the warning system for landslides caused by heavy rains in Rio de Janeiro. **Natural Hazards**, [s. l.], v. 89, n. 3, p. 1343–1368, dez. 2017. DOI 10.1007/s11069-017-3023-z. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11069-017-3023-z>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MINERVINO, A. C.; DUARTE, E. C. Danos materiais causados à Saúde Pública e à sociedade decorrentes de inundações e enxurradas no Brasil, 2010-2014: dados originados dos sistemas de informação global e nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 21, p. 685–694, mar. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.19922015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jmz4F3DK5G4BjnmztjzXNJfC/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

NAVARRO, M. A.; QUADROS, J. Impacto de um desastre natural sobre o habitat e a ocorrência de *Lontra longicaudis* (Mustelidae, Carnivora) na Serra da Prata, Paraná, Brasil. **Iheringia. Série Zoológica**, [s. l.], v. 107, p. e2017039, 26 out. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1678-4766e2017039>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/isz/a/bB6HDJWv6XKNq8NxTMhVJx/?lang=pt>. Acesso em: 7

abr. 2025.

NÓBREGA, R. S.; SANTIAGO, G. A. C. F. Tendências do controle climático oceânico sob a variabilidade temporal da precipitação no Nordeste do Brasil. **Revista de geografia Norte Grande**, [s. l.], n. 63, p. 9–26, maio 2016. DOI 10.4067/S0718-34022016000100002. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-34022016000100002&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

NUNES, K. R. A.; ABELHEIRA, M.; GOMES, O. S.; MARTINS, P.; AGUIAR, I. S. Disaster risk assessment: The experience of the city of Rio De Janeiro in developing an impact scale for meteorological-related disasters. **Progress in Disaster Science**, [s. l.], v. 5, p. 100053, jan. 2020. DOI 10.1016/j.pdisas.2019.100053. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2590061719300535>. Acesso em: 7 abr. 2025.

OMM. **Atlas de la OMM sobre ortalidad y pérdidas económicas debidas a fenómenos meteorológicos, climáticos e hidrológicos extremos (1970–2019)**, n. OMM-Nº 1267. Genebra: Organización Meteorológica Mundial, 2021. Disponível em: <https://library.wmo.int/idurl/4/28270>. Acesso em: 1 out. 2023.

PEREIRA, B. M. T.; MORALES, W.; CARDOSO, R. G.; FIORELLI, R.; FRAGA, G. P.; BRIGGS, S. M. Lessons learned from a landslide catastrophe in Rio de Janeiro, Brazil. **American Journal of Disaster Medicine**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 253–258, 1 set. 2013. DOI 10.5055/ajdm.2013.0131. Disponível em: <https://www.wmpllc.org/ojs/index.php/ajdm/article/view/2142>. Acesso em: 7 abr. 2025.

REIS, C.; ZUCCO, F. D.; DAROLT, E. Gabinete de Crise versus mídia: implicações para o diálogo com a comunidade. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 36, p. 155–173, dez. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1809-58442013000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/CNt4RknRNRbGJjhsVWxY9S/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

RIBEIRO, M. S. M.; ANDRADE, L. de M. B.; SPYRIDES, M. H. C.; SILVA, P. E. da. Aspectos meteorológicos, sociais, sanitários e desastres naturais na região nordeste do Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, [s. l.], v. 21, p. e21009, 29 jul. 2022. DOI <https://doi.org/10.4215/>

rm2022.e21009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/ThKTLfxqCSbbypqHch6kvKm/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

RODRIGUES, Daniele T.; GONÇALVES, W. A.; SPYRIDES, M. H. C.; SANTOS E SILVA, C. M.; DE SOUZA, D. O. Spatial distribution of the level of return of extreme precipitation events in Northeast Brazil. **International Journal of Climatology**, [s. l.], v. 40, n. 12, p. 5098–5113, out. 2020. DOI 10.1002/joc.6507. Disponível em: <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/joc.6507>. Acesso em: 7 abr. 2025.

RODRIGUES, Daniele Tôrres; GONÇALVES, W. A.; SPYRIDES, M. H. C.; ANDRADE, L. D. M. B.; DE SOUZA, D. O.; DE ARAUJO, P. A. A.; DA SILVA, A. C. N.; SILVA, C. M. S. E. Probability of occurrence of extreme precipitation events and natural disasters in the city of Natal, Brazil. **Urban Climate**, [s. l.], v. 35, p. 100753, jan. 2021. DOI 10.1016/j.uclim.2020.100753. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2212095520306672>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ROSA, M. L.; SOBREIRA, F. G.; BARELLA, C. F. Landslide susceptibility mapping using the statistical method of Information Value: A study case in Ribeirão dos Macacos basin, Minas Gerais, Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [s. l.], v. 93, p. e20180897, 15 jan. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/0001-3765202120180897>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/PtZV4XBznTMmzdPw8ZhvwqR/?lang=en>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SARDINHA, D. de S.; PENA, Y. T. L.; TIEZZI, R. de O.; ALMEIDA, M. C. J. de. Base de dados de desastres naturais no município de Poços de Caldas/MG: ferramenta para o planejamento e a gestão territorial. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 8, p. 318–331, 20 jun. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.AO03>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/stbVC5DVmg3kQK4WXMWJc9m/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SCATOLINI, F.; BANDEIRA, R. A. de M. Desastres como oportunidade de implementação de políticas de gerenciamento de resíduos de construção e demolição no Brasil: chuvas de Nova Friburgo (RJ), 2011. **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, [s. l.], v. 25, p. 739–752,

2 dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-415220202018053>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/6RKZqG8P5d37n-5twY7HM3XQ/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SENA, A.; BARCELLOS, C.; FREITAS, C.; CORVALAN, C. Managing the Health Impacts of Drought in Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [s. l.], v. 11, n. 10, p. 10737–10751, 16 out. 2014. DOI 10.3390/ijerph111010737. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/11/10/10737>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SILVA, A. E. P.; LATORRE, M. do R. D. de O.; CHIARAVALLO-TI NETO, F.; CONCEIÇÃO, G. M. de S. Tendência temporal da leptospirose e sua associação com variáveis climáticas e ambientais em Santa Catarina, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 27, p. 849–860, 11 mar. 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.45982020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/h9Cs9fWX7NWrp7QC7sjPtsc/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SILVA, E. L. e; GOMES, R. A. T.; GUIMARÃES, R. F.; CARVALHO JÚNIOR, O. A. de. Emprego de modelo de susceptibilidade a escorregamentos rasos para gestão de riscos de desastres no município de Vitória-ES. **Sociedade & Natureza**, [s. l.], v. 25, p. 119–132, abr. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/4pRq3PHYNHdYQ-TBVJWhXKfQ/?lang=pt>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SILVA, E. L. e; RESENDE, R. M. de S.; FRUTUOSO, R. L.; BEZERRA, A. B.; SALVI, B. B.; ROHLFS, D. B. Emergência em saúde pública por inundações: a atuação do Ministério da Saúde em ocorrências no Brasil de 2004 a 2017. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 44, p. 176–187, 5 jul. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E212>. Disponível em: <https://www.scielo.org/articulo/sdeb/2020.v44nspe2/176-187/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

UEYAMA, Jô; FAIÇAL, B. S.; MANO, L. Y.; BAYER, G.; PESSIN, G.; GOMES, P. H. Enhancing reliability in Wireless Sensor Networks for adaptive river monitoring systems: Reflections on their long-term deployment in Brazil. **Computers, Environment and Urban Systems**, [s. l.], v. 65, p. 41–52, set. 2017. DOI 10.1016/j.compenvurbsys.2017.05.001. Disponível em: <https://linkinghub.com>

elsevier.com/retrieve/pii/S0198971516301351. Acesso em: 7 abr. 2025.

UEYAMA, Jo; FREITAS, H.; FAICAL, B. S.; FILHO, G. P. R.; FINI, P.; PESSIN, G.; GOMES, P. H.; VILLAS, L. A. Exploiting the use of unmanned aerial vehicles to provide resilience in wireless sensor networks. **IEEE Communications Magazine**, [s. l.], v. 52, n. 12, p. 81–87, dez. 2014. DOI 10.1109/MCOM.2014.6979956. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/6979956/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ULTRAMARI, C.; FUKUDA HAYAKAWA, I. Acidentes naturais: o paradoxo entre adversidades e potencialidades na gestão urbana. **Economía, sociedad y territorio**, [s. l.], v. 15, n. 47, p. 99–121, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1405=84212015000100005-&lng=es&nrm=iso&tlng-pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

UNDRR. **Informe de evaluación regional sobre el riesgo de desastres en América Latina y el Caribe**. Cidade do Panamá: Oficina de las Naciones Unidas para la reducción del riesgo de desastres - oficina regional para las Américas y el Caribe, 2021. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/igo/legalcode>. Acesso em: 15 out. 2023.

VALENCIO, N. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (orgs.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos - SP: RiMa Editora, 2009. v. I, p. 3–18. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

VALVERDE, M. C.; ARAUJO, E.; CAMPOS VELHO, H. Neural network and fuzzy logic statistical downscaling of atmospheric circulation-type specific weather pattern for rainfall forecasting. **Applied Soft Computing**, [s. l.], v. 22, p. 681–694, set. 2014. DOI 10.1016/j.asoc.2014.02.025. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1568494614000957>. Acesso em: 7 abr. 2025.

VIEIRA, R.; SCHMIDT, G.; MOURA, J. M. B. M. D. Urban public policy for natural disaster risk management in Blumenau-SC:

processes and activities. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 22, p. e01182, 2019. DOI 10.1590/1809-4422asoc0118r2vu1911ao. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2019000100307&tlng=en. Acesso em: 7 abr. 2025.

XAVIER, D. R.; BARCELLOS, C.; BARROS, H. da S.; MAGALHÃES, M. de A. F. M.; MATOS, V. P. de; PEDROSO, M. de M. Organização, disponibilização e possibilidades de análise de dados sobre desastres de origem climática e seus impactos sobre a saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, p. 3657–3668, set. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.00992014>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n9/3657-3668/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

XAVIER, D. R.; BARCELLOS, C.; FREITAS, C. M. D. Eventos climáticos extremos e consequências sobre a saúde: o desastre de 2008 em Santa Catarina segundo diferentes fontes de informação. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 273–294, dez. 2014. DOI 10.1590/1809-4422ASOC1119V1742014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000400012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 abr. 2025.

DESAFIOS EMERGENTES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

cuidado como trabalho não remunerado e a contribuição das mulheres na prevenção dos desastres

Bárbara Domingues Nunes

Maria Isabel Barros Bellini

Introdução

As políticas públicas são compreendidas como a ação do Estado através dos seus programas e projetos direcionados a determinadas camadas da população. A compreensão, teorização e direcionamento das políticas públicas são carregados de interesses e contradições. A estruturação de tais políticas foi e é marcada por recuos e avanços, em que os contextos mudam, sem se transformarem e as desigualdades e opressões são reatualizadas, no processo de exploração na sociedade capitalista.

Podemos citar várias políticas existentes na área da educação, saúde, assistência, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, indígenas, imigrantes e assim sucessivamente. Estes estratos sociais são atendidos, em sua maioria, nos serviços públicos e/ou rede privada conveniada com estes órgãos. Contudo, o simples atendimento ou disponibilização de um serviço específico, não significa que determinada política dê conta das demandas apresentadas para que a situação de vulnerabilidade seja superada. Isso demonstra a complexidade dessa realidade e o quanto precisamos aprofundar as discussões sobre o assunto, especialmente, quando ele se refere ao cuidado enquanto trabalho não remunerado realizado pelas mulheres, em especial as desigualdades vivenciadas pelas mulheres indígenas enquanto rebatimento do racismo em nossa sociedade.

Afirmamos nessa produção o compromisso ético em debater e trazer a luz discussões sobre os marcadores interseccionais que envolvem as questões de gênero, cuidado e racismo são “estruturas

interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade” (Collins; Bilge, 2020, p. 37) e afirmamos também que “[...] além de entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Não se trata de se sentir culpado por ser branco: a questão é se responsabilizar. Diferente da culpa que leva a inércia, a responsabilidade leva a ação” (Ribeiro, 2019, p. 36).

Políticas Públicas: breves conceitos e problematizações

Neste item realizamos uma breve revisão sobre o conceito de política pública, considerada como sinônimo de política social porem, nosso objetivo não é esgotar as discussões nem atribuir adjetivos aos seus direcionamentos da política social. A complexidade de conceituação e definição das políticas condiz com a sua execução, tendo em vista os desafios enfrentados nas ações do Estado, em relação as situações de desigualdade de gênero vivenciadas pelas mulheres em suas diversidades. A tentativa de conceituar teoricamente e definir “[...] implica reconhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais locados à disposição desse processo - já que não há unanimidade campo do conhecimento, principalmente nas ciências sociais” (Pereira, 2011, p. 165).

Giovanni (2009) ressalta que política pública não é uma simples ação do Estado nas situações que exigem uma intervenção mais complexa. Ele considera política pública como uma forma modernizada do poder nas sociedades democráticas, enquanto resultado da relação entre o Estado, a sociedade e seus aspectos sociais, políticos, econômicos e estruturais.

As políticas são espaços para a administração coletiva das desigualdades de classe, cidadania, gênero e tantas outras que afetam as esferas públicas, comerciais, familiares e associativas nas sociedades contemporâneas. Há que se considerar nesses espaços os processos de trabalho, as repercussões das mudanças tecnológicas, a percepção de desproteção generalizada o que atinge pontualmente o trabalho que é o elemento estruturante no atendimento da subsistência e bem-estar dos sujeitos (Subirats, 2022).

Compreendemos que a política pública não é uma reação do Estado estritamente aos problemas da classe trabalhadora que está

formalmente inscrita no mercado de trabalho, visto que muitos dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas, nem mesmo conseguem se inserir no mercado de trabalho, mas indiretamente contribuem com o processo de acumulação capitalista. Na sua maioria os trabalhadores contam com uma rede de apoio e cuidados, sejam os filhos ou algum familiar para compartilhar os cuidados enquanto trabalham. Os que estudam/trabalham, mesmo não possuindo filhos, geralmente, contam com alguma pessoa que contribui nas tarefas domésticas. Consideramos trabalho independente do vínculo empregatício. Somos classe trabalhadora, direta ou indiretamente executamos algum tipo de trabalho, remunerado ou não.

Ressaltamos que “a análise da política social não pode ser colocada em termos de um esquematismo rígido, de leis imutáveis, como se a realidade se desenvolvesse segundo um modelo teórico ideal” (Faleiros, 1991, p.55). Portanto, não pode ser considerada em um modelo ou conceito rígido, único, pois envolve o movimento das forças sociais e conjunturais. Além disto, “as medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais” (Faleiros, 1991, p.55) e que a sua insuficiência na gestão das demandas gestadas na relação “trabalho e cuidados da família, aliada à baixa participação masculina na divisão do trabalho não remunerado, repercute nas oportunidades laborais das mulheres” (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p.577) acirrando as desigualdades de gênero especialmente para as mães com filhos dependentes.

Para Coutinho falar de política é falar “em grande medida de representação de interesses e, por conseguinte, de formulação de políticas que implementam ou bloqueiam interesses” (Coutinho, 2000, p. 47) e o autor pontua três questionamentos: 1) Como os interesses são representados? 2) De quem são os interesses representados? e 3) Qual é a justificação para representar os interesses?

Tais questionamentos se acentuam ao abordar sobre as complexidades que envolvem as desigualdades de gênero em nossa sociedade, pois apesar dos avanços relacionados aos direitos das mulheres, ainda persistem muitos desafios diante das demandas enfrentadas no cotidiano das populações vulnerabilizadas.

Trabalho como cuidado não remunerado e a contribuição das mulheres e mulheres indígenas no enfrentamento dos desastres

Neste item abordamos sobre as questões de gênero atreladas ao cuidado, enquanto determinante das situações de desigualdade vivenciadas pelas mulheres na sociedade capitalista. Na sequência são problematizadas as situações vivenciadas pelas mulheres indígenas, condições ainda silenciadas e naturalizadas. Optamos por fazer este recorte na temática das mulheres indígenas, pois, este é um tema com expressiva carência de produções na área e ações governamentais.

O artigo *“Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”* de Sorj, Fontes e Machado (2007) problematiza a conciliação entre trabalho remunerado e cuidados familiares no processo de transformação das configurações familiares e mercado de trabalho no Brasil. O artigo destaca que a presença da mulher no mercado de trabalho é diretamente influenciada pelo tipo de família que possui por outro lado, em relação aos homens, a sua participação se mantém constante lhe conferindo maiores ganhos. As autoras destacam que independente da estrutura familiar, a participação dos homens no mercado de trabalho nunca é inferior a 86,5% e que a participação das mulheres oscila entre 87,9% e 62,7% conforme a sua estrutura familiar.

As diferenças também se expressam nas responsabilidades pelos cuidados em relação a prole pois “enquanto 74,8% dos cônjuges de casal sem filhos participam do mercado de trabalho, esse percentual se reduz em nove pontos para aquelas que têm filhos dependentes sem a presença de parente (65,9%)” (Sorj, Fontes, Machado, 2007, p. 590) outro ponto importante a ressaltar trata-se das restrições aos benefícios da legislação trabalhista relativas ao momento inicial do nascimento dos filhos/as.

A negligência de reconhecimento do cuidado enquanto trabalho pode ser elucidada nos dados do INSS, pois o órgão não possui dados sobre raça/cor dos beneficiários, contudo, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua 2022) as mulheres negras retratam duas em cada três pessoas que não possuem trabalho remunerado em decorrência dos compromissos domésticos, que entre outras coisas envolve o cuidado, isso representa

66% do total, sendo que os homens brancos representam 2% da população. Segundo a economista Marilane Teixeira¹, a dificuldade em completar os 15 anos de contribuição previdenciária está ligada ao trabalho não remunerado, pois as mulheres não conseguem permanecer no emprego formal para cuidar dos filhos ou de outras pessoas na família (Alves, Rocha, 2024).

Uma análise interseccionalizada dessa realidade possibilita a compreensão das características do trabalho de cuidado em sua manutenção e estruturação ligado as “[...] determinações de gênero, raça e classe. Ao analisarmos a experiência do “não-ser” (mulher) negra, a funcionalidade do seu lugar na reprodução social está coisificada, não sendo mulher e nem mãe, podendo apenas promover o bem-estar e o cuidado da família” (Passos, 2023, p.39).

O trabalho não remunerado atrelado aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas ao longo da vida, tem repercussões na renda e na dignidade das mulheres brasileiras quando chegam na terceira idade. Elas representam a maioria entre aqueles que se aposentam por idade e entre os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e isso está vinculado ao termo “feminização da pobreza”² (Alves, Rocha, 2024). Tal fenômeno tende a crescer conforme o envelhecimento da população, segundo a economista Brena Paula Magno Fernandez, coordenadora do Núcleo de Estudos em Economia Feminista da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O quantitativo de mulheres pobres se acentua a cada ano, e quando se trata de pessoas idosas, as vulnerabilidades são exponenciadas se somadas as doenças, fragilidades físicas e limitações para o trabalho. Além disso, com a inexistência de uma rede de apoio a tendência é a mendicância (Alves, Rocha, 2024, s.p).

Os desafios enfrentados pelas mulheres são muitos quando o assunto é mercado de trabalho visto que elas têm sua participação limitada pela centralização dos cuidados maternos enquanto os homens mantêm sua participação no mercado. Isso impõe problematizarmos a categoria cuidado como reflexo da sociedade racista e patriarcal e seu espaço de centralidade nas políticas públicas em especial considerando as populações invisibilizadas no trabalho de cuidados.

1 Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

2 A temática é pesquisada no Brasil desde 2000. Ver autores como: Costa (2005); Castro (2001); Carmo (2019); Novellino (2004).

O cuidado é repleto de significados no processo da reprodução social e é naturalizado enquanto trabalho não remunerado executado majoritariamente por mulheres. No âmbito da saúde mental o cuidado faz parte dos processos de trabalho e ética do acolhimento. Para Passos (2023):

O cuidado é uma necessidade ontológica do ser social. A “satisfação” das necessidades do ser social aparece como produção da vida, tanto da própria, como da alheia, através da conexão materialista entre os indivíduos. Ou seja, para que tenhamos a reprodução, a continuidade e a existência da humanidade é preciso que ocorra a cooperação entre os indivíduos [...] para assegurar a reprodução é necessário que alguns trabalhem para garantir a existência de outros e, para isso, na sociedade capitalista estabeleceu-se a distribuição das tarefas a partir da divisão social, sexual e racial, sendo o trabalho doméstico e de cuidados designado para as mulheres e constitutivo da reprodução social. O cuidado [...] acabou assumindo o sentido de atribuição feminina, tornando-se parte dos comportamentos, atribuições e características que devem ser ensinados e reproduzidos pelas mulheres (Passos, 2023, p. 40).

Aqueles sujeitos que não conseguem suprir as suas necessidades básicas são considerados dependentes do cuidado e, portanto, dependente de cuidados de uma mulher. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ao abordar questões sobre a concepção de cuidado na sociedade capitalista ressalta:

Os estudos reunidos sob o escopo da economia dos cuidados partem do pressuposto de que o cuidado desempenhado de maneira não remunerada não apenas integra o sistema econômico como também constitui uma pré-condição para a sua existência. A partir dessa compreensão, procuram medir e valorar o trabalho de cuidado; averiguar as condições de trabalho e de remuneração das ocupações referidas aos cuidados e à reprodução social; apontar para a natureza das relações entre os sujeitos envolvidos em seu desempenho; e examinar o posicionamento daquelas que o executam no mercado de trabalho (IPEA, 2016, p. 18).

Portanto, a invisibilidade do cuidado enquanto trabalho também é carregada de interesses, pois possui relação direta com o sistema econômico uma vez que é uma das condições para produção e reprodução da sociedade capitalista. Como podemos observar nos

dados sobre o valor do cuidado “o valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por adolescentes e mulheres na faixa etária dos 15 anos ou mais é de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano - três vezes mais alto que o estimado para o setor de tecnologia do mundo” (OXFAM, 2020, p. 6). Tais dados demonstram a imprescindibilidade da discussão sobre cuidado, considerando suas repercussões nas opressões de gênero e classes sociais.

O mundo enfrenta uma crise de prestação de cuidados devido aos impactos do envelhecimento da população, a cortes em serviços públicos e sistemas de proteção social e aos efeitos das mudanças climáticas – ameaçando piorar a situação e aumentar o ônus que recai sobre trabalhadoras de cuidado. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que, até 2030, haverá um número adicional de 100 milhões de idosos e de 100 milhões de crianças de 6 a 14 anos que necessitarão de cuidados. À medida que envelhecerem, os idosos precisarão de cuidados mais críticos e de longo prazo de sistemas de saúde que estão mal preparados para atendê-los (OXFAM, 2020, p. 14).

Portanto, as informações demonstram que a crise do cuidado avançará em proporções crescentes até 2030, crise que se manifesta em processos de relações sociais tão complexificados, individualizados, competitivos acentuados pelas mudanças climáticas que coercitivamente estão exigindo condições de cuidado em 3 dimensão: cuidado de si, do outro e do meio ambiente.

Na discussão do cuidado feminino enquanto trabalho não remunerado que as coloca em situação de subjugação e desigualdade os Dados sobre a Síntese de Indicadores Sociais 2023, estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado no dia 06 de dezembro de 2023 revelam que “mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalharam em 2022 para cuidar de parentes ou de tarefas domésticas” (Martins, 2023, s.p). Sendo que foram apenas 80 mil homens que se ausentaram do mercado de trabalho pelo mesmo motivo, o que não condiz com 4% do total de mulheres na mesma situação.

Esses dados se ampliam nas situações de desigualdade vivenciadas pelas mulheres indígenas, sendo esta uma pauta ainda invisibilizada e silenciada ainda que os dados demonstrarem os genocídios sofridos pelos povos indígenas nos últimos anos. Em 2021 a

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)³ elaborou relatório sobre as “Desigualdades de gênero dos ocupados com atividades ligadas à agricultura no RS”, segundo o documento, a desigualdade na escolarização nas mulheres indígenas é mais acentuada, considerando que,

entre as mulheres que nunca frequentaram a escola, 4,6% são brancas, 13,3% são pardas, 14,6% são pretas, 15,1% são amarelas, e 21,3% são indígenas” (SPGG, 2021, p.12). Esses dados elucidam a imprescindibilidade das discussões sobre as repercussões do racismo estrutural também nas mulheres indígenas. Trata-se de nomear e dar visibilidade para suas violências e vulnerabilidades vivenciadas. Pois “[...] não podemos combater o que não tem nome (Ribeiro, 2019, p.21).

As mulheres indígenas desempenham um papel fundamental tanto na preservação da biodiversidade, luta contra as mudanças climáticas, bem como preservação das suas culturas, línguas e tradições e embora tenham o dia 5 de setembro o Dia Internacional da Mulher Indígena⁴ elas pouco tem para celebrar. Conforme a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, “as mulheres indígenas têm um papel fundamental tanto na vida dos povos indígenas como para todo o planeta” (DIA...,2023, s.p). E em relação a este público é notório a sua representatividade e significado no cuidado ao meio ambiente e questões climáticas.

De acordo com Valeri (2023) as informações do relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (AC-NUR) demonstram que, o deslocamento forçado em virtude das mudanças climáticas abrange 1% da população global que representa sete bilhões de pessoas, portanto, uma em cada 97 é compelida a trocar sua moradia. Conforme a ONU 80% dos deslocamentos são realizados por mulheres, sendo a desigualdade de gênero incitativa para compreensão das causas e modificação desse cenário, é possível que uma das respostas pode estar no ecofeminismo, “[...] termo foi usado pela primeira vez pela francesa, escritora, ativista dos di-

³Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/12130018-estudo-desigualdades-de-genero-campo.pdf>. Acesso em: 02 dez.2023.

⁴ A data foi instituída em 1983, durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu, na Bolívia. O dia foi escolhido em memória de Bartolina Sisa, mulher Quéchua que foi morta durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari, no Alto Peru, região atual da Bolívia, nos anos de 1780.

reitos trabalhistas, feminista e ambientalista Françoise d'Eaubonne, em 1974, e envolve a relação entre ciência, mulher e natureza [...] (Valeri, 2023, s.p). Estabelece relação entre feminismo e meio ambiente pois “não adianta pensar em direitos das mulheres enquanto o modo de vida hegemônico destrói o ambiente em que vivemos” (Valeri, 2023, s.p)..

A autora esclarece que, apesar de considerar legítimo o movimento feminista, a palavra “feminismo” não pertence aos indígenas, dado que o feminismo, que chama de tradicional, nasceu na Europa, durante a Revolução Industrial, em 1789, enquanto as indígenas mulheres já lutavam contra a invasão europeia 200 anos antes” (Valeri, 2023, s.p).

As mulheres possuem mais dificuldade de acesso aos recursos, oportunidades de emprego e educação, além de carregarem o peso das responsabilidades domésticas, que se dão em decorrência da desigualdade de gênero e cuidado enquanto trabalho não remunerado. Esses elementos de disparidade, também expõe as mulheres a situações de risco somado a questão dos desastres e mudanças climáticas (Valeri, 2023).

Segundo a indígena Marcia Mura, doutora em História Social pela USP e membro do Coletivo Mura do Porto Velho, entre as possibilidades de soluções para a desigualdade de gênero está o ecofeminismo, que propõe uma mudança de paradigma ao questionar e visar a superação “[...] das estruturas patriarcais e de exploração da natureza [...] propõe que essas mudanças sejam alcançadas através de políticas inclusivas, programas de capacitação e educação, bem como o fortalecimento do papel das mulheres [...]” (Valeri, 2023, s.p). Além disso a valorização do conhecimento e participação das mulheres indígenas no planejamento e tomada de decisões, é fundamental diante dos desafios socioambientais que se colocam no cotidiano de desastres no cenário mundial, nacional e regional.

Conforme informações da FUNAI, as estimativas da ONU Mulheres, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) voltado a promover a igualdade de gênero revelam que há uma população indígena mundial de aproximadamente 476,6 milhões de pessoas, sendo que mais da metade, aproximadamente 238,4 milhões, são mulheres. Contudo, na América Latina e Caribe, persistem desigualdades que afetam expressivamente a autonomia das mulheres em geral. E essa desigualdade é ainda mais marcante quando se refere as

mulheres pertencentes a grupos indígenas, que vivenciam diversos tipos de violência e discriminação (DIA...,2023, s.p).

O cuidado envolve tanto a sua problematização enquanto trabalho não remunerado, como podemos relacioná-lo a atenção dispensada para determinadas populações nas políticas públicas. As mulheres vivenciam historicamente situações de subalternidade, desigualdade e subjugação, como consequência da sociedade patriarcal e machista. Todavia quando voltamos nosso olhar para as mulheres indígenas, as situações são ainda mais alarmantes, conforme será abordado na sequência.

Sonia Guajajara, em artigo sobre *“A construção de um país sem violência contra mulheres começa pelas invisibilizadas”* elaborado no ano de 2023 para o site do Observatório Nosotras,⁵ em alusão aos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulheres e meninas, questiona sobre a existência de uma política para as mulheres indígenas, quilombolas ou ribeirinhas, que chegue a estas populações para prevenir os diversos tipos de violências vivenciadas, pois, “o que há de palpável são políticas públicas voltadas às mulheres que, por consequência, abarcam as não brancas, como a de combate à violência” (Guajajara, 2023, p. 1-2).

Guajajara (2023) também salienta os avanços das políticas públicas da atual gestão no governo federal e destaca a 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), realizada nos dias 11 e 13 de setembro de 2023, grupo composto por oito mil mulheres indígenas do Brasil e de outros países. A mobilização foi concluída na Esplanada dos Ministérios onde foi firmado o compromisso para implementar políticas públicas voltadas as mulheres indígenas, dentro e fora de seus territórios. Acordo este firmado pelo Ministério dos Povos Indígenas e Ministério das Mulheres.

Outra medida destacada é o programa Guardiãs do Território, previsto no acordo interministerial para formação de lideranças femininas no enfrentamento da violência contra as mulheres nos territórios indígenas. A medida também articula parceria com órgãos estaduais de proteção às mulheres. A ministra também destacou o projeto de instalação da primeira Casa da Mulher Brasileira na Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Com profis-

⁵ O projeto foi idealizado pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Política Social, Cidadania e Serviço Social vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

sionais indígenas para atendimento à saúde das mulheres indígenas locais. Além disto, a ministra da Mulher, Cida Gonçalves (2023), também se comprometeu a espalhar a iniciativa nas demais localidades do Brasil, em constante diálogo com as populações regionais.

Guajajara (2023) também ressaltou o Projeto de Lei 4381/23⁶ de autoria da deputada Célia Xakriabá (PSol-MG), que regulamenta procedimentos a serem realizados nas delegacias de polícia e órgãos públicos, secretarias de Justiça, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, no atendimento as mulheres indígenas vítimas de violência. As discussões expostas pela ministra são fundamentais para problematizarmos as questões de gênero, cuidado e o lugar das mulheres em todas as suas idades e diversidades na sociedade brasileira. Ao concluir sua problematização, ela ainda menciona “Afim, o poder ainda é masculino e faz-se necessária a mudança cultural profunda, coordenada e eminente de enfrentamento, já que somos classificadas como frutos da credibilidade de homens” (Guajajara, 2023, p.04). Esta afirmação é elucidada através das Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil⁷ (IBGE 2^a 2021), pois dos cargos gerenciais em 2020, 62,7% eram ocupados por homens e 37,4% por mulheres.

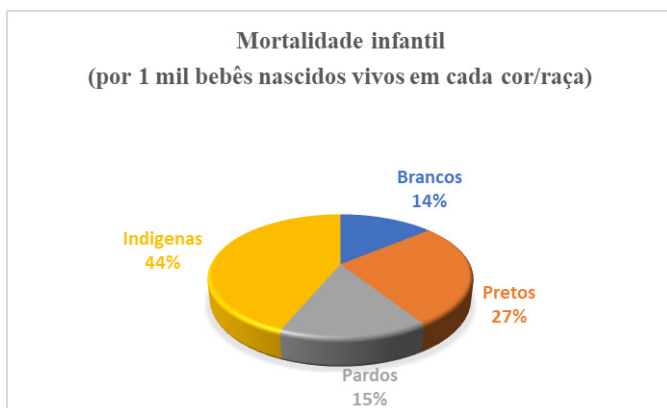
O relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil, lançado em 2022 pelo Conselho Indigenista Missionário, aponta a naturalização do genocídio indígena, pois, entre o período de 2019 a 2022 tem-se o aumento “crescente e assustador” da violência contra os povos indígenas que deixou 4.347 mortos, sendo 3.552 crianças menores de 4 anos. No dia 18 de maio de 2023, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) alertou sobre a invisibilidade das violências cometidas contra crianças indígenas (CIMI, 2022; FUNAI, 2023).

A insuficiência de dados oficiais sobre violência sexual contra crianças e jovens indígenas nas políticas públicas vem sendo denunciada pela FUNAI no decorrer dos últimos anos. Pois, além de demonstrar as subnotificações, também expressa a carência de legisla-

6 “O projeto, que aguarda o parecer da relatora, visa criar uma rede de apoio multidisciplinar para acompanhar os atendimentos com perícia antropológica para o respeito de culturas, presença de intérpretes, Advogadas populares, psicólogas, assistentes sociais e cooperação técnica com o poder público, mas com atenção especial para comunidades que ficam longe de regiões urbanas” (Guajajara, 2023, p.203).

7 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil-2^a edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

ção específica que compreenda as especificidades étnicas e culturais, assim como profissionais capacitados para identificar e diferenciar questões culturais de possíveis práticas de violência, contribuindo para evitar interferências estatais arbitrárias e estigmatização social. Segundo dados da Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aproximadamente 80% das vítimas de abuso sexual infantil são meninas, e entre 2017 a 2020, foram registrados mais de 45 mil casos de estupro na média anual (FUNAI...,2023, s.p). Os povos indígenas estão expostos as múltiplas violências, algo que também está expresso nos seguintes dados:



Fonte: adaptado de Senado Federal (2020).

Observamos pouca e/ou inexistente mobilização realizada nos últimos anos por agentes governamentais e pela sociedade em geral. Conforme a coordenadora de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social da Funai, Lídia Lacerda, “As crianças e jovens indígenas são duplamente vitimizados, primeiro pelo agressor e posteriormente pelos equipamentos estatais inábeis à prestação de serviço diferenciado [...] é necessário envolver a comunidade e promover espaços de escuta, principalmente, para as crianças e os jovens indígenas” (FUNAI...,2023,s.p).

Portanto, estamos falando de múltiplas violências, e a que mais se destaca é a institucional com ausência de cuidado, racismo estrutural, silenciamento e inércia das instituições públicas sobre a temática. Diante do exposto, é notória a necessidade de avançarmos nas discussões e produções na academia, quanto proposições e estratégias que possam defender e garantir os direitos de todas as mu-

lheres sejam quilombolas, ribeirinhas, e especialmente as indígenas que são negligenciadas.⁸

De acordo com Ribeiro (2019) quem tem acesso a bibliotecas e universidades a responsabilidade é dobrada e não deve ser negligenciada. Ela ressalta que pessoas negras são tratadas como um “Wikipreta” como se fossem um manual e dicionário de respostas e ensinamentos sobre o racismo, contudo, essa responsabilidade também é de todos. Outra questão apontada enquanto desafio na universidade é o epistemicídio, considerado como apagamento das produções dos grupos oprimidos. Lembrando que “a discussão pertinente é aquela que denuncia o quanto culturas negras e indígenas foram expropriadas e apropriadas historicamente” (Ribeiro, 2019, p. 70).

Guerra (2018, p. 25) no seu artigo “Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica” problematiza sobre a necessidade de uma formação que prepare os profissionais para operarem com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa, ou seja, uma formação que fomente possibilidades concretas na materialização dos direitos no “miúdo do cotidiano” como diz Yazbek (2010, p.154).

Herrera Flores (2009) no seu livro “Reinvenção dos Direitos Humanos” expõe sobre a parcialidade dos direitos, pois eles não são materializados a partir das legislações, planos ou ordenamentos. Abordar as políticas públicas impõe discutir para além do que está posto e/ou previsto, ou seja, a sua execução, materialização, estratégias realizadas e aquelas possíveis de serem traçadas no atendimento as demandas da população e garantia dos direitos.

Considerações Finais

O artigo sobre “movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos” problematiza o movimento feminista que, apesar de sua importância histórica no protagonismo das mulheres não tem demonstrado articulação às reivindicações das mulheres indígenas,

8 No Censo Demográfico 2022 sobre os povos Indígenas, através dos primeiros resultados do universo. Ao pesquisar informações sobre mulheres. Obtivemos **apenas um resultado** sobre uma projeção para 2030 para a “produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres” (IGBE, 2022, p. 18). Isto significa que tais dados não abordam informações sobre as questões de gênero. Mas dados gerais da população. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 05 dez.2023.

ao se buscar fazer um paralelo acerca da atuação do movimento feminista e o movimento das mulheres indígenas no Brasil, verificam-se as limitações do primeiro por abranger as esferas dos direitos e liberdades individuais, ainda que abarque os direitos civis e políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais (relações de trabalho, por exemplo), está longe de compreender os direitos coletivos específicos dos povos. Os direitos socioambientais lançam algumas luzes sobre essa compreensão, pois as reivindicações das mulheres indígenas contra a opressão (patriarcal) têm se mostrado indissociáveis das lutas por seus direitos territoriais, direitos de existência na diversidade e de livre determinação enquanto pertencentes a povos indígenas (Yoshida, Sousa, Silva, 2021, p. 147).

Uma das hipóteses levantadas é que as mulheres indígenas não fizeram parte das lutas do feminismo, em decorrência da sua invisibilidade perante a sociedade. Ressaltamos que os dados são expressivos sobre as situações vivenciadas pela população indígena e a sociedade, governo, entidades, e instituições de ensino ainda não se sensibilizaram para priorizar a temática nas suas ações. Essa sensibilidade que leva ao silenciamento também ocorre quando o assunto é o cuidado enquanto trabalho.

Diante do exposto, poderíamos afirmar que não se trata de invisibilidade, mas um silenciamento, não somente em relação ao cuidado como trabalho não remunerado, também em relação ao racismo que abrange também as mulheres indígenas:

[...] por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. **A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas** (Almeida, 2019, p.34, grifo nosso).

Apesar dos avanços realizados pelo governo federal em 2023: elaboração da Política Nacional de Cuidados⁹ e ações relacionadas as mulheres e povos indígenas, destacadas anteriormente por Guajajara (2023), esses assuntos ainda são silenciados tanto nas produções teóricas, quanto nas ações governamentais e demais instituições de

9 Governo lança grupo para elaborar a Política Nacional de Cuidados. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/05/governo-lanca-grupo-para-elaborar-a-politica-nacional-de-cuidados>.

atendimento. Portanto, a prioridade também deve ocorrer para além das discussões, relatórios e problematizações teóricas, ou seja, nos direcionamentos de ações estratégicas, de forma articulada entre os movimentos sociais, políticas públicas e espaços de controle social.

Diante do exposto, os desastres e mudanças climáticas influenciam nas condições demandas de cuidado, exposição das mulheres a maiores situações de risco, mas também demonstram a contribuição das mulheres indígenas na preservação da biodiversidade, luta contra as mudanças climáticas, além preservação da história, suas culturas, línguas e tradições. Portanto, as mulheres indígenas têm um papel fundamental no que tange as comunidades tradicionais, mas também em relação a todo planeta, sendo notória a sua representatividade e significado no cuidado ao meio ambiente, questões climáticas e possibilidades de contribuições no enfrentamento dos desastres. Sendo assim, é imprescindível que as mulheres e as mulheres indígenas tenham um maior protagonismo nas pautas relacionadas ao cuidado como trabalho e enfrentamento dos desastres, considerando as contribuições, especialmente, das mulheres indígenas com as questões climáticas.

Referências

ALMEIDA, S. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, S; ROCHA, D. N. A dupla jornada que não aposenta as mulheres. Jan. 2024. Outras Mídias. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-dupla-jornada-que-nao-aposenta-as-mulheres/>. Acesso em: 10 fev.2024.

CASTRO, MG. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. Mulher e trabalho, v. 1, 2001.

CARMO, CLB. Feminização da pobreza no Brasil no período 2004-2015. 2019, p. 26.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COLLINS, P.; BILGE, S. Interseccionalidade. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

COUTINHO, CN. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: FLEURY, Sonia. Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo, Cortez/ABRASCO, 1985.

COSTA, JS et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. IPEA. Texto para discussão n° 1137. Brasília: novembro de 2005, p.13.

Dia Internacional da Mulher Indígena – entenda a importância da data. Gov.br setembro 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dia-internacional-da-mulher-indigena-2013-entenda-a-importancia-da-data>. Acesso em: 30 nov.2023.

FALEIROS, VP. A política social do Estado capitalista, 6a. ed. São Paulo: Cortez, (1991).

FUNAI alerta para a invisibilidade das violências cometidas contra crianças indígenas. Ministério dos Povos Indígenas. Gov.br maio 2023 [s.l]. disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-alerta-para-a-invisibilidade-das-violencias-cometidas-contras-criancas-indigenas>. Acesso em: 30 nov.2023.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. NEPP. Cadernos de pesquisa, n. 82, UNICAMP, 2009.

GUERRA, YD. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: Serviço social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel social, 2018. 224p.

GUAJAJARA, S. A construção de um país sem violência contra mulheres começa pelas invisibilizadas. Disponível em: https://nosotras.ucpel.edu.br/2023/580/?fbclid=IwAR0oHZj0MQGuHpjBjjPhAA-SucysS3j1BDuTeDWyCET9kPHZyY8nybPyx_ew. Acesso em: 02 dez.2023.

HERRERA FLORES, J. A reinvenção dos Direitos Humanos; trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 f.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Economia dos Cuidados: Marco Teórico- conceitual. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28897. Acesso em: 03 nov. 2021.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2004, p. 2.

MARTINS, R. Mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalharam para cuidar de parentes ou das tarefas domésticas, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/06/ibge-sintese-de-indicadores-sociais-2023.ghtml>. Acesso em: 06 dez.2023.

OXFAM (2020). Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-e-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 30 out. 2021.

PEREIRA, CP. Proteção Social no Capitalismo. Tese de doutorado. UnB. Programa de Pós-Graduação em Política Social. 2013.

PASSOS, RG - Na Mira do Fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo/Porto Alegre: Hucitec Editora, 2023.

RIBEIRO, D. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SUBIRATS, J. Replantear las políticas de bienestar: Dilemas y tensiones entre igualdad y diversidad. revista Nueva Sociedad N. 297, enero-febrero de 2022.

WASTIN, R. Racismo estrutural mantém negros e indígenas à margem da sociedade. Senado Federal, Racismo em Pauta. Outubro 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/informaterias/2020/01/racismo-em-pauta-2014-racismo-estrutural-mantem-negros-e-indigenas-a-margem-da-sociedade>. Acesso em: 09 fev. 2024.

YAZBEK, MC. Serviço Social e pobreza. Editorial. Revista Katály-

sis, v. 13, n. 2, p. 153-154. UFSC: Florianópolis, jul./dez. 2010.

YOSHIDA, M. ;SOUSA, R.; SILVA, L. O movimento das mulheres indígenas: da invisibilidade à luta por direitos coletivos. Revista Eletrônica do CNJ, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2021.

VALERI, J. Segundo a ONU, mulheres representam 80% das pessoas forçadas a migrar por mudanças climáticas. JORNAL DA USP, agosto de 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/segundo-onu-mulheres-representam-80-das-pessoas-forçadas-a-migrarem-por-mudancas-climaticas/>.

DESASTRES E CALAMIDADE PÚBLICA NA VITRINE:

um estudo sobre os estados do Rio Grande do Sul e Amazonas

Maria Isabel Barros Bellini

Leticia Batista da Silva

Fernanda Xavier Arena

Nadianna Rosa Marques

Jane Cruz Prates

Introdução

A concepção de One Health, ou Uma Só Saúde ou ainda Saúde Única, não é recente¹, sabe-se que o “estudo da relação causal entre doenças humanas e o meio ambiente tem sido abordado desde os tempos antigos. Hipócrates (460 a.C. — 370 a.C.) em seu tratado *On Airs, Waters, and Places* discute como o ambiente é um fator importante para a saúde e bem-estar da população” (CRUZ, 2022, p.1 tradução nossa). Essa concepção e preocupação toma maior relevância nos recentes eventos extremos² ocorridos no mundo todo e que tiveram resultados catastróficos para a vida humana e para a natureza e todos os seres e plantas que nela habitam.

Uma Só Saúde (One Health), propõe uma abordagem integradora e unificadora que busca, talvez tardiamente, equilibrar de

1 O conceito de Uma Só Saúde foi cunhado 2004, em reunião de especialistas em saúde ocorrida no evento da Wildlife Conservation Society (WCS) onde foram elaboradas 12 recomendações para prevenir epidemias e epizootias e manter um ecossistema saudável para seres humanos e animais. Somente em 2008 o termo “One Health” foi adotado por: Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, mais tarde WOAH); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Coordenador do Sistema das Nações Unidas para a Gripe (UNSIC); e o Banco Mundial (recomendacao-n-4-cnecv-2024-sobre-uma-so-saude-uma-etica, acessado em julho/2024)

2 Enchentes, ondas de calor e “tsunami de lama” são alguns dos fenômenos que afetaram países (Os desastres naturais que impactaram o mundo recentemente | CNN Brasil) acessado em 19/09/2024; Desastres naturais 2023 no Brasil e no mundo, Desastres Naturais 2023: Tragédias No Brasil E No Mundo (eos.com) acessado em 22/09/2024

forma sustentável a relação homem-natureza-animal, ou seja, preservar a saúde de humanos, animais e ecossistemas. Essa abordagem está pautada no reconhecimento e afirmação de que a saúde humana, a saúde dos animais tanto domésticos como selvagens, a saúde das plantas e a saúde dos ecossistemas se interdependem de forma visceral.

As mudanças climáticas estão resultando em eventos extremos e catástrofes cada vez mais destrutivas e constantes, constata-se o aumento exponencial de desastres como calamidades, pandemias, enchentes, secas, deslizamentos, incêndios, mudanças extremas de temperatura, emergências climáticas. A preocupação mundial mobilizou as organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) para urgentemente implementar (ou implantar? indagação das autoras) formas de gestão que integrem as políticas públicas na direção de enfatizar processos de resiliência à desastres, administrar com eficiência/eficácia os recursos, fomentar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esses processos estão contidos no Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Também a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), recomenda a colaboração e articulação (intersectorialidade) entre diferentes governamentais e não governamentais com ênfase nas políticas, nos programas e rede de serviços; - a formação de profissionais para enfrentamento de eventos que incidem na interface homem-animal-ambiente.

Por sua vez, a sociedade em geral também deve se comprometer seja no cuidado responsável com o consumo e produção, seja na realização de estudos e pesquisas que possam projetar possibilidades de enfrentar uma realidade cada vez mais preocupante.

O artigo aqui proposto tem como base o projeto *“Investigação da Gestão do Risco de Desastres nos Estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência”*, que está em execução e tem como o objetivo geral investigar os processos de gestão do risco de desastres realizado nos estados Rio Grande do Sul e Amazonas, com ênfase nas políticas de saúde e de assistência social, a fim de fomentar a cooperação e articulação entre gestores públicos contribuindo na tomada de decisão para fortalecimento da resiliência, prevenção e/ou mitigação destes eventos e seus efeitos.

Esse projeto, se ampara no preconizado pela Uma Só Saúde (One Health) o projeto articula diferentes atores da Rede de Saú-

de Unica/RS quais sejam: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Secretaria da Saúde /SES/RS através da Escola de Saúde Pública/ESP/SES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e, como co-participante, a Universidade Federal do Amazonas. Na perspectiva de ultrapassar fronteiras e realizar um diálogo internacional, visto que essa é uma preocupação e urgência mundial, o projeto conta com pesquisadores da Università degli studi Internazionali di Roma / UNINT/ Itália, University of Southern Queensland/USQ/Australia e Zululand University/África do Sul. Parcerias que vem se consolidando nessa discussão, somando aos esforços no aprofundamento e na internacionalização de um tema tão árduo quanto urgente pois seus territórios são frequentemente atingidos por desastres.

O objetivo deste texto é apresentar alguns elementos de análise para o tema, dialogando com aspectos da gestão de risco de desastres e particularidades dos Estados do Rio Grande do Sul e Amazonas.

Desastres e calamidades: legislações, intenções e ações

A complexidade que cerca os desastres, seja na compreensão, conceituação, enfrentamento, e sua capacidade de destruição exige que as lideranças mundiais, nacionais, regionais e locais criem respostas rápidas, eficazes e articulem diferentes atores sociais pois é cada vez mais “urgente e fundamental prever, planejar e reduzir o risco de desastres, a fim de proteger de forma mais eficaz pessoas, comunidades e países, seus meios de vida, saúde, patrimônio cultural, patrimônio socioeconômico e ecossistemas, fortalecendo, assim, sua resiliência” (Marco de Sendai, 2015, p.4).

A assembleia do Escritório de Redução de Riscos de Desastres da ONU que gerou o Marco de Sendai 2015-2030 (Japão, 2015) estabeleceu diretrizes para orientação dos governos locais e afirmou a importância da “articulação clara das responsabilidades de cada uma das partes interessadas públicas e privadas, incluindo empresas e universidades, para garantir a comunicação, parceria e complementaridade de funções, bem como responsabilidade e acompanhamento” (idem, p.4).

No Brasil a Política Nacional de Defesa Civil afirma que o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos” (BRASIL, 2007, p. 8). É denominado desastres. E os classifica como: naturais biológicos (epidemias, infestações por insetos, ataques animais), geofísicos (terremotos, vulcões, movimentos de massa sem água), climatológicos (secas, temperaturas extremas, incêndios), hidrológicos (inundações, movimentos de massa com água) e meteorológicos (-tempestades).

A classificação dos diferentes desastres tem um aspecto comum que é, todos perturbam gravemente a dinâmica social com prejuízos que ultrapassam a capacidade dos sistemas e das populações afetadas de enfrentá-los incrementando vulnerabilidades. Também, e ainda independente da classificação, os desastres têm em comum que sua ocorrência é resultado da exploração descontrolada e desgobernada dos recursos naturais, do consumo e da produção exacerbados, do economicismo e da mercantilização.

Para enfrentamento desses eventos o Marco de Sendai propõe processos de gestão que desenvolvam “informações sobre risco de desastres específicos a cada local, incluindo mapas de risco, para os tomadores de decisão, o público em geral e as comunidades em risco de desastre, em formato adequado ...” (Marco de Sendai 2015, p.10).

A OPAS no DOC 59-9-SAÚDE ÚNICA: um enfoque integral para abordar as ameaças à saúde na interface homem-animal-ambiente, na Linha de ação estratégica propõe ações com a finalidade de “Promover pesquisas e fortalecimento da capacidade sobre ameaças à saúde na interface homem-animal-ambiente em diferentes setores e disciplinas” (OPAS, 2021,p.6), Essas ações teriam como resultado almejado o “fortalecimento da capacidade dos países para o gerenciamento do risco de desastres e emergências de saúde que abarque todos os tipos de ameaça, para tornar o setor de saúde resiliente aos desastres” (OPAS, 2021,p.20) e para tanto devem incorporar obrigatoriamente,

um enfoque de análise de riscos, levando em conta o comportamento humano e outros fatores, particularmente os desafios que afetam os sistemas dos quais a sociedade depende: saúde, produção agropecuária e meio ambiente (OPAS, 2021, p.19).

A OPAS e as Nações Unidas propuseram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com a finalidade de alcançar um mundo menos desigual e mais saudável. São 17 ODS, no projeto que subsidia esse artigo destacam-se os seguintes:

ODS 1- Erradicação da pobreza: considerando que os desastres atingem mais fortemente as comunidades já vulneráveis repercutindo na perda da renda e consequente insegurança alimentar, na precarização/perda da habitação, nas dificuldades no acesso a rede de saúde, no adoecimento físico e emocional a gestão adequada poderá mitigar os efeitos e fomentar processos de resiliência; **ODS3 - Saúde e bem-estar:** considera-se que os processos de vulnerabilização acentuados por desastres promovem o adoecimento emocional, as violações, a violência, as mortes, bem como a destruição dos recursos naturais e a falta de alimentos para uma parcela significativa da população o que impõe criar formas de enfrentamento e resiliência que garantam o bem-estar da população atingida; **ODS11 - Cidades e comunidades sustentáveis:** os 2 estados selecionados são frequentemente atingidos por desastres, o que reitera a importância de promover ações inclusivas que incluam a população atingida de forma mais direta, mas também as cidades não atingidas diretamente, promovendo formas de enfrentamento factíveis, consequentes, resilientes e sustentáveis e **ODS13 - Ação contra a mudança global do clima:** ao investigar os processos de gestão do risco de desastres pretende-se contribuir para o aprofundamento e conscientização a respeito da realidade dos desastres ambientais e suas repercussões (OPAS, 2021).

A ciência por sua vez tem uma importante contribuição ao assumir o compromisso de investigar e compreender os desastres em seus processos sócio-históricos para além da “tragédia local” e em seus impactos e fatores a fim de propor respostas mais rápidas, eficazes e consistentes para enfrentamento de eventos que promovem destruição e mortes.

Gestão “do risco dos desastres”: utopia ou possibilidade?

A literatura brasileira aponta sua centralidade nos: vendavais, chuvas, secas entre outros, destacando que são eventos com repercussões imensuráveis que se expressam nas perdas de vidas,

na destruição do ambiente, nas perdas materiais e que atingem violentamente comunidades, em especial as mais desprotegidas, com incremento das vulnerabilidades.

Ao constatar todas essas perdas e destruição o Marco de Sendai destaca que “A gestão eficaz dos riscos de desastres contribui para o desenvolvimento sustentável” (2015, p.4) e que,

Os países têm reforçado suas capacidades de gestão do risco de desastres. Mecanismos internacionais de consultoria estratégica, coordenação e construção de parcerias para a redução do risco de desastres, como a Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres e as plataformas regionais para a redução do risco de desastres, bem como outros fóruns internacionais e regionais pertinentes para a cooperação, são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e estratégias e para o avanço do conhecimento e da aprendizagem mútua.

O projeto que ampara o artigo em tela, acreditando na possibilidade da gestão do risco, tem como problemas de pesquisa: Como a gestão do risco de desastres prevê a distribuição de recursos e investimentos a fim de potencializar ações preventivas, prevenir vazios assistenciais e construir processos de resiliência? Como as políticas de saúde e de assistência social organizam a gestão do risco de desastre? (aqui resumidamente o problema de pesquisa) com o objetivo principal investigar os processos de gestão do risco de desastres realizado nos estados Rio Grande do Sul e Amazonas, com ênfase nas políticas de saúde e de assistência social, a fim de fomentar a cooperação e articulação entre gestores públicos contribuindo na tomada de decisão para fortalecimento da resiliência, prevenção e/ou mitigação destes eventos e seus efeitos. Os participantes são gestores municipais, estaduais e trabalhadores das políticas de saúde e de assistência social em municípios do RS e do AM, afirma-se que investigar a gestão do risco de desastres a partir do depoimento e vivência desses participantes reitera-se a importância da articulação entre as políticas públicas, instituições de ensino e outras instituições. Afirma-se também que a complexidade dos desastres exige atores e análises diferenciadas e diversas e pesquisadores para consolidação de uma rede horizontal (Valencio, 2012) impactando de forma potente na preparação de respostas às comunidades afetadas.

Importante explicar que a delimitação da investigação às políticas de saúde e de assistência social reconhece o afirmado no

Marco de Sendai (2015-2030) que a redução e a gestão do risco de desastres “dependem de mecanismos de coordenação intra-e inter-setoriais e com as partes interessadas em todos os níveis, exigindo também o empenho integral de todas as instituições públicas de natureza executiva e legislativa em nível nacional e local” (Marco de Sendai, 2015, p.4).

E, também, situar o/a leitor/a sobre a eleição dos 2 estados (RS e AM) para a execução do projeto. O Rio Grande do Sul, é o estado onde está localizada a equipe pesquisadora, não sendo esse o único critério ressalta-se registros e estudos os quais apontam que todos os anos o RS sofre com enchentes e alteração extrema de temperatura. Desastres como: meteorológicos, climatológicos, hidrológicos oriundos de eventos extremos de chuva e temperatura (Peres, 2021) tem assolado o estado ao longo dos últimos 30 anos, com fenômenos severos, sendo registrados 7.083 desastres naturais como secas, tempestades, ondas de frio ou calor extremo e inundações com base em notificações por município, ou seja, efeitos das mudanças climáticas, caracterizando como o estado que mais sofre com os dois extremos da umidade com a ocorrência de estiagens e inundações, desabrigando parte significativa da população.

O trabalho Desastres Meteorológicos, Climatológicos e Hidrológicos: Os Casos da Região Sul do Brasil, apresentado no encontro nacional de geografia em 2021 apontou que foram registrados na região sul o total de “13.596 desastres, onde 6.171 são climatológicos, 1.243 meteorológicos e 6.182 hidrológicos” e destaca o RS com “6.322 registros, sendo 3.760 climatológicos, 342 meteorológicos e 2.220 hidrológicos”(PERES, 2021, p.1). O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), informa que a região Sul é historicamente por desastres de grandes proporções e pela frequência e variedade, sendo uma região “frequentemente afetada por chuvas intensas, alagamentos, inundações, escorregamentos, estiagens, vendavais, tornados, nevoeiros e ressacas” (CEPED UFSC, 2013a, 2013b, 2013c).

Em 2023, o RS foi atingido por um ciclone extratropical, que causou enchentes, enxurradas e inundações deixando estragos em mais de uma centena de municípios. De acordo com o boletim divulgado pela Defesa Civil – RS (2023), até o dia 24 de setembro de 2023, já haviam sido contabilizadas 49 vítimas fatais, 9 pessoas de-

saparecidas, 943 feridos, 3.130 pessoas resgatadas, 106 municípios afetados, 5.177 desabrigados, 22.203 desalojados e 392.917 afetados diretamente. Em abril de 2024, os dados referentes ao número de óbitos atingiriam a marca de 54, alterando o número de desaparecidos para quatro (Defesa Civil - RS, 2024a). E em maio de 2024 o estado sofreu a maior catástrofe de sua história, de acordo com balanço da Defesa Civil – RS (2024b), até o dia 10 de julho de 2024, totalizaram 478 municípios atingidos, 2.398.255 pessoas afetadas, 806 feridos, 29 pessoas desaparecidas e 182 óbitos.

Sobre o Amazonas, o estado localizado no norte do país considerou-se que sistematicamente sofre com enchentes, queimadas da floresta amazônica o que causa “[...]a degradação ambiental e, em certos casos, desastres ambientais e/ou deslocamentos forçados de populações que historicamente sobreviviam dos bens da natureza” (ARÊDA-OSHAÍ e Col, 2022, p.117). E ainda se acrescenta que,

Todos estes processos constituem determinantes que incidem sobre os processos de saúde-doença das populações sendo que, na área rural da Amazônia brasileira, os resultados da apropriação privada da terra revelam-se ainda mais desafiadores por colocar em risco a vida de contingentes historicamente destituídos de direitos, particularmente as chamadas populações tradicionais constituídas por indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. (ARÊDA-OSHAÍ e Col, 2022, p.117).

No período de 1991-2010 de acordo com CEPED/UFSC (2012) a região Amazônica informou sobre a frequência dos registros,

Os mais recorrentes (70%) foram os desastres associados ao incremento das precipitações como enchentes, enxurradas, erosões fluviais e lineares, alagamentos, rastejos, vendavais e tempestades. Os demais registros referiram-se a desastres associados à intensa redução das precipitações como secas, estiagens e incêndios florestais (SEDEC, 2014). (PEREIRA, 2015, p.77).

A proximidade dos municípios amazônicos dos recursos pluviiais “e a sua estreita relação de dependência dos recursos hídricos têm favorecido, em casos de inundações e secas, a ocorrência de desastres naturais, levando muitos municípios a decretar situação de calamidade pública” (Sena et al., 2012^a apud Pereira, 2015, p.70).

Enfim, no sul e no norte as repercussões dos desastres na dinâmica social causa danos globais e esgota as capacidades dos sistemas de proteção que apresentam dificuldades no planejamento, tomada de decisão e execução de ações tanto para mitigação e prevenção bem como no fortalecimento da resiliência. Como referido na citação acima, os processos de vulnerabilização acentuados por eventos extremos potencializam o adoecimento da população: doenças emocionais, sequelas físicas /emocionais, falta de alimentos para uma parcela significativa da população, perdas econômicas, danos ambientais com sérios prejuízos na fauna e flora, colapso da rede de proteção, profundos impactos nas políticas públicas e na sociedade em geral. Essas perdas e vulnerabilidades são vivenciadas pelos trabalhadores das políticas e suas famílias e estão relacionados às condições de vida e de trabalho, a desproteção social, a fragilização dos direitos e as condições de vida que são drasticamente alteradas e pioradas.

A extrapolação da capacidade do sistema de proteção e da rede de serviços de lidar com os desastres emite um alerta para as instituições planejarem ações/respostas, anteciparem formas de proteção ao ambiente e as pessoas, orientarem as populações, prepararem seus trabalhadores /trabalhadoras para o trabalho em eventos adversos e disruptivos, e construir propostas e/ou respostas concretas que subsidiem as políticas públicas, as redes de saúde e de assistência social com repercussões positivas na relação homem-natureza-animal.

Reflexões parciais: enquanto ainda há tempo

O projeto que subsidia esse artigo está em execução o que limita socializar as análises (em elaboração) e os resultados finais (não os temos).

Porém, desde já é possível reiterar a importância de criar ações concretas de enfrentamento aos eventos extremos como os desastres. Diferentes países já produziram vários documentos, legislações, notas, eventos internacionais para proteção ambiental e para mitigar/prevenir esses eventos há que efetivá-los.

A gestão do risco de desastres por sua complexidade exige:

- respostas e ações construídas no coletivo, através de processos de discussão de todas as partes envolvidas, que considerem os aspectos sociais, culturais, econômicos dos territórios, e, em especial, que se garanta a escuta e respeito aos afetados os quais muitas vezes (se não sempre) são excluídos dos espaços de decisão,
- respostas e ações construídas em estratégias interdisciplinares e multissetoriais a fim de contemplar a proteção das vidas tanto das pessoas como dos animais e a proteção dos ambientes e contribuir na produção de conhecimento que repercuta em práticas coletivas, interinstitucionais, intersetoriais,
- respostas e ações que superem o imediato, contemplem o futuro em um processo calcado no repensar o modo de produção e consumo buscando promover modos de vida com menor impacto no ambiente. Ainda que se reconheça que a ocorrência de um desastre exige respostas e ações imediatas afirma-se que essas respostas devem ser superadas na gestão do risco do desastre,
- respostas e ações produzidas nas universidades e outros espaços de ensino e aprendizagem a partir de estudos e reflexões éticas acerca do que se está produzindo no ambiente, da repercussão das ações humanas na natureza, do que cabe a cada um e a todos e do que ainda é possível como responsabilidade pelo nosso planeta.

Insiste-se que, a responsabilidade pela saúde do nosso planeta se espraia nas várias dimensões da vida em sociedade seja, política, econômica, social, pública e privada, isso quer dizer, nos espaços governamentais e não governamentais, nos territórios de vida e convivência, nas relações sociais e nas relações íntimas.

Referências

ÂREDA OSHAI, MC & col. Determinação social da saúde-doença em contextos amazônicos: reflexões sobre o racismo estrutural no contexto da pandemia da Covid-19. CAMPO MINADO: crise, trabalho e saúde no Brasil em tempos de pandemia da Covid-19,2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil (2000). **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/defesacivil>

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. (MI). Secretaria Nacional de Defesa Civil. (SEDEC) **Manual de desastres humanos: desastres humanos de natureza tecnológica** – v. 2. – I parte / Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. – Brasília: MI, 2003. 452p

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil Estudos de Redução e Medicina de Desastres**. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei 12.608, de 10 de Abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, 11 abr. 2012.

BRASIL. Lei 12.608, de 10 de Abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, 11 abr. 2012.

CEPED - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 A 2012 – Volume Paraná. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013a, 161 p. CEPED - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 A 2012 – Volume Santa Catarina. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013b, 168 p. CEPED - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 A 2012 – Volume Rio Grande do Sul.

Florianópolis: CEPED UFSC, 2013c, 185 p.

CRUZ, I. .**La importancia del concepto One Health**. Ambianta | nº 133 | septiembre 2022

DEFESA CIVIL - RS. 20h: **Balanco da Defesa Civil sobre chuvas intensas e enchentes no RS contabiliza 49 mortos**. [S. l.], 2023. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/20h-balanco-da-defesa-civil-sobre-chuvas-intensas-e-enchentes-no-rs-contabiliza-49-mortos>. Acesso em: 30 set. 2023.

DEFESA CIVIL - RS. **Após identificação de mais uma vítima, chega a 54 o número de mortos nas enchentes no Vale do Taquari**. [S. l.], 2024a. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/apos-identificacao-de-mais-uma-vitima-chega-a-54-o-numero-de-mortos-nas-enchentes-no-vale-do-taquari>. Acesso em: 2 maio 2024.

DEFESA CIVIL - RS. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 10/7**. [S. l.], 2024b. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-10-7>. Acesso em: 7 ago. 2024.

FIOCRUZ. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/content/mobilizacao-em-desastres>. Acessado em 28 de junho de 2016.

OPAS, **59º CONSELHO DIRETOR 73ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS** Sessão virtual, 2021

OPAS, **RESOLUÇÃO CE168.R11 SAÚDE ÚNICA: um enfoque integral para abordar as ameaças à saúde na interface homem-animal-ambiente**. <https://www.paho.org/pt/documentos/ce168r-11-saude-unica-um-enfoque-integral-para-ordar-ameacas-saude-na-interface-homem>

OPAS, **Saúde Unica Um Enfoque Integral Para Abordar Ameaças Saúde Na Interface Homem**. <https://www.paho.org/pt/documentos/cd599-saude-unica-um-enfoque-integral-para-abordar-ameacas-saude-na-interface-homem>

PERES,T.; LEAL, KB; AQUINO, FE. **DESASTRES METEOROLÓGICOS, CLIMATOLÓGICOS E HIDROLÓGICOS: OS**

CASOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. XIV Encontro Nacional De Pós-graduação E Pesquisa Em Geografia.2021<http://dx.doi.org/10.1590/0102-778631231420150077>.,2021 TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA121_ID212416112021225734.pdf (editorarealize.com.br)

PEREIRA, A. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais e o Sistema Integrado de Informações de Desastres** PEREIRA, 2015.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** /organizado por Norma Valencio, Mariana Siena, Victor Marchezini e Juliano Costa Gonçalves – São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, N. (2010). **Os desastres como indícios da vulnerabilidade do sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro**. Territoriun, v 17 (em publicações). In: **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II** /organizado por Norma Valencio /– São Carlos: RiMa Editora, 2010.

VALENCIO, N. **Para Além Do Dia do Desastre: O Caso Brasileiro**. 1. Ed. Curitiba: Appris, Coleção Ciência Sociais, 2012.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III** /organizado por Norma Valencio / apoio CRESS-RJ – São Carlos : RiMa Editora, 2013.

VALENCIO, N. **A Crise Social Denominada Desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema**. In: **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III** /organizado por Norma Valencio / apoio CRESS-RJ – São Carlos : RiMa Editora, 2013.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II** /organizado por Norma Valencio /– São Carlos: RiMa Editora, 2010.

DESASTRES E RACISMO AMBIENTAL NO AMAZONAS: a pobreza no olho do furacão

Lidiany de Lima Cavalcante
Ariadna Nunes Aguiar Batalha

Introdução

Discussões sobre mudanças climáticas invadiram o campo científico e político com vigor nos últimos anos, assim como o assunto tornou-se chancela em reflexões que evidenciam as desigualdades locais, regionais e nacionais. Tanto os desastres evidenciados como “naturais” como os tecnológicos aportam-se em considerações que colocam a civilização em xeque seja pela capacidade de sobrevivência como pelas estratégias que podem ser adotadas diante dos acontecimentos.

Marx (2006) enfatizou que os homens escrevem a sua própria história, contudo a ‘escrita’ apresenta questões transmitidas e ligadas ao passado. É nesse contexto que a sociedade está no presente, comete erros do passado e parece não demandar visão para o futuro, sobretudo quando o assunto envolve mudanças climáticas, onde há um mutismo efetivo no cenário político internacional, diante das vozes de membros da sociedade civil que se movimenta contra o negacionismo científico, o qual para Gomes e Zamorra (2024) se configura como um movimento coletivo baseado em crenças equivocadas, as quais são disseminadas e assumidas por determinado grupo de pessoas.

A proposta do capítulo é refletir sobre como os desastres ambientais ocorrem no estado do Amazonas e como perfazem a potencialização do racismo ambiental frente às populações mais vulneráveis da região. A discussão foi fomentada por meio de uma reflexão teórica com o uso de dados secundários, tendo como fonte o Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE, a Confederação Nacional de Muni-

cípios, a Defesa Civil Nacional e Estadual, dentre outros que se tornaram instrumentos relevantes para a reflexão social sobre os desastres.

Trata-se de uma discussão de recorte contemporâneo que evidencia não apenas o retrato de uma realidade local, pois o estado do Amazonas é o maior estado da federação e está no centro da floresta amazônica, o que demanda discussão nacional e internacional sobre a manutenção do bioma e de todas as formas de vida, pois como disse Krenak *“A vida atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo planeta numa dimensão imaterial.”*

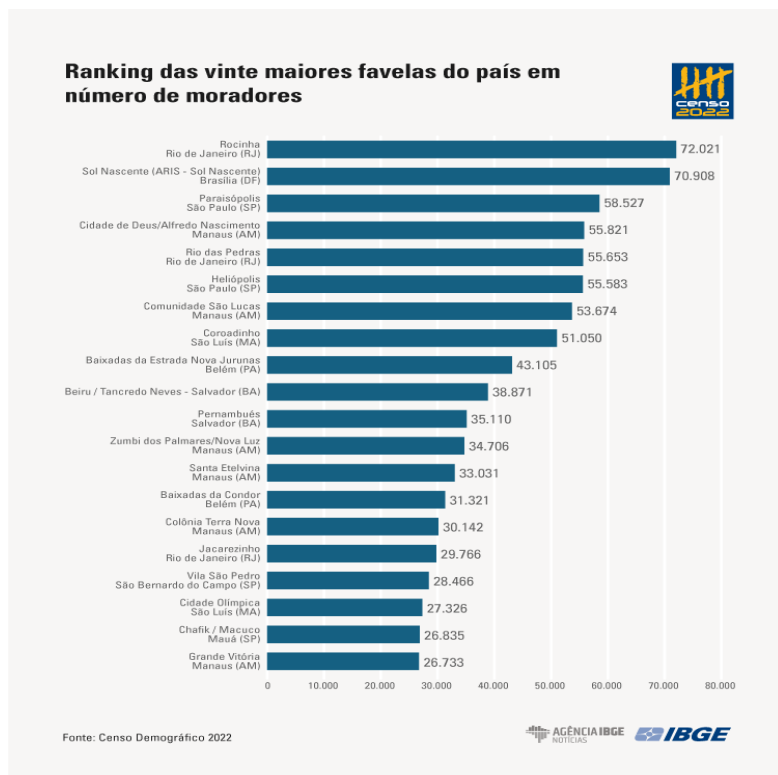
Desigualdade Social e Desastres Ambientais no Amazonas: duas faces da mesma moeda?

O conceito de desastres se caracteriza com uma amplitude de ponderações, pois não há uma só análise que possa contemplar todo o seu significado. Em tempos hodiernos é comum caracterizar os desastres como naturais ou tecnológicos. No caso do primeiro, Valencio (2009a) ressalta que não se trata apenas de questões naturais para explicitar uma situação, pois demanda-se uma compreensão multidimensional que envolve estrutura, dinâmica social e contextos, discursos e ações produzidas historicamente e socialmente no âmbito da civilização, ou seja, não se pode evidenciar como algo isolado e que apresente uma só resposta. Apesar de os desastres se constituírem como fenômenos que atingem a humanidade em escala planetária, a população dos países mais pobres sofre de maneira mais ampla, por conta da desigualdade provocada pelo sistema capitalista de base neoliberal. O mesmo neoliberalismo que para Casara (2021) conduz a civilização para um processo de caos social que se fundamenta na barbárie e na omissão política dos estados.

Frente a reflexão multidimensional dos desastres, Cardoso, Costa e Navarro (2012) ponderam que questões afetivas e culturais precisam ser consideradas, pois questões de moradia, por exemplo, envolvem identidades, modos de vida e cristalização de lugares. Acrescentamos ainda as expressões da questão social definidas pelo sistema capitalista, o qual protagoniza desigualdade de oportunidades em todos os âmbitos da sociabilidade, então residir em área de risco não se configura como escolha, mas como forma de sobrevivência.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022) apresentou os dados atualizados sobre as maiores favelas no Brasil. Dos dados apresentados, verificou-se que há 12.348 localidades reconhecidas como favelas e comunidades urbanas. Das vinte maiores favelas do país, oito estão localizadas na região norte, sendo seis na cidade de Manaus. A favela mais populosa do Brasil é a Rocinha, que fica no Rio de Janeiro com 72.021, depois temos a Sol Nascente (DF) com 70.908; Paraisópolis (SP) com 58.527 pessoas e depois a Cidade de Deus/Alfredo Nascimento (AM) com 55.821 pessoas. Em Manaus ainda há as seguintes favelas: comunidade São Lucas com 53.674 moradores, Zumbi dos Palmares/Nova Luz com 34.706, Santa Etelvina com 33.031, Colônia Terra Nova com 30.142 e Grande Vitória com 26.733 moradores, conforme apresenta-se a seguir:

Figura 1:



O quantitativo de favelas localizadas na cidade de Manaus (AM) demanda reflexões sobre como o processo de desigualdade existente nas capitais, sobretudo na região norte, além da ausência de políticas públicas que possam atender os segmentos populacionais mais vulnerabilizados, seja através de políticas de moradia popular, educação, saúde, saneamento básico dentre outras. Ressalta-se que as moradias estão localizadas em áreas de riscos, as quais são propensas às ocorrências de desastres.

De acordo com a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE (s.d.), os desastres ‘naturais’ podem ser caracterizados como: geológico, hidrológico, meteorológico, climatológico e biológico. Já os desastres tecnológicos dividem-se em: relacionados a substâncias perigosas, radioativas, incêndios urbanos, obras civis, transportes de passageiros e cargas não perigosas (COBRADE, s.d.).

Ao relacionar os tipos de desastres, pontua-se como exemplos o terremoto, deslizamentos, a erosão de solo, costeira ou margem fluvial, inundações, enxurradas, alagamentos, ciclones, frente fria, tempestades, ondas de calor ou de frio, estiagem, seca, infecções por doenças virais, parasitárias e bacterianas, quedas de satélite, contaminação por material radioativo ou químico, incêndio, colapsos em edificações, rompimento de barragens, acidente em transporte rodoviário, ferroviário ou marítimo, aéreo o aquaviário, dentre outras situações que caracterizam os desastres (COBRADE s.d.).

Alguns dados são importantes para destacar, pois de acordo com o Relatório da Oxfam (2023), 1% da população mais rica polui o que equivale a 2/3 da população mais pobre. O dado remete a frase do religioso e ativista Júlio Lancellotti, que expressou: “*estramos na mesma tempestade, contudo enquanto alguns estão em iates, outros estão à nado.* (Júlio Lancellotti)”.

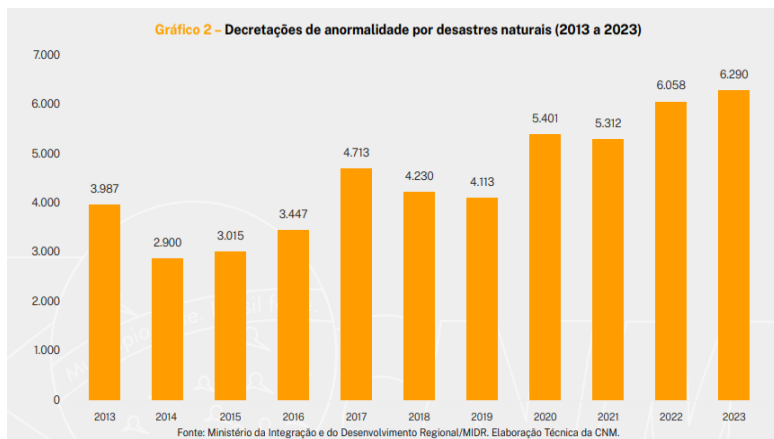
O reflexo da desigualdade na realidade brasileira apresenta marcas profundas que vão desde o processo de colonização, teve seu ápice na escravização de pessoas e perduram até a contemporaneidade com a ausência de políticas públicas inclusivas e de reparação. De acordo com o IBGE (2022) o índice de pessoas em situação de pobreza apontou para 31,6%, já de extrema pobreza em 5,9%, o que configura 67,8 milhões de pessoas em situação de pobreza e 12,7 milhões em extrema pobreza. Ainda conforme os dados do IBGE (2022) ao relacionar a faixa etária, 49,1% das pessoas com até 14 anos de idade eram pobres e 10,0% consideradas extremamente pobres.

Sobre as configurações familiares, o IBGE (2022) apresentou dados já conhecidos, os quais revelam que a pobreza apresenta gênero e questões étnico-raciais, pois as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos revelou os maiores índices, com a concentração de 72,2% de pessoas que compõem as referidas configurações de família como pobres e 22,6% considerados no nível extremo da pobreza.

Os dados são relevantes para ponderar também os traços da realidade do Estado do Amazonas, o qual é o maior estado da federação, sendo considerado a 9ª microrregião mundial, pois é maior que a Alemanha, França, Reino Unido e Japão juntos. O Amazonas apresenta 3.942 milhões de habitantes, em uma área de 1.559.256,365 km² e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 0,7 (IBGE, 2022).

A face dos desastres já se apresenta como algo cotidiano na referida localidade. Entre 2013 e 2023 o que se considerou como desastres ‘naturais’ fomentou a destruição de 6.416 moradias e mais de 156 mil casas foram danificadas por conta das intensas chuvas, deslizamentos e enchentes, que tem sido cada vez mais comum na região, já em termos de moradias destruídas, o Amazonas fica atrás apenas dos Estados do Rio Grande do Sul, 42.133, Paraná com 10.818 e Bahia com 9.276 moradias perdidas, conforme os dados da Confederação Nacional de Municípios (2024). Já em relação às residências danificadas, o Amazonas ocupa a 5ª posição, atrás de Santa Catarina com 569.767, Rio Grande do Sul – 509.235 e Minas Gerais com 211.393 dentre os Estados com maior quantitativo de danos às moradias.

Figura 2



Sobre a decretação de desastres naturais no Brasil, o gráfico aponta o crescimento contínuo durante os últimos anos, tendo como principais causas a seca e a estiagem responsável por 26.141 decretos, chuvas com 18.980, incêndios com 3.258 e doenças infecciosas com 15.564 (Confederação Nacional de Municípios, 2024). Ressalta-se que o elevado quantitativo de decretos em função de doenças infecciosas está associado ao contexto pandêmico da COVID-19 entre os anos de 2020 e 2021.

Sobre os danos humanos, entre 2013 e 2023 ocorreram 111 óbitos no Amazonas em decorrência dos desastres, 230.182 desabrigados e 555.653 desalojados com um total de afetados em 4.965.015 pessoas (Confederação Nacional de Municípios, 2024). Outro dado relevante da mesma instituição reflete o quantitativo de mortes por região, pois a região norte totalizou 242 óbitos e conforme o dado já expresso 111 ocorreram no Estado do Amazonas, o que aponta para o alto índice de desastres com vítimas fatais, haja vista que um único estado concentra quase metade dos óbitos de toda região norte.

Além das chuvas e deslizamentos, o Amazonas passou por secas e estiagens severas em 2023 e 2024, em que o índice dos rios ficou abaixo do mínimo para a garantia da sobrevivência de muitas famílias. O contexto foi agravado pelo isolamento da localidade, pois a forma de logística não se faz por estradas, mas por via aérea e fluvial.

Como aporte de auxílio, em 2024 o Governo Estadual destacou a entrega de 3 mil toneladas de alimentos direcionados aos 62 municípios (totalidade do Estado), assim como 202 toneladas de medicamentos e outros insumos, a instalação de 41 purificadores de água e a entrega de 4.150 caixas d'água para favorecer o armazenamento durante a estiagem (Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS AM, 2024).

Conforme o Boletim Hidrológico do Serviço Geológico do Brasil (2024), a severa estiagem nos rios do Amazonas registrou cotas históricas negativas em vários municípios do Estado, tais como Itamarati (calha³ do Rio Juruá) e Tabatinga (Alto Solimões), Manacapuru, Itacoatiara, Parintins, Fonte Boa, Santa Isabel do Rio Negro,

3 Os Rios da região amazônica são divididos por calhas, as quais fazem parte da bacia hidrográfica, pois se constituem como subdivisões dos rios por seus afluentes. No Amazonas tem-se as calhas dos seguintes rios: Negro, Solimões, Madeira, Juruá e Purus, Médio Solimões e Baixo Solimões, Médio Amazonas e Baixo Amazonas. A Bacia Amazônica é o maior sistema fluvial do mundo com 6.400.000 km² com a maior reserva de água doce do planeta.

São Gabriel da Cachoeira dentre outros, devido à forte seca, o nível de chuvas abaixo do esperado, ocorrência de tempestades rápidas e intensas com vendavais e as altas temperaturas que aumentam os riscos de incêndios florestais.

Além disso, pontua-se a incidência de incêndios criminosos na região, o que compromete a qualidade do ar e aumenta o índice de doenças respiratórias. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2025), no ano de 2024 registrou-se 125.542 focos de incêndio na região norte, sendo 19.478 focos no Estado do Amazonas. Como resultado, veio o Decreto Estadual 49.764 de julho de 2024 em que foi declarada a emergência ambiental no Amazonas por conta do desmatamento ilegal, o baixo índice de chuvas, a elevação das queimadas ilegais e consequentemente a baixa qualidade do ar, a qual perdurou por meses no respectivo ano. Os dados sobre os focos de incêndio na região norte a partir da análise de satélites estão expressas a seguir.

Figura 3
Série histórica da região: **Norte**

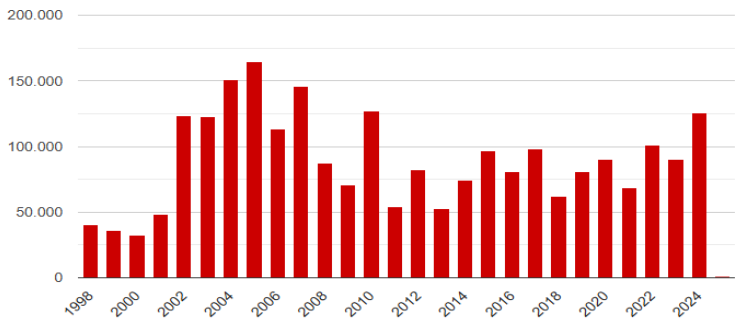


Figura 1 - Série histórica do total de focos ativos detectados pelo satélite de referência, no período de 1998 até 09/Fev.

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025.

Os dados apresentam um salto que expressam cerca de 90.000 focos em 2023 para mais de 125.000 em 2024, com a elevação do número de queimadas ilegais na região (INPE, 2024). A piora na qualidade do ar trouxe maiores ocorrências de quadros da síndrome

respiratória aguda grave, que em 2024 atingiu 4.274 pessoas e totalizou 78 óbitos e tendo como faixas etárias mais atingidas as crianças menores de 1 anos com 28% de casos, de 1 a 4 anos com 19% e pessoas idosas com mais de 60 que totalizaram 23% dos casos e os vírus mais encontrados em amostras laboratoriais foram o Rinovírus (26%), Adenovírus (7%), a Parainfluenza (0,8) e o Eteronovírus (0,5%), dentre outros. Para além dos quadros expostos, os desastres climáticos no Amazonas revelam outra face perversa, que se chama racismo ambiental, o qual será expresso de forma mais ampla na próxima seção.

Racismo Ambiental no Amazonas: entre a luta pela sobrevivência e a omissão do Estado

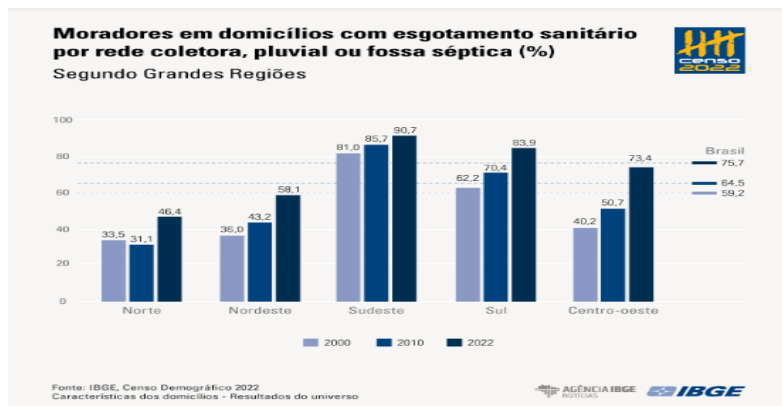
O racismo ambiental, para Figueira (2021) é uma área de estudo baseada na ecologia política e remonta as análises de conflitos socioambientais que envolvem questões habitacionais, de saúde e qualidade de vida. Já Seguel (2013) enfatiza que se trata de uma grave violação de direitos humanos, as quais estão pautadas em questões de classe, gênero e étnico-raciais. Frente ao exposto, o racismo ambiental no Brasil envolve sobretudo comunidades periféricas e em situação de vulnerabilidade, onde a pobreza encontra marcadores de gênero e étnico-raciais.

O racismo ambiental envolve a população mais pauperizada, sem acesso aos direitos básicos, que moram em áreas de risco pela desigualdade social e econômica de base histórica e com aportes que apontam a ausência de políticas de moradia, o que agrava as condições de segmentos populacionais, sobretudo as famílias chefiadas por mulheres.

Apesar de alguns dados já expostos sobre as configurações familiares e suas relações com a pobreza, pondera-se o *gap* existente entre o acesso às políticas básicas e as questões étnico-raciais. Em um estudo do Instituto Pólis sobre racismo e justiça ambiental nas cidades de São Paulo, Recife e Belém (2022) verificou-se que existe um padrão recorrente quando o assunto envolve territórios, pois a população negra está inserida em localidades mais pobres e precarizadas. Há uma relação entre a distribuição geográfica e racial, já que a população negra vive em condições mais precárias e sem con-

dições sociais e econômicas que fomentem a melhoria de qualidade de vida, ou seja, o referido perfil populacional tem menos recursos para o enfrentamento em situações emergenciais ou de desastres. Outro dado relevante refere-se ao ostracismo da região norte no que se refere aos moradores com acesso a esgotamento sanitário por rede coletora, fosse séptica ou pluvial, com os seguintes resultados:

Figura 4



A pesquisa aponta que os percentuais mais baixos de acesso à rede de esgoto estão na região norte do país, o que corrobora para eventos disruptivos e desastres, como também de doenças infecciosas e parasitárias. Além disso, de acordo com o IBGE (2018) na região norte há o maior quantitativo de pessoas que residem em áreas de risco, ou seja, cerca de 340.204, sendo 132.558 no Estado do Amazonas, com maior concentração de moradias em áreas de risco em Manaus (capital) com 55.851, o que representa 3,1% da população, seguida pelo município de Boca do Acre com 11.289, o que representa 36,8% de moradores.

Os dados mostram ainda como a desigualdade socioeconômica atinge a população mais pobre e a coloca em vulnerabilidade, pois o Estado do Amazonas possui 6 das 20 maiores favelas do país como já foi evidenciado, as quais estão localizadas em áreas que apresentam risco de vida, o que se agrava no período do inverno amazônico com as intensas chuvas que ocasionam corrida de massa e deslizamentos, como processo de resposta ambiental sobre as la-

cunas de políticas públicas de habitação, saneamento básico e saúde, dentre outras necessárias.

O recorte do racismo ambiental é histórico e reflete a necropolítica estatal. Para Mbembe (2018) a necropolítica consiste em quando um governo decide a quem acesso ou não às políticas públicas, ou seja, decide quem vive e quem morre, quem deverá ou não ‘merecer’ a proximidade com as políticas públicas. Trata-se de uma perspectiva de biopoder e biopolítica, ou seja, política de controle de corpos e da vida, os quais são passíveis ou não de ter direitos. Assim, a necropolítica vem se ampliando com a racionalidade neoliberal, produzindo a barbárie e a naturalização do caos, sobretudo para vidas com recortes de identidades de gênero e étnico-raciais consideradas minorias. Enquanto isso, como disse Krenak (2019), “a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra.”

À Guisa de Conclusão

Os desastres, também chamados de eventos disruptivos advêm de expressões multifatoriais, as quais evidenciam o retrato atroz das relações de poder, da desigualdade econômico-social de cariz histórico e das faces perversas de um sistema capitalista excludente de teia conduzida pela racionalidade neoliberal, o qual produz exclusão e o racismo ambiental, que se configura como uma das expressões mais desafiadoras para estabelecer estratégias de enfrentamento.

Não se trata de um fenômeno isolado, mas de traços do que a sociedade vem convencionando como um ‘novo normal’. Normatiza-se a seca, a estiagem, o grande volume de chuvas, as enxurradas, deslizamentos, temporais e ciclones, mas quando o desastre apresenta vítimas, ainda se culpabiliza a população pelo ocorrido, como se residir em áreas de risco fosse um processo de escolha, olvida-se, contudo, que se trata de um sistema que amplifica processos de exclusão e vulnerabiliza pessoas, sobretudo coloca-se os mais pobres no ‘olho do furacão’ a partir da responsabilização individual sobre os desastres.

Os parâmetros sombrios também envolvem a região amazônica, assim como o Estado do Amazonas, em que a população de quase 4 milhões de pessoas, sofre com as chuvas, estiagens, queimadas

e a fumaça que invade as cidades e áreas rurais e protagoniza cenários de adoecimentos respiratórios, assim como as perdas materiais de casas, familiares etc. O tema é contemporâneo e apresenta uma realidade que demanda políticas de saúde, habitação e inclusão, de forma que possam chegar aos segmentos populacionais mais vulneráveis à ação das mudanças climáticas, pois do contrário, o colapso humano será inevitável. Como disse Krenak (2019): “quando o último peixe estiver nas águas e a última árvore for removida da terra, só então o homem perceberá que ele não é capaz de comer seu dinheiro.”

Referências

CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; COSTA, Fernando Guilherme da; NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque. Biossegurança e Desastres: conceitos, prevenção, saúde pública e manejo de cadáveres. In: *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 22 [4]: 1523-1542, 2012.

CASARA, Rubens. *Contra a Miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobra-de). Disponível em: < <https://www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/04095316-cobra-de-classificacao-e-codificacao-brasileira-de-desastres.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *Panorama dos Desastres no Brasil* (2013 – 2023). Brasília DF, 2024.

FIGUEIRA, André Luiz de Souza. Racismo Ambiental, Cidadania e Biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. In.: *Ateliê Geográfico* - Goiânia-GO, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201.

GOMES, Sally Ramos; ZAMORA, Maria Helena. Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. In.: *Ciê. Educ.*, v. 30, e24008, 2024 2 de 15

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2022) *Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem*.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>. Acesso em 13 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo de 2022 tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas*. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>>. Acesso em 28 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2022). Pobreza cai no Brasil.<[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7em2021#:~:text=De %202021%20a%202022%2C%20a,%2C0%25%2C%20extremamente %20pobres](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7em2021#:~:text=De%202021%20a%202022%2C%20a,%2C0%25%2C%20extremamente%20pobres)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População em áreas de risco no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE AMAZONAS. Cidades e Estados. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 12 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Monitoramento dos Focos Ativos (queimadas). <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/>. Acesso em 21 nov. 2024.

KRENAK, Ailton. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte. In.: Arte e Ensaios, Revista do PPGAV/ EBA/UFRJ, n. 32, dez 2016.

RELATÓRIO DE OXFAM. *Igualdade Climática: um Planeta para os 99%*. Oxford, UK, 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEAS AM. *Boletim sobre Estiagem*. <<https://www.seas.am.gov.br/governo-do-amazonas-divulga-boletim-sobre-a-estiagem-no-estado/#:~:text=Governo%20do%20Amazonas%20divulga%20boletim%20sobre%20a%20estiagem%20no%20estado,11%20de%20nov&text=O%20governador%20Wilson%20Lima%20apresentou,alimentos%20para%20todo%20o%20estado>>. Acesso em: 12 out. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEAS AM. *Saúde divulga informe epidemiológico de SRAG por Vírus Respiratórios no Amazonas*. <<https://www.seas.am.gov.br/governo-do-amazonas-divulga-boletim-sobre-a-estiagem-no-estado/#:~:text=Governo%20do%20Amazonas%20divulga%20boletim%20sobre%20a%20estiagem%20no%20estado,11%20de%20nov&text=O%20governador%20Wilson%20Lima%20apresentou,alimentos%20para%20todo%20o%20estado>>. Acesso em: 12 out. 2024.

VENÂNCIO, Norma; MARCHEZIN, SIENA, Mariana; Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, 2009.

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO AMAZONAS: a destruição da natureza causada pelo modelo hegemônico de produção

Carlos Raimundo Batista Mendonça
Marinez Gil Nogueira

Introdução

O Brasil tem enfrentando anualmente desastres de grandes proporções, figuradas nas secas, desmatamentos, inundações e deslizamentos de terra. No estado do Amazonas, os desastres socioambientais são impulsionados principalmente pelo consumo irracional dos recursos naturais com obtenção lucrativa. Neste sentido, a pesquisa buscou evidenciar que a falsa euforia do milagre econômico, promovido à custa da depredação dos recursos naturais é insustentável, uma vez que modelo hegemônico de produção patrocina a queima frenética da vegetação natural, a degradação dos solos, a poluição das águas, modificando paisagens, e prejudicando drasticamente a qualidade de vida da população no presente, e das futuras gerações.

Por essa razão, este capítulo foi dividido em três partes, com os seguintes objetivos: 1) Debater a insustentabilidade ambiental na sociedade capitalista, argumentado que o modelo hegemônico de produção é o principal responsável pela degradação da natureza; 2) Abordar a perspectiva sociológica dos desastres no campos das ciências sociais, apresentando dados gerais de desastres no cenário nacional; 3) Evidenciar o impactos dos desastres socioambientais no estado do Amazonas por meio de indicadores que comprovam a exaustão da natureza frente ao sistema capitalista. Em relação aos aspectos metodológicos, trata-se de ensaio teórico elaborado mediante pesquisa bibliográfica e documental.

Este texto foi elaborado no âmbito do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS), e contou com o apoio do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e também contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

A insustentabilidade ambiental no capitalismo: mercantilização da natureza no modelo hegemônico de produção

O capitalismo consolidou-se como um sistema econômico e político durante a revolução industrial, e teve berço os países da Inglaterra, França e Alemanha durante os séculos XVIII e XIX (Porto-Gonçalves, 2006). Desde então, o desenvolvimento do capitalismo foi acompanhado por um consumo exponencial dos recursos naturais, causando a escassez e a degradação desses recursos, além de causar extinção de espécies, a perda de biodiversidade, a poluição do ar, da água e do solo, o desmatamento, as queimadas e a desertificação.

Esse modelo hegemônico de produção continuamente coloca o lucro acima das preocupações ambientais e sociais, o que resulta em impactos significativos ao ambiente. Assim, é correto afirmar que sob o domínio do capitalismo a humanidade vem aprofundando sua trajetória de destruição da natureza, e em níveis cada vez mais inquietantes, numa demonstração explícita de que o Modo de Produção Capitalista não possui uma concepção ecologicamente adequada sobre a natureza, o que revela a contradição entre a necessidade de expansão da produção e a condição ecológica temporal necessária para a regeneração da natureza.

No âmbito da problemática ambiental Leff (2003) explica que a crise ecológica é antes de tudo um questionamento do pensamento e do entendimento, de como a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes, as coisas, o saber científico e os instrumentos tecnológicos com os quais a natureza foi domada e o mundo moderno monetizado. Portanto para este autor, a crise ecológica, antes de qualquer coisa, é uma crise da nossa própria relação com a natureza, na qual se identifica as razões sociais e/ou técnicas que geraram a crise ambiental, a qual é uma questão complexa que fomenta debates acirrados.

Foster (2005) chama atenção para as implicações das relações sociais capitalistas sobre o meio ambiente, com efeitos depredadores em escala sempre crescente. Para o autor, a busca ilimitada pelo abastecimento constante de recursos naturais e a amplitude cada vez maior das relações de produção capitalistas por todo o globo terrestre, impõe um ritmo frenético de produção e consumo, incompatível com o ritmo de regeneração da natureza. As depredações e as poluições decorrentes deste padrão atingem uma escala de efeito sobre o ambiente superior a qualquer outro modo de produção anterior jamais visto, no qual a natureza passou a ser vista apenas como fonte de matérias-primas.

Portanto, uma das severas críticas ao capitalismo é a negligência em relação às questões ambientais e a externalização dos custos. Incessantemente, as grandes corporações buscam maximizar seus lucros reduzindo os custos de produção, o que resulta na exploração inconsequente dos recursos naturais, gerando poluição, degradação ambiental e emissões de gases de efeito estufa. Isto posto, é notório que o modelo hegemônico de produção e consumo não considera os limites finitos do planeta terra e seus recursos.

Como se não bastasse isso, a competição no mercado global incentiva as empresas a adotarem práticas que priorizam o lucro imediato em detrimento da sustentabilidade em longo prazo. Esse comportamento acaba levando à superexploração dos recursos naturais, à destruição de ecossistemas frágeis, como também à desigualdade na distribuição dos benefícios e custos ambientais, impactando desproporcionalmente comunidades vulneráveis.

Em razão disso, é essencial promover políticas públicas eficazes, regulamentações ambientais mais rígidas e incentivos econômicos que internalizem os custos ambientais nas atividades econômicas. É urgente a mudança de mentalidade em direção a um consumo verdadeiramente sustentável, juntamente com a valorização de práticas empresariais responsáveis. Estas regulamentações por si só não resolveram a crise ambiental, mas, são atitudes fundamentais para lidar com os desafios ambientais dentro do modelo hegemônico de produção.

Dessa forma, em meio a tantas contradições, na busca de possíveis soluções, inicia-se internacionalmente o debate sobre a imperiosa necessidade de busca de sustentabilidade socioambiental, e em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo para discutir a

emergência da crise ambiental. Na ocasião, a ideia de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite, e o sinal que busca orientar o processo civilizatório da humanidade. Se estabelece, a priori, como um princípio, de critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (Leff, 2004).

Contudo, a discussão acerca do chamado “desenvolvimento sustentável” provoca questionamentos até os dias atuais por ser um conceito ainda não solidificado, nem compreendido, tampouco universalmente aceito. Para Leff, (2003, p.15-16):

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social (Leff, 2003, p.15-16).

Nessa ótica, compreende-se que o termo “desenvolvimento sustentável” nada mais é que um subterfúgio do capitalismo, uma solução para o sistema de produção capitalista, elaborado por teóricos do capitalismo e para o capitalismo. Seria uma forma de manter o *status quo*, de postergar modificações mais radicais no sistema de produção, que, como apontam alguns, seriam necessárias para superação da crise ambiental.

Nessa direção Foladori (2001) aponta o sistema capitalista como modelo de produção hegemônico que mais causa a degradação do meio ambiente. Como o principal objetivo da economia capitalista é a obtenção de lucro, os interesses estão voltados para uma produção cada vez maior e mais rápida, o que tem levado a exaustão dos recursos naturais. Logo, precisa ser substituído por outro, que leve em consideração os limites suportáveis da natureza e a manutenção da vida humana na terra, pois toda essa degradação deixa um rastro consequências nociva aos seres humanos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), nove em cada dez pessoas no mundo respiram ar com altos níveis de poluição e sete milhões de pessoas morrem anualmente por con-

ta da contaminação. Atualmente, muitas empresas incorporam em seus discursos o vocabulário ecológico, promovendo o discurso de políticas de capitalismo verde. Entretanto, ocultam e banalizam os danos e as contradições ocasionados por elas mesmas, ao operarem num ritmo avassalador, sobrecarregando a natureza (ONU, 2018).

A degradação ambiental atingiu níveis tão alarmantes que já ameaça o funcionamento da própria biosfera que sustenta a vida no planeta, lembrando novamente a necessidade de se pensar em um equilíbrio ambiental sustentável, tanto para o crescimento humano quanto para com o equilíbrio do natural do globo terrestre (Leff, 2004). Estamos vivenciando um cenário em que as políticas estatais e iniciativas empresariais podem apenas minimizar, em pequena escala, o grau e a velocidade da destruição, no entanto, são extremamente necessárias.

Ao preconizar uma nova relação homem, sociedade e natureza, baseada em valores de racionalidade social, que busquem a paz, a não violência, a justiça social e a solidariedade, a humanidade pode criar um novo estilo de vida e de produção. Portanto, é inadivável pensar outras formas de desenvolvimento (Loureiro, 2009), de modo igual, não podemos esquecer que a lógica do consumo infinito em um mundo de recursos finitos é insustentável. Além disso, a busca ilimitada e frenética por recursos naturais, tem sido a principal causa do aumento das ocorrências de desastres.

Os desastres em contexto brasileiro: uma análise de dados globais

Na perspectiva das ciências sociais, os desastres são considerados processos socialmente produzidos (Dutra, 2021; Quarantelli, 2015). Portanto, os desastres são produtos e, também, processos decorrentes da transformação e crescimento da sociedade, do modelo global de desenvolvimento adotado, dos fatores socioambientais relacionados a modos de vida que produzem vulnerabilidades sociais e, portanto, suscetível a desastres.

O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED UFSC, 2014) define desastres como resultado de eventos que provocam intensas alterações na sociedade, pondo em risco a vida humana, o ambiente, e os bens materiais da população e do país. Complementarmente, os desastres ainda podem ser descritos como:

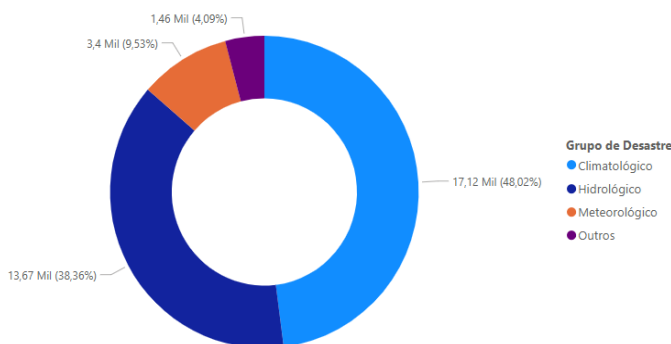
[...] evento identificável no tempo e no espaço, no qual uma comunidade é afetada em seu funcionamento normal, com perda de vidas e danos de magnitude em suas propriedades e serviços, que impedem o cumprimento das atividades normais e essenciais a sociedade [...] (WILCHES-CHAUX, 1993, p. 3).

As contribuições dos cientistas das ciências humanas e sociais nos levam a compreender os desastres não como fenômenos eminentemente externos, naturais e temíveis, mas como resultantes de relações sociais e de influência mútua entre homem e natureza. Essa abordagem crítica abriu novos caminhos para compreensão da relação estrutural que desencadeia os desastres, ou seja, nos leva a entender que os desastres não são “naturais”, mas socialmente produzidos pela racionalidade predatória de uso da natureza no capitalismo. O aprimoramento e o desenvolvimento dos estudos no campo dos desastres fizeram com que os pesquisadores reconhecessem a interface existente na relação sociedade-natureza, e a ação ou omissão humana passou a ser um fator de extrema relevância para a compreensão desses eventos que atingem as mais diversas populações.

Em âmbito mundial nas últimas décadas, os desastres são vistos como consequências provenientes principalmente das mudanças climáticas. É preciso ressaltar que os riscos relacionados à água lideram a lista de desastres com perdas extraordinárias nos últimos 50 anos. Segundo relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM), as secas tomam a frente da lista com 650 mil mortes, na sequência as tempestades ocasionaram mais de 577 mil mortes, as inundações causaram mais de 58 mil mortes, e o aumento extremo das temperaturas ceifaram mais de 55 mil vidas (ONU, 2021).

No Brasil, os desastres são observados em todas as regiões. De acordo com o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD, 2024), entre os anos de 2013 a 2023 foram registrados 35.640 ocorrências de desastres que afetaram 188.519.989 de pessoas, sendo em sua maioria aqueles denominados como desastres climatológicos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Desastres por grupo no Brasil (2013 a 2023)



Fonte: Sistema Integrado de Informações sobre desastres (S2iD, 2024).

Conforme dados apresentados no gráfico 1, os desastres climatológicos ganham destaque pois representam quase que 50% da ocorrências de desastres nos territórios brasileiros. Cumpre destacar, que a exemplo do contexto mundial, as ocorrências relacionadas às secas estão no topo da lista, sendo preciso dizer que o período de seca, pode ser dividido em estiagem, seca, incêndio florestal e baixa umidade do ar. Segundo Ministério Nacional da Integração e do Desenvolvimento Regional (Brasil 2022), estiagem é um período prolongado de baixo ou nenhum registro de chuva, já a seca é uma estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de chuvas provoque grave desequilíbrio hidrológico. Na sequência, destaca-se o incêndio florestal que se caracteriza pela propagação de fogo sem controle em qualquer tipo de vegetação situada em áreas protegidas ou não e com reflexo na qualidade do ar. Por fim, a baixa umidade do ar refere-se à queda da taxa de vapor de água suspensa na atmosfera para níveis abaixo de 20%.

Dito desse quadro de crise ambiental, ressalta-se que um estudo técnico divulgado pela Conferência Nacional dos Municípios (CNM, 2024) informa que a seca/estiagem foram responsáveis por 26,1 mil decretações de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP), que junto aos decretos de chuvas contabilizaram mais de 45,1 mil decretações, sendo a seca/estiagem responsável por quase 70% do total de 64.742 de decretações em todas as regiões do país. Esses dados indicam que as mudanças cli-

máticas também desempenham um papel significativo em relação aos desastres, expressando que as alterações no clima resultam em fenômenos climáticos extremos, como as secas e cheias freqüentes, os incêndios florestais, o derretimento das calotas polares, aumento no nível do mar, dentre outros.

Ainda com relação aos desastres climatológicos, o Brasil nos últimos 11 anos (2013 a 2023) acumula números expressivos de decretações de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) nas cinco regiões do país onde a seca/estiagem lidera o ranking de ocorrências com 26.141 mil (CNM, 2024), conforme tabela a seguir:

Tabela 6 - Desastres por seca/estiagem (2013-2023)

Sul	Norte	Centro-oeste	Sudeste	Nordeste
2.322	476	527	3.525	19.291

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados extraídos da Conferência Nacional dos Municípios (CNM, 2024).

A tabela 1 revela que a região Nordeste foi a mais devastada pela seca/estiagem, isso representa quase 29,79 % do total de 64.742 decretações de desastres em geral, nos últimos 11 anos, seguida da região Sudeste com 5,4%, da região Sul com 3,6%, Centro-oeste com 0,8% e por último a região Norte com 0,7% do total das decretações. De acordo com o estudo técnico elaborado pela Conferência Nacional dos Municípios (2024), a seca e a estiagem causaram R\$ 347,4 bilhões de prejuízos em todo o Brasil entre 2013 e 2023, isso equivale a 76,5% do total de R\$ 639,4 bilhões em prejuízos causados por todos os desastres ocorridos no Brasil nesse período.

Já os desastres relacionados a chuvas ocupam o segundo lugar no ranking com 18.980 decretações, podendo ser observado na tabela a seguir:

Tabela 7 - Desastres por chuva (2013-2023)

Sul	Norte	Centro-oeste	Sudeste	Nordeste
7.677	2.129	2.063	4.765	2.346

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados extraídos da Conferência Nacional dos Municípios (CNM, 2024).

A tabela 2 expressa que nos últimos 11 anos, a região Sul foi a mais afetada pelo excesso de chuvas, correspondendo a 17% do total de 64.742 decretações de desastres em geral, seguida da região Sudeste com quase 11%, e a região Nordeste com 3,62%, ficando a região Norte com 3,29%, e por fim a região Centro-oeste com 3,18% do total das decretações. Ressalta-se de acordo com estudo técnico elaborado pela Conferência Nacional dos Municípios (CNM, 2024), que as chuvas causaram mais de R\$ 190,8 bilhões em prejuízos em todo o Brasil entre 2013 e 2023, correspondendo a 19,7% do total de R\$ 639,4 bilhões em prejuízos causados por todos os desastres ocorridos no Brasil.

Sendo assim, podemos afirmar que os desastres e a questão ambiental se cruzam com a questão social na dinâmica da sociabilidade capitalista, e, portanto, não podem ser apreendidos de modo isolados, desvinculados do modelo de desenvolvimento adotado, de suas contradições e formas de sociabilidade. De acordo com Löwy (2013, p. 80):

A crise ecológica que vivemos não resulta do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, ou tampouco da má vontade do gênero humano. Trata-se de algo muito concreto: das consequências do processo de acumulação do capital.

Então, pensar a questão socioambiental a partir dessa perspectiva implica considerar ainda que os desafios que se colocam no planeta na atualidade estão longe de atingirem a todos da mesma maneira, uma vez que as classes mais empobrecidas e seus territórios de vida sejam atingidos de forma cada vez mais intensa.

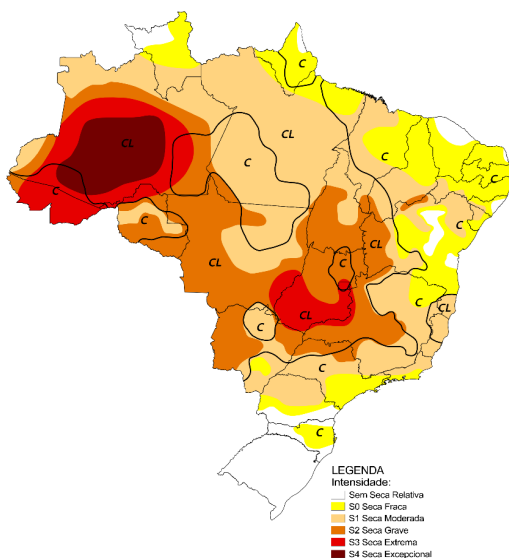
Portanto, é preciso compreender que os impactos dos desastres se intensificam em nível global e local, e também que os índices alarmantes de desmatamentos, queimadas, secas e enchentes históricas são procedentes do modo indiscriminado de como comercializamos a natureza. O estado do Amazonas por exemplo, em meio a tanta biodiversidade, enfrenta inúmeros desafios para manter a sustentabilidade de suas reservas florestais e seus rios.

Desastres e seus impactos no território das águas: o estado do Amazonas em questão

O Amazonas é o maior estado brasileiro com uma área de 1.559.255,881 km² – o equivalente às áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia somadas – portanto, esse gigante estado se constitui a 9ª maior subdivisão mundial, o que corresponde a 18,30% do território brasileiro, com população de 3.941.613 habitantes, e densidade demográfica de 2,53 hab/ Km². Na divisão político-administrativa, o Amazonas possui 62 municípios, sendo Manaus sua capital, com 52,35% da concentração populacional do estado (IBGE, 2023).

É um estado rodeado por água e reservas florestais e que abrange grande parte da Amazônia Brasileira Legal, por isso, possui características peculiares em seu território com relação à mobilidade. Segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT, 2023), a região conta com uma das menores malhas viárias do Brasil, de apenas 2,3 mil km, portanto, as estradas do Amazonas são líquidas (suas calhas de rios). Contudo esse gigante tem sofrido intensamente os efeitos da emergência climática, principalmente em relação à seca, conforme observado na ilustração abaixo:

Ilustração 1 - Paronama das secas no Brasil em 2024



Fonte: Monitor de Secas, 2024. - Nota explicativa: C=curto prazo; CL= longo prazo.

Podemos observa na ilustração acima que a Região Norte, enfrenta um cenário negativo quanto à ausência de chuva em 2024, diante da piora dos indicadores demonstrados no mapa, em que a situação da seca no estado do Amazonas é a mais crítica. Segundo o Monitor de Secas (2024), o estado passou de seca extrema (S3) para seca excepcional (S4), sendo o único estado na federação brasileira a apresentar este indicador, deixando todos seus 62 municípios em situação de emergência (SE) por estiagem e queimadas.

Vale destacar, que nos períodos de seca, as queimadas ilegais não só impulsionam as emergências climáticas, como também, trazem agravos à saúde da população, sobretudo aqueles mais vulneráveis. No período entre 2013 a 2023, o estado do Amazonas vivenciou indicadores negativos expressivos decorrentes da queima ilegal da floresta, os indicadores dessa trama criminosa podem ser examinados na tabela a seguir:

Tabela 8 – Indicador de focos de queimadas no estado do Amazonas (2013-2023)

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Focos de queimadas	6.512	9.007	13.419	11.173	11.685	11.446	12.676	16.729	14.848	21.217	19.604

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados extraídos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2024).

Em setembro de 2023, o estado do Amazonas liderou o ranking de queimadas na Amazônia. Segundo o satélite de referência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2024), os meses agosto e setembro de 2023 registraram 5.474 focos. Esse indicador corresponde a 35,4% dos focos de calor de toda a Amazônia. Destaca-se que foi também nesse período que a cidade de Manaus, capital do Amazonas, registrou a terceira pior qualidade do ar no mundo em decorrência do grande número de queimadas ilegais.

Outra atividade que acentua os índices de desastres socioambientais no Amazonas e agravam ainda mais as mudanças climáticas antropogênicas é o desmatamento desenfreado. Impulsionado pela grilagem de terra, expansão agrícola e a atividade madeireira, o desmatamento descontrolado reduz a capacidade da floresta amazônica de regular o clima e reter a umidade. Além disso, a destruição de vastas áreas de vegetação contribui para o aumento das temperaturas, criando um ciclo de secas ainda mais acentuadas.

Tabela 9 - Parorama de desmatamento do estado do Amazonas (2013-2023)

Classe	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vegetação primária (hectare)	69.675	70.344	107.533	161.071	117.064	106.059	189.630	175.559	290.592	326.462	126.689
Vegetação secundária (hectare)	22.999	18.800	33.809	37.617	22.249	19.161	20.873	21.673	19.786	24.144	17.922

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados extraídos de Mapbiomas, 2024.

Nota explicativa: hectare (ha) = equivale a uma área de 10 mil metros quadrados.

Primeiramente cabe esclarecer que vegetação primária se caracteriza como pouco afetada pelas ações antrópicas, mantendo suas características originais, e vegetação secundária são florestas degradadas pela exploração madeireira irracional ou por causas naturais (Martins, 2019). Dito isto, destaca-se que o estado do Pará lidera o ranking do desmatamento, com 22,2% da área desmatada em todo país (456.702 ha), seguido pelo Amazonas, com 13,33% (274.184 ha). No entanto, ressalta-se que a área desmatada no Amazonas cresceu 37% em relação a 2021, levando o estado a superar o Mato Grosso pelo segundo ano seguido (Mapbiomas, 2024).

O desmatamento aliado ao aumentado do número de queimadas que não só retroalimentam a crise climática, mas também, intensificam o fenômeno conhecido como terras caídas. Este fenômeno é um processo natural de erosão que ocorre nas margens dos rios amazônicos e de seus afluentes, ocasionamento desbarrancamento/deslizamento de encostas, principalmente quando a água dos rios baixa. É um fenômeno muito comum no estado do Amazonas, no entanto, sua intensificação tem afetado drasticamente os rios e acaba prejudicando significativamente a navegação e a logística, afetando principalmente vilarejos no interior do Amazonas.

Ante o exposto, ao retratar as particularidades do estado do Amazonas, percebe-se que são inúmeras às consequências advindas da ação antrópica do homem. As secas, desmatamentos, queimadas e fumaças são resultantes da intervenção humana na natureza. Portanto, torna-se urgente a preocupação e o interesse na proteção dos ecossistemas que servem de suporte à vida, a saúde, ao bem-estar humano e ao equilíbrio ambiental.

Considerações finais

É indiscutível que o presente capítulo apresenta uma abordagem sociológica dos desastres, considerando que os impactos desses eventos são agravados em função da interferência do homem na natureza. Assim sendo, a presente discussão aponta pelo menos um elemento importante para reflexão, que é a sobrecarga da capacidade regenerativa da natureza diante dos impactos gerados pelo modelo hegemônico de produção, o que resulta na ampliação da ocorrência de desastres.

No contexto da emergência climática global, o Brasil vive uma intensificação de ocorrências de desastres em todas as regiões do país, com destaque às secas extremas, ocasionando prejuízos humanos, financeiros e ecológicos. Apesar disso, os grandes blocos econômicos, como o agronegócio e a mineração, mobilizam forças para manutenção das frentes predatórias sobre as florestas, os rios, a fauna, causando um crescente aumento nos índices de desmatamento, incêndios florestais e poluição dos rios.

No que se refere ao estado do Amazonas, os impactos dos desastres socioambientais são avassaladores, uma vez que a emergência ambiental e climática, combinado com desmatamento desenfreado, queimadas e o prolongamento das secas, impacta não apenas na vida dos povos locais, mas afeta também a economia e a segurança hídrica de outras regiões do país, pois o que acontece em estados que compõem a região Amazônica interfere nos demais biomas do Brasil. Além disso, a escassez de água no estado isola cidades e comunidades, além de prejudicar a economia local e o acesso básico a serviços básicos.

Portanto, precisamos buscar outras alternativas de desenvolvimento, outro sistema econômico, que seja mais harmônico com as dinâmicas da natureza, compreender e fazer compreender, que a lógica de desenvolvimento ilimitado é insustentável, visto que os recursos naturais são finitos.

Referências

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Entenda e diferença entre os tipos de desastres naturais e tecnológicos.

cos registrados no Brasil. Brasília, DF, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/entenda-a-diferenca-entre-os-tipos-de-desastres-naturais-e-tecnologicos-registrados-no-brasil#:~:text=4\)%20Desastres%20climatol%C3%B3gicos,e%20baixa%20umidade%20do%20ar](https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/entenda-a-diferenca-entre-os-tipos-de-desastres-naturais-e-tecnologicos-registrados-no-brasil#:~:text=4)%20Desastres%20climatol%C3%B3gicos,e%20baixa%20umidade%20do%20ar). Acesso em 25 nov. 2024.

CEPED UFSC – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Universidade Federal de Santa Catarina. **Capacitação Básica em Defesa Civil**. 5 ed. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Estudo Técnico. **Panorama dos Desastres do Brasil 2013 a 2023**. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_Panorama_Desastres_Brasil_2013_a_2023.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte. **Mapas Multimodais: Amazonas**. 2023. Disponível em: www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/dnit-geo/mapas-multimodais/mapas-2023/am.pdf. Acesso em 19 jun. 2024.

DOUROJEANNI, Marc J.; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Biodiversidade a hora decisiva**. Curitiba: UFPR, 2001.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de desastres e serviço social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil**. 2 ed. Curitiba: Appris, 2021.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. (Trad. Marise Manoel). Editora da Unicamp: Imprensa Oficial. Campinas, São Paulo, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População. **Panorama Censo 2022**. IBGE: Brasil, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em 12 jun. 2024.

INPE. Instituto de Pesquisas Espaciais (Brasil). **Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma**. Adamantina, São Paulo. São José dos Campos: INPE, 2024. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/. Aces-

so em: 11 mai. 2024.

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOUREIRO, Violeta Reffalefsky. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. Caderno CRH, v. 26, n. 67, jan-abril, 2013, p. 79-86. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632190006> . Acesso em: 16 de jan. 2024.

MAPBIOMAS BRASIL. **Mapas e Dados**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/desmatamento/> Acesso em 10 nov. 2024.

MARTINS, Caroline. Trilho Ambiental. **Entenda a diferença entre vegetação primária e secundária**. Belo Horizonte 22 abr. 2019. Disponível em: <https://www.trilhoambiental.org/post/entenda-as-diferen%C3%A7as-entre-vegeta%C3%A7%C3%A3o-prim%C3%A1ria-e-secund%C3%A1ria>. Acesso em 25 nov. 2024.

MONITOR DE SECAS. **Dados e Mapas**. Disponível em: <https://monitordeseccas.ana.gov.br/mapa?mes=9&ano=2024>. Acesso em 10 nov. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Desastres hídricos dominam lista dos 10 mais destrutivos dos últimos 50 anos**. Nações Unidas: Brasil. 26 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/137455-desastres-h%C3%ADdricos-dominam-lista-dos-10-mais-destrutivos-dos-%C3%BAltimos-50-anos> . Acesso em: 22 nov. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **ONU: 9 em cada 10 pessoas no mundo respiram ar poluído**. Nações Unidas: Brasil. 02 mai. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/79848-onu-9-em-cada-10-pessoas-no-mundo-respiram-ar-polu%C3%ADdo>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Bra-

sileira, 2006.

QUARANTELLI, Enrico Louis. **Uma agenda de pesquisas do século 21 em ciências sociais para os desastres**: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v.1, p. 25-56, 2015.

S2iD. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Mapa Interativo. Dashboard. Brasil, 2024. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/> . Acesso em: 24 nov. 2024.

WILCHES-CHAUX, Gustavo. La vulnerabilidad global In: Maskey, Andrew, comp. **Los desastres no son naturales**. s.l, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, oct. 1993. p. 9-50. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/des-4083?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 20

ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS PELOS POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Maria do P. Socorro Rodrigues Chaves

Adriana Aguiar Pérez

Giselly Nogueira de Almeida

Gabrielle Rodrigues de Sá Alves

Marnilda Pereira Sá

Introdução

A contemporaneidade histórica revela avanços tecnológico e científicos imensuráveis, todavia, nos diferentes quadrantes do planeta a humanidade vivencia uma sociedade global fragmentada e abalada que se debate em meio a um contexto de crise socioambiental e humanitária que apresenta riscos socioambientais, ameaças e danos imensuráveis, sobretudo para grupos sociais em condição de segregação e pauperização. No caso da região Amazônica, os maiores enfrentamento recaem sobre os povos tradicionais. Para discutir esta realidade, este estudo relata parte dos resultados das pesquisas: *Sujeitos & Territórios Tradicionais na Amazônia* (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq) e *Desenvolvimento Local & Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em comunidades ribeirinhas no Amazonas* (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM). O relato abrange a caracterização do cenário sociohistórico da região Amazônica e a dinâmica sociocultural dos povos e comunidades tradicionais no usufruto e conservação dos recursos naturais locais mediante os agravos gerados pelas mudanças do clima.

O debate sobre os agravos gerados pelas emergências climáticas na vida e nos territórios dos Povos e das Comunidades Tradicionais (PCTs) da Amazônia tornou-se urgente e necessário, re-

apresenta um desafio de grande monta. Além do mais, para garantir o aprofundamento das discussões teórico práticas, é requerida uma visão crítica que possa convergir para a produção de instrumentalização e formulação de indicadores técnicos científicos com potencial para subsidiar o fortalecimento dos grupos sociais envolvidos e a reivindicação de medidas a serem adotadas pelas instituições de políticas públicas. A emergência climática, cujo motor propulsor é a indústrias monopolistas do Norte Global que perpetua o modelo “extrativista” colonial, enredando as economias do Sul Global na exportação de produtos primários (cobre-café) gerando impactos imensuráveis ao planeta pelo aumento dos gases de efeito de estufa que aceleram as mudanças climáticas.

A configuração da crise climática forçou ou países ricos a discutirem em diversos fóruns globais a reconhecerem que os serviços socioambientais, são suportes necessários à vida no planeta em suas dimensões humanas, sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Mediante ao imperativo de que somente os ecossistemas naturais podem oferecer ao conjunto da sociedade bem estar material e imaterial, nos processo de mitigação dos danos existentes e para ampliar o grau de conservação dos ecossistemas, os povos originários e tradicionais manifestaram-se de diversas formas indicando que tais serviços podem ser oferecidos sim, desde que subsidiados e inspirados à luz de uma aliança efetiva e cooperativa entre as bases técnico científicas e os aportes de saberes e práticas de conservação dos povos e comunidades tradicionais, que foram historicamente edificados e instruídos na interação profunda com os ecossistemas naturais.

Uma outra orientação que ordena de modo subliminar e transversal este trabalho, baseia-se na afirmação da necessidade de ampliar e fortalecer os vínculos e alianças cooperativas entre saberes tradicionais e os conhecimentos técnicos científicos (no campo da formação, pesquisa e extensão), visando elaborar subsídios que possam nortear a viabilização de políticas públicas que respeitem a diversidade de povos e proporcionem o respeito aos seus direitos de existir em seus territórios.

Para entender a trama atual do mundo do trabalho em comunidades ribeirinhas na Amazônia, faz-se necessário traçar um breve panorama dos diferentes ciclos de desenvolvimento econômico que foram editados desde o processo de colonização. Os povos amerín-

dios que por séculos habitam a região, são constituídos por indígenas das mais diferentes etnias. A colonização portuguesa promoveu um forte processo de destribalização de diversos grupos que viviam às margens do rio Amazonas e seus afluentes mais acessíveis, os indígenas retirados de suas tribos foram sendo reunidos em vilas e aldeias distribuídas de maneira estratégica aos interesses do colonizador.

Formação sócio-histórica da Amazônia: e a dinâmica de vida e práticas sustentáveis dos povos tradicionais

O Bioma Amazônia, cuja ocupação humana formada por várias etnias indígenas, os povos originários, teve seus primórdios há mais de 12 mil anos. Cujas dinâmicas sócio organizativas foram devastadas pelo intenso processo de colonização mercantilista Europeu, exacerbado pela modernização conservadora e as crises cíclicas do capital que afetam diretamente as organizações sociais locais. Sobre esse processo Souza (1977; p. 43) relata que a política do Marquês de Pombal impôs a Amazônia um sistema que reduzia a Capitania a um mero prolongamento produtivo do Reino, prevalecendo-se de maneira prática dos conhecimentos conquistados no processo de dominação, e com auxílio dos trabalhos forçados dos povos locais “construíram fortificações, povoaram vilas e cidades e procuraram conquistar o elemento nativo para a ordem social da colônia”.

Na primeira metade do século XIX, a Amazônia enfrentou problemas com comunicação, transporte, redução do contingente de povos indígenas que era dizimado pelo sofrimento da escravidão e das doenças adquiridas em razão dos maus tratos e das condições precárias que enfrentavam ao serem obrigados a realizar trabalhos para servir aos colonizadores. Na segunda metade do século XIX, a política de migração para o trabalho as empresas seringalistas, atraíram migrantes nordestinos para a Amazônia, alargando a base demográfica da região, momento histórico reconhecido como Amazônia Lusíndia, seguida da adaptação aos contornos da formação social e econômica do Brasil.

As políticas que compuseram este modelo de desenvolvimento promoveram mudanças implacáveis na face da região gerando consequências indesejáveis, tais como: a introdução de doenças

exógenas que dizimavam grupos (genocídio e etnocídio), como as que dizimaram grande parte da população indígena que habitava a região; a expropriação dessa população de seus domínios territoriais ou a concessão da permanência nas áreas sob regras e forças exógenas e estranhas às suas tradições culturais, como, por exemplo, a prática do trabalho compulsório de cunho escravagista (Chaves, 2023). Becker (2010) relata que a tendência adotada no Brasil no “[...] segundo e terceiro quartéis do século XX foram marcados pelo forte poder dos Estados Nacionais na indução da economia”, indicando que neste período tornou-se patente no Brasil a promoção da intervenção do Estado na economia e no território, com base no planejamento macrorregional com a meta de unificação do mercado doméstico e a necessária negociação com as elites regionais.

Na década de 40, como esforço de guerra para produção de borracha, o processo migratório para a região gerou uma forte expansão demográfica e a abertura para a agricultura, pecuária e mineração, com diversos efeitos deletérios, como: conflitos pelas terras, disputas de posses, invasões de áreas indígenas, agravamento da questão social e o adensamento dos problemas ecológicos como o desflorestamento. As migrações agravaram sobremaneira os problemas da Amazônia, sem solucionar os do povo nordestino, vítimas de sina cruel à migração não promoveu nenhuma solução adequada e duradoura para região amazônica. Na década de 50 do século XX, a região sofreu um processo neocolonialista com a implantação o modelo desenvolvimentista que estendeu-se pela década de 60. Momento em que a política desenvolvimentista foi profundamente alavancada pelo regime autoritário que investiu numa política de integração da região aos ditames do capital, com o redirecionamento das políticas inaugurando o processo de “modernização conservadora”. Este processo foi caracterizado pela implantação dos Grandes Projetos, que se distinguiram pela promoção de empreendimentos capitalistas e de infraestrutura de grande porte, com destaque para os eixos rodoviários de integração da Amazônia com o restante do país e os macroprojetos de produção de hidroeletricidade.

A década de 70 foi urdida na força da política de integração que alcançou maior amplitude com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que estabeleceu como objetivo nacional a integração física, sociocultural e econômica da Amazônia às demais regiões do país, com ênfase na exportação de recursos

naturais, e programas de colonização e assentamento de produtores na região, assim como a adoção de política de incentivos fiscais para apoiar o desenvolvimento econômico. Diversos estudos apontam este período como o de maior intensidade nos processos de *internacionalização* da Amazônia, para Benchimol (2001) foi o tempo da descoberta e da exploração dos recursos naturais e minerais. Assim, a Amazônia tornou-se foco de apelo e atração, não mais apenas para os nordestinos, mas também para os brasileiros do Centro Oeste, do Sudeste e do extremo Sul do país. As políticas de governo promoveram a atração de migrantes para a região, numa tentativa de esvaziar os movimentos de luta pela terra que combatiam o processo de expropriação dos pequenos produtores familiares em outras regiões do país. Esta política redundou num acirramento dos conflitos fundiários na região por fomentar: a disputa de território entre migrantes e populações tradicionais. Em que os segmentos locais vivenciaram como consequência a perda de territórios tradicionais e destruição dos espaços de vida e reprodução social e cultural, pela desestruturação das formas de organização e reprodução material e imaterial; não raro através do extermínio físico pela prática do genocídio e do etnocídio (Chaves, 2001).

As populações atraídas para a região por sua vez, vítimas do êxodo rural, ao serem enviadas para territórios ocupados por povos tradicionais enfrentavam, além da luta para alocar-se numa área cujo manejo lhes era desconhecido, também padeciam a exploração desenfreada de sua força de trabalho, as dificuldades de adaptação aos ecossistemas inundados, ao clima e endemias da região, além da incompatibilidade com as formas de uso dos recursos locais. Além da ausência e/ou precariedade no acesso aos bens e serviços sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Assistência Técnica, Crédito, entre outras. (Chaves, 2001). Mesmo que entre os anos 1965-1985, a Amazônia tenha sido vista como “uma região prioritária para a integração nacional”. Em que pese à instauração da democratização do país, as políticas públicas viabilizadas até meados da década de 80, por programas de desenvolvimento de ênfase racional, continuaram a serem orientadas pelo comando da política de segurança nacional, inaugurados na década de 60 pelos governos militares. Assim, a partir da segunda metade da década de 80, a região vivenciou a abertura política com edição de planos, programas e projetos, cujo caráter pouco diferenciava-se das políticas

anteriores, principalmente em relação ao atendimento às necessidades dos povos tradicionais. Na década de 90, adensou-se o processo de modernidade sob os marcos de uma *globalização disruptiva*. As políticas públicas viabilizadas na região focalizaram-se prioritariamente em obras de infraestrutura negligenciando o atendimento às necessidades das populações amazônidas, aprofundando a inserção subalternizada da região ao circuito da capital e à economia global.

No rastro da sucessão histórica das diversas edições da política nacional de integração da Amazônia, o século XXI, sob a mesma constelação, aportou a política neoliberal que trouxe consigo as condições favoráveis para que a globalização alcançasse maior penetração em sua trilha e capilaridade na cena regional. Para Viana (2001), a política de globalização congrega todo o ativo e passivo que dinamizam a política de integração nacional que domina a região desde a colonização portuguesa.

Em relação à globalização, Viana (2001; p. 278) explicita que este fenômeno representa a instituição de uma nova forma de inserção da região ao mercado mundial, que “[...] adiciona elementos novos, impondo um novo arranjo político e social de sustentação e reestruturação da base econômica regional, agora sob hegemonia dos setores internacionais voltados para o mercado externo.” Se a cessão de territórios da Amazônia na década de 70 ficou conhecido como *processo de internacionalização da Amazônia*, o processo inaugurado com a *globalização* foi nominado por Francisco de Oliveira como *reconquista da Amazônia*.

A Amazônia historicamente configurou-se foco da saga de conquista por uma fonte de lucro inesgotável: primeiramente, devassada pela visão e a política mercantil dos colonizadores que a conceberam como um território com potencial de riquezas inexauríveis, de matérias-primas para produção de mercadorias exóticas; nas últimas décadas vivenciou a sanha do desenvolvimentismo conveniada ao jugo do capital; e, no momento presente, avançam as relações modernas nos horizontes da Amazônia, a dupla aliança entre globalização da economia e políticas de caráter neoliberal. Pode-se afirmar que no plano regional, os projetos de desenvolvimento não alteraram sua natureza de integração e seguiram os mesmos direcionamentos das décadas anteriores, com incentivo do Estado aos investimentos estrangeiros na região. Assim, em meados da década de 80, os produtores extrativistas buscaram apoio de instituições e

movimentos ambientalistas internacionais para fortalecer suas lutas, que teve como móvel principal as reivindicações pela manutenção de sua reprodução física e sociocultural a partir da conservação dos recursos naturais. De modo a viabilizar a manutenção das condições de (re)produção e trabalho nos moldes tradicionais, que ostenta suas identidades política (Chaves, 2011).

Comunidades e Povos Tradicionais da Amazônia, territórios e modo de vida.

A (r)existência nos territórios, é marcada pela *lógica de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista* (Diegues, 2008, p. 81). O *modus vivendi* destes povos norteia a interação coletiva em comunidade, com a natureza, sob a base dos saberes ancestrais que abrange a reprodução econômica, social e cultural, bem como as representações, rituais, mitos e símbolos. Nesse sentido, Diegues (2008, p. 07) indica que (...) *as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo.*

O marco legal brasileiro de reconhecimento da relevância das comunidades e povos originários e tradicionais para a conservação dos recursos da biodiversidade efetivou-se na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), tratado estabelecido na Conferência de Meio Ambiente do Programa de Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas - ECO-92 (Brasil, 2023). Enquanto o reconhecimento das questões socioambientais geradas pelas mudanças climáticas foi alavancado pelos movimentos dos povos das florestas, das águas e das terras irradiando-se pelo território nacional, a defesa de direitos, via legislações e instituições de políticas públicas.

A sociobiodiversidade amazônica é composta por povos tradicionais (ribeirinhos, varjeiros, pescadores, extrativistas, quilombolas e outros) e povos originários (diversas etnias). Cuja sociobioeconomia abrange a produção para garantir a subsistência de seus grupos doméstico familiar, de suas comunidades e para abastecer os mercados regionais. Contudo, estes sujeitos sociais suportam agravos provocadas pelas desigualdades sociais, com a limitações de acesso às políticas públicas e sociais. Batista (2001, p 2) indica que

eles preservam sua cultura face a “desestruturação provocada pelo capital”, arregimentando forças na potência mobilizadora da cultura, ressignificando o manejo dos recursos naturais em seus territórios de vida.

No domínio das demarcações territoriais das comunidades, estes povos executam diversas atividades como a pesca, o extrativismo (vegetal), agricultura e artesanato. O estilo de construção das moradias adaptadas às condições naturais, clima regional e ao modo de vida é feita com materiais florestais (palha para cobertura) e madeireiros (tábuas e ripas para as paredes e o chão) coletadas do entorno das comunidades, são e trabalhadas com instrumentos de baixo impacto, sem depredar, mas demonstrando uma interpretação profunda das particularidades das necessidades de conservação dos ecossistemas. Portanto, a conservação dos territórios dos povos tradicionais é fundamental para garantir a continuidade do modo de vida, usos e costumes transmitidos de geração em geração. Os saberes desempenham um papel intrínseco na gestão sustentável de seus territórios, na manutenção do equilíbrio entre a vida em comunidade e o ambiente que alicerça as relações comunitárias.

Mudanças do clima: novos desafios socioambientais¹

Desde a Revolução Industrial, o aumento da temperatura cresceu, mas ganhou amplitude e intensidade no século XXI, posto que os planos nacionais e as políticas multilaterais têm sido insuficientes e inoperantes para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius e cumprir os objetivos do Acordo de Paris (ONU, 2023). Os impactos alcançam os diferentes quadrantes do planeta, conforme indicam os dados oficiais dos governos e das agências multilaterais. Os estudos acadêmico científico em domínio público indicam que as mudanças climáticas decorrem de variados processos naturais de adaptação da terra. Porém, as ações antrópicas como uso predatório dos recursos naturais (queimadas, desmatamentos, contaminação dos recursos hídricos e dos solos, caça predatória) ge-

¹ Este item foi publicado nos Anais do V Senpinf - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família. Capitalismo, colapso ambiental e desastres: a civilização em xeque realizado de 23 a 25 de outubro de 2024, sob o título “Emergências climáticas & políticas públicas para comunidades e povos tradicionais na Amazônia”, de autoria de Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Adriana , Aguiar Pérez, Giselly Nogueira de Almeida, Gabrielle Rodrigues de Sá Alves e Marnilda Pereira Sá.

ram aceleração de desastres ambientais (enxurradas, desabamentos, mortes e outros) e gravidade, pondo em risco a vida no planeta.

O Relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM, 2023) indica que a década atual apresenta o maior aumento de temperatura da história do planeta. Assim, o nível do mar e o aquecimento dos oceanos alcançaram novos recordes, com efeitos e eventos climáticos extremos (ondas de calor, tsunamis, desabamentos, tempestades, bem como registra-se a maior incidência dos fenômeno como El Niño e La Niña. Consta do Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, s/d) que em 2020, a temperatura média global atingiu 1,2°C maior que os níveis pré-industriais de 1880. Além de preverem o aumento em torno de 20% na temperatura a partir de 2024. No Brasil, ocorrências de impactos consideráveis graves foram registradas de Norte a Sul.

No caso específico das mudanças climáticas o financiamento de políticas públicas e sociais é de extrema relevância para reduzir os efeitos e mesmo retroceder a aceleração desse fenômeno. De acordo com o INESC (2022, p. 1) o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA “é destinado para todos os biomas brasileiros e para o fortalecimento da política ambiental de estados e municípios. Cujas escala nacional delega-lhe o papel de instrumento base para financiar a Política Nacional de Meio Ambiente”. A Lei 7.797/89 que instituiu o FNMA deixou-lhe em muitos pontos frágil pela falta de: especificação das fontes de receitas permanentes, as que foram sendo utilizadas aos poucos foram sendo minguadas; garantir que os saldos pudessem ser incorporados ao Fundo; proteção às ações de contingenciamento e de desvinculação de receitas. Assim, as várias fragilidades resultam numa progressiva drenagem dos recursos, mediante essa condição, o INESC (2022, p.1) indica que o saldo superavitário retido foi de R\$ 200 milhões e os recursos disponíveis ficaram restritos a uma média de R\$ 30 milhões anuais. Essas informações indicam uma situação de desmonte da política socioambiental, sob severos cortes orçamentários, com sérias implicações para o meio ambiente e para os povos originários e tradicionais que vivem numa relação orgânica com seus territórios ancestrais.

No entanto, outros fundos podem ser acionados para implementação de projetos de conservação, prevenção, mitigação e recuperação de áreas degradadas e impactadas pelas ações antrópicas que são os seguintes fundos de financiamento de aportes nacionais

e internacionais: Fundo Amazônia (FA), Fundo Verde para o Clima (GCF), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), Fundo da Amazônia Oriental (FAO).

- Fundo Amazônia (FA) de papel estratégico para o combate ao desmatamento na Amazônia, no entanto, em 2019, foi bloqueado numa clara tentativa de deter a efetivação desta política ambiental, como parte da política de desmonte do sistema de governança ambiental promovido pelo governo Bolsonaro (2019-2022).

- Fundo Verde para o Clima (GCF) que aporta recursos relativos a pagamentos por resultados de REDD+, que incluem a redução do desmatamento e da degradação florestal, além da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal. O projeto foi submetido pelo governo brasileiro em 2018, aprovado no início de 2019 e teve seu início oficial em janeiro de 2020, com duração de seis anos (2020-2026). O projeto prevê pagamento por serviços ambientais pela conservação e recuperação da vegetação nativa na Amazônia, além do fortalecimento da estratégia e governança de REDD+ no país. O valor aprovado foi de US\$ 96,4 milhões (cerca de R\$ 500 milhões);

- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) que foi aprovado às vésperas da COP 15 como indicação junto à comunidade internacional do compromisso brasileiro para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), seus recursos abrangem: empréstimos não reembolsáveis, geridos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e empréstimos reembolsáveis, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre 2009 e 2022, foram autorizados R\$ 4,36 bilhões para o Fundo Clima, nesse período, o BNDES concentrou 95% do total autorizado, mas apenas R\$ 2,32 bilhões foram efetivamente transferidos ao banco, que desembolsou apenas R\$ 450 milhões em empréstimos. O MMA, por sua vez, ficou com 5% dos recursos, totalizando R\$ 233,9 milhões, dos quais conseguiu executar R\$ 113,9 milhões;

- Fundo da Amazônia Oriental (FAO), criado em 2019, como instrumento de financiamento privado e de governança pú-

blica com o objeto de apoiar e instrumentalizar os pilares do PEAA, sendo este último, como visto, criado formalmente no ano seguinte, em 2020” (INESC, 2023, p.). O governo do Pará mediante o desmonte da política ambiental e do Fundo Amazônia/BNDES, estruturou o FAO como uma janela de oportunidade para captar recursos para implementar ações no território estadual.

Nesta parte a título de síntese foram compilados alguns reptos para obtenção do acesso às políticas públicas que foram apontados entre as principais reivindicações da pauta de lutas destes segmentos sociais regionais, ou seja, a busca pelo reconhecimento como sujeito de direitos, e detentores de saberes relevantes para conservação do Bioma Amazônico. Dentre as problemáticas e desafios enfrentados pelos grupos domésticos familiar que foram as comunidades destacam-se:

1. Dificuldades de comunicação e transporte: a região geograficamente vasta e com diversificadas toponímias enfrenta dificuldade mediante a infraestrutura precária de comunicação e transporte. Essa situação dificulta a obtenção de informações sobre o funcionamento das instituições e reduz a capacidade de deslocamento, pela falta de transporte público e em função do alto custo privado que os priva de participar de reuniões e eventos relacionados às políticas públicas.
2. Desconhecimento dos direitos: parcela extensa destas populações tem limitado acesso às informações acessíveis e socializadas que cheguem às suas comunidades sobre bens e serviços sociais, limitados por vários fatores o baixo quantitativo de alfabetizados.
3. Discriminação e marginalização: os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, varjeiros e ribeirinhos, frequentemente são marginalizados e discriminados pela sociedade em geral. Essa condição dificulta, sobretudo, o acesso dos povos tradicionais às políticas públicas na Amazônia.
4. Precariedade e/ou Inexistência de bens e serviços sociais: falta de tratamento da água que utilizam para consumo, atendimento por serviços de saúde programados e sistemáticos (vacinas, medicamentos), reduzido acesso aos benefícios de

assistência social, falta de ensino escolar baseado em educação diferenciada para os filhos, entre outras condições de risco que geram inumeráveis vulnerabilidades.

Embora esses povos tenham direitos garantidos acesso efetivo às políticas públicas pela Constituição Federal de 1988, a cidadania e o respeito às múltiplas identidades fica comprometido. Pois, de acordo com Furtado (2006) só haverá verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente, com crescimento econômico sustentado, com investimento social em infraestrutura, logística para atender as necessidades de bens e serviços sociais para garantir a qualidade de vida e a existência de políticas de desenvolvimento regional que respeitem as diversificadas formas de organização socioculturais locais e a biodiversidade.

(R)existência dos povos tradicionais face às mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm infligido danos e agravos seja pelas longas e graves estiagens que afetam a vida dos povos e a reprodução dos recursos naturais. Pois a elevação da temperatura associada ao período de seca causam insegurança alimentar pelas perdas de plantas e frutíferas, dificulta a realização do trabalho salubridade ambiental e humana. De acordo com relatos de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e varjeiros, obtidos em campo, a cada dia estão se avolumando as preocupações sobre a sociobiodiversidade. Uma das preocupações entre pesquisadores e representantes dos movimentos de povos tradicionais, relatadas nas comunidades de pesquisa, estão relacionadas às ameaças no caso das abelhas nativas da Amazônia. Esse cenário é preocupante para quem desenvolve a atividade na meliponicultura - criação de abelhas sem ferrão – pela escassez e diminuição na produção de mel com acentuada queda no volume, seja em áreas urbanas e mesmo em municípios com área alagadas (várzea e igapós). Os alarmes ganharam maior alcance a partir da constatação de que muitas frutíferas regionais, por exemplo a pupunha, tiveram queda na produção, e no mesmo período de julho, em anos anteriores, a coleta abundava. Um outro efeito identificados é a migração forçada por causa da falta d'água gerando instabilidade aos grupos domésticos comunitários

A criação de abelhas é uma prática tradicional da sociobioeconomia em muitas comunidades. As abelhas indígenas são reconhecidas pelas comunidades e pesquisadores como importante referência de salubridade dos ecossistemas, além de serem polinizadoras essenciais para vida dos ambientes, sendo consideradas como sentinela e indicador de processos predatórios. Todavia, a elevada ocorrência de morte desses insetos reduz as fontes de alimentos na natureza, impactando drasticamente todas as formas de vida. Freitas & Pereira (2004) indicam que mais de 73% dos alimentos no mundo são oriundos da polinização desses insetos.

Entre as práticas laborais exercidas nas comunidades da Amazônia, a caça de animais é uma das práticas mais criticadas e com diversas leis de proteção da fauna e com regras tradicionais que regulam sua realização pelas populações locais. A prática da caça nas comunidades tradicionais, em geral, é centrada nas necessidades de consumo familiar dos grupos domésticos familiares locais e torna-se mais importante na época da cheia, em que o pescado fica escasso, escondido sob o manto das muitas águas. Ao desenvolver a caça, os ribeirinhos adotam uma série de regras para resguardar a reprodução das espécies e a capacidade de suporte dos ecossistemas, assim, entre outros cuidados, evita-se caçar animais prenhes ou filhotes.

Nas comunidades ribeirinhas que possuem um grau de organização maior, as regras de uso dos recursos são estabelecidas coletivamente, numa forma de gestão coletiva comunitária. Godard (2002) indica que no contexto da economia tradicional de algumas sociedades, o comportamento de gestão coletiva baseia-se na prevalência do respeito e do consenso, o que facilita uma melhor utilização dos recursos naturais, a partir do estabelecimento de regras de conduta intragrupo.

No contexto comunitário amazônico, “a dinâmica de gestão dos recursos configura-se a partir da identidade sociocultural dos agentes sociais, e do conjunto das relações que estabelecem entre si nas atividades produtivas, na troca entre os grupos domésticos, na participação nas entidades organizativas locais, com a natureza circundante e também com o contexto externo” (Chaves, 2014).

A natureza não acumulativa das economias camponesas, relatada nos estudos clássicos de Chayanov (*apud* Leff, 2000), possui elementos que permitem a comparação com a economia praticada pelos povos amazônicos, assim como compartilha a racionalidade

da produção rural e das economias autossustentáveis, que integram valores culturais guiados por objetivos de estabilidade, prestígio, solidariedade interna e satisfação endógena de necessidades, assim como de distribuição e acesso equitativo da comunidade aos recursos locais.

Nas comunidades ribeirinhas, a participação de todos os membros dos grupos doméstico-familiares na produção laboral, mesmo que em nível diferenciado, expressa um padrão de gestão das práticas produtivas como um modelo singular de unidade produtiva familiar. Uma unidade fundamental para a reprodução social e física dos grupos domésticos, cuja lógica difere-se radicalmente do modelo produtivista, economicista e explorador do modo de produção capitalista.

A particularidade dessa modalidade de unidade produtiva, fundada na organização do grupo doméstico, baseia-se numa divisão do trabalho com critérios de gênero que variam de acordo com o grupo social ou com a etnia. Os critérios de gênero são importantes para o controle de acesso e manejo dos recursos locais. Na organização da produção, a divisão baseada nos critérios de gênero verifica-se quando os homens adultos se engajam de forma diferente dos demais membros de seu grupo nos espaços de intercâmbio sociocultural. A posição de liderança exercida pelos homens é fundamental em relação ao exercício do poder, da autonomia e da gestão das atividades, na dinâmica que se efetiva no âmbito doméstico e da face que os grupos domésticos apresentam no exterior. Enquanto o papel das mulheres no interior do grupo doméstico, entre as populações ribeirinhas ostenta caráter estratégico, determinando em certo sentido a feição do grupo a partir de seu encargo de conselheira e sábia: a mulher atua na produção da complementação imprescindível para a reprodução social e física de seu grupo doméstico familiar.

Ao focar o debate sobre os saberes e práticas ancestrais dos povos originários e comunidades tradicionais ganhou ênfase a partir do reconhecimento da relevância que representam para manutenção e conservação da biodiversidade dos ecossistemas. Cujas habilidades e tecnologias dos grupos sociais decorrem de séculos de manejo sustentado dos recursos naturais, orientadas pelos vínculos de interação com a natureza, que garantem a existência e a manutenção da complexa dinâmica sociocultural e biológica dos biomas. Posto que uma gama muito variada de estudos, em diferentes campos da

ciência, afirmam que ao longo da história humana no planeta os conhecimentos adquiridos na relação interativa com o mundo natural impulsionou a criação de vários sistemas de manejo da fauna e flora, com capacidade de proteger, conservar e potencializar a diversidade biológica.

Todavia, a lógica que ordena a busca desenfreada por transformar os bens naturais em *commodities*, em seu agressivo afã deixa um rastro de destruição e perpetra injustiças como fruto deste processo histórico. Haja visto os registros históricos que atestam a ocorrência de genocídio, etnocídio e epistemicídio, outrossim, na contemporaneidade diversas ações desta natureza ainda ocorrem tanto de maneira explícita quanto velada sobre o manto da floresta. Mas, vale registrar de maneira veemente que as diversas formas de lutas de resistência, pois há uma extensa parcela destes povos que não foram subjugados pela lógica do lucro e do mercado capitalista.

Considerações finais

Neste trabalho, no fluxo dos debates de caráter analítico crítico alguns pontos de consenso foram estabelecidos, dentre eles destaca-se o reconhecimento de que os ecossistemas das florestas tropicais, apesar de serem foco das práticas predatórias de exploração de seus recursos pelo sistema de produção e consumo do modelo capitalista de desenvolvimento, seus agravos têm sido historicamente atenuados pelas formas de resistência e luta dos povos que embrenhados no interior das florestas e às margens dos rios empreenderam sistemática afirmação de (r)existência garantindo a continuidade da vida em suas formas variadas.

Por conseguinte, os estudos permitem inferir que as comunidades tradicionais possuem uma organização social, política e cultural com variadas singularidades, com diferenciações entre si. Contudo, um ponto comum e articulador entre as comunidades e povos tradicionais são a relação que estabelecem com a natureza, no respeito às dinâmicas dos ecossistemas. Além de demonstrarem extensas habilidades e notório saber sobre os territórios para cultivar, cuidar e obter os seus meios para a subsistência de seus grupos domésticos, com práticas marcadas pela lógica de proteção à biodiversidade.

Diversos relatos defendem que é necessário e justo pensar em estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas para os povos tradicionais. Pois, as emergências climáticas mudam o cenário das expressões das questões sociais, e o profissional do Serviço Social é chamado para trabalhar e/ou construir políticas públicas para e a partir da crise socioambiental vigente. Para tal, faz-se necessário ampliar o olhar para descortinar a dinâmica complexa da realidade para decifrar as expressões da questão social e a partir do projeto ético-político, ir além dos instrumentais e alçar à instrumentalidade que conduz o profissional a pensar, envolver-se e contribuir para construção de possibilidades para trabalhar na transformação da dinâmica em curso.

Os quais já atestaram que a sustentabilidade das práticas da sociobioeconomia ostenta uma plasticidade adaptativa e resiliência para enfrentar, prevenir e mitigar as mudanças climáticas e recuperar danos existentes no território Amazônico e, refutam pelo exemplo, as atribuições impostas pelas elites no poder na sociedade capitalista que os identifica como improdutivos e inoperantes. Vale ainda demarcar a referência a outro ponto relevante na discussão travada neste texto: a necessidade de ampliar e fortalecer os vínculos e as alianças cooperativas que engajem profissionais, pesquisadores e técnicos aos esforços dos povos e grupos tradicionais, visando elaborar subsídios que possam nortear a viabilização de políticas públicas que respeitem a diversidade de povos e proporcionem o respeito aos seus direitos de existir em seus territórios.

Referências

BATISTA, Sônia S. Miranda. Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, 2011.

BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Dossiê Populações, Territorialidades e Estado na Amazônia. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 5, n.1, 2010.

BENCHIMOL, S. Zênite ecológico e nadir econômico-social: aná-lisis e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Editora 247 SA. 2001.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Convenção sobre

Diversidade Biológica. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: 11 Out 2023

CHAVES, Ma. do P. Socorro Rodrigues (Orgs); ROCHA, Igor de O.; WEIL, Andreza Gomes; SANTOS, Carolina C. Batista. Sustentabilidade na Amazônia: interações, práticas e aprendizados. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Ma. do P. Socorro R. Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia: acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural. Novas Edições Acadêmicas: 2016.

CHAVES, M. P. S. R. *Estudo das Políticas Públicas e da organização das populações na Amazônia*. Relatório Bolsa Produtividade, 2011.

CHAVES, Ma. do P. Socorro Rodrigues. Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, 2001.

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: HUCITEC, 2008.

FREITAS, B. M; PEREIRA, J. O.P *Conservation and management of pollinators for sustainable agriculture: The international response*. In: *A contribution to the international Workshop on solitary bees and their role in pollination held in Berberibe, Ceara, Brazil. Solitary bees: Conservation, rearing and management for pollination*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004, p. 42-58.

FURTADO, C. Cadernos do Desenvolvimento. Ano 1, nº1. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

RJ, 2006.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Série Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima: governança, recursos, gestão e desafios. Brasília: Inesc, n. 03, 2022.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Série Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil. FAO: histórico e desafios como instrumento de financiamento da política socioambiental no Brasil. Brasília: Inesc. n. 04, 2023.

OMM. Organização Meteorológica Mundial. Temperaturas globais devem subir a níveis recordes nos próximos cinco anos, diz ONU. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/05/17/temperaturas-globais-devem-subir-a-niveis-recordes-nos-proximos-cinco-anos-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2024.

VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

NAS MARGENS DO GUAÍBA TRANSBORDAM VIOLAÇÕES DE DIREITOS¹: população em situação de rua e o desastre Climático em Porto Alegre

Carlos Eduardo Mazoni
Gisele Selistre Ramon

Introdução

Desastres associados à eventos climáticos se apresentam de forma cada vez mais constante e intensa ao redor do globo, afetando pessoas e economias de todas as regiões. Conforme a Oficina das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR, 2024, p. 6) “entre os anos de 2000 e 2022, aproximadamente 190 milhões de pessoas foram afetadas por 1534 desastres”, além disso, a *Coalition for Disaster Resilient Infrastructure* (CDRI, 2023) destaca que as ameaças climáticas representam 70% das perdas globais de infraestrutura.

Contudo, apesar de tratar-se de uma dinâmica global, estes eventos e seus impactos não atingem de forma equânime todas as regiões do planeta. Em relatório divulgado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM, 2021), identificou-se que os fenôme-

¹ Popularmente conhecido como “Rio Guaíba” o atual “Lago Guaíba” teve sua classificação modificada pelo poder público em meados da década de 1980. Segundo Wolffenbüttel (2024) o Guaíba possui em seu meio corrente e vazão características de rio e, em suas bordas, a água gira sem direção específica, uma característica comum aos lagos. A modificação e a opção pela classificação de lago possuem impacto direto na legislação ambiental: é permitido a construção de edificações a partir de 30 metros da margem de lagos e de 100 metros de distância dos rios (Wolffenbüttel, 2024). Um exemplo de mega construção e especulação imobiliária nas margens do Guaíba é o parque “Orla do Guaíba” no município de Porto Alegre. Possui espaços de convivência, bares e locais para prática de esportes. O parque passou por uma reforma em 2016 que custou 65 milhões de reais para Prefeitura. Neste ponto turístico da capital do Rio Grande do Sul cenas de higienismo social, onde pessoas em situação de rua são expulsas de locais públicos pelas forças de segurança, são frequentes. Em maio de 2024, devido a uma enchente de proporções históricas, o Lago Guaíba transbordou, atingindo e vitimando um número expressivo de bairros e comunidades de Porto Alegre e outros municípios adjacentes.

nos meteorológicos, climatológicos e hidrológicos extremos tiveram impactos distintos em países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo os primeiros impactados com 59% das perdas econômicas, enquanto e os países em desenvolvimento foram impactados com 91% das mortes originadas por estes fenômenos. Tendo em conta a interpretação apresentada por Bello, Bustamante e Pizzarro (2019), estes dados evidenciam que apesar da distribuição global destes eventos, os países do Sul Global sofrem exacerbadamente com seus impactos, tendo que arcar com as perdas mais significativas.

Não por acaso, a América do Sul e o Caribe são a segunda região do mundo mais afetada por desastres, com mais de 190 milhões de pessoas impactadas de alguma forma entre os anos de 2000 e 2022 (UNDRR; OCHA, 2023), sendo o Brasil, o país sul-americano com o maior registro de desastres e com as maiores perdas econômicas dentro da região entre os anos de 1970 e 2019 (OMM, 2021).

Se a desigualdade entre países é aspecto determinante para a dimensão do impacto, o mesmo ocorre ao se observar as desigualdades internas. Conforme destacado pela Organização das Nações Unidas (2015, p. 10) no Marco de Sendai, são as mulheres, as crianças e as pessoas em situação de vulnerabilidade as afetadas de maneira desproporcional. Conforme identificado pelo relatório *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC, 2023, p. 21) “aproximadamente 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos altamente vulneráveis à mudança do clima”.

É inegável que “as desastrosas consequências das mudanças climáticas está se distribuindo sobre as pessoas que vivem em situação de pobreza” (Oxfam, 2023, p. 10). Ao mesmo tempo, Pessoas em Situação de Rua (PSR) vivem o extremo da exclusão social, sendo população considerada quase como um “não-vivente”, mas apenas um corpo sobrevivente (Pompeu; Siqueira; Palhares, 2021). Cabe lembrar também que “a situação de rua é uma das mais graves violações de direitos humanos” (Correio; Costa, 2014, p. 36).

Trata-se, portanto, de temáticas intimamente interligadas. O próprio Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que atua objetivando o desenvolvimento urbano social, econômico e ambientalmente sustentável, identifica que a questão relacionada às populações que se encontram em moradias

instáveis ou sem moradia estão diretamente relacionadas a dez Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo especificamente: ODS 1 erradicação da pobreza; ODS 3 saúde e bem-estar; ODS 4 educação de qualidade; ODS 5 igualdade de gênero; ODS 6 água potável e saneamento; ODS 7 energia limpa e acessível; ODS 8 trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 redução das desigualdades; ODS 11 cidades e comunidades sustentáveis e; ODS 16 paz, justiça e instituições eficazes. (ONU-Habitat, 2020).

Assim, tendo em conta que desastres são um “fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos” (Valencio, 2009, p. 5), este artigo almeja relacionar duas manifestações de desproteção social extremas: a incidência de desastres e o seu impacto para a população em situação de rua. Pretende apresentar um retrato da realidade presente na cidade de Porto Alegre, no que se refere à população em situação de rua, bem como os serviços e as estratégias disponibilizados à estas populações no enfrentamento aos desastres, analisando as ações da prefeitura municipal no que diz respeito ao acolhimento e as ações protetivas realizadas durante o evento climático ocorrido em maio de 2024.

Rio Grande do Sul e o contexto de colapso climático

“Os efeitos da mudança do clima não são sentidos por todos da mesma forma. São os mais pobres, mulheres, indígenas, idosos, crianças, jovens e migrantes, os mais impactados.”. Assim iniciou o discurso realizado pelo presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (Brasil, 2023a), na abertura da Cúpula do Grupo dos 20 (G-20), no dia 9 de setembro de 2023. Dias antes o Estado do Rio Grande do Sul havia sido atingido por um ciclone extratropical, que causou enchentes, enxurradas e inundações deixando estragos em mais de uma centena de municípios, sendo que, segundo boletim divulgado pela Defesa Civil – RS (2023), até o dia 24 de setembro de 2023, já haviam sido contabilizadas 49 vítimas fatais, 9 pessoas desaparecidas, 943 feridos, 3.130 pessoas resgatadas, 106 municípios afetados, 5.177 desabrigados, 22.203 desalojados e 392.917 afetados diretamente. Em abril de 2024 o número de mortos atingiria a marca de

54, o que fez com que o número de desaparecidos diminuísse para quatro (Defesa Civil - RS, 2024).

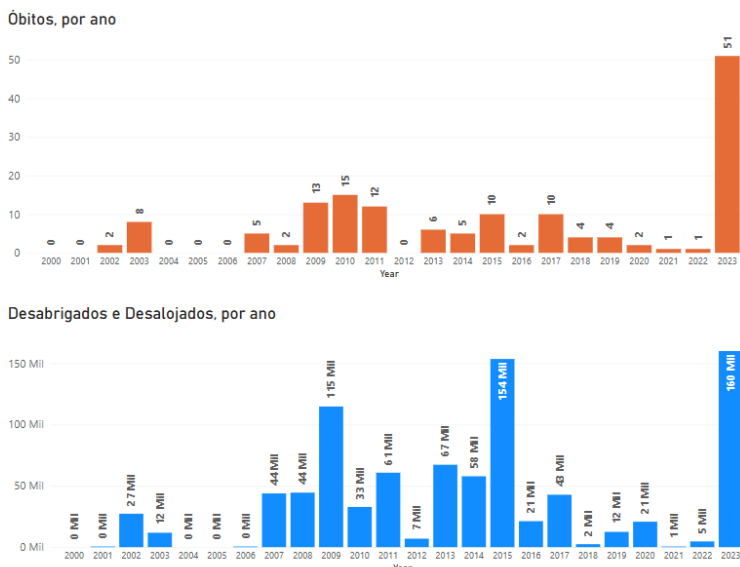
Não se trata de um fato novo que a região Sul do Brasil seja uma das regiões mais afetadas por desastres naturais em todo o país, sendo que o Rio Grande do Sul é o Estado que vem sofrendo cada vez mais os seus impactos e que fenômenos climáticos como o *El Niño*-Oscilação Sul (ENOS)-*El Niño* e *La Niña* exercem grande influência na ocorrência de desastres naturais no Estado, bem como magnificam estes fenômenos (Rio Grande do Sul; CODEX; Banco Mundial, 2017).

Reckziegel (2007) em sua dissertação de mestrado realizou um “Levantamento dos desastres desencadeados por eventos naturais adversos no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1980 a 2005”, onde foram registradas 7.080 ocorrências, um número bastante considerável, em média 283,2 ocorrências por ano. Sendo que, deste total 2.196 estão associados à dinâmica fluvial (1.258 inundações, 925 enxurradas e 13 erosões de margem), 4.812 estão associados à dinâmica atmosférica (1.344 vendavais, 264 precipitações de granizo, 357 vendavais acompanhados de precipitação de granizo, 6 tornados, 5 ciclones e 2.836 estiagens) e 72 eventos estão associados à dinâmica de encosta (deslizamento).

Porém, como ressaltado anteriormente, para além dos números de ocorrências, é preciso destacar que estes eventos acarretam diversas perdas econômicas e, em países de capitalismo periférico principalmente, em graves danos humanos. Conforme dados apresentados no Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2025a), entre os anos de 2000 e 2023, os desastres naturais no Rio Grande do Sul representaram a perda de 153 vidas, mais de 886 mil desabrigados ou desalojados e mais de 21 milhões de afetados, além de mais de 8,82 bilhões de reais em danos materiais.

Ademais, ao observar os gráficos disponibilizados pelo mesmo portal, é possível perceber uma tendência de agravamento destas situações ao longo dos últimos anos, com incremento significativo no número de óbitos e de desalojados ou desabrigados, corroborando o entendimento de que estes eventos tendem a tornarem-se cada vez mais frequentes e mais intensos.

Figura 3 – Óbitos por ano e Desabrigados e Desalojados por ano 2000 - 2023.



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil (2025).

Contudo, como mencionado na introdução, aqui o foco de análise se volta para o evento ocorrido em 2024, quando no dia vinte e sete do mês de abril, uma chuva intensa atingiu a região metropolitana da capital gaúcha e em poucas horas atingiram a metade da média histórica para o mês de abril (MetSul Meteorologia, 2024). Dia vinte e oito, um tornado atingiu o interior do Estado e trouxe consigo chuvas fortes, com volumes próximos de 200mm, queda de granizo e vendavais. No dia 29/04/2024, “o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta vermelho para riscos de elevados acumulados de chuva no Rio Grande do Sul” (g1 RS, 2024).

Nem sequer se havia terminado a contagem de mortos dos eventos ocorridos em setembro do ano de 2023. No dia 17/04/2024 a Defesa Civil do Rio Grande do Sul emitiu um comunicado para informar que mais duas pessoas desaparecidas nas enchentes de setembro, o que fazia o número de vítimas fatais subir para 54, restando agora outras quatro pessoas desaparecidas (Defesa Civil - RS, 2024).

Conforme dados disponibilizados pelo Centro para Pesquisa de Epidemiologia em Desastres (CRED) da Universidade de Louvain, Bélgica, conhecido como *Emergency Events Database* (EM-DAT) (2025), este evento foi marcado pela morte de 183 pessoas, 806 feridos, 2.398.255 pessoas afetadas diretamente. O último balanço da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, emitido em 20 de agosto de 2024, destaca ainda que 27 pessoas seguiam desaparecidas nesta data, além de informar que, durante este evento, 478 dos 497 municípios do estado foram afetados.

Como vimos ao longo deste item, o colapso ambiental vem acarretando eventos climáticos cada vez mais extremos ao redor do globo, mas suas consequências se mostram de forma aguda sobre populações, historicamente, vulnerabilizadas. No Rio Grande do Sul e mais especificamente em Porto Alegre, esta lógica se mostra a mesma. Analisamos, a seguir, estas consequências para um dos segmentos sociais mais vulnerabilizados e invisibilizados: as pessoas em situação de rua.

População em situação de rua: um retrato da desigualdade brasileira

A manifestação extrema de exclusão social e vulnerabilidade econômica que culmina com indivíduos e famílias inteiras morando nas ruas é um fenômeno mundial. Essa cena cotidiana e frequente nas grandes cidades e centros urbanos quase que se mistura com a paisagem rotineira de diferentes metrópoles. Entre marquises, pontes e esquinas a banalização da imagem de pessoas dormindo, se alimentando, trabalhando e morando nas ruas parece compor o cenário das cidades sem causar espanto para maioria dos transeuntes.

O Observatório do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2025b) apresenta uma compilação acerca do perfil e das características da PSR a partir dos dados autodeclarados. Segundo o observatório em janeiro de 2025 o Brasil possuía duzentas e noventa e sete mil quinhentas e trinta e duas (297.532) pessoas, identificadas no CadÚnico, como População em Situação de Rua. Apenas no Estado do Rio Grande do Sul são quatorze mil quatrocentos e cinquenta e sete (14.457) PSR e na capital do Estado, Porto Alegre, o observatório aponta cinco mil quatrocentos e trinta

(5.430) pessoas autodeclaradas como PSR. A partir destes números podemos analisar que a PSR, que possui CadÚnico, na Capital Gaúcha, representa 37,5% de todo o contingente deste grupo populacional no Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltamos que os números oficiais, dos diferentes bancos de dados disponibilizados sobre o quantitativo de pessoas vivendo nas ruas do Brasil, ainda são imprecisos e subnotificados. O censo específico desta população, em nível nacional, nunca foi concretizado e o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE possui como critério a contagem de pessoas domiciliadas, o que não considera a PSR.

Neste sentido, vale destacar que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), através da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, determinou que o Governo Federal formulasse, no prazo de 120 dias um Plano de Ação e Monitoramento para a efetiva implementação da PNPSR (Brasil, 2023b, p. 45). A implementação e consolidação desta prática é de fundamental importância para o atendimento efetivo desta população, bem como para a formulação de novas ações que objetivem o cumprimento integral das disposições constantes na PNPSR. Conforme James Scott (2018), os censos e cadastros populacionais representam um importante modo de apresentar de forma nítida as realidades, através de um processo de racionalização, padronização e simplificação, problema central na maneira de fazer Estado. Além disso, estas práticas de legibilidade também possuem potencial de visibilizar determinadas populações, via de acesso às políticas que lhes são destinadas, funcionando, não apenas, como catalizador estatal, mas também como mapa sinalizador das formas de acesso à determinados serviços e políticas públicas (Schuch, 2015).

Os motivos que levam as pessoas a morarem na rua são inúmeros e complexos. Ainda conforme os dados do supracitado Observatório, os principais motivos que levaram os sujeitos para viver nas ruas foi, em primeiro lugar, a perda de moradia, seguido de problemas com familiares e em terceiro lugar o desemprego. No Rio Grande do Sul os três motivos mais citados foram em primeiro lugar problemas com familiares, em segundo lugar desemprego e em terceiro lugar alcoolismo / drogas. Em Porto Alegre, problemas com familiares segue, assim como em âmbito Nacional e Estadual como principal motivo de ida para as ruas, seguido de desemprego e em terceiro a perda de moradia.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que as trajetórias e as reações das pessoas que habitam a rua dão-se de forma bastante particular, tanto antes quanto depois de se instalarem nas ruas. Varanda e Adorno (2004), salientam que, apesar de circunstâncias e vivências particulares, estas situações apresentam-se como causa do efeito do agravamento da pobreza e de fatores macroestruturais que determinam o surgimento destas condições. Fatores, como catástrofes naturais, guerras, epidemias, mudanças políticas, e outros, também representam forte influência sobre a situação de rua (Pereira, 2009).

Faz-se imperativo abordar aspectos das relações raciais no Brasil. Aspectos estruturantes e estruturais das relações de uma sociedade cunhada da exploração do trabalho escravizado. Não por acaso, a PSR caracteriza-se por estar constituída de homens (87%), em sua maioria negros (pardos – 51%; pretos – 17%), sendo que, as pessoas que se autodeclararam pretas representam 10% da população brasileira enquanto representam 17% da PSR, refletindo aspectos do racismo estrutural e da exclusão que marcam o Brasil (Brasil. MDHC, 2023). Outro aspecto que ilustra bem os contornos destas relações é o fato de que, entre os anos de 2015 e 2022, conforme notificações recebidas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em média, diariamente ocorreram 17 situações de maus tratos e violência, cujo fator motivador principal foi a condição de situação de rua da vítima, sendo que pessoas pretas e pardas representam 69% das vítimas desta violência (Brasil. MDHC, 2023). Estes números representam 2% de todas as notificações recebidas no período, e totalizam, em números absolutos, 48.608 notificações.

A fragilidade e/ou perda de vínculos familiares é apontada pela PSR como um componente importante para a ida para as ruas. A inexistência de uma rede primária de apoio, com quem possam contar, assim como situações de violência intrafamiliar são elementos fomentadores de desproteção social que podem levar os sujeitos a morarem nas ruas. Por vezes, as próprias famílias estão abandonadas pelo Estado, encontrando dificuldades de acesso a políticas públicas e serviços básicos, o que pode acarretar a impossibilidade de desenvolver seu papel protetivo.

Salientamos que a proteção advinda da família é importante, contudo, a responsabilidade na promoção da proteção social não

deve recair unicamente na família. Desta forma, Lisbôa, Aguiar e Bellini nos alertam para o risco do “familismo” nas políticas sociais:

O familismo é uma maneira de captação da presença da família no suprimimento de responsabilidades que deveriam ser do Estado, ou seja, minimizar a intervenção do Estado no âmbito social e maximizar os seus encargos. É necessário pensarmos sobre o papel da família e o papel do Estado configurados atualmente para os interesses hegemônicos do neoliberalismo, pois só assim, é possível fortalecer a cidadania e contribuir para o processo de desfamiliarização. (Lisbôa; Aguiar; Bellini, 2022, p. 9)

A responsabilização da família, na proteção de seus integrantes é interessante para o Estado neoliberal (representação política do Estado no Capitalismo). A desresponsabilização do Estado, no atendimento das famílias através das políticas públicas, impacta diretamente no fomento de suas capacidades protetivas para cuidar dos seus integrantes. Ou seja, uma família, no Estado mínimo, não é cuidada e terá dificuldades de cuidar. Em níveis extremos, a vulnerabilidade vivida pelos sujeitos poderá culminar com a vivência de rua. O processo de desfamiliarização, é o enfrentamento ao familismo (Mioto, 2009). Pretende ser um contraponto a culpabilização das famílias, pela sua condição social, e pela responsabilização única de garantir proteção.

Seguindo na análise sobre os motivos que culminaram com a ida dos sujeitos para as ruas entendemos que o desemprego e a falta de moradia são aspectos de vulnerabilidade social que se interconectam. Cabe ressaltar que a PSR é composta por um grupo de sujeitos heterogêneos que necessita ser reconhecido em suas particularidades e singularidades. Contudo, algumas características comuns destes sujeitos foram sintetizadas, em 2009, para caracterizar essa população através do Decreto Federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que “institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências”:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradou-

ros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009)

Os dados obtidos através do Observatório do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, 2025b) coadunam com a caracterização de PSR presente na Política Nacional. Os aspectos comuns presentes na trajetória destes sujeitos perpassam a fragilização ou rompimento completo dos vínculos familiares, a pobreza extrema, que aqui pode ser relacionada com o desemprego, e a ausência de uma moradia considerada convencional. Salientamos que, historicamente, a proteção social e os sistemas de proteção social no Brasil estiveram atrelados aos vínculos formais de trabalho. Desta forma, a pobreza extrema relaciona-se com o desemprego como elemento importante de desproteção social que, em situações extremas, leva os sujeitos a vivenciarem a situação de rua. Não se trata, portanto, de uma invenção da contemporaneidade, “a criminalização da mendicância no Brasil é secular e remonta às Leis Criminais do Império. No Código Penal da República, a mendicância e a vadiagem ganharam dois capítulos inteiros, estabelecendo-se a prática como contravenção” (Figueiredo; Guerra, 2016, p. 165).

A Lei das Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688/1941, ainda vigente, terminou por manter a tradição legislativa brasileira. O capítulo VII trata acerca das contravenções relativas à polícia de costumes, e, em seus artigos 59 e 60 da questão do ócio. O art. 59 apresenta a figura do indivíduo que é apto para o trabalho, mas opta pela ociosidade; a pena seria de prisão simples de 15 dias a 3 meses e a aquisição de renda para a subsistência extinguiria a pena. O art. 60 tratava da mendicância e foi revogado pela Lei nº 11.983, de julho de 2009 (o dispositivo reprimia as práticas de pedir esmola de modo ameaçador, fraudulento, simulando moléstia, ou em companhia de alienado ou de menor de 18 anos). O art. 62 penaliza com a prisão simples de 15 dias a 3 meses aqueles que se apresentarem em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo, colocando em risco a própria segurança e de outrem. (Figueiredo; Guerra, 2016, p. 165)

De Lucca (2011) atenta para o fato de que o aumento do desemprego na década de 1980 expôs o aumento da situação de rua

tanto na paisagem urbana quanto nos jornais, este último, passou a apontar de forma mais constante o aumento de mendigos e pessoas vivendo sob viadutos, marquises, casas abandonadas, calçadas e jardins, estes entrelaçavam-se cada vez mais com a figura do desempregado, diferenciando a imagem do catador e do mendigo e expondo que as ruas passam a ser também o local dos que não encontram lugar no mundo do trabalho e não mais exclusividade de vagabundos.

Podemos refletir, inclusive sobre o desemprego como um status, na sociedade capitalista, de “não cidadania” imputado para as populações mais vulneráveis. A lógica de direitos sociais e políticas públicas universais foram inaugurados apenas com a Constituição Federal de 1988. Antes disto, o atendimento as necessidades dos cidadãos que não possuíam vínculo formal de trabalho estavam relegadas a caridade e a benesse de instituições caritativas como, por exemplo, dos serviços de saúde e assistência social pré-constituição: Santas Casas de Misericórdia e distribuição de alimentos por entidades filantrópicas. Embora existam na atualidade políticas públicas universais, as heranças históricas de culpabilização e de desproteção para os sujeitos que não possuem vínculos formais de trabalho persistem.

Ao longo deste subitem analisamos alguns dados gerais acerca da PSR assim como vulnerabilidades, violações de direitos e características que são comuns a estes sujeitos. No próximo subitem relacionamos e analisamos a incidência de desastres na vivência das PSR, tendo como pano de fundo a enchente de maio de 2024 que atingiu o Rio Grande do Sul e, mais especificamente, o município de Porto Alegre.

Colapso climático e enchente em Porto Alegre: um olhar para a população em situação de rua

Em Porto Alegre, as cheias representaram impacto significativo, apesar de não terem sido constatadas mortes em decorrência destas. Conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal (Porto Alegre; CODEX, 2024), mais de 160 mil pessoas foram afetadas pela enchente ocorrida na cidade, sendo estas predominantemente dos bairros Sarandi, Farrapos, Humaitá, São Geraldo, Ar-

quipélago e Ponta Grossa. Além disso, 16.230 das mais de 25 mil famílias afetadas vivia com meio salário-mínimo ou menos.

Não surpreende a análise realizada no Atlas de Vulnerabilidade Social de Porto Alegre (Jeronimo *et al.*, 2022), onde, os mesmos bairros citados anteriormente, são os que apresentam maior índice de vulnerabilidade social, seja este relacionado à infraestrutura urbana, capital humano ou renda e trabalho. Colocando em outros termos, os que apresentam maior grau de vulnerabilidade são os mesmos que sofreram de forma mais aguda as consequências dos desastres.

Assim, como pode-se observar, o conceito de vulnerabilidade reflete os graus de exposição desiguais às ameaças, determinando que grupos vulnerabilizados apresentem maior dificuldade para antecipar, lidar, resistir e recuperar-se dos impactos das situações de desastres (Confalonieri, 2003). Neste mesmo sentido, o grande volume de danos causados por eventos recentes no Rio Grande do Sul, demonstra a fragilidade do Estado em minimizar os efeitos da ocorrência de eventos naturais adversos e a condição de risco a que milhares de pessoas estão expostas.

As violações de direitos e as vulnerabilidades sociais, suscitadas a partir de uma situação de desastre climático, por uma população que não possui “moradia convencional regular”, nos termos da Política Nacional para População em Situação de Rua (Brasil, 2009), foram amplamente vivenciadas pela PSR no município de Porto Alegre em decorrência das enchentes de maio de 2024. A resposta inicial para crise, ocorreu de maneira desordenada e sem contar com planos de contingência prévios. Alojamentos e abrigos provisórios foram sendo abertos e começaram a acolher os atingidos pela enchente a partir da iniciativa de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e, até mesmo, de particulares que organizaram acolhimentos improvisados em seus comércios e residências.

Os esforços estatais inicialmente voltam-se para atendimento aos indivíduos e famílias que tiveram suas habitações atingidas pela enchente e que necessitaram deixar suas casas. A proteção social estatal destina-se para atendimento desses sujeitos a partir da instalação dos alojamentos provisórios. Contudo, qual é a proteção social destinada, no momento de um desastre climático, para pessoas que já possuem o direito a habitação violado, como é o caso da PSR?

A invisibilidade da PSR, para o poder público estatal e para sociedade de maneira geral, que comumente é a realidade vivencia-

da por esta população, ganha contornos dramáticos em um contexto de enchente. Superar essa invisibilidade e reconhecer a PSR como detentora de direitos e população impactada pela crise climática é o primeiro pressuposto para atendimento das especificidades que permeiam esses sujeitos durante uma situação de desastre.

Reconhecer que possuem perdas de seus pertences e objetos pessoais, reconhecer que se afastam de seus territórios e de seus vínculos comunitários, reconhecer que tiveram seus serviços de referência, das políticas de saúde e de assistência social fechados por também terem sido atingidos pela enchente impossibilitando o atendimento e o acompanhamento, reconhecer o impacto emocional e em sua saúde mental em decorrência da situação de calamidade, reconhecer que as redes primárias (famílias) dos sujeitos também foram vitimadas pela enchente e que, por conta disto, encontram-se impossibilitadas de promover proteção para as PSR. Enfim, reconhecer que a PSR não se encontra imune as mazelas produzidas por uma situação de calamidade, como foram as enchentes de maio de 2024 em Porto Alegre.

Os serviços públicos da política de assistência social, destinados para atendimento a PSR, que cotidianamente se encontram aquém da demanda colocada, vivenciaram desafios ainda maiores em decorrência das enchentes. No epicentro do desastre, nas primeiras semanas de maio de 2024, quatro (04) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dois (02) Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, dois (02) Centros Especializados para População em Situação de Rua – Centro POP, um (01) Albergue e um (01) Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Idosos tiveram suas sedes atingidas pela enchente (Porto Alegre, 2024b), descontinuando o atendimento para a população em geral e, mais especificamente, para PSR. Em um momento de maior vulnerabilidade para a população, onde imperava a necessidade de informações, orientações, acolhimento institucional, dentre outras demandas, um volume expressivo de serviços se encontrava fechado. Cabe ressaltar que, historicamente, a política de assistência social é convocada para atendimento e enfrentamento das vulnerabilidades e violações advindas da vivência de situação de rua. A impossibilidade de operacionalização dos equipamentos supracitados, além do óbvio prejuízo ocasionado pela descontinuidade no atendimento, e na sobrecarga de demanda gerada para os serviços que se mantiveram

funcionando, impactou diretamente nos vínculos e no pertencimento construído pelos sujeitos junto a estes locais, o que por si só já se manifesta como uma violação de direitos e falta de acessibilidade.

Considerando o fechamento de Albergues e de outros serviços para atendimento e acolhimento para a PSR, a Prefeitura de Porto Alegre apresenta, como resposta ao enfrentamento a calamidade, a abertura de três alojamentos provisórios específicos para PSR (Porto Alegre, 2024a). Os Alojamentos foram abertos em conjunto com Organizações da Sociedade Civil – OSCs, que já possuíam vínculo de parceria público-privada prévio com o órgão gestor da Política de Assistência Social municipal. Os alojamentos previam 200 vagas para atendimento da PSR. Um quarto alojamento se formou, espontaneamente no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, que começou a sua organização inicial a partir de iniciativa de voluntários e, após, integrou-se à rede de alojamentos e aos fluxos estabelecidos pela Prefeitura de Porto Alegre. A partir da divulgação entre a PSR e, por nunca terem barrado o atendimento a este público, o local rapidamente se popularizou entre os sujeitos (Gomes, 2024).

A realidade social é complexa, dinâmica e contraditória. Embora a abertura de alojamentos provisórios específicos para a PSR se configure enquanto iniciativa que reconhece as particularidades e especificidades desta população, também desvenda os preconceitos vividos por esses sujeitos: a segregação social enfrentada pela PSR, que não era bem aceita em outros alojamentos provisórios, e a atualização de velhas práticas de higienismo social.

Assim, observa-se constantemente que a PSR se ilustra como um grupo é constantemente confrontado com a escassez de recursos e a falta de programas adequados, enfrentando uma luta incessante por acesso a condições básicas de dignidade. Além disso, os escassos espaços de proteção disponíveis frequentemente operam em condições precárias, com infraestrutura insuficiente e serviços limitados, idealizada por processos socialmente difundidos como austeros que priorizam a contenção de custos e a eficiência econômica.

Com um olhar “higienista”, esses projetos buscam a invisibilização destas populações, especialmente da elite econômica e dos que acreditam pertencer a ela, aqueles que podem causar desconforto e expor as falências do sistema, sendo reflexo e materialização de um “conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2003, p. 27).

Ademais, assim como na pandemia de Covid-19, as orientações que são globais e que servem para a maior parte da população não são diretrizes factíveis quando discutimos as vulnerabilidades da PSR. Assim como “ficar em casa em isolamento” não era uma alternativa possível para PSR, no período pandêmico, no processo de baixa das águas e desmobilização dos alojamentos provisórios, “voltar para casa”, não era uma possibilidade para quem teve, como ponto de partida na jornada da calamidade pública, a ausência de uma habitação. Neste sentido, também vem à tona a desresponsabilização do ente público em oferecer respostas permanentes para PSR após a desmobilização dos alojamentos provisórios: nenhuma oferta de política ou programa habitacional permanente, seja no âmbito do Governo Federal, Estadual ou Municipal, foi pensada especificamente para PSR atingida pela enchente.

Considerações finais

Este artigo se materializa enquanto um esforço inicial para a análise das múltiplas intersecções entre as violações de direito vivenciadas pela PSR e a ocorrência de eventos climáticos extremos. Tendo como lócus de análise o município de Porto Alegre, no contexto da enchente de maio de 2024, podemos afirmar que os desastres sociambiental agudizam e escancaram as desproteções sociais cotidianas a que são submetidas as PSR.

Ao mesmo tempo em que a exposição a estes eventos revelam cenários extremos onde a preparação e a coordenação intersetorial se faz necessária, é possível perceber que o abandono da PSR não é um mero acaso, mas uma consequência da lógica capitalista, que prioriza a eficiência e o lucro em detrimento da dignidade humana, como também foi possível observar em casos como o incêndio da Pousada Garoa, ocorrido poucos meses antes da enchente nesta mesma cidade, e que ceifou a vida de onze (11) pessoas que buscavam a superação da condição de rua moradia. Este sistema é intrinsecamente desigual e funciona através de uma lógica de exclusão, tendo como consequência a produção de sujeitos descartáveis, que não possuem valor para a lógica do mercado (Mazoni; Fernandes, 2025).

É imprescindível, portanto, que se reconheça a urgência de políticas públicas estruturantes, articuladas intersetorialmente e for-

muladas a partir da escuta ativa das próprias pessoas em situação de rua. A experiência da enchente de maio de 2024 escancarou a fragilidade das respostas institucionais frente aos desastres climáticos, revelando um modelo de gestão que permanece reativo, descoordenado e excludente. O enfrentamento das calamidades exige mais do que improvisos; demanda planejamento permanente, comprometimento com a justiça social e a produção de políticas que reconheçam a PSR como sujeito de direitos, e não como mera variável marginal na lógica dos planos de contingência.

Assim, torna-se fundamental superar a lógica higienista e meritocrática que ainda estrutura as práticas de acolhimento e atenção às populações em situação de rua. É necessário compreender que a presença dessas pessoas nas ruas é muito mais do que uma escolha individual, mas a materialização de um processo histórico de exclusão, atravessado por racismo, desigualdades estruturais, desproteção social e omissão do Estado.

Este trabalho é um esforço inicial de análise voltado para o entendimento das múltiplas vivências da PSR em contextos de desastres, contudo é necessário seguir ampliando esforços para fomentar a formulação de políticas públicas voltadas às populações mais vulnerabilizadas, que enfrentem e rompam com as práticas neoliberais de atuação estatal, dando voz aos atores sociais envolvidos neste contexto.

Agradecimentos

Ao projeto guarda-chuva “POBREZA, CIDADANIA E MEIO AMBIENTE”, financiado através da Chamada CNPq Nº 69/2022 - BOLSAS DE MESTRADO E DOUTORADO – PIBPG 2022.

Referencias

BELLO, O.; BUSTAMANTE, A.; PIZARRO, P. **Planificación para la reducción del riesgo de desastres en el marco de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. Santiago, Chile: Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL), 2019.

BRASIL. **Atlas Digital de Desastres no Brasil - Dashboard**. [S.

l.], 2025a. Institucional. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzA2NWE1YWUtNjAzZS00YTc0LTgwMmQtNDZmODAsNWQwMmRmIiwidCI6Ijk2MTFlY2UxLTM0MT-QtNGMzNS1hM2YwLTdkMTAwNDI5MGNkNiJ9>. Acesso em: 4 mar. 2025.

BRASIL. Observatório do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. [S. l.], 2025b. Institucional. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. Lei nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, p. 4, 23 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Presidente (2023 - 2026: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso por ocasião da abertura da Cúpula do G20. 9 set. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-da-cupula-do-g20>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com pedido de medida cautelar, proposta pelo Partido REDE SUSTENTABILIDADE, pelo PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) e pelo MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) em face do “estado de coisas inconstitucional concernente às condições de sumamas de vida da população em situação de rua no Brasil”. 25 jul. 2023b. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnnibpcajpc-gclefindmkaj/https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF976MC1.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2023.

BRASIL. MDHC. População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC, 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/10741>.

Acesso em: 10 mar. 2024.

CDRI. Global Infrastructure Resilience - Capturing the Resilience Dividend. [S. l.]: Coalition for Disaster Resilient Infrastructure (CDRI), 2023. Disponível em: <https://cdri.world/biennial-report>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CONFALONIERI, U. E. C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, [s. l.], n. 20, p. 193–204, 2003.

CORREIO, R. B. da S.; COSTA, A. P. OS LIMITES DE UM DISCURSO ABSTRATO: POLÍTICAS PÚBLICAS, POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. **Hendu – Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 29–38, 2014.

DE LUCCA, D. Sobre o Nascimento da População de Rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANES, R. *et al.* (org.). **Saídas de emergência: ganhar / perder a vida na periferia de São Paulo**. 1a edição. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2011. (Coleção Estado de sítio).

DEFESA CIVIL - RS. 20h: Balanço da Defesa Civil sobre chuvas intensas e enchentes no RS contabiliza 49 mortos. [S. l.], 2023. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/20h-balanco-da-defesa-civil-sobre-chuvas-intensas-e-enchentes-no-rs-contabiliza-49-mortes>. Acesso em: 30 set. 2023.

DEFESA CIVIL - RS. Após identificação de mais uma vítima, chega a 54 o número de mortos nas enchentes no Vale do Taquari. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/apos-identificacao-de-mais-uma-vitima-chega-a-54-o-numero-de-mortos-nas-enchentes-no-vale-do-taquari>. Acesso em: 2 maio 2024.

EM-DAT. Public EM-DAT platform. [S. l.], 2025. Institucional. Disponível em: <https://public.emdat.be/data>. Acesso em: 4 mar. 2025.

FIGUEIREDO, E. H. L. de; GUERRA, D. de L. R. Da população em situação de rua: A criminalização do invisível. **RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, [s. l.], v. 50, n. 66, p. 160–176, 2016.

G1 RS. **Alerta vermelho: Inmet coloca RS sob risco de acumulado de chuva.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/04/29/inmet-rs-risco-acumulado-chuva-alerta-vermelho.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2024.

GOMES, L. **Segregação da população de rua em abrigos e falta de plano de transição levantam alerta.** [S. l.], 2024. Site jornalístico. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/05/segregacao-da-populacao-de-rua-em-abrigos-e-falta-de-plano-de-transicao-levantam-alerta/>. Acesso em: 9 mar. 2025.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 27^aed. São Paulo: Cortez, 2003.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Genebra: Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 2023. Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

JERONIMO, M. W. *et al.* **Atlas de vulnerabilidade social de Porto Alegre.** Porto Alegre, RS: IGEO/UFRGS, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/247149/001148201.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 abr. 2024.

LISBÔA, C. O. K.; AGUIAR, L. J. P. de; BELLINI, M. I. B. Família, Familismo e a (Des) Responsabilização do Estado. *In*: BELLINI, M. I. B. **Anais do VI SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família e IV SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: a luta se faz no coletivo! sobre-viver em tempos de agudização da barbárie.** Porto Alegre, RS: Editora Universitária - Edipucrs, 2022. p. 1–15. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/25377/2/Familia_familismo_e_a_des_responsabilizacao_do_Estado.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

MAZONI, C. E. de O.; FERNANDES, W. R. Entre a Marquise e a Garoa: distorções do acolhimento institucional para PSR em Porto Alegre. *In*: BELLINI, M. I. B. *et al.* (org.). **V SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família.** Porto Alegre, RS: Editora Universitária - Edipucrs, 2025. p. 1–15.

METSUL METEOROLOGIA. **Chuva de meio mês em horas alaga cidades na Grande Porto Alegre.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://metsul.com/chuva-de-meio-mes-em-horas-alaga-cidades-na-grande-porto-alegre/>. Acesso em: 2 maio 2024.

MIOTO, RCT; NOGUEIRA, VMR. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. in MOTA, Ana Elizabete et. al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** 4a ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

OMM. **ATLAS DE LA OMM SOBRE MORTALIDAD Y PÉRDIDAS ECONÓMICAS DEBIDAS A FENÓMENOS METEOROLÓGICOS, CLIMÁTICOS E HIDROLÓGICOS EXTREMOS (1970–2019):** Technical. Genebra: Organización Meteorológica Mundial, 2021. Disponível em: <https://library.wmo.int/idurl/4/28270>. Acesso em: 1 out. 2023.

ONU. **Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015-2030.** Genebra: Organização das Nações Unidas, 2015. Conferencia Mundial de las Naciones Unidas. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/RES/69/283>. Acesso em: 25 set. 2023.

ONU-HABITAT. **Direitos à Habitação.** [S. l.], 2020. Institucional. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/housing-rights>. Acesso em: 10 dez. 2023.

OXFAM. **Climate Equality: A planet for the 99%.** Oxford, UK: Oxfam International, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10546/621551>. Acesso em: 4 set. 2024.

PEREIRA, V. S. Expressões da Questão Social no Brasil e População de Rua: Notas para uma Reflexão. **Libertas**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18194>. Acesso em: 27 fev. 2024.

POMPEU, G. V. M.; SIQUEIRA, N. S.; PALHARES, T. C. da S. Vulnerabilidade de Pessoas em Situação de Rua e Pandemia da Covid - 19: isolamento social ou sustentabilidade econômica. **Revista Jurídica Unicuritíba**, [s. l.], v. 1, n. 63, p. 221–242, 2021.

PORTO ALEGRE. **Fasc acolhe pessoas em situação de rua em três alojamentos provisórios.** [S. l.], 2024a. Institucional. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/noticias/fasc-acolhe-pessoas->

-em-situacao-de-rua-em-tres-alojamentos-provisorios. Acesso em: 9 mar. 2025.

PORTO ALEGRE. **Fasc mantém atendimento para famílias em unidades nos territórios.** [S. l.], 2024b. Institucional. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/fasc/noticias/fasc-mantem-atendimento-para-familias-em-unidades-nos-territorios>. Acesso em: 9 mar. 2025.

PORTO ALEGRE; CODEX. **Impactos das cheias de maio de 2024 em Porto Alegre | RS.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://storymaps.arcgis.com/stories/02d01e5f3a2b423893a2b2560fa8ecce>. Acesso em: 4 mar. 2025.

RAMON, GS; BELLINI, MIB. Casa de Papelão e a Liberdade em Trapos: a integralidade, intersetorialidade e o cuidado da população em situação de rua in BELLINI, Maria Isabel Barros; ARENA, Fernanda Xavier (orgs). **Trabalho, Saúde e Intersetorialidade: a produção de conhecimento científico como desafio e resistência.** Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025. Edição bilíngue - português / inglês.

RECKZIEGEL, B. W. **Levantamento dos desastres desencadeados por eventos naturais adversos no estado do Rio Grande do Sul no período de 1980 a 2005.** 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9268>. Acesso em: 4 mar. 2025.

RIO GRANDE DO SUL; CODEX; BANCO MUNDIAL. **Formulação de Política Estadual de Gestão de Risco de Desastres e Apoio na Coordenação Técnica.** Porto Alegre: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/politica-estadual-de-gestao-de-riscos-de-desastres>. Acesso em: 31 out. 2024.

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações : notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C. L. W.; MACHADO, H. **Ciência, identificação e tecnologias de governo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 121–144. Disponível em: <https://lume>.

ufrgs.br/handle/10183/262588. Acesso em: 11 mar. 2024.

SCOTT, J. C. **Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed**. Veritas paperback editioned. New Haven, CT London: Yale University Press, 2018. (Yale agrarian studies).

UNDRR. **Recomendaciones para políticas del desarrollo**. Panamá, Panamá: Oficina de las Naciones Unidas para la Reducción del Riesgo de Desastres (UNDRR), 2024.

UNDRR; OCHA. **Panorama de los Desastres en América Latina Y El Caribe 2000 - 2022**. [S. l.]: Oficina de las Naciones Unidas para la Coordinación de Asuntos Humanitarios (OCHA), 2023. Disponível em: <https://www.undrr.org/es/publication/undrr-ocha-panorama-de-los-desastres-en-america-latina-y-el-caribe-2000-2022>. Acesso em: 24 abr. 2024.

VALENCIO, N. DA MORTE DA QUIMERA À PROCURA DE PÉGASO: A IMPORTÂNCIA DA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA NA ANÁLISE DO FENÔMENO DENOMINADO DESASTRE. In: VALENCIO, N. *et al.* (org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos - SP: RiMa Editora, 2009. v. I, p. 3–18. Disponível em: <https://defesacivil.es.gov.br/Media/DefesaCivil/Publicacoes/Outros/Livro-Sociologia-Dos-Desastres.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

VARANDA, W.; ADORNO, R. D. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 56–69, 2004.

POPULAÇÃO IDOSA E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: deslocamentos forçados e incremento de vulnerabilidades¹

Carin Otilia Kaefer Lisbôa
Fernanda Xavier Arena
Maria Isabel Barros Bellini
Andreia Volpini Rubbo

Introdução

O presente artigo reflete sobre as repercussões de desastres socioambientais com atenção especial a população idosa a qual requer medidas protetivas específicas, principalmente nos deslocamentos forçados ou resgates que resultam desses eventos. O interesse é estimular reflexões sobre as manifestações da questão social que atravessam a vida desse segmento da população e suas famílias no enfrentamento aos desastres socioambientais e sobre as medidas de proteção social necessárias, mas que por vezes são ineficientes.

Importante destacar que a elaboração dessas reflexões se deu no contexto pós as inundações que assolaram o Rio Grande do Sul (RS) em maio de 2024, afetaram famílias que perderam parentes, amigos, vizinhos, ou seja, a rede de apoio, além da perda da propriedade, dos meios de subsistência, sendo necessário ressignificar suas vidas para superar as perdas. As chuvas intensas atingiram 90 % dos 497 municípios do estado que tem a maior população idosa do

¹ Esse artigo é um dos produtos do projeto “INVESTIGAÇÃO DA GESTÃO DO RISCO DE DESASTRES NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E AMAZONAS: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência” - aprovado no Programa Inova Fiocruz – Programa de pesquisa em Saúde Única - Edital FAPERGS/FIOCRUZ 13/2022 - REDE SAÚDE-RS. Cujo objetivo é investigar os processos de gestão do risco de desastres realizados em dois Estados brasileiros, na perspectiva de fomentar a cooperação entre diferentes espaços de gestão e contribuir na tomada de decisão para fortalecimento da resiliência, prevenção e/ou mitigação destes eventos e seus reflexos.

país (14,1% têm mais de 65 anos conforme IBGE) sendo que muitas pessoas idosas residem sozinhas.

A sociedade, governantes, universidades, organizações humanitárias e voluntários independentes foram mobilizados e, segundo a Defesa Civil do RS, mais de 82 mil pessoas foram resgatadas, (<https://www.defesacivil.rs.gov.br/> 23 de maio de 2024) . O resgate foi realizado de forma indiscriminada, independente da faixa etária todas as pessoas que não tinham possibilidade de deslocar-se devido a inundação foram deslocadas, não há dados numéricos sobre a faixa etária da população resgatada sabe-se apenas que nesse contingente pessoas idosas que já possuem dificuldade de mobilidade necessitaram ser resgatadas. É sobre esse segmento da população na interface com os desastres socioambientais e as políticas públicas que essa discussão se debruça.

Em relação aos desastres socioambientais sabe-se que são eventos provocados pela ação humana e que, embora a história da humanidade refira que a terra foi moldada por grandes catástrofes, os desastres socioambientais, diferentemente dessas catástrofes, têm sua ocorrência cada vez mais frequente² com repercussões que intensificam a vulnerabilidade da população, a destruição da natureza e consequente aumento do número de mortos e afetados, impõem ações de deslocamento, abandono de propriedade e território e potencializam o desafio da gestão dos riscos e reitera-se, são produtos da ação indiscriminada e irresponsável do ser humano.

Ações de enfrentamento de um desastre socioambiental dependem de vários fatores como: tipo de desastre, características da região e do território onde ocorre, organização da população e perfil da gestão governamental quanto a preconizar ações preventivas e de mitigação. O perfil da gestão governamental quanto a gestão dos riscos muitas vezes reitera o afirmado por Carvalho (2013) de que as “providências costumam ser tomadas somente após a concretização do desastre e a contabilização dos danos” (p. 19), ou seja, a gestão se faz em relação aos desastres e não aos riscos de desastres.

2 A tendência de aumentos nos extremos de chuvas faz parte de uma tendência já observada no Sudeste da América do Sul incluindo o sul do Brasil e outras partes da baixa da Bacia do Paraná/Prata, durante os últimos 60 anos (Dunn et al., 2024, PBMC, 2014). Isto é, de aumento de extremos de chuvas. Tendência similar de aumento na chuva total e nos extremos de chuva tem sido projetada pelos dos modelos do IPCC AR6 para as próximas décadas e nos vários níveis de aquecimento (IPCC 2021, 2022). Essa tendência de aumento de extremos observada em todo o mundo está associada ao aquecimento global. (Marengo, et all, 2024,p2020)

No Brasil, observa-se que as medidas de prevenção não têm sido priorizadas e o planejamento se dá durante ou após os eventos ocorrerem, há imediatividade nas ações técnico operacionais com ênfase no papel de operadores de políticas sociais públicas mais do que gestores. Carvalho (2013), atenta para a irreversibilidade causada pela ausência de prevenção, desconsideração de alertas e indicadores o que gera o caos resultando na destruição do ambiente, nos óbitos, nas perdas sociais, econômicas, etc .

O desafio posto é refletir sobre a proteção da pessoa idosa na interface com os desastres socioambientais, tendo como pano de fundo a maior catástrofe ambiental vivida pela população do Rio Grande do Sul, em maio/junho de 2024, as notícias que veicularam na mídia no período das inundações e as políticas sociais que preconizam garantir a proteção social da pessoa idosa, mas que sob a perspectiva das autoras não vem garantindo os direitos reconhecidos legalmente imperando a desproteção social e maior vulnerabilidade da população idosa.

Processo de envelhecimento em uma sociedade capitalista

Teixeira afirma que

o envelhecimento humano é um processo complexo, multidimensional, heterogêneo, vivido de formas diferenciadas. Essas variedades plurais de envelhecer encobrem a relação com a totalidade, determinada por uma série de mediações que a explicam e as ligam à totalidade (2020,p.142).

A autora aborda as várias formas de compreensão e interpretação do processo de envelhecimento constatando que “os caminhos teórico-metodológicos das pesquisas sobre o envelhecimento têm incorrido em análises universalistas, generalizantes, abstratas e a-históricas ou o seu contrário, análises singularizantes, particularistas e subjetivistas” (2020, p.136). E destaca a necessária perspectiva “dialética entre singular e universal, objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade, fundamentais para pensar o envelhecimento humano nas sociedades capitalistas” (idem, p.140), essa perspectiva permitiria a compreensão da velhice como um processo que não é

simples mas complexo, que não é apenas biológico mas biopsicos-social, que possui varias dimensões envolvidas e que não é somente heterogêneo mas que também tem homogeneidades que não podem ser omitidas (Teixeira, 2020)

Entendendo que a velhice ou o processo de envelhecimento, em uma sociedade capitalista, vem assinalado a ferro e fogo por desigualdades sociais, desigualdades essas que alavancam ou são alavancadas por condições ou imposições de consumo, produção e que acentuados com o advento da industrialização que torna imprescindível o trabalho enquanto gerador de capital e lucro em uma parte mais recente da história.

Conforme, Veiga; Cordeiro; Ferreira, (2014) foi no século XIX que a vida humana passou a ser escalonada em estágios, em ciclos com base na idade dos indivíduos, portanto mais do que construção natural foi sendo construído na historicidade de dados sociais, culturais e geográficos. Nesse “escalonamento” a pessoa idosa foi sendo associada a inutilidade porque não produtiva, pouco consumista então menos cidadã, se configurando como um “problema para as políticas públicas, para as novas gerações e para a sociedade, especialmente a dos mais pobres, que não podem comprar os serviços no mercado” (Teixeira, 2020, p.144)

Para melhor situar o tema, inicia-se informando que “em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população” (IBGE (2022) esses dados apontam um aumento de 57, 4% em relação aos dados de 2010, sendo que, o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior população idosa compondo com as regiões sudeste e sul que apresentam “12,2% e 12,1% da sua população com 65 anos ou mais de idade” (IBGE, 2022).

Em relação a legislação brasileira dirigida a população idosa, identifica-se que a primeira lei específica para garantir os direitos das pessoas idosas foi a Política Nacional do Idoso (PNI), estabelecida pela Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, ou seja, há apenas 30 anos. Para Teixeira (2008), a Política Nacional do Idoso reconhece o idoso com sujeito de direitos, define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais e as condições para promover sua autonomia, integração e participação dentro da sociedade, na perspectiva da intersetorialidade e compromisso entre o poder público e a sociedade civil.

Passados 09 anos foi necessário regulamentar a Política Nacional do Idoso, para materializar o que estava definido em lei, assim, em 2003, foi criado o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). O Estatuto além de ratificar os direitos demarcados pela Política Nacional do Idoso, acrescentou novos dispositivos e criou mecanismos para coibir a discriminação contra os sujeitos idosos. Prevê penas para crimes de maus tratos e concessão de vários benefícios. De acordo com esta legislação: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (art. 3º, inciso I).

A Organização Mundial da Saúde (2005) na política do “envelhecimento ativo”, se amparou na concepção de que envelhecer bem é um processo coletivo que deve ser facilitado por políticas públicas e pelo acesso contínuo à saúde ao longo da vida o que envolveu a “otimização das oportunidades para a saúde, a participação e a segurança, visando melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2005).

A Assembleia Geral da ONU, em maio de 2020, a declarou os anos de 2021-2030, a década do envelhecimento saudável, uma iniciativa interinstitucional, liderada pela OPAS para fornecer informações baseadas em evidências sobre a situação de saúde e bem-estar das pessoas idosas na região das Américas.

Porém, em consonância com Bolstein, Lima e Barros (2014), entende-se que as metas estabelecidas por essas leis e políticas voltadas para a população idosa, ainda estão longe de serem plenamente alcançadas, especialmente nos países em desenvolvimento, onde a falta de recursos materiais, humanos e tecnológicos, entre outros fatores dificulta a garantia de proteção a este público.

A pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social e dependente das frágeis políticas de proteção na situação de um desastre socioambiental é atingida de forma alarmante. Acrescenta-se a essa vulnerabilidade as “[...] consideráveis falhas nos sistemas de segurança, particularmente nos países em desenvolvimento” (Bolstein, Lima e Barros, 2014, p.7) seguida pelas situações adversas na recuperação deste segmento no pós resgate em que se identificam precariedade nos locais de acolhimento, de segurança e bem-estar.

Na elaboração dessa discussão buscou-se, para além da produção teórica, na produção da mídia como essa população foi tratada

das inundações no Rio Grande do Sul e observou-se a centralidade da atenção á população idosa após a ocorrência. Reflete-se sobre a exposição do público idoso com cuidado em relação ao fatalismo e a busca do sensacionalismo de algumas reportagens.

Deslocamentos Forçados & Resiliencia/Resistência

Da BBC NEWS Brasil, os jornalistas Leandro Prazeres, João da Mata e Vinicius Lemos¹ relataram as vivencias do público idoso na reportagem: “O Drama dos Idosos nas inundações do Rio Grande do Sul: parecem deixados de lado”(2024) denunciando “um lado pouco observado deste que é o maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul: o impacto das inundações sobre a população idosa.” (BBC NEWS Brasil, 2024, p. 1).

Na reportagem os dramas dos idosos resgatados que apresentam “dificuldades de locomoção, baixa renda, solidão e doenças crônicas” são somados a “falta estrutura adequada, tanto física quanto de recursos humanos, para lidar com os idosos em meio a esta crise”, ou seja, identifica-se a escassez de serviços adequados a atender este público com qualificação de profissionais para atuar desde o acolhimento, manejo, meios de transporte adequados. O resgate de idosa de 78 anos resultou em um ferimento importante e imobilizador aumentando sua vulnerabilidade, conforme a reportagem “Em meio à tensão da operação para retirá-la de casa, a pá mecânica do veículo machucou as pernas da aposentada que, agora, não consegue mais caminhar” (BBC NeWs Brasil, 2024, p. 1).

As situações que acometem o público idoso em situações de desastres seguem uma trajetória obscura, com poucos os olhares a este público, reverberando na invisibilidade social e no preconceito.

A urgência em abandonar os locais de risco mascara o sofrimento de deixar o território onde vivenciam as mais importantes relações, constroem as identificações, as raízes e o pertencimento e são “[...] palcos onde diferentes relações de mobilidades/imobilidades, disputas, conquistas, afetos, solidariedades, vulnerabilidades/resistências, abandono/ocupação e pertença se vão estabelecer entre os diferentes atores” (Veiga; Cordeiro; Ferreira, p. 120, 2014).

De acordo com Santos (2005), é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objeto da análise social, ou seja, não é um mero espaço geográfico, um local físico, mas parte de um cons-

truto histórico, social, econômico, político e cultural. É um espaço de conexões humanas, instituições, solidariedade, conflito, correlações de força, mas também de resistência, pois, o “que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (Santos, 2005, p.255).

A reportagem “Idosos resistem a sair de suas casas apesar dos riscos durante as enchentes do Rio Grande do Sul” do Jornal Brasil de Fato na cobertura das enchentes no RS edição virtual, 08/05/2024, informa que os “resgates das faixas etárias mais velhas exigem paciência e diálogo por parte dos familiares e das equipes de socorro”, um dos exemplos da reportagem é sobre idosa de 97 anos que resistiu o que pôde pois segundo ela argumentava “ tinha comida, café, chá, bolacha. Não precisava de socorro nenhum, não queria ir para outro lugar. Só ficar perto de suas coisas. “Aqui é meu mundo”” informava. Porém, com “a pressão de familiares que estavam em um bote dos bombeiros, a senhora foi forçada a sair. Levada no colo, saiu contrariada”.

Deixar o território por interferências impositivas, sendo obrigado a abandonar tudo e não ter a perspectiva de voltar, é sem dúvida, muito difícil e se incrementa conforme a idade da pessoa. Na mesma reportagem a psiquiatra N. Furtado da PUCRS explica que os idosos “São firmes, decididos, teimosos. Se sentem protegidos no seu ambiente, mesmo que vivam em solidão absoluta e só recebiam visitas eventuais. Ali, eles sabem que têm a sua televisão, a sua cama, o seu chá, as suas coisas. Eles não sabem se mover fora daquele bolsão. Mesmo diante de uma catástrofe se sentem protegidos do resto do mundo”.

Essa compreensão deve nortear as ações dos profissionais no acolhimento a população idosa que certamente tem seu sofrimento potencializado no deslocamento forçado por um desastre socioambiental. Muitas pessoas perdem tudo em uma situação de desastre, inclusive a referência do lugar que residiam pois o deslocamento forçado ocorre à medida que os eventos climáticos e as mudanças ambientais comprometem a capacidade das pessoas de permanecerem em suas residências (Islam; Khan, 2018).

Esse fenômeno pode ser visto como parte de um processo social de adaptação, em que os esforços para mitigar eventos climáti-

cos já não conseguem assegurar a subsistência e a sobrevivência das populações afetadas por eventos climáticos intensos, como enchentes, chuvas e secas, que provocam “deslocamentos de curto a médio prazo nos centros urbanos, bem como em áreas rurais periféricas. Esses deslocamentos frequentemente resultam em outras formas de migração voluntária devido à deterioração das condições” (Muggah, 2015, p. 227).

Em um estudo sobre realocações como estratégia de adaptação a eventos climáticos extremos, King et al (2014) destaca que diante da possível ameaça de que as mudanças climáticas intensifiquem esses eventos torna-se essencial que indivíduos, famílias, comunidades e governos locais adotem estratégias eficazes para mitigar os riscos associados a esses perigos. Ou seja, as políticas de redução de riscos deveriam abranger medidas de proteção, como a construção de diques e barreiras contra incêndios, acomodação, como a conscientização e a adaptação de comportamentos, e retirada, como a realocação e migração. É provável que, em alguns casos, as pessoas escolham abandonar comunidades vulneráveis em busca de melhores condições em outros lugares, contribuindo assim para a estratégia de retirada, que envolve indivíduos e famílias, forçados a se deslocar devido aos danos e perdas ocorridos.

Os mesmos autores destacam que os que optam por permanecer numa comunidade, em comparação com os que são forçados a passar por perdas, podem ilustrar diferentes características de resiliência e podem permanecer na comunidade devido a um compromisso e um senso de lugar altamente desenvolvidos. [...] O sentido de pertencimento, a longevidade da residência na comunidade e o compromisso com o local devem ser equilibrados com os rendimentos [...] e a falta de tempo disponível para recomeçar noutro local.

As declarações afirmativas de resiliência somadas a falta de alternativas constituem uma vulnerabilidade não declarada. A resiliência e a vulnerabilidade existem simultaneamente nos indivíduos e nas comunidades, mas embora o foco esteja na construção da resiliência, a vulnerabilidade simultânea não pode ser negligenciada (King et al. (2014, p. 89)

O exposto acima, remete as expressivas manifestações de resistência/resiliência da população idosa durante as inundações pois ao deixarem, forçadamente, seus lares expressaram na resistência a grandeza do seu vínculo comunitário, socioafetivo, mas que também

denuncia a vulnerabilidade de um território. Resiliência e vulnerabilidade fazem parte da vida das pessoas e muito mais que resistir de fato é não ter alternativas possíveis para uma nova construção, pois isto requer condições econômicas e tempo, o que na maioria não é proporcionado (King et al, 2014).

Resiliência e resistência parecem ser sinônimas de uma mesma situação, mas o fato é, que deve-se analisar as precárias situações que algumas pessoas estão expostas, e a vulnerabilidade já existente apenas se desloca de lugar e se agrava.

As reportagens abordavam a resistência de idosos em abandonar seus lares, como a intitulada “Idosa recusa sair de apartamento em área alagada de Porto Alegre” do Jornal Brasil Urgente, edição virtual, 07/05/2024 que relatou que, apesar das tentativas de convencimento da equipe de resgate o idoso junto com 2 outras pessoas, optou por permanecer no prédio que residia.

Para Milton Santos (2005) o espaço geográfico é proposto como campo social de fazer solidário, neste sentido, é no território, que acontecem movimentos econômicos, culturais, financeiros, antropológicos que o caracterizam e dão a identidade de forma que se interligam com as pessoas, não é somente visto como parte geográfica, mas algo dialético e único com ligações difíceis de desassociar de uma hora para outra. (Santos, 2005). Santos ampara a compreensão de que o território transmite segurança, sentimento de pertença pois neste “lugar” estão as memórias afetivas, as pessoas queridas, o conforto, a estabilidade e tranquilidade e essa seria a razão de porque a população idosa reluta em sair de suas casas mesmo estando em situação de risco.

As edições jornalísticas impressas, virtuais ou televisivas reforçaram que a retirada da população idosa das áreas de inundação foi uma das maiores preocupações das equipes de resgate e relatos ressaltaram a dificuldade de convencimento da população idosa aceitar o deslocamento/resgate e compreender que as inundações aumentariam e os riscos também.

Reitera-se que o território é marcante na vida das pessoas e “intrinsecamente relacionado nas relações sociais, pois, são nos espaços geográficos que acontecem a vida no seu cotidiano do seu objeto real” (Silva et al., 2022, p. 11), no entanto atribuir esse retorno apenas a memórias afetivas ou a um senso de identificação e/ou pertencimento ao território vulnerável parece ser uma análise redu-

cionista e romantizada, pois, quando a população afetada não possui condições socioeconômicas adequadas para outras alternativas esse retorno está frequentemente ligado à necessidade de sobrevivência. Isso porque é nesses espaços que foram construídas redes de apoio, condições de trabalho e fontes de subsistência. Essa compreensão rompe com análises fatalistas e/ou romantizadas e revela a realidade nua e crua de quem não tem alternativa de buscar em outro território condições de subsistência, somada ao fato de que com o tempo, alguns desastres tendem a se tornar memórias distantes e a retomada e reconstruções de lares perdidos acabam ocorrendo em áreas vulneráveis (King et al, 2014). Obviamente pela inércia do Estado em promover áreas protegidas.

Portanto, as muitas pessoas idosas que resistiram abandonar suas casas, suas vivências, sua história de vida a volta a esse território tão valorizado e tão sofrido para além de uma reconstrução exige uma resignificação, que materialize medidas de proteção social, fortalecimento da cidadania, autonomia e identidade.

Considerações finais

Os desafios enfrentados pela população idosa com destaque para os deslocamentos forçados ocorridos nas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024 evidencia que, embora existam marcos legais e políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso, ainda há um grande descompasso entre o que é preconizado e o que é efetivamente implementado em situações de emergência.

Os desastres socioambientais não apenas expõem, mas intensificam a vulnerabilidade intrínseca dessa população e o território como espaço de identidade e pertencimento ganha centralidade nesse contexto, pois sua perda representa mais do que a ausência de um espaço físico significa o rompimento de vínculos afetivos e sociais que sustentam a existência desses indivíduos. A resistência em abandonar o lar reflete o valor simbólico e material do território, que, ao mesmo tempo, é expressão de resiliência e vulnerabilidade na medida em que para muitos não há outras alternativas a não ser o retorno.

As reportagens veiculadas durante e pós inundações de maio de 2024 mostram o desafio e as lacunas existentes nas políticas pú-

blicas e na gestão de desastres expressos na ausência de serviços especializados para atender adequadamente a população idosa em situações extremas, a falta de capacitação das equipes de resgate e insuficiência de estratégias voltadas para acolhimento e reabilitação dessa população ampliando as repercussões deletérias desses eventos.

A gestão de riscos de desastres no Brasil não prioriza medidas de prevenção, capacitação intersetorial e fortalecimento das redes de apoio seja para a população idosa ou para a população em geral, comumente o que se observa é a gestão dos desastres quando esse já esta em curso. Marengo et all é pontual ao afirmar que a gestão do risco “é mais do que fazer a previsão do tempo e emitir os alertas de risco de desastres. Atualmente o Brasil tem capacidade de monitorar e emitir alertas e, também, capacidade de fazer a gestão do desastre. Mas ainda falta a gestão do processo localizado entre estas duas pontas (2024, p.222), portanto,

Há necessidade de implementar ações preventivas com a população mais vulnerável assim como atividades de educação ambiental para a sociedade, a fim de aumentar a percepção de risco de desastres por parte da população e do poder público. É necessário aperfeiçoar sistemas de previsão de tempo e de alertas de risco de desastres causados por extremos climáticos, e assim salvar vidas e proteger as populações em áreas de risco. (Marengo, 2024, p.222)

Por outro lado, as estratégias e ações preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para proteção da população idosa devem ser integradas a um planejamento que considere as especificidades desse segmento, promovendo sua autonomia, segurança e bem-estar e indubitavelmente avançar na implementação de políticas públicas que não apenas mitiguem os efeitos dos desastres, mas que também promovam a resiliência e a dignidade da pessoa idosa como prioridade na agenda nacional.

Dessa forma, reafirma-se a importância de um olhar mais atento e consistente às necessidades da população idosa em contextos de desastres garantindo que os direitos assegurados por lei sejam efetivamente cumpridos e que o envelhecimento seja vivenciado de maneira segura e digna, mesmo em face das adversidades.

Do contrário a mídia seguirá ecoando o desabafo do idoso de 71 anos resgatado durante a inundação “Não sei como vai se resolver tudo isso e nem quando tudo acabará” o que denuncia o abandono e a leniência do Estado em relação a esse segmento populacional e em relação a gestão adequada dos desastres socioambientais.

Referências

BODSTEIN, A.; LIMA, VVA.; BARROS, AMB. A vulnerabilidade do idoso em situações de desastres: necessidade de uma política de resiliência eficaz. In: **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 157-174, 2014.

BRASIL. Lei n. 8.842. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho do Idoso e dá outras providencias**. Brasília, 4 de janeiro de 1994.

BRASIL. Lei n. 10.741. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providencias**. Brasília, 1º de outubro de 2003.

CARVALHO, DW.; DAMACENA, FDL. **Direito dos Desastres**. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora, 2013.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. 2022. Acesso em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>.

ISLAM, M. R.; KHAN, N. A. Threats, vulnerability, resilience and displacement among the climate change and natural disaster-affected people in South-East Asia: an overview. In: **Journal of the Asia Pacific Economy**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 297–323, 2018.

KING, D. *et al.* Voluntary relocation as an adaptation strategy to extreme weather events. In: **International Journal of Disaster Risk Reduction**, [s. l.], v. 8, p. 83–90, 2014.

MARENGO, JA. at all. **O maior desastre climático do Brasil: chuvas e inundações no estado do Rio Grande do Sul em abril-maio 2024**. ESTUDOS AVANÇADOS, 2024

MEDEIROS VEIGA, MR; ROCHETTE CORDEIRO, AM.; MAIROS FERREIRA, SC. Territorialidades Educadoras na Construção de Velhices com Qualidade. In: **Saber & Educar**, [S.l.], n. 19, p. 116-127, dez. 2014. ISSN 1647-2144. Disponível em: <<http://revis-taold.eespf.pt/index.php/sabereducar/article/view/79/58>>. Acesso em: 07 Set. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.17346/se.vol19.79>.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282

MUGGAH, R. The invisible displaced: A unified conceptualization of population displacement in Brazil. In: **Journal of Refugee Studies**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 222–237, 2015.

OMS/WHO (2005). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

SILVA, JIJ. **Serviço Social, Território e Questão Social**: uma revisão teórica-metodológica. In: Revista de Casos e Consultoria, V. 13, 2022.

TEIXEIRA, SM. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo de Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. Ed: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, SM. **Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137, p. 135-154, jan./abr. 2020

NEOLIBERALISMO, COLAPSO AMBIENTAL E ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE NO BRASIL: o impacto dos desastres ambientais na saúde¹

Anelise Perotoni

Introdução

A OMS (Organização Mundial da Saúde) vem continuamente alertando para os desafios dos cenários que envolvem as mudanças climáticas (cada vez mais frequentes e provocando desastres mais graves) e seus impactos nocivos à saúde. Estes impactos não se limitam a população atingida por uma catástrofe, causando danos e prejuízos também aos estabelecimentos de saúde, podendo levar ao colapso da assistência local. Ou seja, quando os serviços de saúde são mais necessários, estes podem ter sido afetados por danos à sua infraestrutura (luz e água), destruição de suas edificações e déficit de mão de obra, já que os próprios trabalhadores da saúde podem sofrer as consequências diretas do desastre.

Além dos agravos de saúde provocados pelo desastre em si, pessoas com doenças crônicas não transmissíveis podem ter seus quadros clínicos agravados pela precarização ou mesmo perda da assistência (Redlener; Reilly, 2012). Com isso, as disparidades que existem no acesso à saúde antes de um desastre são acentuadas após sua ocorrência, principalmente quando a estrutura de saúde é afetada (Kaiser, 2005).

A saúde de um indivíduo é determinada por sua combinação genética, mas pode ser modificada pelo ambiente social e físico, comportamentos cultural ou socialmente determinados e pela qualidade da atenção à saúde que lhe é oferecida. Os determinantes que levam ao processo de adoecimento são compostos por fatores como

¹ Artigo originalmente publicado no SENPINF – Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, V, 2024, Porto Alegre. Anais, 2025, Porto Alegre: ediPUCRS, 2025. Tema: Capitalismo, colapso ambiental e desastres: a civilização em xeque. Inclui bibliografia.

o contexto ambiental (água contaminada, segurança do local de moradia), as condições e as relações sociais (comportamento, estresse, acesso à atenção médica, níveis de renda e riqueza, educação, características e oportunidades de trabalho disponíveis), e os fatores de risco genético.

Não por outra razão há concentrações mais elevadas de falta de saúde em populações socialmente desfavorecidas, estando a saúde associada a vantagem social. A disparidade na riqueza de uma população está associada à disparidade na saúde, o que impacta na expectativa de vida. Esta é uma das razões pelas quais a atenção primária à saúde deve focar nos determinantes de saúde, como o meio social e físico onde os usuários moram e trabalham, fornecendo atenção para a pessoa e não apenas para a doença. A atenção primária é a abordagem a quem cabe o atendimento dos problemas mais comuns de saúde. É ela quem oferece serviços de prevenção, cura e reabilitação para maximizar a saúde e o bem-estar da população atendida (Starfield, 2002).

A produção industrial em suas diferentes etapas (extração, produção, transporte e armazenamento) tem produzido impactos sobre o meio ambiente, que por sua vez reage sob a forma de mudanças climáticas, geradoras de desastres. Estes atingem locais determinados ou regiões inteiras. Desastres são eventos que causam impactos sobre a sociedade, afetando a vida e o cotidiano das pessoas, suas condições de saúde e segurança, podendo levar a situações de Emergência em Saúde Pública. Compreendem eventos adversos que provocam danos, destruição e perturbação da vida, das propriedades, dos meios de subsistência e do ambiente de uma comunidade ou área, ultrapassando sua capacidade de resposta e requerendo a intervenção de recursos externos. São classificados como: de origem natural, a exemplo de inundações, deslizamentos de terra, epidemias e pandemias; de origem tecnológica, como rompimentos de barragem, incêndios, acidentes industriais, entre outros; ou ainda de origem social, como, por exemplo, violência e caos urbano, fome, pobreza estrutural, desassistência, ondas migratórias humanas e conflitos políticos. (Silveira e Oliveira, 2023).

Na perspectiva da saúde pública, as mudanças provocadas pelos desastres repercutem sobre a saúde da população de diferentes formas, como através de doenças associadas à temperatura (frio e calor extremos) e à poluição atmosférica; pelo surgimento de doen-

ças ligadas à contaminação por água e alimentos, ou pela escassez de ambos; por doenças transmitidas devido a alterações nos ciclos e circulação de vetores e hospedeiros (Freitas et al., 2019).

Por todo esse contexto, a mudança global do clima deveria ter expressiva relevância na agenda de governos, das empresas e da sociedade. Embora apresente algumas divergências, o aquecimento do planeta, fruto da atividade humana, é hoje reconhecido pela comunidade científica internacional como fenômeno que demanda amplo comprometimento no desenvolvimento de ações voltadas para a redução das emissões de gases do efeito estufa, chamadas ações de mitigação e ações de adaptação, para enfrentamento da mudança do clima.

Condições de trabalho adversas, uso de agrotóxicos e de outros produtos químicos, a relação do homem com a natureza determinada pelos processos de produção e consumo, a ocupação do espaço e manejo da terra geradores de degradação ambiental, tudo isto favorece o processo de mudanças climáticas, amplificando o risco de ocorrência de desastres e potencializando seus efeitos sobre a saúde das populações, especialmente as mais vulneráveis. Este cenário de riscos pode se tornar ainda mais complexo quando há sobreposição de eventos, como quando um desastre natural leva a uma crise humanitária (Spiegel et al., 2007).

Os riscos globais estão ocorrendo em um mundo com população crescente, ambientalmente degradado e com uma relação proporcionalmente inversa entre os países, populações e grupos sociais que sofrem de modo mais amplo e intenso os riscos e danos provocados pelas mudanças climáticas, pelos desastres e as respectivas emergências em saúde pública, e os que detêm a concentração de riquezas e poder de decisão sobre os processos que formam as políticas e ações de redução de riscos nos níveis global, regionais e nacionais.

O atual modelo de desenvolvimento econômico em escala global desencadeia crescentes ameaças e vulnerabilidades socioambientais, as quais podem resultar em desastres para um grande contingente da população em muitos países. Porém, os mais impactados serão sempre os mais pobres e que vivem em regiões com maior desigualdade social (OPAS, 2015). E as profundas iniquidades globais, resultantes de políticas malsucedidas, exploração irresponsável de recursos, capitalismo e práticas predatórias capazes de aprofundar

quadros inadmissíveis de exclusão, instabilidades sócio-políticas, degradação ambiental, guerras e outros fatores, corroboram o sucesso da proliferação das doenças nesses estratos sociais (Giatti e Maksud, 2023).

Neste cenário, eleger prioridades em saúde pública tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil para os tomadores de decisão. A atual política econômica do Brasil, voltada para austeridade e imposição de limite de gastos públicos apresenta sérios riscos para a gestão e o cuidado integral à saúde, condição que potencialmente pode ser agravada num cenário de desastre e de emergência em saúde pública. Feita esta contextualização, este artigo busca analisar as interconexões entre saúde pública, meio-ambiente e sistemas econômicos, focando no impacto das crises ambientais sobre a atenção básica à saúde, no contexto do capitalismo.

O neoliberalismo e o colapso ambiental

Para o neoliberalismo, os mercados devem se autorregular e a esfera pública deve se privatizar. O Estado necessita ser mínimo, deixando de se encarregar da produção de determinados bens relacionados com a infraestrutura econômica, de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, de regular os mercados e de atuar na proteção social, meio através do qual as sociedades modernas buscam corrigir a injustiça social (Bresser-Pereira, 2009). Via retração do Estado, as políticas sociais devem ser reestruturadas. A desigualdade passa a ser algo desejável para dar sentido à busca pela eficiência. (Blackburn, 1999).

No desmonte da proteção social, os serviços sociais foram sendo privatizados, as organizações privadas receberam maior autonomia e o mercado de trabalho sofreu forte desregulação. Isso tudo, aliado às práticas econômicas de controle de gastos na área social, criou o ambiente propício para que se desenvolvessem cenários de profunda desigualdade (Rossignoli; Machado, 2019)

Países emergentes se inseriram nesse cenário como fornecedores de produtos agrícolas e minerais, e ocupação dos territórios cada vez mais destrutiva em nome do aumento da produtividade e eficiência econômica (Delgado, 2012), atuando sob a lógica do mercado, de obtenção de lucro e de crescimento da produção, virando as

costas para as boas intenções com o meio ambiente (Barreto, 2018).

O capitalismo se apropriou de recursos naturais, degradou o meio ambiente e vem causando diversos problemas, como os níveis atuais e persistentes de desmatamento; os baixíssimos níveis de saneamento básico e de qualidade da água distribuída em significativas frações do território nacional; o padrão de urbanidade de nossas metrópoles; a precária gestão dos resíduos sólidos; os volumes de agrotóxicos consumidos; a devastação impune produzida pelo agro-negócio; a baixa eficiência das políticas de controle e fiscalização; a poluição exacerbada; o aquecimento global, entre outros (Lima, 2011).

A transformação da natureza, conquanto venha gerando um crescimento econômico mundial sem precedentes e o enriquecimento de uma pequena parcela da população, de outra via vem sendo acompanhada do aumento da desigualdade social (UNEP, 2011; World Bank, 2020). Paradoxalmente, aqueles que menos impactam o ambiente são os que mais sofrem com isso, como os ribeirinhos, quilombolas, negros, indígenas, crianças e moradores de morros e favelas (Robinson, 2021, n.p.). Esses estratos econômicos mais baixos, dispõem de uma capacidade cada vez menor para fazer frente a qualquer classe de eventualidade, que são cada vez mais frequentes (Arias, 2018, n.p.).

A atual governança transnacional exercida pela Organização das Nações Unidas é considerada de baixa eficácia sob o aspecto das mudanças climáticas, dadas as limitações impostas pela lógica que permeia a utilização de mecanismos pautados em interesses geopolíticos e comerciais dos atores envolvidos. Não há obrigatoriedade de adesão pelos países e é baixo o índice de articulação com organizações, empresas e entidades representativas. Suas proposições, muitas vezes, não ultrapassam o campo teórico. As políticas internacionais de governança ambiental se mantêm intimamente ligadas aos preceitos da comercialização, trabalhando uma mescla de liberalismo e intervencionismo, de modo a proteger os interesses econômicos, acima de tudo. Criando empecilhos severos para propostas efetivas para minimizar a crise climática, através de fatores que ultrapassam critérios jurídicos e de justiça, as políticas ambientais internacionais hoje vigentes encontram força em elementos econômicos e geopolíticos, em torno dos quais se movem os principais agentes do mercado (Salviatti 2017).

A diferença de resiliência entre ricos e pobres e o contínuo desafio da urbanização mal planejada, degradação ambiental e crescimento da população em áreas expostas a desastres associados aos intensos padrões de atividade econômica insustentável, favorecem o aumento dos riscos sistêmicos para todos os setores (Freitas et al., 2019). As vulnerabilidades socioambientais e econômicas aprofundam as diferenças sociais, assim como potencializam efeitos e desdobramentos das emergências e desastres, ao desequilibrarem os sistemas de saúde, com o aporte de novos problemas, que passam a coexistir com demandas e problemas de saúde cotidianos.

Desastres ambientais e saúde pública

As consequências dos desastres e emergências em saúde pública na saúde, bem-estar e sobre os sistemas sociais é o que torna esses eventos deletérios à sociedade. Causam tragédias pessoais, sofrimento, altos níveis de mortalidade e morbidade, impactos indiretos no progresso político, social e econômico, criando ciclos viciosos de vulnerabilidade. Ainda, favorecem condições para o surgimento de doenças e agravos em saúde, afetando as condições de vida como um todo (Freitas et al., 2019).

Os impactos dos desastres naturais sobre a sociedade e sobre o sistema de saúde podem ocorrer em períodos que variam entre horas e anos. No curto prazo de tempo (de horas a alguns dias), se produzem a maior parte dos registros de feridos leves, graves e mortalidade. No período de tempo seguinte (entre dias e meses), inicia a ocorrência de doenças transmissíveis, podendo intensificar as doenças não transmissíveis em pacientes já acometidos por estas. Num espaço maior de tempo, entre meses a anos, os impactos na saúde se relacionam às doenças não transmissíveis, especialmente, os transtornos psicossociais e comportamentais, as doenças cardiovasculares, desnutrição e a intensificação de doenças crônicas. (OPAS, 2015, Freitas et al., 2014).

No que diz respeito às doenças transmissíveis, a permanência de fatores como a manutenção ou o aprofundamento das desigualdades, podem determinar ou condicionar a produção e disseminação de doenças em níveis elevados, propiciando as condições para o surgimento de epidemias, de novas doenças, e o recrudescimento de

antigas doenças. O risco resulta de exposição a ameaças ou perigos, associados a vulnerabilidades e a condições de resiliência.

Muitos casos de resposta aos desastres no Brasil exigem o envolvimento das três esferas de atuação do SUS em virtude da intensidade e magnitude dos eventos ocorridos nos últimos anos, visto o sistema de saúde local não estar preparado para resposta, tampouco possuir planos de preparação. A descentralização da governança em saúde entre as esferas federal, estadual e municipal leva em consideração que a promoção da saúde deve considerar a autonomia e a singularidade dos sujeitos, das coletividades e dos territórios, pois as formas como eles elegem seus modos de viver, como organizam suas escolhas e como criam possibilidades de satisfazer suas necessidades dependem não apenas da vontade ou da liberdade individual e comunitária, mas estão condicionadas e determinadas pelos contextos social, econômico, político e cultural em que vivem.

Neste aspecto, a atenção básica, prestada pelos municípios toma especial relevo, porquanto porta de entrada para a rede de serviços do SUS, ordenadora de cuidados e redutora das desigualdades em saúde. É necessário que a esfera municipal se torne protagonista das ações de resposta, com o setor saúde devidamente preparado através da atenção básica, pois é quem está mais próximo da população, sendo conhecedor de suas fragilidades e necessidades (Freitas et al., 2019).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), através da Política Nacional de Atenção Básica, tem papel estratégico no cotidiano de seus usuários. Este papel se ressalta nas situações de desastres, demandando planejamento estratégico, sendo fundamental a adoção de três medidas: instituição de sala de situação, articulação e integração de diferentes níveis, atores e setores, e plano estratégico emergencial, visando garantir a assistência à saúde da população com maior segurança e resolutividade (Oliveira et al., 2020, n.p.). Contudo, vigente situação de intensa escassez de recursos, não há disponibilidade para gastos com saúde (Giovannella et al, 2018), que deverá incorporar, também, projetos de saneamento e programas de segurança alimentar e nutricional, entre outros, na vigência de desastres.

Um dos fatores a contribuir para o contexto de escassez e a consequente disputa por investimentos no bem-estar social foi a Emenda Constitucional nº 95/2016 (posteriormente substituída pela

Lei Complementar nº 200/2023), que estabeleceu um teto de gastos públicos e aplicou um regime de austeridade fiscal sobre as políticas sociais por 20 exercícios fiscais. Como consequência, houve a alteração das diretrizes de organização da Política Nacional de Atenção Básica, com uma maior flexibilização para parcerias entre o Estado e os prestadores de serviços, reduzindo gastos sociais e precarizando as condições de trabalho dos profissionais (Menicucci; Gomes, 2018).

No contexto atual brasileiro, as vulnerabilidades socioambientais e econômicas produzem precárias condições de subsistência e deterioração ambiental que, somados aos determinantes sociais e as desigualdades no acesso à assistência à saúde, aprofundam diferenças sociais e agravam os efeitos das emergências e desastres. Isso demanda intervenções da comunidade científica em busca de melhorias das ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação das áreas atingidas (Silveira e Oliveira, 2023).

A gestão de risco de desastres envolve a construção de processos que envolvam as práticas em saúde e os condicionantes sociais e econômicos, para que se alcance de forma equânime todos os cidadãos, sem fragmentar a atenção, inclusive na vigência de desastres (Silveira; Oliveira, 2020). Do contrário, os desdobramentos das emergências de saúde pública e desastres sobre a sociedade serão assimétricos, gerando mais desigualdades e vulnerabilidades. É essa assimetria que gera o jogo social entre afetados e não afetados. Os efeitos são distintos, de acordo com as vulnerabilidades e suas diversas expressões sociais, econômicas e ambientais.

Gestão de crise

A infraestrutura e equipamentos de saúde que sofreram danos materiais em eventos decorrentes a mudanças do clima ou desastres, os custos das instalações públicas de saúde destruídas ou danificadas somente por desastres hidrológicos como inundações, enxurradas e alagamentos no Brasil, entre 2010 e 2014, chegaram a 1,2 bilhão de reais. No mesmo período foram investidos R\$ 4 bilhões em recursos públicos na aquisição de materiais permanentes e construção de edificações para a saúde, ou seja, 30% do valor total investido em instalações públicas de saúde foi perdido (Minervino e Duarte,

2016). Nestas situações a população permanece por horas, dias ou até meses desassistida em seu território, tendo de recorrer a outras áreas de assistência e, conseqüentemente, sobrecarregando-as.

Daí resulta a importância de fazer um planejamento buscando diminuir a vulnerabilidade da infraestrutura, instalações e serviços, de modo que não sejam comprometidos quando ocorra um desastre. Os equipamentos públicos de saúde fazem parte de todo um sistema de proteção social, no qual a sociedade se socorre nos momentos de emergência e nas fases posteriores, buscando recuperar os danos sofridos e retornar ao seu cotidiano (Silva, 2019).

A infraestrutura de saúde deve ser resiliente a eventos adversos, tanto na construção de novas unidades de saúde, bem como na reconstrução das atingidas. Entende-se por resiliência “a habilidade holística e agilidade de um sistema para mudança e flexibilidade de acordo com as circunstâncias, de modo que continue a funcionar sob estresse, enquanto as mudanças estão em andamento. Resiliência não é só a ausência de vulnerabilidade. Se relaciona com a capacidade de todo o sistema” (WHO, 2015).

No Brasil é comum encontrar unidades de saúde em áreas de risco de deslizamentos, inundações, enxurradas e vendavais, as quais são frequentemente atingidas. A fase de recuperação destas unidades deveria ser a fase de eliminação dos principais fatores de risco, dando oportunidade à comunidade afetada de condições melhores que as anteriores ao desastre para que futuramente esteja melhor preparada para o enfrentamento de novos desastres (Birkmann e Teichman, 2010).

Pensar em infraestrutura resiliente para saúde requer ampliar o foco de planejamento e atuação para a urbanização e o problema habitacional das cidades, considerando ainda que moradias destruídas ou danificadas colocam em risco a integridade física e emocional e, por consequência, a saúde de seus habitantes, além de trazer muitas perdas materiais.

Alguns processos, mecanismos e instrumentos podem ser fortalecidos para melhorar a capacidade de resposta às emergências de saúde pública decorrentes de desastres. À título de exemplo, podemos citar o desenvolvimento de metodologias para gradação de eventos que podem se constituir emergências de saúde pública, incluindo sinais de alerta e estágios pré- emergência; a elaboração

de planos de preparação e resposta, com a adoção de critérios para classificação de emergências de saúde pública; a realização de exercícios para avaliação da aplicação desses instrumentos. O desenvolvimento destes mecanismos deve envolver as esferas de gestão, a comunidade científica e outros atores envolvidos com o tema, uma vez que a ocorrência de emergências de saúde pública por desastres tem sido mais frequente devido às mudanças climáticas (Carmo, 2020).

No entanto, há nesta perspectiva uma lacuna – a discussão sobre a relação proporcionalmente inversa entre o acesso a tecnologias entre países. Em geral, as tecnologias são desenvolvidas e se apresentam como soluções nos países que menos precisam delas (Freitas et al., 2019).

Conclusão

Cabe ao governo, através das políticas públicas, adotar todas as medidas para apoiar as populações atingidas por desastres, sobretudo as vulneráveis, no que se refere ao apoio financeiro suficiente para reduzir os prejuízos econômicos suportados. Deve, ainda, promover a limpeza do meio ambiente, o cuidado à saúde e o monitoramento de pessoas expostas para a detecção de possíveis efeitos adversos à saúde, de médio e longo prazos, além de apoiar estudos científicos abrangentes e robustos o suficiente para produzir conhecimentos e aportar subsídios para o enfrentamento dos problemas oriundos das mudanças climáticas.

No mundo contemporâneo, é primordial que o Estado assuma a dimensão da sua responsabilidade de transformação social e de protagonista das ações de gestão do risco, porquanto não cabe mais admitir que as questões ligadas às desigualdades sociais e à alteração dos espaços de poder e decisão continuem influenciando diretamente a forma com que a sociedade, seus agentes e espaços sociais diferenciados respondam às emergências e desastres.

Não se faz possível assegurar uma vida saudável e com bem-estar para todos, sem que os países se estruturam para a redução e gerenciamento de riscos de desastres e emergências em saúde pública, o que envolve a preparação, o alerta precoce, as respostas e os processos de reabilitação, recuperação e reconstrução das condições

de vida e saúde, bem como das estruturas fundamentais. As respostas pontuais e específicas precisam ser acompanhadas de políticas públicas que contribuam para a redução das condições de vulnerabilidade e exposição a riscos, o que envolve o desenvolvimento econômico e social de longo prazo, incluindo a necessidade de implementar meios de subsistência sustentáveis e equitativos.

Referências

ARIAS, A. La economía política del desastre. Efectos de la crises ecológica global. 2018. Madrid. Editora Catarata.

BANKOFF, G. Time is of the Essence: Disasters, Vulnerability and History. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*. Vol. 22, No. 3. p.23-42, 2004.

BIRKMANN, J.; TEICHMAN, K.VON. Integrating disaster risk reduction and climate change adaptation: key challenge - scales, knowledge, and norms. *Sustain Sci* 5:171–184, 2010

BLACKBURN, R. Estado, Democracia e alternative socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?. 1999. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.952, de 14 de dezembro de 2011. Regulamenta, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde 110 (FN-SUS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2952_14_12_2011.html.

BRESSER-PEREIRA, LC. 2009. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. *Estudos Avançados*, 23(66):7-23. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200002>.

CARMO, EH. Emergências de saúde pública> breve histórico, conceitos e aplicações. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 2, p. 9-19, julho 2020. DoiI: 10.1590/0103-11042020E201

CARMO, EH.; TEIXEIRA, MG.. Desastres tecnológicos e emergências de saúde pública: o caso do derramamento de óleo no litoral do Brasil. Cad. Saúde Pública 2020; 36(2):e00234419. Doi: 10.1590/0102-311X00234419

DELGADO, GC.. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. 2012. Porto Alegre. Editora da UFRGS.

FREITAS, CM et al. Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 3645-3656, 2014.

FREITAS, CM.; BARCELLOS, C.; SILVA, DX.; SILVA, MA.; ROCHA, V. Mudanças Climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2019

GIATTI, LL.. O antropoceno, a crise ambiental e as desigualdades no acesso a serviços e políticas de saúde. Saúde Soc. São Paulo, v.32, n.2, e230329pt, 2023 . DOI 10.1590/S0104-12902023230329pt

GIOVANELLA, L et al . Sistema universal de saúde e cobertura universal: desvendando pressupostos e estratégias. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1763-1776, June 2018.

Kaiser Commission on Medical Aid and the Uninsured. Addressing the health care impact of hurricane Katrina. Washington DC: Kayser Family Foundation; 2005. Disponível em: <https://www.kff.org/medicaid/issue-brief/addressing-the-health-care-impact-of-hurricane/>

LIMA, GFC. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. 2011. Curitiba. Editora UFPR.

MARTINS, M. B.; CARBONAI, D. de. Atenção Primária à Saúde: a trajetória brasileira e o contexto local em Porto Alegre (RS). READ – Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, vol. 27, nº 3, setembro/dezembro 2021, p. 725-748.

MENICCUCCI, T.; GOMES, S.. Políticas sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2018.

MINERVINO, A. C.; DUARTE, E. C.. Danos materiais causados à Saúde Pública e à sociedade decorrentes de inundações e enxurradas no Brasil, 2010- 2014: dados originados dos sistemas de informação

global e nacional. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 685-694, Mar. 2016.

OLIVEIRA, AB.; FREITAS, CM.; BARCELLOS, C.; VATER, MC.; FEHN, AC., SILVEIRA, LTC.; DAL POZ, MR.; GALLIEZ, RM.; MEDRONHO, RA. Organização emergencial da rede de atenção à saúde no estado do Rio de Janeiro para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19): nota Técnica conjunta de pesquisadores da UFRJ, Uerj e Fiocruz. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40790>

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério da Saúde. Desastres Naturais e Saúde no Brasil. Brasília, DF: OPAS, Ministério da Saúde, 2015. 56p.: il. (Série Desenvolvimento Sustentável e Saúde, 2), 2015. Disponível em: https://www.paho.org/bra/images/stories/GCC/desastresesaudebrasil_2edicao.pdf.

REDLENER, IRWIN; REILLY, MICHAEL J. Lessons from Sandy: preparing health systems for future disasters. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1213486>

ROBINSON, M. Justiça Climática. Esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável. 2021. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.

ROSSIGNOLI, M.; MACHADO, VRP.. O neoliberalismo periférico e a Constituição Federal de 1988 no contexto da economia globalista. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2019.51.111-122>

SALVIATTI, AP. 2017. Financeirização do meio ambiente. História Ambiental Latinoamericana e Caribeña (HALAC). Revista de la Solcha, 6(2):311-321. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2016v6i2.p311-321>.

SILVA, IVM. Vulnerabilidade institucional do setor saúde a desastres no município de Nova Friburgo. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SILVEIRA, LTC.; OLIVEIRA, AB. Desafios e estratégias para a organização do setor saúde frente a pandemia de COVID-19. DOI: 10.33448/rsd-v9i8.5987

SILVEIRA, LTC.; OLIVEIRA, AB. Emergências em saúde pública,

desastres e risco: perspectivas e abordagens a partir das ciências sociais. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 47, N. 139, P. 844-857, Out-Dez 2023. DOI: 10.1590/0103-1104202313909

SPIEGEL P.B., MIJA-TESSE VERVERS, P.L.; SALAMA, P. Occurrence and overlap of natural disasters, complex emergencies and epidemics during the past decade (1995– 2004). *Conflic and Health*, 1:1-9, 2007.

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO Brasil, Ministério da Saúde, 2002.

United Nations Environment Programme - UNEP. Decoupling Natural Resource Use and Environmental Impacts from Economic Growth, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. Disponível em: <https://www.resourcepanel.org/reports/decoupling-natural-resource-use-and-environmental-impacts-economic-growth>

WHO. World Health Organization. Operational framework for building climate resilient health systems, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/globalchange/publications/building-climate-resilient-health-systems/en/>.

WORLD BANK. World Development Indicators. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

TRABALHO EM DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS¹: sofrimento, adoecimento e estratégias de autocuidado

Maria Isabel Barros Bellini
Fernanda Xavier Arena
Gisele Selistre Ramon

Introdução

Desastres socioambientais são objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, porém ainda não há o acúmulo suficiente de conhecimento que subsidie respostas concretas ou ações efetivas de prevenção ou mitigação de suas ocorrências.

Marques refere que o “primeiro estudo que envolveu essa temática denominada na época de catástrofe foi realizado por Samuel Henry Prince, em 1917, na cidade de Halifax, no Canadá”¹ (Marques, 2018, p.19). Samuel Prince morador na cidade de Halifax, foi testemunha da catástrofe provocada pela colisão e explosão no porto de Halifax de 2 navios de grande porte sendo que um deles carregado de munições e explosivos². S. Prince tomou a catástrofe como objeto

1 Nesse artigo as autoras optaram por utilizar a terminologia desastre socioambiental considerando que esse termo reconhece a interdependência entre os sistemas sociais e ambientais e contempla os impactos tanto no meio ambiente quanto na vida das pessoas e comunidades, bem como entende os desastres como produto da ação humana. Os desastres socioambientais provocam dano ambiental e efeitos profundos sobre as comunidades humanas, afetando a saúde, a segurança, os meios de subsistência e a qualidade de vida das pessoas.

2 Cerca de 1.600 pessoas morreram instantaneamente, incluindo centenas de crianças. Aproximadamente 400 mais morreram de seus ferimentos nos dias que se seguiram. A explosão e os detritos voadores decapitaram alguns, levaram os membros de outros e deixaram muitos com queimaduras, fraturas e feridas abertas. Registros de 1918 apontam 1.631 mortos ou desaparecidos conhecidos, cerca de um terço deles com menos de 15 anos. Em 2004, o número de mortos foi revisado para 1.946. Mais de nove mil foram feridos, incluindo centenas de cegos ou parcialmente cegos pelos vidros voadores. Mais de 1.500 edifícios foram destruídos e 12.000 danificados. Vinte e cinco mil pessoas ficaram desabrigadas pela explosão, um problema piorado pela tempestade de inverno que atingiu Halifax no dia seguinte. O dano

de sua tese intitulada **Catastrophe and social change based upon a sociological study of the halifax disaster**³ em que relatou “*Here were to be found in one dread assembling the combined horrors of war, earthquake, fire, flood, famine and storm—a combination seen for the first time in the records of human disaster*”(1920, p.26).

Após mais de cem anos a conjunção de eventos e repercussões registrada por S.H. Prince repete-se nos atuais desastres ou catástrofes que vem ocorrendo com frequência e cada vez mais intensos no mundo todo denunciando que, ao contrário do proposto por Prince a catástrofe, ou as catástrofes, não provocaram a mudança social necessária.

Os estudos realizados desde então, ainda que profícuos apresentam divergências nos conceitos e, portanto, discordâncias importantes nas possibilidades de enfrentamento. O consenso está na concordância de que os desastres são eventos extremos ou adversos que desencadeiam destruição, mortes, rupturas profundas e muitas vezes irreversíveis, com danos materiais, perdas dos meios de subsistência e que quando atingem uma comunidade extrapolam a capacidade desta de responder por meios próprios necessitando da intervenção de órgãos externos.

Esses eventos têm sido associados ao aquecimento global o que significa que um “aumento da temperatura pode aumentar o conteúdo de umidade na atmosfera e acelerar o ciclo hidrológico, gerando chuvas intensas” (IPCC 2012 Apud Marengo et al, 2024, p.220).

Embora recebam classificações diferentes: - naturais (inundações, deslizamentos de terra, epidemias e pandemias), - tecnológicos (rompimentos de barragem, incêndios, acidentes industriais), todos podem receber uma segunda classificação de desastres socioambientais pois são resultado da ação humana e provocam violência, caos, incrementam a pobreza estrutural e a insegurança alimentar, provocam adoecimentos e mortes, resultam em deslocamentos for-

total da propriedade ascendeu a um valor estimado de US \$ 35 milhões, valor que no ano de 2005 corresponderia a aproximadamente US\$ 500 milhões (A Explosão de Halifax - Museu do Mar em 19 de janeiro 2025).

3 No Prefácio da sua tese S.Prince anunciou “Esta monografia não é, em nenhum sentido, uma pesquisa de alívio. Seu principal valor para a literatura de socorro residirá em sua influência sobre movimentos sociais previsíveis em grandes emergências. O livro também não é uma história do desastre. É antes, como o título sugere, um estudo intensivo de duas ordens sociais, entre as quais se destaca uma grande catástrofe, e sua tese é o lugar da catástrofe na mudança social”(1920).

çados, desalojamentos e crise habitacional, denunciam a precariedade da rede de proteção/saúde e assistência e potencializam a migração, o racismo ambiental e os conflitos políticos.

Nesse contingente de rupturas, perdas e riscos encontram-se profissionais que se dividem nas ações de enfrentamento aos desastres socioambientais seja realizando pesquisas e estudos aprofundados, seja prestando assistência a população afetada, coordenando e monitorando ações, atendendo as orientações das políticas públicas sendo que muitos, ou talvez todos, ao mesmo tempo que trabalham são também atingidos e vivenciam suas próprias perdas, processos de sofrimento e adoecimento pessoal e de seus familiares e comunidades provocados por esses eventos.

E, ainda que se reconheça que a produção teórica sobre desastres já venha sendo construída há algumas décadas, a atuação nas situações de emergência de profissionais de áreas diversas do conhecimento segue permeada de lacunas e dúvidas quanto a competências, atribuições e responsabilidades na atuação nas diferentes fases dos desastres: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Também considera-se que essas lacunas se acentuam na medida em que os desastres socioambientais têm apresentado uma tendência de aumento tanto na frequência como na intensidade o que aponta para a necessária superação de algumas formas de enfrentamento que já não dão mais conta e impõe seguir adensando estudos a respeito.

O presente artigo trata das repercussões do trabalho em desastres na vida destes profissionais e identifica algumas estratégias de proteção e de promoção de ações de cuidado e autocuidado pretendendo assim somar na produção de conhecimento sobre práticas profissionais “orientadas para uma variedade de perigos, devendo ser inclusivas e acessíveis para que possam se tornar eficientes e eficazes” (Marco de Sendai 2015-2030).

Desastres socioambientais e suas repercussões

Há décadas identifica-se o aumento exponencial de desastres em todo globo terrestre e a constatação desse aumento catapultou os argumentos desses eventos como naturais, ou seja, da natureza, portanto alheios a ação humana e confirmou de que são resultados da

sobrecarga da ação humana sobre a natureza, ou seja, são produtos da ação dos seres humanos sobre o planeta.

O consenso sobre essa compreensão, todavia não repercutiu na construção do conceito de desastre, construção que “resta controversa, não consensual e ainda em debate. É assunto heterogêneo e multi/inter/transdisciplinar, levando a ambivalências no campo das ciências sociais” (Silveira e Oliveira, 2023, p.846).

Ainda que o tema tenha sido integrado às agendas governamentais e institucionais com avanço significativo na abordagem do tema por comitês especializados, criação de grupos de estudos, associações científicas as discordâncias indicam a necessidade de mais estudos e pesquisas que aprofundem a apreensão do que são desastres e vulnerabilidades, e acrescenta-se quais as repercussões na vida em sociedade.

Especialmente no Brasil essas conceituações devem contemplar a realidade brasileira (Silveira e Oliveira, 2023, p.846), a qual tem enfrentado desastres frequentes e cada vez mais severos e que ampliam as vulnerabilidades de populações mais pobres e em risco.

As emergências e desastres, enquanto fenômenos sociais, têm efeitos sobre as estruturas sociais na mesma medida em que estas colaboram para a sua ocorrência. As questões das desigualdades sociais e da alteridade dos espaços de poder e decisão tendem a influenciar diretamente a forma com que a sociedade, seus agentes e espaços sociais diferenciados vão responder às emergências e desastres. (Silveira e Oliveira, 2023, p.854)

A complexidade que envolve as situações de desastres e suas consequências exige dos governos e dos órgãos internacionais respostas rápidas e eficazes que coresponsabilizem diferentes atores sociais a fim de “proteger de forma mais eficaz pessoas, comunidades e países, seus meios de vida, saúde, patrimônio cultural, patrimônio socioeconômico e ecossistemas, fortalecendo, assim, sua resiliência” (ONU 2015, 4).

A ocorrência de um desastre repercute na vida em sociedade de diferentes formas: perda de vidas, deslocamentos forçados de pessoas, grupos e/ou comunidades de seus territórios com agravamento de vulnerabilidades sociais e violações de direitos pré-existentes, fragilização das relações sociais e, impacto na saúde física e emocional.

nal daqueles que estão severamente expostos a esta nova realidade, entre esses destacam-se profissionais convocados a atuar na situação do desastre. A dramaticidade das repercussões desses eventos na vida individual e/ou coletiva pode ser exemplificada como fatores de risco potencializadores de comportamentos extremos como o comportamento suicida pois as experiências de enfrentamento de desastres (Aguiar e Bellini, 2025, p.190) redundam em momentos de crise que colapsam a capacidade de lidar com os estresses da vida (OMS).

Os desastres de grande magnitude, especialmente aqueles que atingem um grande contingente de pessoas, afetam a saúde mental das vítimas e dos/das trabalhadores/as que realizam as atividades relacionadas a resgates e recuperação pós desastre (Benedek, Fullerton e Ursano, 2007; Bills et al, 2008). Ou seja, os desastres ao se revelarem acontecimentos disruptivos da dinâmica social reverberam dramaticamente na vida daqueles que atuam no seu enfrentamento. Os riscos de doenças profissionais e acidentes de trabalho e suas possíveis sequelas e limitações marcam a subjetividade dos/as trabalhadores/as (Seligmann-Silva,2022) o que permite inferir que, quando relacionados ao trabalho nas situações de desastres os impactos na saúde física e mental são amplificados.

Nessa direção e tendo a realidade brasileira como exemplo Cavalcante e Bellini informam que

o Brasil é o país com o maior quantitativo de ansiosos do mundo e o quinto mais depressivo. Os números se elevam mais quando o assunto é suicídio consumado ou a tentativa, pois o Brasil está entre os oito países com maior indicativo de taxas consumadas, com indicativo entre 11 e 12 mil casos por ano, com prevalência da população jovem entre 15 e 29 anos (Organização Mundial de Saúde (2022), o que não exclui as demais faixas etárias. (2025, p.126)

Sabe-se que o trabalho em situações de desastres socioambientais expõe os/as trabalhadores e trabalhadoras a riscos e fatores estressantes que são fonte de sofrimento ou de adoecimento e até de óbito. Este tipo de trabalho envolve diferentes categorias profissionais em ações que vão desde o planejamento/gestão, assistência direta as populações ate a investigação científica sobre a tema bus-

cando aprofundar conhecimentos e propor formas de enfrentamento, porém os processos de sofrimento e mobilização emocional são comuns ainda que, com intensidades e riscos diferentes.

Concluir *a priori* que estudar e pesquisar sobre o tema é menos angustiante do que trabalhar diretamente na assistência é superado pela reportagem publicada em junho/2024 pela Academia Brasileira de Ciências com o título **Desespero, Raiva e Sensação de fracasso atingem cientistas climáticos diante da falta de ações efetivas**. A matéria apresenta o depoimento do professor Paulo Artaxo (USP) e membro do The *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) em que fala do desanimo que tem abatido os cientistas da área climática, segundo Artaxo “Há uma sensação de desespero e de fadiga em parte da comunidade”. O pesquisador afirma que há duas posições entre o grupo de cientistas, uma acredita que não tem mais o que possa ser feito e que “vamos extinguir 3 bilhões de pessoas no planeta e vamos perder boa parte da biodiversidade. E pronto, isso é um cenário do qual não tem volta”, e outra parte do grupo afirma que “nós temos de desenvolver a melhor estratégia possível para orientar políticas públicas de redução de gases-estufa, que é a única coisa que pode ajudar a salvar o planeta”.

Esse exemplo, como tantos outros, reitera que o envolvimento emocional e físico no trabalho sobre e em situações de desastres pode despertar sentimento de impotência e desamparo. A violência do evento, as perdas materiais, sociais e de vidas, pelas situações de vulnerabilidade das populações mais atingidas as quais tem diminuídas e até mesmo esgotadas as possibilidades de lidar com as repercussões dos eventos e finalmente a constatação da inoperância e/ou ineficácia e até inexistência de ações governamentais gera sofrimento e indignação (Guimarães, Oliveira e Silva, 2020) e repercute na vida pessoal, laboral e afetiva (Ferreira et al., 2020) de quem vivencia.

Após desastres naturais de grande escala, muitas vezes acontece que esses trabalhadores também são sobreviventes do desastre e, portanto, sofrem com traumas e perdas pessoais. Eles podem ter enfrentado perigos imediatos à vida, testemunhado eventos trágicos, experimentado a perda de familiares ou amigos, perdido bens materiais ou sido forçados a se realocar (Wang et al., 2013). No entanto, logo após o desastre, muitos continuam a trabalhar incansavelmente para ajudar as vítimas e restaurar a comunidade local. Em outras palavras, esses trabalhadores de-

semprenham um papel duplo: **sobreviventes do desastre e provedores de suporte.** (Sakuma et al., 2015, p.2, grifo nosso)

Estudos indicam que a exposição a eventos estressantes e potencialmente traumáticos pode levar profissionais a desenvolverem problemas de saúde mental, variando desde níveis elevados de estresse até Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), a outros transtornos como ansiedade e depressão (Guimaro et al., 2013; Guo et al. 2004, Wang et al. 2010) afetando significativamente a qualidade de vida profissional destes trabalhadores.

Conforme Guimaro et al., (2013) o TEPT é

um conjunto de reações emocionais e comportamentais que se encontram associadas à memória da experiência traumática. O indivíduo pode apresentar vivência persistente e intensa das memórias traumáticas, sofrimento psicológico e fisiológico simbolizando aspectos do evento traumático, comportamento de esquiva persistente, sintomas contínuos de excitabilidade aumentada e prejuízo ocupacional em outras áreas importantes de sua vida. A característica essencial do desenvolvimento do TEPT é o fato de o indivíduo ter sido exposto a um evento estressor traumático, envolvendo a experiência pessoal diante de um evento real ameaçador, sendo consideradas características individuais neste processo. (p. 3176)

Quatorze meses após o grande terremoto do leste do Japão pesquisadores realizaram estudo sobre as condições de saúde mental de trabalhadores socorristas (bombeiros) e trabalhadores que atuaram na assistência (trabalhadores do quadro municipal - trabalhadores da assistência/ trabalhadores da saúde/médicos) e na análise comparativa os resultados encontrados pelos autores (Sakuma et al., 2015) indicaram que os impactos do desastre na saúde mental dos trabalhadores variaram conforme suas ocupações. A prevalência de provável TEPT, depressão e sofrimento psicológico elevado foi significativamente maior entre funcionários municipais e profissionais de saúde, quando comparados aos bombeiros. Fatores de risco no ambiente de trabalho, como falta de descanso, falhas na comunicação e envolvimento em atividades relacionadas ao desastre, influenciaram de maneiras diferentes o risco de TEPT, depressão e sofrimento psicológico elevado em cada profissão.

Os autores concluem que embora todos os trabalhadores tenham sido impactados pelo desastre como membros da comunidade afetada e como trabalhadores locais de socorro e reconstrução, os efeitos dessas circunstâncias podem ter sido reduzidos em bombeiros devido à alta preparação, intervenções precoces de saúde mental e um retorno mais rápido às condições normais de trabalho.

Sakuma et al. (2015) salientam que embora se identifique estudos sobre a saúde mental dos trabalhadores de resgate, ditos socorristas, poucos são os estudos que analisam as condições de saúde dos trabalhadores dos serviços assistenciais a população (como profissionais da saúde, da assistência social, professores, entre outros), sendo estes fundamentais para a reconstrução comunitária das áreas atingidas (Benedek, Fullerton e Ursano, 2007; Wang et al.,2013).

Em estudo recente Cavalcante e Bellini (2023) abordaram o trabalho de profissionais de Serviço social no Brasil afirmando que é um tipo de trabalho que contribui para o desenvolvimento de processos de adoecimento no trabalho pois, independente de ocorrer em situações de desastres, se dá no contato direto com a realidade de grandes vulnerabilidades com processos agudizados de pauperização, fome e insegurança alimentar, violências constantes e sistêmicas vividas pela população usuária somada a inexistência de recursos para alteração dessa realidade e atendimento das demandas dessa população (Cavalcante,Bellini,2025)

O trabalho nos cenários de desastres e o contínuo contato com as vítimas com exposição a sofrimentos diversos são o caudal para o desenvolvimento da Fadiga por compaixão (FC), que é definida como “um estado de exaustão e disfunção biológica, psicológica e social como resultado da exposição prolongada ao estresse da compaixão e tudo o que ele evoca” (Figley, 1995, p. 253), sendo o resultado direto a uma exposição com pessoas em sofrimento, caracterizada por fadiga física e emocional, consequente da compaixão (Radey; Figley, 2007). A FC é expressão do sofrimento físico e psíquico do trabalhador com sintomas que envolvem “frustrações, seja com o ambiente laborativo ou com as pessoas e são alicerçados na carga de estresse oriunda dos medos, angústias e traumas gerados pelas condições de trabalho e situação dos usuários” (Cavalcante e Bellini,2023, p.8).

Cada pessoa vivencia os eventos adversos a sua maneira e “a singularidade com que cada um internaliza o fato real reflete tam-

bém nos impactos de determinado evento, ou seja, o disruptivo é um conceito relacional que tem potencial relativista” (Rafaloski,2020, p.235). Se para diferentes pessoas o mesmo evento pode ter diferentes interpretações podendo alguns desenvolverem a percepção “de que a ameaça faz parte da própria subjetividade e que não encontrarão esforços para lidar com o ocorrido; para outros, essa é uma situação que traz sentimentos de solidão, isolamento social, auto e heteroagressão, entre outras” (idem, p.235) o fato é que cada vez mais constata-se o aumento dos processos de adoecimento e os transtornos mentais apresentam-se como a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil (Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho,2021).

A complexidade dos sentimentos e vivências é abordado por Codo e Lago (2013), os quais advertem para o risco de, pelo contínuo contato com as vítimas e pelo envolvimento físico e emocional, os profissionais desenvolverem comportamentos e sintomas com a intenção de se proteger da dor e do sofrimento vivido por aqueles a quem dedicam seu fazer profissional.

Nesse processo, o sujeito se transporta para o contexto da vítima e se permite sentir grande parte do sofrimento decorrente da experiência traumática desta, o que pode levá-lo a desenvolver sintomas semelhantes aos do vitimado (pensamentos intrusivos, pesadelos, hipervigilância, irritabilidade e desconfiança), a se afastar das atividades profissionais e a negligenciar o cuidado, na tentativa de se proteger do sofrimento. (Codo e Lago, 2013).

Portanto, esses profissionais carecem de apoio tanto quanto a população afetada, pois também são afetados, esse apoio “requer o olhar atento ao sofrimento das equipes, enquanto parte da população direta ou indiretamente afetada, cujo cuidado também precisa ser dedicado nessas situações considerando suas potencialidades para a resiliência no trabalho e no convívio comunitário diante de desastres” (Rafaloski,2020, p.239).

O Relatório produzido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT no documento intitulado “Ensuring safety and health at work in a changing climate”³ informa que 2,4 bilhões de trabalhadores, além dos processos de sofrimento psíquico, poderão estar expostos a fontes de calor excessivos durante suas jornadas de

trabalho, em decorrência das mudanças climáticas mundiais. Além da exposição ao calor o relatório ainda alerta para outros agravos de saúde aos trabalhadores em decorrência das mudanças climáticas e do calor excessivo: câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, disfunção renal e problemas de saúde mental (OIT, 2024), agravos que são potencializados quando no trabalho em situações de desastres socioambientais.

Estratégias de proteção para o enfrentamento de eventos e contextos adversos

Diferentes estratégias podem atuar como fatores protetores a sofrimentos/esgotamentos ocasionados por condições laborais adversas, são elas: práticas de atividades de lazer, cuidados nutricionais, práticas de cunho religioso e de espiritualidade (Balch e Copeland, 2007; Fillion et al., 2009; Mackereth et al., 2005) prática do autocuidado profissional e da autoconsciência (Cohen-Katz et al., 2004; Harrison e Wastwood, 2009; Maslach e Leiter, 2008), as quais podem ser consideradas no trabalho em situações de desastres. Arena (2018) em sua tese de doutorado teve como objeto de investigação os fatores protetores (autocuidado e autoconsciência) e os fatores de risco (fadiga por compaixão e síndrome de burnout) da qualidade de vida profissional de trabalhadores da saúde, atuantes na área de cuidados paliativos. Nas análises realizadas identificou a correlação inversa existente entre os níveis dos fatores protetivos e os níveis dos fatores de risco. Ou seja, profissionais com maiores níveis de autocuidado profissional e autoconsciência apresentavam menores níveis para burnout e fadiga por compaixão.

Nesta mesma linha, para prevenção do Transtorno de Estresse Pós-Traumático, da Fadiga por Compaixão e de outros processos de sofrimento e adoecimento, estudos apontam que a prática de altos níveis de autocuidado profissional, seja em âmbito pessoal e organizacional, podem atuar como fatores protetores da qualidade de vida profissional destes trabalhadores. Existindo um consenso sobre a importância do autocuidado para profissões assistenciais em diferentes estudos (Cleantis, 2017; Coleman et al., 2016; Miller, Grise-Owens e Shalash (2018) Mills e Chapman, 2016; Mills, Wand, e Fraser, 2018; Pope et al., 2017).

As definições de autocuidado têm sido propostas em diferentes dimensões, incluindo suas características, funções e estratégias, por exemplo, o autocuidado é visto como meio de alívio do estresse (Brucato e Neimeyer, 2009); um meio de promover o bem-estar pessoal (Acker, 2018); uma série de atividades que melhoram o bem-estar (Lee e Miller, 2013); e um processo multidimensional e multifacetado de envolvimento intencional em estratégias que promovem o funcionamento saudável e melhoram o bem-estar (Dorociak et al., 2017). Em geral, a literatura destaca a forte correlação entre autocuidado e bem-estar e desempenho no trabalho.

Fullerton et al. (2019) apresenta a **eficácia coletiva** como uma possibilidade característica protetora em contextos de múltiplos desastres, que pode mitigar o impacto de consequência psicológicas a longo prazo após os acontecimentos. A eficácia coletiva trata-se de uma coesão social entre vizinhos juntamente com a disposição de intervir pelo bem comum que, por sua vez, pode ser tanto uma percepção individual quanto uma capacidade em nível comunitário” (Fullerton et al., 2015; Sampson, Raudenbush e Earls, 1997; Ursano et al., 2014).

Rafaloski et al. (2020) em estudo que teve como objeto a atenção psicossocial às pessoas em situação de desastre no município de Blumenau na ótica dos trabalhadores envolvidos destacam que o **Apoio Matricial** e a **Educação Permanente** (responsabilidade da política de saúde), são importantes ferramentas tanto para a população afetada como para os trabalhadores envolvidos na situação de desastre. Enfatizam que o suporte prestado ao trabalhador também repercutirá no atendimento à população reduzindo riscos em todos os contextos do desastre (2020).

Indubitavelmente, o fomento à organização coletiva dos trabalhadores que atuam em desastres contemplando as diferentes categoriais profissionais e áreas de desenvolvimento do trabalho pode possibilitar o reconhecimento comum dos impactos a saúde em decorrência do trabalho realizado. Essa organização comporia para superar o individualismo e/ou possíveis processos de responsabilização individual do/a trabalhador/a pelo seu adoecimento, contemplando o coletivo para respostas comuns de enfrentamento aos riscos do adoecimento pelo trabalho.

Porém, reitera-se que as formas de enfrentamento não podem estar calcadas somente nas ações dos trabalhadores/as o que certa-

mente seria mais uma forma de sobrecarga e desresponsabilização do Estado. Há que atentar-se para as transformações no mundo do trabalho e para as expressões da questão social que nas situações de desastres socioambientais são potencializadas e fomentam “o novo normal” das mortes, das perdas, do caos provocados pelo esse tipo de evento.

Frente a dramaticidade do trabalho em situações de desastres é fundamental reconhecer que as transformações no mundo do trabalho têm degradado o próprio trabalho, deixando o/a trabalhador/a a deriva, desamparado/a, solitário/a, com poucas condições e energia para investir no cuidado de si. O trabalho provoca o esgotamento. São trabalhadores/as que até podem “reconhecer as repercussões das condições de trabalho na sua saúde física e mental, porém não têm encontrado amparo no contexto socioeconômico atual para melhorar as condições de trabalho e/ou investir em autocuidado recorrendo ao atendimento à saúde e à medicalização depois de configurado um quadro de adoecimento, por vezes irreversível” (Bellini, Gomes e Arena, 2022, p.27-28).

Reflexões finais

Cada vez mais frequentes e intensos os desastres socioambientais provocam constante desequilíbrio na vida pela exposição prolongada e repetida as situações de risco em intervalos que muitas vezes não permitem a recuperação e organização seja de quem trabalha no enfrentamento dos eventos, seja das pessoas e comunidades afetadas.

Essas repercussões são diversas pois atravessadas pelo tipo e intensidade do desastre, pela organização da gestão governamental, pelas condições das comunidades, pelas condições dos afetados e dos não afetados, pela intensidade/frequência dos eventos e pelas possibilidades concretas de enfrentamento e superação. Em comum todos os desastres provocam mais desigualdades, vulnerabilidades e reverberam na saúde física e mental tanto dos/as trabalhadores/as como das comunidades afetando a todos/as ainda que se constate o incremento dos processos de vulnerabilização daqueles segmentos populacionais mais fragilizados e que clamam por mais proteção e pela garantia do direito a uma vida digna.

A discussão aqui proposta ao destacar a saúde de profissionais que tem como seu objeto de trabalho os desastres socioambientais se soma a todos estudos que apontam a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, que reivindicam mais responsabilidade governamental na gestão do risco de desastres socioambientais com atenção rigorosa a saúde da população afetada.

Referências

ACKER, GM. Self-care practices among social workers: Do they predict job satisfaction and turnover intention?. **Social Work in Mental Health**, v. 16, n. 6, p. 713-727, 2018.

AGUIAR, LJP de ; BELLINI, MIB. POR QUE A MATÉRIA VIDA É TÃO FINA? Indagações em um tempo em que o suicídio se apresenta como resposta ao sofrimento humano in Trabalho, Saúde e Intersetorialidade: a produção de conhecimento científico como desafio e resistência. Maria Isabel Barros Bellini e Fernanda Xavier Arena (org). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025

ARENA, FX. Factores protectores y de riesgo en profesionales de cuidados paliativos en Brasil. 2018. Tese (Programa de doctorado em Promoción de la Autonomía y Atención Sociosanitaria a la Dependencia. Universitat de València, València, Espanha, 2018.

BALCH, CM.; COPELAND, E. Stress and burnout among surgical oncologists: a call for personal wellness and a supportive workplace environment. *Annals of surgical oncology*, v. 14, n. 11, p. 3029-3032, 2007.

BENEDEK, DM.; FULLERTON, C.; URSANO, RJ. First responders: mental health consequences of natural and human-made disasters for public health and public safety workers. **Annual review of public health**, v. 28, n. 1, p. 55-68, 2007.

BELLINI, MIB; GOMES, VL.; ARENA, FX. **Condições de trabalho e as repercussões na saúde do/da trabalhador/trabalhadora no Brasil** in Procad Amazônia 3: Contribuições teóricas para análise sobre Formação e Trabalho do Assistente Social. CUNHA, M.G.N., PRATES, J.C., GOMES, V. L. B.; PINHEIRO, H.A. (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

BILLS, CB. et al. Mental health of workers and volunteers responding to events of 9/11: review of the literature. **Mount Sinai Journal of Medicine: A Journal of Translational and Personalized Medicine**, v. 75, n. 2, p. 115-127, 2008.

BRUCATO, B.; NEIMEYER, G. Epistemology as a predictor of psychotherapists' self-care and coping. **Journal of Constructivist Psychology**, v. 22, n. 4, p. 269-282, 2009.

CAVALCANTE,LL.; BELLINI, MIB., Estratégias de autocuidado: o silenciamento do Serviço Social sobre o cuidado profissional. Textos & Contextos. PoA, v.22, 2023.

CAVALCANTE,LL.; BELLINI, MIB. **Saúde Mental em Tempos de Ultraneoliberalismo**. In.: Argumentum (Vitória), v. 15, n. 3, p. 79-94, set-dez, 2023.

CAVALCANTE,LL.; BELLINI, MIB. **O autocuidado como resistência nos processos de adoecimento e sofrimento mental dos/as assistentes sociais** in Trabalho, Saúde e Intersetorialidade: a produção de conhecimento científico como desafio e resistência. Maria Isabel Barros Bellini e Fernanda Xavier Arena (org). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025

CLEANTIS, T. **An invitation to self-care: Why learning to nurture yourself is the key to the life you've always wanted, 7 principles for abundant living**. Hazelden publishing, 2017.

LAGO, K.; CODO, W. Fadiga por compaixão: evidências de validade fatorial e consistência interna do ProQol-BR. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 18, p. 213-221, 2013.

COHEN-KATZ, J. et al. The effects of mindfulness-based stress reduction on nurse stress and burnout: a quantitative and qualitative study. *Holistic nursing practice*, v. 18, n. 6, p. 302-308, 2004

COLEMAN, C. et al. Unpacking self-care: The connection between mindfulness, self-compassion, and self-care for counselors. **Counseling & Wellness: A Professional Counseling Journal**, v. 5, 2016.

DOROCIAC, KE. et al. Development of the Professional Self-Care Scale. **Journal of counseling psychology**, v. 64, n. 3, p. 325-334, 2017.

FIGLEY, CR. (Ed.). **Compassion fatigue: Coping with secondary traumatic stress in those who treat the traumatized**. Brunner/Mazel, Publishers, 1995.

FILLION, L. et al. Impact of a meaning-centered intervention on job satisfaction and on quality of life among palliative care nurses. *Psycho-Oncology: Journal of the Psychological, Social and Behavioral Dimensions of Cancer*, v. 18, n. 12, p. 1300-1310, 2009.

FULLERTON, CS. et al. Posttraumatic stress disorder and mental distress following the 2004 and 2005 Florida hurricanes. **Disaster medicine and public health preparedness**, v. 13, n. 1, p. 44-52, 2019.

FULLERTON, CS. et al. Depressive symptom severity and community collective efficacy following the 2004 Florida hurricanes. **PLoS One**, v. 10, n. 6, p. e0130863, 2015.

GUIMARO, MS. et al. Sintomas de estresse pós-traumático em profissionais durante ajuda humanitária no Haiti, após o terremoto de 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3175-3181, 2013.

GUO, Y. et al. Posttraumatic stress disorder among professional and non-professional rescuers involved in an earthquake in Taiwan. **Psychiatry research**, v. 127, n. 1-2, p. 35-41, 2004.

HARRISON, RL.; WESTWOOD, MJ.. Preventing vicarious traumatization of mental health therapists: Identifying protective practices. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, v. 46, n. 2, p. 203, 2009.

LEE, JJ.; MILLER, SE. A self-care framework for social workers: Building a strong foundation for practice. **Families in Society**, v. 94, n. 2, p. 96-103, 2013.

MACKERETH, PA. et al. Improving stressful working lives: complementary therapies, counselling and clinical supervision for staff. *European Journal of Oncology Nursing*, v. 9, n. 2, p. 147-154, 2005.

MASLACH, C.; LEITER, MP. Early predictors of job burnout and engagement. *Journal of applied psychology*, v. 93, n. 3, p. 498, 2008.

MILLER, JJ.; GRISE-OWENS, E.; SHALASH, N. Investigating the self-care practices of social work faculty: An exploratory study. **Social Work Education**, v. 37, n. 8, p. 1044-1059, 2018.

MILLS, J; CHAPMAN, M. Compassion and self-compassion in med-

icine: Self-care for the caregiver. **The Australasian Medical Journal**, v. 9, n. 5, p. 87-91, 2016.

MILLS, J.; WAND, T.; FRASER, JA. Exploring the meaning and practice of self-care among palliative care nurses and doctors: a qualitative study. **BMC palliative care**, v. 17, p. 1-12, 2018.

NORRIS, FH. et al. 60,000 disaster victims speak: Part I. An empirical review of the empirical literature, 1981—2001. **Psychiatry**, v. 65, n. 3, p. 207-239, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Mental. Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos, afirma OMS. [internet]. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pes-soa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839> Acesso em: 03 out. 2022

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Suicide in the word: global health Estimates. 2019. Disponível em < <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf> > Acesso em 11/07/2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) –1946. 2017 [cited Mar 21 2017]. Available from: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS--Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundialda-saudeomswwho.html> <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMSOrganiza%-C3%A7%-C3%A3oMundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundialda-saude-omswwho.html>. Acesso em: jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Ensuring safety and health at work in a changing climate. Disponível em: <https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-07/ILO_SafeDay24_Report_r11.pdf> Acesso em 12 de janeiro de 2025.

POPE, N. et al. Exploring self-care practices of clinical social workers: Implications for social work education. Poster presented at the 2017 **Council on Social Work Education** APM held in Dallas, TX, 2017.

PRINCE, S.H. CATASTROPHE AND SOCIAL CHANGE. Reprint-

ed with the permission of Columbia University Press From the edition of 1920, New York First AMS EDITION published 1968 Manufactured in the United States of America.

RADEY, M.; FIGLEY, CR. The social psychology of compassion. **Clinical Social Work Journal**, v. 35, n. 3, p. 207-214, 2007.

RAFALOSKI, A.R. et Al..Saúde mental das pessoas em situação de desastre natural sob a ótica dos trabalhadores envolvidos. **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. ESPECIAL 2, P. 230-241, JULHO 2020

SAKUMA, A. et al. Post-traumatic stress disorder and depression prevalence and associated risk factors among local disaster relief and reconstruction workers fourteen months after the Great East Japan Earthquake: a cross-sectional study. **BMC psychiatry**, v. 15, p. 1-13, 2015.

SAMPSON, RJ.; RAUDENBUSH, SW.; EARLS, F. Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *science*, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997.a

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo / Edith Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022. [livro eletrônico]

SILVEIRA, L T.C.; OLIVERIA, AB.de. Emergências em Saúde Pública, desastres e risco: perspectivas e abordagens a partir das ciências sociais. **SAÚDE DEBATE** | RJ, V. 47, N. 139, P. 844-857, Out-Dez 2023.

URSANO, RJ. et al. Posttraumatic stress disorder and community collective efficacy following the 2004 Florida hurricanes. **PloS one**, v. 9, n. 2, p. e88467, 2014.

WANG, L et al. Symptoms of posttraumatic stress disorder among health care workers in earthquake-affected areas in southwest China. **Psychological Reports**, v. 106, n. 2, p. 555-561, 2010.

WANG, XL. et al. Mental health risks in the local workforce engaged in disaster relief and reconstruction. **Qualitative health research**, v. 23, n. 2, p. 207-217, 2013.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Adriana Aguiar Pérez.

Pós-doutorado Estratégico pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Economia com ênfase em Gestión Económica Global pela Unidad de Posgraduación de la Facultad de Ciencias Económicas da Universidad Nacional Mayor de San Marcos/Peru. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação. E-mail: adri.agui.prz.2@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0252630846344986>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1506-777X>

Andréia Volpini Rubbo.

Assistente Social, Especialista pela Residência Integrada em Saúde no Programa de Atenção Básica da Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul-ESP/RS. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política, Escola de Humanidades da PUCRS, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade/NETSI e também do grupo Desastres e Sociedade: Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Gestão e Trabalho em Desastres, ambos da PUCRS. Lattes <http://lattes.cnpq.br/3846501743908387>. Email: a.rubbo@edu.pucrs.br

Anelise Perottoni.

Advogada. Mestranda em Sociologia e Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS). Bolsista do Programa Pro-Stricto da PUCRS. Pós-graduada em Saúde Pública pela UFRGS. Pós-graduada em Direito da Empresa e da Economia pela FGV. Pós-graduada em Direito Médico e Bioética pela Escola Bra-

sileira de Direito. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino na Saúde e Intersetorialidade da PUCRS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9139137955902517> . E-mail: aneliseperotoni@hotmail.com.

Ariadna Nunes Aguiar Batalha.

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (2015). Especialista em Docência do Ensino Superior pela UNOPAR (2016) e Instrumentalidade em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2017). Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM (2021) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM. Assistente Social no Hospital Universitário Getúlio Vargas-HUGV/UFAM (2021-atual). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Saúde Mental e Lutas Sociais na Amazônia-Banzeiro/LEG/UFAM. E-mail: anunesaguiar@gmail.com

Bárbara Cristina Lira da Silva.

Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, com especialização em Serviço Social e Saúde Coletiva, membro do grupo de pesquisa em Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), E-mail: barbara.cristina.s2@gmail.com.

Bárbara Domingues Nunes.

Mestra em Serviço Social. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política na PUCRS, e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos na UCPEL. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1769080153334217>. E-mail: nunes.barbara@edu.pucrs.br.

Carin Otilia Kaefer Lisbôa.

Assistente Social. Possui Graduação (2000), Mestrado (2004) e Doutorado (2025) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do RS/PUCRS. Especialização em Gerontologia Social. integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI) - PUCRS. Professora Substituto na

Universidade Federal de Santa Maria. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5119716952766063>. E-mail: otiliakaefer@gmail.com

Carlos Eduardo de Oliveira Mazoni.

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política / PUCRS - Bolsista CNPq. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NET-SI). Licenciado em Educação Física pela PUCRS (2010). Bacharelado em Serviço Social pela Universidade La Salle. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1303708636106868>. E-mail: carlos.mazoni@edu.pucrs.br.

Carlos Raimundo Batista Mendonça.

Assistente Social graduado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrando em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM). E-mail: crbmcarlos@gmail.com

Fernanda Xavier Arena.

Assistente Social. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política / PUCRS. Bolsista PDI Programa INOVA -FIOCRUZ/FAPERGS -Rede Saúde/RS. Doutora em Psicologia pela Universitat de València, Espanha (2018). Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Metodista IPA (2009). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8459611643719600>. E-mail: fer.arena87@gmail.com

Gabrielle Rodrigues de Sá Alves.

Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM, Bolsista na Fundação de Amparo a Pesquisa no Amazonas - FAPESAM no período de Fev/2023 á Fev/2025. E-mail: gabriellesaalves2@gmail.com; CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8712465032119450>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9287-3869>

Gisele Selistre Ramon.

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS / PUCRS (2025) Mestra em Serviço Social pelo PPGSS / PUCRS (2013). Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da PUCRS (2010). Desde 2013 atua como Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social (antiga FASC) da Prefeitura de Porto Alegre. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Interseccionalidade - NETSI/PUCRS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4608974271368135>. E-mail: giseleramon89@gmail.com ; gisele.ramon@edu.pucrs.br

Giselly Nogueira de Almeida.

Assistente Social, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM. E-mail gisellyalmeida8756@gmail.com; CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8981404065233618>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1105-7553>

Hamida Assunção Pinheiro.

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. É Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: hamida@ufam.edu.br. É coordenadora de Área de Avaliação de Serviço Social na CAPES (2022-2026).

Jalna Gordiano de Mendonça.

Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jalnagordiano14@gmail.com.

Jane Cruz Prates.

Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS e pós-doutora pela PUC-SP, professora e coordenadora do PPGSS PUCRS, líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social - NEPEs da Escola de Humanidades da PUCRS, Investigadora associada do Grupo 1 - História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20) , PQ 1B CNPq e editora da Revista Textos & Contextos (PUCRS). CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508> ,ORCID: 0000-0003-0539-3600.jprates@pucrs.br

Juliana Varela Maia Costa.

Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM). E-mail: maia_juliana.v@hotmail.com

Letícia Batista Silva.

Assistente social. Especialização em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde pela ENSP/FIOCRUZ. Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Pós-Doutoranda na USP no Departamento de História Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Docente dos Programas de pós-graduação em Educação Profissional em Saúde e Atenção Primária em Saúde, ambos da Fiocruz e da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF). <http://lattes.cnpq.br/8106944295332080>.<https://orcid.org/0000-0003-2520-2621>.Email: leticiaabatistas@gmail.com, leticia.batista@fiocruz.br

Lidiany de Lima Cavalcante.

Assistente social.Graduação em Serviço Social/UNINORTE. Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM.

Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/PPGSS/UFAM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Saúde Mental e Lutas Sociais na Amazônia-Banheiro/LEG/UFAM. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade/GEDHS/UFAM. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino na Saúde e Intersetorialidade/GEPESI/PUCRS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Família, Serviço Social e Saúde/GFASSS/PUCRS. E-mail:lidiany@ufam.edu.br

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Assistente social .Professora Titular Aposentada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus/AM/Brasil, Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). Doutora em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP) e Doutorado em Processus d'Innovation Changements Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment (CIRED), Paris/França. Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação); E-mail: socorro.chaves@outlook.pt; <http://lattes.cnpq.br/0251938411548526>; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4289-2257>.

Maria Isabel Barros Bellini.

Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social-Escola de Humanidades/ PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Líder do Grupo de pesquisa DESASTRES E SOCIEDADE: Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Gestão e Trabalho em Desastres. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Investigadora associada do Grupo 1 - História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20) Assistente Social na Escola de Saúde Públi-

ca da Secretaria de Estado da Saúde/SES/RS, <http://lattes.cnpq.br/2580883296650341>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1680-5009>. e-mail maria.bellini@pucrs.br; maria-bellini@saude.rs.gov.br; maria.isabel.bellini@gmail.com

Marinez Gil Nogueira.

Assistente social .Professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Graduada em Serviço Social pela UFAM. Mestre em Ciências Sociais na área de Desenvolvimento Regional pela UFRN. Doutora em Biotecnologia na área de Gestão da Inovação pela UFAM/INPA. Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS/UFAM). E-mail: marinezgil@ufam.edu.br

Marnilda Pereira Sá.

Mestranda do Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM, Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia; psicóloga, especialista em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde sob a responsabilidade do Departamento de Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde/CCS pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Possui experiência em Saúde do Trabalhador com foco em promoção, prevenção e vigilância em saúde no ambiente de trabalho na Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Amazônia. E-mail: sa.marnilda@gmail.com; CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6677239054953736>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3762-8923>

Nadianna Rosa Marques

Assistente social.Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário Franciscano. Docente do Colégio Politécnico e no departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, Mestra e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-Pontifícia Universidade Católica do

Rio Grande do Sul. Especialista em Saúde Mental pela Programa de Residência Multiprofissional. É coordenadora do Programa de Extensão - Fórum de Ações e Respostas a Mudanças Climáticas e Desastres e líder do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Desastres- NEPED. nadiannamarkes@gmail.com

Maria Isabel Barros Bellini



Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social - Escola de Humanidades/PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Líder do Grupo de pesquisa DESASTRES E SOCIEDADE: Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Gestão e Trabalho em Desastres. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Investigadora associada do Grupo 1 - História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20). Assistente Social na Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde/SES/RS, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2580883296650341> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1680-5009>. E-mails: maria.bellini@pucrs.br maria-bellini@saude.rs.gov.br maria.isabel.bellini@gmail.com

Fernanda Xavier Arena



Assistente Social. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política/PUCRS. Bolsista PDI Programa INOVA-FIOCRUZ/FAPERGS - Rede Saúde/RS. Doutora em Psicologia pela Universitat de València, Espanha (2018). Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Metodista IPA (2009). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8459611643719600>. E-mail: fer.arena87@gmail.com

Jane Cruz Prates



Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS e pós-doutora pela PUC-SP, professora e coordenadora do PPGSS PUCRS, líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas - GTEMPP e Coordenadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social - NEPES da Escola de Humanidades da PUCRS, Investigadora associada do Grupo 1 - História, Memória, Políticas Públicas do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20), PQ1B CNPq e editora da Revista Textos & Contextos (PUCRS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1971766198724508>. ORCID: 0000-0003-0539-3600. E-mail: jprates@pucrs.br

Letícia Batista Silva



Assistente social. Especialização em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde pela ENSP/FIOCRUZ. Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela UERJ. Pós-Doutoranda na USP no Departamento de História Pesquisadora em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Docente dos Programas de pós-graduação em Educação Profissional em Saúde e Atenção Primária em Saúde, ambos da Fiocruz e da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8106944295332080>. Orchid: <https://orcid.org/0000-0003-2520-2621>. Email: leticiaabatistas@gmail.com leticia.batista@fiocruz.br

Esta coletânea tem como eixo temático os desastres socioambientais, configurando-se como um verdadeiro caleidoscópio de desafios e possibilidades. Ela resulta das investigações desenvolvidas no projeto *Investigação da gestão do risco de desastres nos estados do Rio Grande do Sul e Amazonas: contribuição para prevenção/mitigação de desastres, adaptação às mudanças climáticas e construção da resiliência*, aprovado no Edital FAPERGS/FIOCRUZ 13/2022 – Rede Saúde RS. A intensificação e frequência dos desastres socioambientais têm se ampliado em escala global, gerando impactos significativos nas esferas humana, material, econômica e ambiental. No Brasil, em especial nos dois estados contemplados pelo projeto citado, eventos recentes ilustram esse contexto de crise: as grandes inundações no Sul e a seca extrema no Norte provocaram consequências profundas, sobrecarregando as redes de serviços e expondo fragilidades na atuação do poder público diante de eventos extremos. Diante desse cenário, esta coletânea reúne reflexões, análises e proposições que, além de sistematizar os conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa, visam ampliar o debate público, fortalecer políticas voltadas à prevenção e adaptação e fomentar a construção de processos de resiliência. Constitui-se, portanto, como leitura essencial para pesquisadores, gestores públicos, profissionais da saúde, ambientalistas e demais interessados nos desafios contemporâneos da gestão de riscos e das mudanças climáticas.

